UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL

Dener Antônio Chaves

GESTÃO DE RISCOS DE BENS CULTURAIS ECLESIÁSTICOS: aplicativo de documentação para dispositivos móveis

Belo Horizonte
2023

Dener Antônio Chaves

GESTÃO DE RISCOS DOS BENS CULTURAIS ECLESIÁSTICOS: aplicativo de documentação para dispositivos móveis

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável.

Orientadora: Profa. Dra. Yacy-Ara Froner Gonçalves.

Belo Horizonte

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

C512g

Chaves, Dener Antônio.

Gestão de riscos dos bens culturais eclesiásticos [manuscrito] : aplicativo de documentação para dispositivos móveis / Dener Antônio Chaves. – 2023.

187 p. : il.

Orientadora: Yacy-Ara Froner Gonçalves.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Patrimônio histórico – Teses. 2. Documentação – Teses. 3. Aplicativos móveis – Teses. 4. Igreja Católica – Teses. I. Gonçalves, Yacy-Ara Froner. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 350.85

Ficha catalográfica elaborada por Hugo Avelar Cardoso Pires CRB-6 3125

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL

FOLHA DE APROVAÇÃO

"Gestão de riscos dos bens culturais eclesiásticos: aplicativo de documentação para dispositivos móveis"

DENER ANTÔNIO CHAVES

Tese de Doutorado defendida e aprovada, no dia **seis de setembro de dois mil e vinte e três**, pela Banca Examinadora designada pelo Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais constituída, pelos seguintes professores:

Profa. Dra. Alessandra Rosado

Escola de Arquitetura/UFMG

Prof. Dr.Alexandre Manuel Ribeiro Matos

Universidade do Porto (U. PORTO)

Profa. Dra. Ana Martins Panisset

Escola de Ciência da Informação (UFMG)

Prof. Dr. Luiz Antônio Pinheiro - Convidado

Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (PUC/BH)

Prof. Dr. Willi de Barros Gonçalves

Escola de Belas Artes (UFMG)

Profa. Dra. Yacy Ara Froner Gonçalves - Orientadora

Escola de Belas Artes (UFMG)

Belo Horizonte, 06 de setembro de 2023.

Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Rosado**, **Vice-diretor(a) de centro**, em 12/09/2023, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Ana Martins Panisset**, **Professora do Magistério Superior**,em 12/09/2023, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decretonº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Yacy Ara Froner Goncalves**, **Professora do Magistério Superior**, em 25/09/2023, às 12:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5ºdo Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Willi de Barros Goncalves**, **Professor do Magistério Superior**, em 25/09/2023, às 13:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5ºdo Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Manuel Ribeiro Matos**, **Usuário Externo**, em 25/09/2023, às 19:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **LUIZ ANTÔNIO PINHEIRO**, **Usuário Externo**, em 28/09/2023, às 20:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2607453** eo código CRC **1106A900**.

Referência: Processo nº 23072.254560/2023-39

SEI nº 2607453

Aos mais de 700 mil brasileiros mortos na pandemia, grande parte vítima da perversidade e ignorância.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, seus professores, técnicos e aos mais diversos servidores que me possibilitaram cursar uma universidade pública de qualidade, resistindo bravamente a um período em que a perversidade era o lema e a educação uma inimiga.

À orientadora Yacy-Ara, pela sua fortaleza, coragem e dedicação, que motivaram minha caminhada, mesmo diante de grandes desafios.

À banca examinadora e referências em suas respectivas áreas, que me cederam seus ombros para que eu pudesse ver além.

Aos profissionais que me auxiliaram direta e indiretamente, em especial Raquel, Camilla, Cristiano, Janaína, André, Robert e Laura. Sem o auxílio de seus conhecimentos não seria possível desenvolver esta pesquisa a contento.

Aos jovens do Programa Guardiões do Patrimônio Cultural, que participaram da pesquisa com grupo focal, e aos diversos profissionais que responderam ao questionário eletrônico sobre a utilização do aplicativo.

À Igreja Católica, pelas discussões da Comissão Episcopal para os Bens Culturais da Igreja CNBB Leste 2, Arquidiocese de Belo Horizonte e PUC Minas, que sempre acolheram nossos projetos. Ao Museu Muquifu, por contribuir com o projeto Guardiões do Patrimônio Cultural.

Àqueles que sempre acreditaram e incentivaram a finalização desta tese: Aurino, Josimar, Robert, André, Eduarda, Larissa, Cíntia, Adriano.

Aos meus irmãos, sobrinhos e familiares, pelo amor incondicional.

Aos meus pais e avós falecidos; em especial, à minha mãe, que, ao limpar o chão das escolas, apenas esperava nos manter com dignidade, almejando que fôssemos boas pessoas. Ainda não cheguei aos seus pés.

A todos que dedicaram parte de suas vidas na preservação dos bens culturais das mais diversas comunidades de nosso país continental.

"A beleza é capaz de criar comunhão, porque une Deus, o homem e a criação numa única sinfonia; porque une o passado, o presente e o futuro; porque atrai diferentes povos e nações distantes ao mesmo lugar e os envolve no mesmo olhar" (Papa Francisco, 2022).

RESUMO

Há uma diversidade de bens culturais que estão em situação de risco. A documentação dos mesmos, mais que um movimento de inventariação, é fator preponderante de gestão de risco. Aborda-se como a ciência da informação se torna indispensável para a gestão de risco dos bens culturais a partir do princípio de que as suas características são informações de relevo para um possível resgate em caso de extravio. Compreendeu-se como a maior instituição de guarda dos bens culturais no Brasil, a Igreja Católica, se organiza tanto em relação à sua estrutura como em sua atuação nas comunidades que apresentam acervos de valor cultural sob guarda. O objetivo desta tese é a preservação dos bens culturais sob a guarda das comunidades socialmente envolvidas com a Igreja Católica do Brasil. Os acervos das igrejas e capelas, preservados por gerações, são as principais fontes de descaminho e tráfico ilícito dos bens culturais do país. Diante disso, teve-se a hipótese de que era possível a criação de uma ferramenta digital que favorecesse a documentação dos bens culturais em situação de risco e orientasse as comunidades sobre as principais características que devem ser consideradas para se reaver um objeto em caso de dissociação e descaminho. Para tal, baseou-se em pesquisa bibliográfica sobre a conservação-restauração, no seu percurso histórico, em direção à antecipação aos processos de deterioração, como a gestão de riscos. Discorreu-se sobre a documentação, como parte da ciência da informação, na sua conceituação e assimilação de novas técnicas e tecnologias. Buscou-se também conhecer a instituição Igreja Católica, por meio da pesquisa bibliográfica e observação participante, e como os bens sob sua guarda, com valor de uso, apresentam-se vulneráveis. Chegou-se então ao desenvolvimento de um aplicativo de celular para o registro dos bens culturais com base nos critérios do Object ID e nas fichas desenvolvidas pela Interpol em seu aplicativo ID-Art, unindo a tecnologia dos telefones celulares, de uso universalizado em nossa sociedade atual, aos critérios e informações necessárias à preservação desses bens. Entre a teoria e a prática, passando pela técnica, utilizou-se o método qualitativo de pesquisa para a avaliação da ferramenta. A primeira etapa se desenvolveu com um grupo focal – uma amostra de jovens de um projeto social –, para verificar se o *software* atingiu as expectativas. Em seguida, com as correções necessárias, aplicou-se um formulário estruturado, tendo como amostra profissionais ligados, especialmente, ao patrimônio cultural, obtendo respostas qualitativas satisfatórias quanto às funções e objetivos esperados na utilização do aplicativo. As informações colhidas confirmam uma ferramenta simples, de fácil manipulação e com a capacidade de documentar os bens culturais em situação de risco pelos usuários. Conclui-se que os objetivos foram alcançados quanto à documentação e, no processo, o ensino das principais características necessárias ao resgate de bens culturais pelos usuários do aplicativo.

Palavras-chave: Gestão de risco; documentação; bens culturais eclesiásticos; aplicativo para celular.

ABSTRACT

There are several cultural assets at risk, and its documentation, more than just an inventory movement, is a crucial factor in risk management. It is discussed how information science becomes indispensable for the risk management of cultural assets based on the principle that their aspects are relevant information for a potential rescue in case of loss. It was acknowledged that being the major institution which keeps cultural properties in Brazil, the Catholic Church self-organized regarding its structure as well as its acting in behalf of the communities that present cultural properties of the Church's care. The purpose of this thesis is to preserve cultural properties under the guard of the communities socially involved with the Catholic Church of Brazil. The collection of churches and chapels, preserved by generations, are the main sources of contrabands and illicit traffic of the country's cultural properties. With that being said, it was recognized as a hypothesis that it would be possible the creation of a digital tool which would favor the documentation process of cultural properties at risk and would guide the communities about the main topics that must be considered to reevaluate an object in case of dissociation or contraband. To that end, this hypothesis was based on bibliographic research about conservation and restoration, in which historical trajectory,heading towards to the anticipation of the deterioration process, such as risk management. It was discussed the documentation as being a part of information science, regarding its definition and assimilation of new technics and technologies. Through this research it has also been learned about the Catholic Church itself, over the research of bibliographical sources and the participant observation method, as well as properties under the Church's guard with their values, which present themselves as vulnerable. It led to the development of a new smartphone application which aims to register these cultural properties based on the criteria of Object ID and on the cards developed by Interpol's application ID-Art, connecting the technology inside the smartphones of universal use in today's society, attending the criteria and required information about the preservation of these cultural properties. Between theory and practice passing through the technical process, the qualitative research method was used to test the proposed tool. The first phase has been developed along with a focus group (which's sample is a group of young people who are part of a social project) in order to verify if the software attended the expectations. In the following process by doing the required corrections, a structured form was made having as a sample a more specific group, the professionals of the cultural heritage field, receiving proper answers to the qualitative research regarding the expected functions and objectives in the use of the developed application.

Key-words: Risk management; documentation process; clerical cultural; properties; smartphone application.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1 – Processo de gestão de riscos 52

Figura 1.2 – Processo de gestão de risco 53

Figura 1.3 – Causas de degradação do patrimônio cultural 54

Figura 2.1 – A documentação hoje..... 61

Figuras 2.2 e 2.3 – Interfaces para acrescentar um objeto ao inventário do ID-Art... 84

Figuras 2.4, 2.5, 2.6 e 2.7 – Exemplo de formulário resultante da documentação pelo app ID-Art 86

Figuras 2.8, 2.9, 2.10 e 2.11 – Interfaces do SOMDAR em aparelhos móveis. 87

Figura 3.1 – Organograma da Hierarquia Católica 94

Figura 3.2 – Organograma da estrutura territorial da Igreja Católica no Brasil e os seus congêneres templos 98

Figura 3.3 – Divisão territorial das regionais da CNBB 99

Figura 3.4 – Mapa das Províncias, Arquidioceses e Dioceses da Regional Leste 2, em Minas Gerais 100

Figura 3.5 – Mapa das Regionais Episcopais da Arquidiocese de Belo Horizonte e das paróquias da Região Episcopal Nossa Senhora da Esperança (Rense) 102

Figura 3.6 – Organograma do Regional Leste 2 da CNBB, com destaque para a Comissão de Bens Culturais da Igreja 106

Figura 3.7 – Organograma da Arquidiocese de Belo Horizonte, com destaque para o setor de Arte, Cultura e Bens Culturais 108

Figura 3.8 – Evolução anual das subtrações de bens culturais em Minas Gerias (1964-2012) 122

Figuras 4.1 e 4.2 – Logo desenvolvido para o software PreservApp como ícone de acesso ao aplicativo 129

Figuras 4.3, 4.4, 4.5, 4.6, 4.7 e 4.8 – Imagens da tela de rolagem do *site* www.preservapp.com.br 132

Figura 4.9 – Fluxograma com a descrição de cadastro no aplicativo PreservApp pelos usuários.....133

Figuras 4.10, 4.11, 4.12, 4.13, 4.14 e 4.15 – Tela para o cadastro da instituição e administrador no aplicativo PreservApp 134

Figura 4.16 - Tela para a seleção das opções do administrador no aplicativo PreservApp.....135

Figura 4.17 - Fluxograma com a descrição das opções apresentadas na tela inicial do aplicativo PreservApp para os administradores. 135

Figuras 4.18, 4.19, 4.20, 4.21, 4.22 e 4.23 – Acesso para alteração de dados da instituição, administrador e usuários do aplicativo PreservApp.....137

Figuras 4.24, 4.25, 4.26 e 4.27 – Imagens do arquivo em PDF com informações para a utilização do aplicativo para os usuários 138

Figura 4.28 - Fluxograma com o percurso do usuário ao acessar o acervo no *site* do aplicativo PreservApp para os administradores. 138

Figuras 4.28, 4.29, 4.30 e 4.31 – Interface do *site* e aplicativo PreservApp nos aparelhos celulares 139

Figura 4.32 - Fluxograma com o percurso do usuário para documentar um novo objeto no aplicativo PreservApp.....140

Figuras 4.33, 4.34, 4.35 e 4.36 – Interface do aplicativo com as opções de inserção de objetos do aplicativo PreservApp 142

Figuras 4.37, 4.38, 4.39, 4.40 e 4.41 – Interface do aplicativo com as opções de matérias do objeto no aplicativo PreservApp 142

Figuras 4.42, 4.43, 4.44 e 4.45 – Interface do aplicativo com as opções abertas e as mensagens de ajuda do aplicativo PreservApp.....143

Figura 4.46 – Fluxograma com o percurso do usuário e do administrador para documentar um novo objeto por foto no aplicativo PreservApp. 144

Figuras 4.47, 4.48, 4.49, 4.50, 4.51, 4.52, 4.53 e 4.54 – Interface do aplicativo com as opções do usuário para o registro do objeto por câmera no aplicativo PreservApp.....
.....145

Figuras 4.55, 4.56, 4.57, 4.58, 4.59 e 4.60 – Arquivos em PDF das fichas produzidas pelo aplicativo PreservApp, visualizadas no PC e no celular 146

Figura 4.61 – Grupo focal com jovens do projeto Guardiões do Patrimônio Cultural. 148

Figura 4.62 – Jovens do projeto Guardiões do Patrimônio Cultural discutindo as opções do aplicativo 151

Figura 4.63 – Texto do formulário sobre a funcionalidade do aplicativo PreservApp enviado para o público. 153

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dados Estatísticos da Igreja Católica do ano 2020 91

Quadro 2 – Dados estatísticos do Episcopado Brasileiro da Igreja Católica Apostólica Romana em 2020 96

Quadro 3 – Número de bens culturais desaparecidos, recuperados e restituídos no banco de dados do SOMDAR MP/MG. 120

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 4.1 – Idade em percentual da amostra sobre a funcionalidade do aplicativo PreservApp.....155

Gráfico 4.2 – Escolaridade em percentual da amostra sobre a funcionalidade do aplicativo PreservApp.....156

Gráfico 4.3 – Relação com o patrimônio cultural em percentual da amostra sobre a funcionalidade do aplicativo PreservApp.....157

Gráficos 4.3, 4.4, 4.5 e 4.6 – Percentual da amostra sobre o acesso e preenchimento do cadastro e formulário do aplicativo PreservApp. 158

Gráficos 4.7, 4.8, 4.9 e 4.10 – Percentual da amostra sobre as opções de preenchimento, letras, cores, espaços, a documentação e os ícones de dúvidas do aplicativo PreservApp.....159

Gráficos 4.12, 4.13, 4.14 e 4.15 – Percentual da amostra sobre as opções de visualização, envio, alteração das fichas e de dúvidas do aplicativo PreservApp...160

Gráficos 4.16, 4.17, 4.18 e 4.19 – Percentual da amostra sobre as opções de contrastes de cores e letras, a experiência de utilização, percepção sobre o design e utilidade em campo do aplicativo PreservApp.....161

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS, SÍMBOLOS E ACRÔNIMOS

AAT	*Art & Architecture Thesaurus*
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
APP	*Aplication*
BH	Belo Horizonte
CAAS	Comissão Arquidiocesana de Arte Sacra
CBENSCI LII	Comissão de Bens Culturais da Igreja da CNBB Regional Leste 2
CCI	*Canadian Conservation Institute*
CDBP	Centro de Documentación de Bienes Patrimoniales
CDWA	*Categories for the Description of Works of Art*
CECOR	Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais
CIDOC/ICOM	Comitê de Documentação do Conselho Internacional de Museus
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
CONSER	Conselho Regional
DCC/UFMG	Departamento de Ciência da Computação da Universidade Federal de Minas Gerais
EAD	Educação a Distância
EBA	Escola de Belas Artes
EUA	Estados Unidos da América
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
GB	Gigabyte
GCI	*Getty Conservation Institute*
GP	Grupo de Pesquisa

ICCROM	Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauração de Bens Culturais
ICHIM	*Interconnectivity and Hypermedia in Museums*
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICOM	Conselho Internacional de Museus
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
ICR	Instituto Central de Restauro
IEPHA	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico
IIC	Instituto Internacional para a Conservação
INBMI	Inventário Nacional dos Bens Móveis e Integrados
INDL	Inventários Nacionais de Diversidade Linguística
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
INTERPOL	Organização Internacional de Polícia Criminal
IPAC/MG	Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IRPA	Instituto Real do Patrimônio Cultural
LMIC BH	Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Belo Horizonte
MB	Megabyte
MCN	*Museum Computer Network*
MG	Minas Gerais
MPEMG	Ministério Público do Estado de Minas Gerais
MUQUIFU	Museu dos Quilombolas e Favelas Urbanos
NEPAC	Núcleo de Estudos em Pastoral da Cultura
PDF	*Portable Document Format*
PREMA	Prevenção nos Museus Africanos
PUC MINAS	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

RENSE	Região Episcopal Nossa Senhora da Esperança
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
SOMDAR	Sistema de Objetos Mineiros Desaparecidos, Recuperados e Restituídos
SOTER	Sociedade de Teologia e Ciências da Religião
SPAB	Sociedade para a Proteção de Edifícios Antigos
SPECTRUM	*Standard Procedures for Collections Recording Used in Museums*
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SSPV	Sociedade São Vicente de Paulo
SUR	Sistema Unificado de Registro
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VEAM	Vicariato Episcopal para Ação Missionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 20

CAPÍTULO 1 – CONSERVAÇÃO PREVENTIVA: DA RESTAURAÇÃO À GESTÃO DE RISCO DOS BENS CULTURAIS 32

1.1 OS PRIMÓRDIOS DA PRESERVAÇÃO DOS BENS CULTURAIS 33

1.2 A CONSERVAÇÃO-RESTAURAÇÃO NO SÉCULO XIX 37

1.3 A CONSERVAÇÃO-RESTAURAÇÃO NO SÉCULO XX 43

1.4 A CONSERVAÇÃO PREVENTIVA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX ... 48

1.5 GERENCIAMENTO DE RISCO DOS BENS CULTURAIS 50

CAPÍTULO 2 – DOCUMENTAÇÃO DE BENS CULTURAIS: CONCEITOS E SIGNIFICÂNCIA PARA AS CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO, MUSEOLOGIA E CONSERVAÇÃO PREVENTIVA 58

2.1 DOCUMENTO E DOCUMENTAÇÃO 58

2.2 AS CARTAS PATRIMONIAIS E A DOCUMENTAÇÃO DOS BENS CULTURAIS NO BRASIL 62

2.3 O INVENTÁRIO NACIONAL DOS BENS MÓVEIS E INTEGRADOS: FUNDAÇÃO VITAE 71

2.4 DOCUMENTAÇÃO EM MUSEUS 74

2.5 FERRAMENTAS DIGITAIS DOS ORGÃOS DE CONTROLE 80

CAPÍTULO 3 – A IGREJA CATÓLICA DO BRASIL E OS BENS CULTURAIS ECLESIÁSTICOS EM SITUAÇÃO DE RISCO 90

3.1 A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA IGREJA CATÓLICA E OS BENS CULTURAIS 91

3.2 A FORMAÇÃO DOS SACERDOTES E AS NORMAS SOBRE OS BENS CULTURAIS ECLESIÁSTICOS 109

3.3 OS BENS CULTURAIS MÓVEIS DA IGREJA E O TRÁFICO ILÍCITO 117

CAPÍTULO 4 – *SOFTWARE* PARA A DOCUMENTAÇÃO DE BENS CULTURAIS ECLESIÁSTICOS EM SITUAÇÃO DE RISCO 123

4.1 MOTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM *SOFTWARE* ESPECÍFICO, EM SUBSTITUIÇÃO A OUTROS JÁ EXISTENTES 124

4.2 DESENVOLVIMENTO DO *SOFTWARE* 126

4.3 QUESITOS PRINCIPAIS DO PROBLEMA A SER TRABALHADO NA INTERFACE GRÁFICA DO *SOFTWARE* 130

4.4 FORMULÁRIO PARA O PREENCHIMENTO DOS DADOS DO OBJETO PELOS USUÁRIOS 139

4.5 TESTE PILOTO DO APLICATIVO COM GRUPO FOCAL DE JOVENS 146

4.6 - PESQUISA SOBRE A FUNCIONALIDADE DO APLICATIVO PRESERVAPP NA DOCUMENTAÇÃO DE BENS CULTURAIS REALIZADA POR MEIO DE QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO COM AMOSTRAGEM INTENCIONAL. 152

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 164

REFERÊNCIAS 168

ANEXOS 177

APÊNDICE 181

INTRODUÇÃO

O patrimônio da Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil é diverso, vasto e significativo, tanto para os fiéis – considerando que o país tem uma das maiores populações católicas do mundo – quanto pelo seu valor financeiro, histórico, cultural e estético. Os ritos da Igreja Católica requerem determinados espaços e objetos que, com o passar do tempo, se incorporaram ao patrimônio cultural da humanidade, assim como estimularam a criação de diversas músicas, danças, festas e fazeres, tornando-os parte integrante do universo cultural de diversas comunidades. A salvaguarda desse patrimônio cultural sempre enfrentou problemas quanto à preservação, principalmente no que se refere à sua crescente perda, seja por processos políticos da própria instituição, como a romanização[1] da Igreja no Brasil, o êxodo rural, intensificado no século XX, e o crescente aumento de fiéis de outras religiões, ou devido a atos ilícitos, que têm certa relação com as observações anteriores, como o furto, roubo, desaparecimento, vandalismo, negligência, restaurações questionáveis, entre outros. Há de se notar, também, os impactos destrutivos causados por toda ordem de desastres que sempre ocorreram, considerando diversos fatores, sejam eles naturais e/ou humanos, mas que, com as mudanças climáticas e a necessidade cada vez maior de matérias-primas para a produção, favorecem esse processo (MPEMG, 2002).

Compreendendo a materialidade dos diversos ritos católicos e o impacto da perda desses bens para a comunidade, para a qual esses objetos foram criados e mantidos, inclusive, alguns deles sendo cuidados por centenas de anos por essas comunidades, acredita-se que a salvaguarda desse rico patrimônio material imóvel, integrado e móvel pode ser alcançada, pelo menos em sua grande parcela, por meio das proposições estabelecidas pela conservação preventiva, que faz parte dos conceitos e práticas da ciência da conservação, um ramo da ciência que cresce significativamente nos últimos 30 anos (Froner; Rosado, 2008).

A responsabilidade pelo cuidado desses bens culturais sempre foi da comunidade e dos profissionais pertencentes aos quadros de pessoal da instituição mantenedora. No caso da Igreja Católica, tais profissionais deveriam ser continuamente formados e

[1] O processo de romanização da Igreja Católica será tratado no Capítulo 3.

informados sobre os procedimentos e novos conhecimentos de preservação de seus acervos, como forma preferencial de auxílio à preservação, numa perspectiva da academia e ciência (Froner; Souza, 2008). A perspectiva de que políticas de preservação devem ser implementadas no intuito de melhorar as condições de manejo dessa modalidade de bem cultural aparenta certo carácter de concordância entre os profissionais da área. No entanto, construí-las e implementá-las depende do conhecimento sobre a perspectiva dos encarregados por esse patrimônio e do trabalho realizado pelas comunidades, por gerações de famílias, que muitas vezes são as principais responsáveis pela preservação desses bens, não sendo, porém, consultadas ou incluídas, de fato, nesse processo.

Mais do que os bens culturais de uma instituição privada, é imprescindível considerar que os bens culturais religiosos, ou pertencentes aos acervos da Igreja, são de fundamental importância por fazerem parte das raízes do povo brasileiro e, em certa medida, da construção daquilo que é chamado de identidade, como pessoas e como membros de um grupo social. Ao preservar tais bens, protege-se o que os antepassados deixaram, garantindo que as futuras gerações tenham acesso e recebam esse inestimável patrimônio cultural que tem, em seu valor de uso, a fé como mote principal de sua perpetuação ou esquecimento (Cruz; Morales, 2000).

No intuito de compreender o universo no qual esses bens culturais, com valor de uso, estão inseridos, e assim auxiliar a instituição quanto à preservação, iniciou-se a pesquisa de doutorado partindo do patrimônio cultural numa perspectiva da “Via Crítica” discutida por Castriota (2022, p. 29), quando expõe o caráter intersubjetivo do patrimônio cultural, procurando, assim, aderir à perspectiva da conservação baseada em valores.

Ao retomar os escritos de Alois Riegl (1858-1905), que desenvolve seu pensamento no final do século XIX e início do século XX, Castriota (2022) demonstra como é construída uma teoria crítica dos valores no patrimônio que dialoga com a teoria contemporânea da conservação. São notáveis as mudanças ocorridas nas últimas décadas, como a ampliação e deslocamento do conceito de patrimônio, a ideia de patrimônio imaterial e a entrada de novos atores na área (Castriota, 2022). Ora, a questão do que conservar, ou não, é fruto da articulação dos valores estabelecidos pelas comunidades ou pelos órgãos oficiais, levando a crer que os valores serão sempre um fator decisivo nas práticas de preservação do patrimônio. Pela “Via

Crítica", o patrimônio é percebido como histórico e socialmente determinado, como construções sociais, sendo necessário compreender as suas condições de possibilidade e o seu enraizamento temporal e social, colocando-o no centro das investigações (Castriota, 2022). Há, deste modo, a constatação que:

> (...) o fim último da conservação não é a manutenção dos bens materiais por si mesmos, mas muito mais a manutenção (e a promoção) dos valores incorporados pelo patrimônio. E mais: a partir dessa constatação, a própria operação de salvaguarda tem que ser repensada: afinal, como tratar aquilo que é, além de intangível, dinâmico como a própria cultura? (Castriota, 2022, p. 94).

Não se atendo exclusivamente ao patrimônio imaterial, o autor trata da constatação que o substrato imaterial subjacente à rede de significados é que dá suporte ao próprio patrimônio material, e que sem essa "âncora" ele se torna uma categoria social vazia. Isso se transforma numa revolução no pensamento sobre o patrimônio, ao vislumbrar as matrizes de valoração sempre presentes nas operações de preservação (Castriota, 2022).

Nessa perspectiva, quais os valores estão presentes na preservação dos bens culturais eclesiásticos a partir da visão daqueles que são responsáveis pela sua conservação? E, uma vez explicitados, como traduzir isso na melhoria da preservação dessa modalidade de patrimônio cultural?

Para o desenvolvimento da pesquisa, se fez necessário o conhecimento da instituição e dos atores sociais que participam da proteção dessa modalidade de patrimônio. Para tal, foi realizada a metodologia de pesquisa "observação participante". Nesse método, há várias formas de participação, entre as quais podem-se destacar: o observador não participa em absoluto, como quando ele se esconde atrás de uma tela que permite que ele veja os participantes, mas não permite que os participantes o vejam; ou o observador é um participante em caráter integral, morando ou tendo emprego na comunidade em estudo; ou o observador pode realizar uma observação (participante ou não) em tempo parcial (Becker, 1993). Como o pesquisador não obteve bolsa de estudos e trabalhava por oito horas na direção escolar de uma instituição pública na periferia da Região Metropolitana de Belo Horizonte, mas apresentava interesse em conhecer melhor o universo da pesquisa, optou-se pela observação participante em tempo parcial.

O pesquisador já havia lecionado as disciplinas de Sociologia e Antropologia em diversos campi da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), em Belo Horizonte (BH), uma vez que seu mestrado foi em Ciências Sociais – Gestão de Cidades –, realizado na mesma instituição, o que lhe proporcionou contato com diversos professores. Outro ponto importante foi a restauração de um crucifixo em madeira policromada, disponibilizado pelo Memorial Arquidiocesano, como Trabalho de Conclusão de Curso da graduação em Conservação-restauração de Bens Culturais Móveis (EBA/UFMG) em 2017. A partir do contato com essa modalidade de patrimônio e as dificuldades enfrentadas para a conservação preventiva desses bens, despertou-se o interesse na pesquisa e ações para a sua preservação.

A aproximação com a Igreja Católica se deu, então, um ano antes do início da pesquisa, com a participação voluntária no Núcleo de Estudos em Pastoral da Cultura (NEPAC), órgão vinculado ao Instituto de Filosofia e Teologia Dom João Rezende Costa, da PUC Minas. O encontro foi facilitado com a participação e publicação de um artigo no Fórum Temático – Religião, Patrimônio Cultural e Turismo Religioso –, do 30º Congresso Internacional da Sociedade de Teologia e Ciências da Religião (SOTER), em 2017, com o título: “A preservação dos bens culturais eclesiásticos” (Chaves, 2017).

A partir desse artigo, foi proposto o “Seminário sobre a Preservação dos Bens Culturais da Igreja do Brasil”, em outubro de 2017. Para executar as atividades propostas, foi necessário visitar diversos departamentos da PUC Minas, com o intuito de mapear e convidar os profissionais envolvidos com pesquisas e ações que se relacionassem com o patrimônio cultural da Igreja. Notou-se uma participação significativa dos órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio, como: Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA), além de diversos professores do curso de Conservação-restauração de Bens Móveis da EBA/UFMG, e um bispo auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte, não sendo possível localizar, todavia, na instituição de ensino e pesquisa, profissionais e pesquisadores que se dedicassem a essa temática.

Pouco depois, os membros do NEPAC foram indicados pelo Reitor da PUC Minas para auxiliar na organização do 5º Seminário da Igreja e Bens Culturais, realizado pela Comissão de Bens Culturais da Igreja da CNBB Regional Leste 2 (CBENSCI LII),

nome atual da comissão, em outubro de 2018. Nesse processo, o grupo integrou-se ao CBENSCI LII, como auxílio técnico, possibilitando o acesso, por meio do contato com os bispos, aos processos e dilemas relativos à preservação dos bens culturais da Igreja na perspectiva das regionais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

O artigo de 2017 propunha também ações a curto, médio e longo prazo para a formação dos presbíteros e responsáveis pelo patrimônio cultural da Igreja. A curto prazo, foi proposta a realização do Seminário; a médio prazo, a implementação de cursos de 60 e 120 h/a e uma especialização específica para cuidados dos bens da Igreja. Por fim, e não menos importante, as ações de longo prazo estariam ligadas à criação de uma disciplina de graduação a ser inserida na grade da carga horária de um dos cursos superiores do seminário arquidiocesano (Chaves, 2017).

Nesse mesmo ano, a Prefeitura de Belo Horizonte lançou seu edital da Lei Municipal de Incentivo à Cultura (LMIC BH), com recursos para a área específica da preservação do patrimônio, o que levou à elaboração de um curso de 60 horas, com o nome Conservação Preventiva de Bens Culturais em Templos e Memoriais, que foi executado entre março e maio de 2019 com recursos vindos diretamente do fundo da LMIC. Embora o curso tenha recebido uma quantidade significativa de inscrições, cerca de 630, poucos foram os responsáveis pelos bens culturais da Igreja que se inscreveram, mesmo com o apoio da CNBB, Arquidiocese e PUC Minas, com inscrições e chamadas nos *sites* e meios de comunicação da Rede Catedral pertencente à Arquidiocese de Belo Horizonte. Contudo, observou-se a participação dos funcionários do Museu Arquidiocesano, responsáveis pela conservação do patrimônio, como professores do curso, e assim notou-se a perspectiva desses atores, assim como a do público socialmente envolvido, que aderiu ao curso gratuito realizado em quatro sábados, das 8h às 17h, nas dependências da PUC Minas.

Outro projeto importante surgido a partir do encontro de 2017 foi o Programa Agentes Jovens da Comunidade/Guardiões do Patrimônio Cultural. O Guardiões do Patrimônio Cultural, abrigado no interior da Pastoral da Cultura, estava associado ao programa lançado pelo Papa Francisco, pela Instituição Pontifícia *Scholas Occurrentes*, de 2013, no qual pede-se que a educação saia dos muros, construa pontes e vá às periferias: transforme-se por meio da arte, do esporte e da cultura, integre jovens de realidades diferentes para que possam estudar, viver juntos, aprender a dialogar,

mostrar e compartilhar seus valores, praticar a alteridade, exercitar a tolerância e a paz. Ou seja, protagonizar um novo modelo civilizatório, um novo humanismo (Conferência do Papa Francisco no IV Congresso do *Scholas Occurrentes*), com jovens, entre 15 e 25 anos, de diferentes realidades socioculturais, preparando-os para atuarem em suas comunidades locais. O curso fazia parte das tentativas de se fortalecer a Pastoral da Cultura da Arquidiocese de Belo Horizonte, com o intuito de formar jovens para exercer a cultura cidadã, a cultura do encontro, a cultura da paz, e empreender na área cultural, social e do turismo, com foco em conservação preventiva do patrimônio cultural. Realizou-se o curso piloto em 2019, com recursos da Sociedade Mineira de Cultura (SMC), mantenedora da PUC Minas, em quatro cidades da RMBH, que faziam parte do Vicariato das Igrejas Históricas, que tinha como responsável o Bispo Dom Vicente de Paula Ferreira. Os jovens foram selecionados em quatro cidades – Sabará, Santa Luzia, Caeté e Raposos –, locais onde ocorriam os encontros com a participação das paróquias e dos padres.

A seleção dos jovens contou com a participação dos párocos, que tiveram o incentivo marcante de Dom Vicente. Inclusive, sua participação nos mais diversos momentos, reuniões com párocos específicos, com os responsáveis pelo memorial e apoio financeiro, foram de suma importância para o aproveitamento do projeto. Contudo, não se concretizou a participação de voluntários da Pastoral da Cultura, já que não foi estendida aos demais responsáveis, ficando o projeto circunscrito apenas aos jovens, que de fato passaram a ser mais atuantes na comunidade quanto à preservação do patrimônio. O projeto proporcionou o contato com os párocos responsáveis pelos bens tombados da Arquidiocese e a visão dos jovens em relação ao patrimônio cultural da Igreja.

Em 2018, também tiveram início os trabalhos de organização da especialização em Conservação Preventiva de Bens Culturais Móveis Eclesiásticos. Embora a PUC Minas seja mantida pela Sociedade Mineira de Cultura, uma das entidades mantenedoras da Arquidiocese de BH, foram muitas as dificuldades para dar início a essa modalidade de especialização. Os primeiros desafios foram no campo do conhecimento científico da área, em que esbarrou-se no entendimento de que os conhecimentos ali disponibilizados já estavam sendo oferecidos pelas especializações ligadas ao departamento de história ou arquitetura. Em seguida, apresentaram-se impedimentos de caráter mercadológico, uma vez que os valores

cobrados e a possibilidade de abrir cursos, apenas de forma presencial ou de Educação a Distância (EAD), não condiziam com os anseios do público-alvo do projeto.

A primeira chamada de 2018 não obteve êxito, por diversos fatores, principalmente por não conseguir o número suficiente de alunos para início das aulas. Entre os fatores que dificultaram a abertura do curso, ocorreu a crise econômica, política e social do país no período, entre mudanças de Governo e o formato composto por aulas apenas aos sábados, uma vez que os cultos e celebrações da Igreja Católica ocorrem prioritariamente aos finais de semana, comprometendo a participação dos religiosos. Alterado o formato do curso para semipresencial, com aulas presenciais concentradas nas duas primeiras semanas em julho e dezembro, além de um módulo a distância cursado pelos alunos nos demais meses do ano, conseguiu-se iniciar os trabalhos no primeiro semestre de 2019. Os educandos participaram de aulas teóricas e visitas técnicas, em que puderam compreender a materialidade dos bens e os processos de degradação, além de obter os conhecimentos necessários para a implementação de projetos de conservação preventiva e gestão de risco.

A Especialização em Conservação Preventiva de Bens Culturais Móveis Eclesiásticos continuou abrindo novas turmas, com exceção do ano de 2021, no auge da pandemia de covid-19. Contudo, foram poucos os religiosos que se matricularam no curso, por motivos diversos como, por exemplo, o pouco interesse na temática. Acredita-se, porém, que o mais significativo desses motivos foram os valores cobrados pela instituição, que oferece desconto de apenas 15% para ex-alunos e não apresenta uma política de bolsas para a formação técnica de seus quadros.

Concomitante à especialização, o pesquisador se inseriu no Grupo de Pesquisa (GP) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) Religião, Patrimônio Cultural e Turismo Religioso e do Grupo de Trabalho da Sociedade de Teologia e Ciências da Religião (SOTER), de mesmo nome, como pesquisador e coordenador. De 2018 a 2022, pode-se constatar como esses espaços de pesquisa e discussão deixam de lado a preservação do patrimônio cultural religioso. Poucos são os pesquisadores que trabalham ativamente nessa temática, sendo a maioria das pesquisas relacionada às festividades e aos demais bens chamados intangíveis.

Em 2018, o pesquisador compareceu a um curso sobre a preservação dos bens culturais, promovido pela Igreja Católica de Portugal na diocese e cidade de Aveiro, com recursos da Arquidiocese de Belo Horizonte (BH). Na ocasião, pôde-se observar que os problemas relativos à preservação do patrimônio cultural eclesiástico são, em certa medida, os mesmos da Igreja Católica do Brasil. Como representante estrangeiro da Arquidiocese de BH, apresentou-se a oportunidade de uma conversa com o bispo e demais palestrantes do encontro. O mais importante dado colhido foi sobre os procedimentos de inventariação implementados a partir do *"*Projecto Thesaurus: Inventário de Bens Culturais da Igreja*"*[2]. Esse projeto tem como objetivos promover a adoção de sistemas adequados de gestão e uniformização de procedimentos de inventário, a formação técnica dos agentes envolvidos na preservação e a divulgação dos bens culturais da Igreja de Portugal.

A ausência de documentação acomete os mesmos riscos ao patrimônio cultural da Igreja Católica de Portugal, o que motivou a implementação desse projeto por adesão das dioceses. Contudo, mesmo com uma quantidade de dioceses menor que Minas Gerais[3], a dificuldade em documentar um acervo tão vasto e contar com a adesão ao projeto fez com que apenas seis dioceses participassem, com início em 2015, de um total de 20 dioceses, segundo as informações colhidas durante a escrita desta tese.

É difícil estabelecer ligações entre a Igreja Católica de Portugal e a do Brasil, se considerarmos que a área de Portugal é de 92.152 km², ou seja, bem menor que a de Minas Gerais, que tem 586.521,123 km². Isso demonstra ser complexa a execução de um estudo de caso comparativo entre a Igreja Católica do Brasil e a de Portugal, pois não há parâmetros confiáveis, a não ser que sejam utilizadas apenas as normativas desses dois países em relação ao patrimônio. Alguns estudos comparativos já foram realizados, mas sem o aprofundamento nas dificuldades encontradas, especificamente para a proteção dos bens culturais da Igreja do Brasil (Berto, 2018).

Desse modo, para compreender o universo no qual a pesquisa se concentra, busca-se uma metodologia que procura partir da realidade social na sua complexidade, na sua marcha histórica humana, também dotada de horizontes subjetivos, como salienta Demo (1995). O viés considerado mais apropriado se pauta na pesquisa qualitativa,

[2] https://www.bensculturais.com/areas-de-actuacao/inventario/777-projecto-thesaurus.
[3] Minas Gerais conta com 24 dioceses e arquidioceses.

embora seja embasada em pesquisas bibliográficas. O estudo de caso, como abordagem qualitativa, supõe que é possível adquirir adequado conhecimento acerca de um fenômeno a partir da exploração intensa de um único caso, tendo-se o duplo objetivo de chegar a uma compreensão abrangente do grupo em estudo e desenvolver declarações teóricas mais gerais sobre regularidades do processo e das estruturas sociais (Becker, 1993).

Para Yin (2005), o estudo de caso permite uma investigação em que se preservam as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real como, por exemplo, os ciclos de vida individuais, os processos organizacionais e administrativos, as mudanças ocorridas em regiões urbanas, as relações internacionais e a maturação de setores econômicos. A necessidade do estudo de caso surge do desejo de se compreender fenômenos sociais complexos. Pode-se realizar estudos de caso único ou múltiplo. O estudo de caso único é um projeto apropriado em várias circunstâncias que tenham como base cinco fundamentos lógicos: o caso decisivo, em que se testa uma teoria bem formulada; o caso raro ou extremo, em que os casos exemplares são tão raros que é importante documentá-los; o caso representativo ou típico, em que se pretende capturar as circunstâncias e condições de uma situação lugar-comum ou do dia a dia; o caso revelador, quando o pesquisador tem a oportunidade de observar e analisar um fenômeno previamente inacessível à investigação científica; e, finalmente, o caso longitudinal, em que se estuda o mesmo caso único em dois ou mais pontos diferentes no tempo. O fundamento lógico do estudo de caso múltiplo, também chamado de comparativo, deriva-se diretamente da compreensão de que existem replicações teóricas e literais. O projeto mais simples de casos múltiplos seria a seleção de dois ou mais casos que possivelmente são replicações literais, como um conjunto de casos com resultados exemplares em relação a alguma teoria de avaliação considerada.

Entre as opções acima expostas, acredita-se que um estudo de caso único decisivo foi mais adequado para a investigação proposta. O pesquisador que realiza um estudo de caso de uma comunidade ou organização faz uso do método da observação participante em uma de suas muitas variações, muitas vezes em ligação com outros métodos mais estruturados. Pensando na produção de uma ferramenta para documentação adequada dos bens culturais da Igreja, foi aplicado um questionário estruturado, para compreender se a ferramenta proposta atingiu os objetivos

desejados. Os questionários individuais foram aplicados a profissionais da área do patrimônio cultural que se comprometeram a participar da avaliação da ferramenta de documentação desenvolvida.

Antes da disponibilização da ferramenta e da aplicação do questionário com as impressões dos profissionais da área, realizou-se o trabalho com o grupo focal de jovens no manuseio da ferramenta. Em 2022, o pesquisador conseguiu recursos da Lei Municipal de Incentivo à Cultura (LMIC) de BH para realizar o segundo curso Guardiões do Patrimônio Cultural, em parceria com a Arquidiocese de Belo Horizonte e o Museu dos Quilombolas e Favelas Urbanos (MUQUIFU). Os jovens participaram ativamente das aulas e, num momento adequado, foram disponibilizados o aplicativo e o *site* para que se cadastrassem e utilizassem a ferramenta com os objetos do museu, como poderá ser observado no Capítulo 4.

A tese desenvolve, no Capítulo 1, o histórico da conservação preventiva, que se apresenta paralela às teorias da restauração de bens arquitetônicos e de bens móveis, também sendo contemplados os autores e conceitos que fazem parte das diversas linhas teóricas na área. Essa trajetória intelectual passa pela importante contribuição da evolução das ciências da natureza, com o entendimento sobre o controle ambiental como forma de preservar os bens culturais, até as últimas pesquisas sobre a gestão de risco que se antecipa aos possíveis riscos que o patrimônio cultural pode sofrer. Enfatiza-se esse aspecto para contextualizar a tese na direção da documentação como ferramenta de preservação dos bens culturais.

No Capítulo 2, discorre-se sobre a documentação como uma área do conhecimento imprescindível aos processos de preservação de bens culturais. Mais do que documentar, a tese tem por objetivo precípuo estabelecer ferramentas de preservação dos bens culturais eclesiásticos que se encontram em condições de risco nas mais diversas paróquias e, em particular, na cidade de Belo Horizonte (MG). Observam-se as diversas políticas implementadas para a documentação desses bens e projetos realizados para esses fins, assim como a interligação entre as normas internacionais e sua influência no país *a posteriori*.

Dando sequência ao encadeamento discursivo, no Capítulo 3 será descrita a instituição de salvaguarda, em sua amplitude, com os dados quantitativos sobre a área de atuação, membros da instituição e sua organização dentro do país. O percurso da

preservação do patrimônio cultural eclesiástico e os esforços dos membros desta instituição em preservar, na medida do possível, esses bens, serão tratados em suas condições políticas, sociais e econômicas. Mesmo em um único país ou região, as condições de salvaguarda desses bens podem ser extremamente desiguais. Percebe-se que em muitos trabalhos acadêmicos sobressaem as normas institucionais que são emitidas em relação ao patrimônio cultural, mas não há um destaque significativo de como essas normas são de fato implementadas pelos diversos segmentos em seu cotidiano. Buscou-se apresentar como é essa instituição que guarda uma parte significativa dos bens culturais do país, no sentido de descrever as dificuldades que podem ocorrer entre a decisão normativa da Santa Sé e a interrelação entre o presbítero e uma pequena comunidade periférica no interior do país. Ações que destoam do estabelecido no cotidiano podem encontrar resistências que passam pela hierarquia, desenvolvem-se nas condições econômicas e podem terminar na imobilidade na execução.

É dada ênfase ao descaminho dos bens culturais móveis e como essa modalidade de crime é praticada, em sua maior parte, com os bens culturais eclesiásticos. Aponta-se como a ausência de uma política adequada de inventários desses bens ainda mantém uma parte significativa do patrimônio eclesiástico sem a devida e necessária documentação. Apresenta-se as iniciativas para coibir o descaminho dos bens culturais e recuperar o que foi perdido, como as diversas iniciativas da Igreja Católica, principalmente com a atuação das regionais da CNBB, e outras instituições como o Ministério Público de Minas Gerais.

No Capítulo 4, expõe-se que as especificidades do uso, registro e acondicionamento dos acervos eclesiásticos, em relação à ciência do patrimônio, são fatores que deixam determinados acervos da Igreja em condições de vulnerabilidade. Como hipótese, infere-se que seria possível desenvolver ferramentas acessíveis, como um *software*, que possam fortalecer a implementação de medidas protetivas e favorecer a consolidação de pesquisas sobre os acervos. Nesse sentido, são descritos o aplicativo PreservApp, desenvolvido para telefones celulares, e um *site* para a acesso e repositório, pensado como ferramenta que possa unir simplicidade na aplicação, eficiência na coleta de dados, segurança quanto ao armazenamento de informações e à contínua formação dos responsáveis pela salvaguarda de acervos eclesiásticos. É detalhado o funcionamento do protótipo, com as possibilidades de acesso, e fatores

que podem favorecer sua utilização na documentação de coleções em situação de risco por não terem seus objetos devidamente documentados. Apresenta-se também o *design* gráfico do *site* e aplicativo, com as opções em conformidade com critérios de registro de bens culturais e instituições que trabalham no resgate desses bens.

Por fim, aplicou-se essa ferramenta, um protótipo adequado, objetivando-se angariar respostas às principais indagações levantadas, considerando condições controladas e inerentes à prática cotidiana da instituição, através de um grupo focal de jovens, em uma instituição de guarda ligada à Igreja e uma comunidade. Identificadas as condições que favoreceram o alcance aos objetivos propostos, assim como as deficiências passíveis de correção, optou-se por disponibilizar o *software* a um grupo de profissionais ligados à preservação do patrimônio e, depois de testá-lo, solicitou-se que respondessem a um questionário sobre as condições de utilização e uso do aplicativo na documentação de um objeto, as percepções dos usuários quanto às suas funcionalidades, estética, acessos e ações que facilitaram ou dificultaram o processo de documentação. Os dados colhidos foram dispostos em gráficos e analisados em consonância com as questões observadas.

As particularidades na percepção dos responsáveis pela salvaguarda dos bens, assim como as deficiências na aplicação do *software*, são de fundamental importância para a pesquisa. Segundo Chiavenato (2006), em um diagnóstico a análise dos dados colhidos busca identificar problemas e suas consequências, estabelecer prioridades e atingir alvos e objetivos. Com a análise dos dados colhidos, foi possível também propor estratégias e novos caminhos a serem trilhados na utilização do *software*. Um estudo como o executado aqui também pode ajudar a determinar possíveis percalços na implementação de trabalhos dessa natureza no futuro, assim dirimindo esforços e diminuindo custos durante o processo, auxiliando os pesquisadores que tiverem interesse em pesquisas relacionadas.

CAPÍTULO 1 – CONSERVAÇÃO PREVENTIVA: DA RESTAURAÇÃO À GESTÃO DE RISCO DOS BENS CULTURAIS

Este capítulo trata do histórico da Conservação Preventiva, área do conhecimento que se apresenta paralelamente às teorias de restauração de bens arquitetônicos e bens móveis, além de contemplar os autores e conceitos que fazem parte das diversas linhas teóricas na área. Enfatiza-se esse aspecto para contextualizar a tese na direção da documentação como ferramenta de preservação dos bens culturais para além da documentação em museus. Mais do que a ênfase em documentar, a tese tem por objetivo precípuo estabelecer ferramentas de preservação dos bens culturais móveis que se encontram em condições de risco e, em particular, os bens culturais móveis eclesiásticos.

Para tal, apresenta-se uma trajetória dos esforços da cultura ocidental para a preservação dos bens culturais, principalmente no percurso intelectual que culmina na proposta da ciência da conservação como área do conhecimento. Como um saber construído, a conservação preventiva se desenvolveu e consolidou-se com a contribuição de muitos cientistas e intelectuais, embora os progressos nessa área tenham sido, principalmente, resultados da reação a processos históricos que resultaram em destruição e perdas significativas do patrimônio cultural. Entender essa dinâmica histórica e como ela se entrelaça com o desenvolvimento cultural, técnico e tecnológico é fundamental para situar o patrimônio cultural de uma instituição milenar e mundial de guarda de bens culturais, que é a Igreja Católica Apostólica Romana[4].

Essa trajetória internacional tem reflexos no Brasil e em seu patrimônio cultural, embora com atrasos e adaptações, considerando a posição do país às margens do capitalismo ocidental e de seu desenvolvimento tecnológico e científico nas mais diversas áreas do conhecimento. Historicamente, as discussões que culminam nas Cartas Patrimoniais[5] chegaram prontas em boa parte, provavelmente em virtude da existência de um ambiente acadêmico que atribui maior valor aos autores e teorias internacionais para fundamentar discussões, debates e contraposições. Ademais, há

[4] Que será tratada apenas como Igreja, com a primeira letra em maiúsculo.
[5] São documentos que contêm desde conceitos a medidas para ações administrativas com diretrizes de documentação, promoção da preservação de bens, planos de conservação, manutenção e restauro de um patrimônio, seja ele histórico, artístico e/ou cultural.

de se considerar também o quão recente é a academia no Brasil, com as primeiras universidades sendo fundadas apenas na década de 1930, o início do ensino da conservação-restauração na década de 1970, e os primeiros cursos de graduação em conservação e restauração de bens culturais móveis sendo implementados apenas na década de 2000.

As primeiras leis de proteção ao patrimônio cultural, no Brasil, são anteriores à Carta de Atenas de 1930, mas somente após as mudanças ocorridas no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), sob grande influência dessa Carta patrimonial, foram criados organismos de proteção e legislação pertinentes a favor dos bens culturais. Deve-se considerar ainda que conceitos e terminologias da conservação preventiva se constituem, adaptados à realidade brasileira, no decorrer dessa trajetória internacional. Há de se notar também que os clérigos brasileiros, com ascendência administrativa na Igreja Católica, fazem cursos em Roma, na Itália, localidade de efervescência, onde as discussões, teorias e práticas relativas à preservação do patrimônio cultural são sempre fomentadas. A trajetória de preservação de bens culturais, realizada pela Igreja Católica, por considerá-los parte significativa de sua história, deve ser considerada, uma vez que dialoga com os esforços dos estados nacionais, no intuito de preservar monumentos e obras de arte com caráter identitários.

1.1 OS PRIMÓRDIOS DA PRESERVAÇÃO DOS BENS CULTURAIS

Na antiguidade greco-romana, constata-se que ações de restauro e conservação de bens ocorriam; contudo, não existiam profissionais especializados exclusivamente nessas técnicas. Estátuas de deuses que se encontravam avariadas eram normalmente enterradas e substituídas por outras cópias. A manutenção desses monumentos ficava a cargo dos responsáveis pelos templos, normalmente sacerdotisas. Também durante a Idade Média, a manutenção e recuperação de diversos objetos, principalmente para manter seu valor de uso, ocorreria sem que houvesse a delimitação dessa área de conhecimento. Ao não se limitar à história ocidental, é possível encontrar outros exemplos, nas mais diversas culturas e povos,

sobre a importância dada a determinados bens materiais a ponto de se tentar conservá-los e "consertá-los".

É interessante perceber que, tanto na antiguidade clássica quanto no período medieval, os bens culturais mais significativos e com a possibilidade de se extinguirem foram preservados e/ou reproduzidos para a posteridade. Pode-se exemplificar essa prática por meio das esculturas romanas, cópias das originais gregas, e na reprodução dos manuscritos de papiro em códices em pergaminho por monges medievais. Essas reproduções, embora em muitos momentos os originais fossem descartados, possibilitaram que o conhecimento, a arte e o universo cultural da antiguidade pudessem chegar até os dias atuais.

Nos séculos XV e XVI, o comércio no mar Mediterrâneo aumentou significativamente, tendo os principados italianos protagonismo e convergência nas esferas econômica, cultural e artística do período. Notadamente, naquela direção, voltaram-se aos conhecimentos acumulados pelos bizantinos, muçulmanos, cristãos e à arte greco-romana. Essa última exerceu uma influência significativa no chamado "Homem do Renascimento", com a valorização dos aspectos estéticos da antiguidade clássica e o incentivo às escavações arqueológicas em busca das esculturas do período helenístico. Embora o interesse arqueológico estivesse presente, e muitos templos, objetos e esculturas em mármore tenham sido expostos, não existia, então, uma discussão sistemática sobre os métodos aplicáveis para a conservação e/ou restauro desses bens.

Um exemplo singular desse período foi a descoberta da escultura em mármore de *Laocoonte e Seus Filhos*, em 1506. Era uma escultura conhecida desde a antiguidade, relatada, por exemplo, por Plínio, "o Velho" (23-79 DC), em sua obra *Naturalis Historia*. Sua descoberta causou um impacto significativo no universo artístico do período. Como o braço direito de *Laocoonte* não foi encontrado, o Papa Júlio II, nato Giuliano della Rovere (1443-151), que comprou a escultura, fez um concurso informal para a restauração da obra. Michelangelo di Lodovico Buonarroti Simoni (1475-1564), muito influenciado pela talha da escultura, sugeriu que o braço estivesse dobrado, ao passo que a maioria dos demais, responsáveis por opinar sobre o restauro, afirmou que o braço deveria estar esticado em pose mais heroica. Rafael de Sanzio da Urbino (1483-1520), jurado do concurso, escolheu o braço estendido. Ocorre que, em 1905, foi encontrado em um antiquário o braço perdido e na posição dobrada, o que trouxe uma

nova perspectiva em relação à obra. Isso foi possível porque estudos realizados no século XIX apontavam que o braço deveria estar realmente dobrado (Petitot, 2013). Em 1957, depois de vários debates, retiraram-se as intervenções renascentistas e a parte do braço encontrado foi recolocada, o que promoveu discussões sobre as intervenções e complementações de restauro em bens culturais.

A literatura dos humanistas sobre o conhecimento e o prazer propiciados pelas obras da Antiguidade fizeram com que tais bens, móveis ou edificações, fossem conservados de forma deliberada e organizada. De um lado, moedas, inscrições, esculturas e fragmentos diversos, colecionados pelos artistas, humanistas e príncipes italianos, foram conservados nos *studioli*, nas antecâmaras, nos *cortili* e nos jardins de suas residências. A galeria, espaço específico, só aparece no século XVI, mas, antes disso, no século XV, amantes da arte já mandavam construir edifícios para abrigar suas antiguidades [por exemplo, a mansão de Andrea Mantegna (1431-1506), em Mântua]. A coleção, que se diferencia da sala de curiosidade, precede o museu. De natureza privada, a Igreja oferece, já em 1471, o primeiro exemplo de abertura ao público, uma vez por ano, com as coleções pontificais do Capitólio (Choay, 2001).

Após a Revolução Francesa de 1789, no início do século XIX, o processo de reconstrução dos monumentos, que foram depredados pelos revolucionários por simbolizar o Antigo Regime, proporcionou discussões acerca da restauração dos bens culturais, assim como dos meios e procedimentos utilizados na época e, por conseguinte, da conservação desse patrimônio pelo Estado moderno. As discussões sobre a preservação dos monumentos medievais e seu estudo, como as pesquisas a respeito da arquitetura gótica, foram se desenvolvendo não só na França, mas também na Inglaterra e na Alemanha. Foi nesse ambiente cultural que as primeiras iniciativas em prol da Ciência da Conservação se concretizaram. Se por um lado as consequências da Revolução Francesa, com a destruição do patrimônio, favoreceram o pensamento crítico em relação à restauração, a Revolução Industrial, por outro lado, com as diversas inovações ocorridas também no século XIX, possibilitou que o pensamento científico se ampliasse significativamente como um processo sistemático de tratar o conhecimento humano, sendo de fundamental importância para o desenvolvimento de novos materiais, procedimentos, projetos, formas de fazer e de ver o mundo. Esse desenvolvimento foi substancialmente ampliado no campo das Ciências da Natureza. As mudanças ocorreram tanto na forma como os homens

tratavam a natureza, quanto no pensamento a respeito dela. Na introdução do livro “Ciência e Filosofia”, Collingwood (1986) afirma:

> (...) que o estudo pormenorizado do fato natural é vulgarmente denominado ciência natural ou, abreviadamente, apenas ciência; a meditação sobre princípios, sejam os que relevam da ciência natural ou os de qualquer outro domínio do pensamento ou da ação, é vulgarmente chamada filosofia (Collingwood, 1986, p. 8).

Desse modo, todos os estudos realizados de forma sistematizada em torno do que é chamado de natureza podem ser chamados de ciência. Ao debruçar sobre o conhecimento produzido a partir desses estudos e os procedimentos utilizados para tal fim, se adentraria no campo da filosofia. Diferentemente do que ocorreu no século XIX, com a tentativa de separação radical entre ciência e filosofia, acrescenta o autor, uma está intrinsecamente ligada à outra, pois o avanço da ciência requer a discussão de seus resultados e métodos. Ao discutir esses resultados e métodos, novas possibilidades e opções se apresentam para a pesquisa e estudo da natureza (Collingwood, 1986).

Nesse processo discursivo sobre o histórico do conceito de natureza e como seria possível estabelecer leis imutáveis a partir de algo que seria mutável, pode-se incluir as contribuições dos historiadores no século XIX ao conceito de ciência moderna, ou evolucionista. Eles, ao descreverem a possibilidade de uma pesquisa progressiva em que as conclusões são sólidas e demonstrativamente estabelecidas, evidenciaram que é possível construir o conhecimento científico mesmo em relação ao que está em constante mudança (Collingwood, 1986).

Outros autores apresentaram suas críticas à ciência moderna, principalmente ao que Karl Popper (1902-1994) (2010) descreve como o problema da indução que está na base do método científico: como seria possível estabelecer leis universais se tais leis advêm da experiência realizada nas partes e não no todo? Ou melhor, ao chegar a uma determinada conclusão sobre as partes, chegar-se-ia também ao todo? O autor resolve esse dilema ao afirmar que a aceitação de uma lei ou de uma teoria pela ciência é apenas provisória, ou seja, todas as leis e teorias são conjecturas ou hipóteses temporárias. Partindo dessa afirmação, conclui-se que não é necessário atribuir ao conhecimento humano uma validade decorrente de observações repetidas, mas da qualidade das conjecturas, se melhores ou piores, boas ou ruins, em relação

às conjecturas ou teorias rivais (Popper, 2010). Desse modo, as leis ou teorias científicas seriam consideradas corretas ou teriam valor de verdade desde que um contraexemplo não pudesse ser formulado para falseá-las até aquele momento, o que não impediria que, no futuro, isso ocorresse (Popper, 2010).

O que caracterizaria, então, as mudanças ocorridas no século XIX, as quais possibilitaram pensar o patrimônio como um campo do conhecimento científico, foi a notória alteração de compromissos profissionais e a desintegração da tradição à qual a atividade da ciência normal estava ligada (Kuhn, 2007). No livro “As Estruturas das Revoluções Científicas”, Tomas Kuhn afirma que quando as realizações são suficientemente duradouras e sem precedentes, com potencial para atrair pesquisadores de outras áreas e deixar em aberto toda a espécie de problemas a serem resolvidos pelos praticantes da ciência, teria-se o que ele chamou de paradigma (Kuhn, 2007).

A partir dessa definição, pode-se afirmar que, no século XIX, ocorreu a mudança de paradigma de diversas ramificações do conhecimento relativo às ciências naturais. Essas realizações influenciaram significativamente as alterações na tradição de outras áreas do conhecimento humano, incluindo a restauração e a conservação dos bens culturais. Tal proposição pode ser observada nos procedimentos, pesquisas e criação de associações, institutos e agremiações em prol desse campo do saber. Para melhor entendimento sobre esse desenvolvimento, serão abordadas, a seguir, as contribuições iniciais até o final do século XIX relativas ao chamado colecionismo, aos arquitetos restauradores, aos críticos e historiadores da arte.

1.2 A CONSERVAÇÃO-RESTAURAÇÃO NO SÉCULO XIX

Para a compreensão da evolução do pensamento científico em relação à conservação-restauração, ocorrida no século XIX, é necessário apresentar um panorama da construção histórica da importância dada ao patrimônio cultural até aquele período. Inicialmente, será discutida a evolução dos gabinetes de curiosidades aos museus nacionais e as contribuições dos arquitetos e historiadores da arte para as teorias da restauração.

Sabe-se que as primeiras coleções foram principalmente formadas pela pilhagem de guerras e invasões, como as obras gregas que foram levadas pelos romanos para enfeitar seus jardins particulares e prédios públicos. Nesse período, percebe-se a utilização do termo *Museum* (Templo das Musas), o qual é resgatado nas Idades Moderna e Contemporânea. Na Idade Média, essa prática foi ainda pouco utilizada, dando-se maior valor aos metais e pedras preciosas angariados nas guerras e pilhagens, como durante as Cruzadas. Contudo, ainda nesse período, deve-se considerar as coleções mantidas pela Igreja no intuito de preservar os conhecimentos contidos em manuscritos nas bibliotecas, imagens e relíquias nos seus mosteiros e abadias.

Nos séculos XVI e XVII, a aristocracia europeia constituiu o que foram chamados de gabinetes de curiosidades. Normalmente, um gabinete de curiosidade era uma sala na mansão do aristocrata, a qual continha grandes quantidades de objetos que variavam de utensílios cotidianos a seres exóticos vindos das mais diferentes partes do mundo, na maioria das vezes dispostos sem nenhuma ordem ou esquematização. Esses espaços consistiam em uma exposição de curiosidades e achados procedentes de novas explorações ou de instrumentos tecnicamente avançados (Choay, 2001).

Nesse contexto, o advento chamado de colecionismo pode ser entendido como o início e, ao mesmo tempo, um concorrente do surgimento dos museus nacionais. Os gabinetes de curiosidades foram um fenômeno sociocultural necessário para o surgimento desses últimos. Embora as coleções formadas nos séculos XVII e XVIII não tivessem uma organização, documentação e conservação adequadas, deram origem à boa parte dos museus nacionais europeus de grande porte.

Paralelamente ao desenvolvimento do Iluminismo, que tinha entre suas premissas a busca pelo conhecimento e sua catalogação, as coleções, que a princípio tinham apenas um caráter de fruição e apreciação, adquiriram um papel enciclopédico de estudo e reunião de conhecimentos. Concomitantemente a isso, no século XVIII, iniciam-se as políticas de posse e organização das coleções patrimoniais por parte do Estado, com grandes transferências de acervos privados para o âmbito público, transformando-os em símbolos de nações ou coletividades.

Com a Revolução Francesa, ocorrida no final do século XVIII, sob o lema Igualdade, Liberdade e Fraternidade, a burguesia tomou o poder na França, com apoio popular,

e apesar dos acontecimentos turbulentos e guerras, manteve seu caráter transformador até 1815, quando se deu o fim do império napoleônico. Os revolucionários acabaram com os privilégios da nobreza e do clero, enfraquecendo as instituições feudais do Antigo Regime. Assim, foi favorecida a laicização do que era antes considerado sagrado, procedendo-se à apropriação dos bens da nobreza e da Igreja Católica e à sua transformação em coisa pública, do interesse público.

Podemos afirmar, então, que a conservação com base científica se inicia no século XIX, a partir da necessidade de preservação dessas coleções. Granato e Campos (2013) destacam diversos trabalhos desse século, como: Sir Humphrey Davy (1778-1829), presidente da Royal Society (1820), estudando os papiros de Pompéia; C. J. Thomson (1788-1865), no Museu Nacional de Copenhague, desenvolvendo técnicas para conservar objetos arqueológicos; Friedrich Rathgen Gilberg (1862-1942), no Museu Real de Berlim, onde criou um laboratório, desenvolveu uma série de tratamentos de conservação e produziu um dos primeiros livros sobre o tema (*Die Konservierung von Altumsfunden* – “A Conservação de Antiguidades”). Com o desenvolvimento da filosofia positivista, a ciência é apresentada como caminho para a revelação da verdade e a análise da realidade, o que reforça a cientifização dessa área de conhecimento, assim como diversas outras (Granato; Campos, 2013). Essas grandes coleções, reunidas em diversos museus, vão requerer cada vez mais a atenção das instituições e dos estudiosos quanto à sua preservação para as próximas gerações.

Outro caminho que influenciou as pesquisas na conservação preventiva foram os estudos em restauração arquitetônica e história da arte no pós-Revolução Francesa. Durante o período revolucionário, símbolos da Monarquia e da Igreja, como castelos, abadias, catedrais e monastérios, foram saqueados e depredados, sofrendo danos significativos. Os esforços do Governo francês em restaurar seu patrimônio edificado e monumentos, juntamente com o avanço sem precedentes da alteração da paisagem urbana em consequência da Revolução Industrial, na Inglaterra, produziram uma rica discussão sobre os métodos, e as teorias que os amparavam, entre especialistas franceses, ingleses e alemães.

Um dos maiores nomes desse período foi Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879), arquiteto responsável por diversos restauros em monumentos franceses, com destaque à restauração da Catedral de *Notre-Dame* de Paris. Ele afirmava, no verbete

“Restauração”, publicado no *Dictionnaire Raisonné de l´Arhitecture Française du XVº au XVIº siècle*, que “restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento” (Viollet-le-Duc, 2000, p. 29), ou seja, se um determinado monumento ou igreja medieval apresentasse uma intervenção que não fazia sentido dentro do estilo no qual fora concebido, a intervenção deveria ser demolida – mesmo que tivesse sido construída há centenas de anos. Além da possível remoção de intervenções posteriores, que alegadamente não fizessem parte do conjunto, ele afirmava que outras partes faltantes que não tivessem sido concluídas ou houvessem sido perdidas, deveriam ser incluídas ao edifício. Como exemplo, observa-se a agulha no telhado da igreja de Notre-Dame, perdida em um incêndio e reconstruída por Viollet-le-Duc durante o processo de restauração.

Embora possa haver problemas em sua atuação, como a falta de respeito ao valor documental e sua forma invasiva de atuar nos bens, alguns preceitos de Viollet-le-Duc continuam atuais. Destacam-se a importância do uso como estratégia para a sobrevivência da obra, a necessidade de fundamentar decisões, conhecer a arquitetura de cada época e de cada região e o respeito pela função da estrutura no bem cultural. Em 1849, Viollet-le-Duc publicou uma instrução técnica sobre a restauração dos edifícios diocesanos, na qual encontram-se as recomendações de manutenções periódicas para evitar as restaurações e o modo de fazer levantamentos, de analisar, verificar causas mais comuns de degradação, maneiras de talhar pedras e fazer rejuntes, além de como restaurar edifícios. Esse manual foi distribuído entre os arquitetos do período, tornando-se um documento que influenciou gerações de profissionais, sendo identificadas as indicações iniciais da importância da conservação como medida para mitigar a necessidade da restauração em monumentos eclesiásticos (Viollet-le-Duc, 2000).

Concomitante a isso, o colapso do Classicismo europeu, resultado do contato com as civilizações de outras partes do mundo e das descobertas arqueológicas, demonstrou a importância de se conservar outros sistemas arquitetônicos. E se incluir a ideia de nação, com valores e princípios comuns, o gótico torna-se um ponto comum da arquitetura medieval a ser conservado em todos os países europeus, embora tenha sido anteriormente desconsiderado.

Nesse intuito, destaca-se, na Inglaterra, James Wyatt (1747-1830), que, ainda com conceitos classicizantes, implantou um processo de restauração que, a princípio, primava pelo restabelecimento do que o monumento fora no passado, ou do que se acreditava que tivesse sido, removendo a pátina e intervenções posteriores. Essas intervenções incentivaram um debate sobre a restauração que se radicalizou no Movimento Antirrestauração de John Ruskin (1819-1900), levado adiante por William Morris (1834-1896) (Pinheiro, 2004).

Os ingleses Willian Morris e John Ruskin, avessos à postura de Viollet-le-Duc, consideravam que as complementações estruturais e as construções adjacentes destruíam o espírito original dos edifícios antigos (Froner, 2007). Ruskin, representante da teoria romântica, ou da restauração romântica, defendia a intocabilidade do monumento degradado. Era partidário da autenticidade histórica, afirmando que os monumentos medievais, representativos do antigo, deveriam ser mantidos sem modificação alguma. Ao defender que até as pedras de um edifício deveriam ser tratadas como joias, Ruskin, indiretamente, deu os primeiros passos na direção da conservação, ao privilegiar a integridade e autenticidade física do bem e ao atentar para o fato de que a vigilância a um edifício antigo, por meio dos melhores cuidados possíveis, poderia protegê-lo das causas de degradação (Caldeira, 2006).

Ruskin aponta para a importante questão da vida e da beleza, tanto no que se refere à natureza quanto ao que seja obra humana. A razão essencial da preservação seria garantir a melhor qualidade da vida. Apresenta uma primeira noção de bem cultural, o qual deveria ser preservado a qualquer custo. Inclusive, as evidências da passagem do tempo deveriam ser preservadas, pois, embora todos os edifícios estivessem fadados ao desaparecimento, caberia a todos, pela manutenção, prolongar sua existência ao máximo.

Nesse processo, por iniciativa de William Morris, dá-se a fundação da Sociedade para a Proteção de Edifícios Antigos (SPAB), que abandona a postura moralista de Ruskin para concentrar-se na importância dos monumentos como documentos históricos, incentivando a necessidade de manutenção em oposição à restauração. Morris se apresenta claramente contrário ao idealismo de Viollet-le-Duc, que defendia alterações nos monumentos históricos em busca de sua originalidade.

Deve-se considerar as significativas contribuições de Morris para os princípios norteadores da ideia contemporânea de conservação das construções de valor histórico, em contraposição à ideia de restauração impetrada no século XIX. Morris foi influenciado pelas ideias de Karl Marx (1818-1883). Marx criticava a onipotência do capitalismo na construção ideológica da realidade, incidindo nas transformações ocorridas pelo advento da Revolução Industrial, que varria todo o continente europeu, particularmente a Inglaterra, e transformava em mercadoria o passado que residia nos edifícios históricos. Essas transformações urbanas que alteravam as antigas cidades medievais, em um fluxo inverso, contribuíram para potencializar as atitudes preservacionistas (Pinheiro, 2004).

Os ideais da SPAB difundiram-se rapidamente por meio de um manifesto publicado em 1877, interferindo gradativamente nos processos de restauro, demolição, tombamento de prédios eclesiásticos, públicos e particulares de interesse artístico e histórico. A tradução de tal manifesto para diversas línguas possibilitou a ampliação do debate sobre a restauração e a conservação, divulgando os ideais da SPAB que, no decorrer do século XX, tornou-se parte integrante nas decisões no âmbito da conservação, seja em organizações civis, seja em órgãos estatais.

Já na chamada Escola de Viena, tem-se as discussões conceituais da Filosofia e da História, cujo maior representante foi Alois Riegl (1858-1905). Riegl contribui para a visão de Ruskin quando já alerta para a indispensabilidade de o conservador-restaurador conhecer História para evitar erros, excessos e ações que danifiquem a qualidade estética ou documental dos monumentos, além de unir a cátedra acadêmica às coleções dos museus que aumentavam significativamente no período (Froner, 2007).

Essa postura alimentou a corrente posterior, os puristas, que teve como precursor Camillo Boito (1836-1914), responsável por articular as duas correntes anteriores de maneira coerente e possibilitar a legitimação da restauração no que concerne à necessidade de evitar a destruição e, ao mesmo tempo, evitar o falso histórico. Considerado o criador da corrente científica da restauração, pôde aceitar a visão radical de Ruskin, concordando em classificar as reconstruções como falsas e, assim, estabeleceu o primeiro código de ética da restauração, o qual tem validade ainda no início do século XXI. Suas ideias tiveram por base a posição analítica da atitude formal, com oito pontos que as reconstruções na arquitetura precisavam cumprir,

como a necessidade de diferenciar o antigo do reconstruído e a documentação das intervenções realizadas. Os critérios estabelecidos por Boito são considerados básicos pelos restauradores e foram aplicados com pouca variação a todos os campos da conservação de bens culturais, tendo sido aperfeiçoados com os anos (Sanchez-Hernampérez, 2004).

Contudo, o respeito incondicional à estrutura original do monumento como testemunho teve como consequência a desconsideração, pelos restauradores, das intervenções anteriores, ou seja, inversamente à tendência da teoria francesa, tornou-se comum, nos fins do século XIX e início do século XX, a remoção de pátinas, partes e preenchimentos posteriores, sem considerar que poderiam ser tratados também como testemunhos da própria história da obra (Froner, 2007).

Assim, pode-se concluir que há uma discussão teórica acerca das palavras restauração e conservação, que extrapolam o campo do significado. Aparentemente sinônimos na língua portuguesa, apresentam características bem diferenciadas no que se refere às intervenções a serem realizadas em determinados bens culturais. O conceito de restauração dos franceses passa a ser desqualificado em relação ao conceito de conservação dos autores ingleses. As perspectivas desses profissionais, embora históricas, oportunizarão a lapidação dos conceitos tão caros aos responsáveis pelo cuidado dos bens culturais.

1.3 A CONSERVAÇÃO-RESTAURAÇÃO NO SÉCULO XX

A prática de intervenções em bens culturais imóveis, comum na Europa do século XIX e início do século XX, tinha por intenção obter um suposto estado completo e original do bem. As intervenções, assim, resultavam em críticas e ardorosos debates acerca das perdas de diversas estratificações da obra, que deturpavam o documento histórico, inclusive pelo fato de reinserir de modo violento, na vida das comunidades, uma renovada imagem da obra, sem precedentes, e totalmente diversa daquela que se consolidara ao longo do tempo.

A primeira metade do século XX foi marcada pela ação beligerante entre as principais potências do mundo à época. Iniciando-se em 1914, a Primeira Guerra marcaria

profundamente a sociedade europeia, abalando convicções positivistas quanto à evolução inexorável da ciência em prol da sociedade. Apesar disso, já em 1930, no primeiro encontro internacional promovido pelo Escritório Internacional de Museus da Liga das Nações para tratar dos princípios científicos da restauração, com a participação de diretores de museus, historiadores da arte e cientistas, foi proposta a utilização de métodos científicos e a implementação de estudos laboratoriais para a identificação e preservação dos bens culturais (Froner; Rosado, 2008).

No início da década de 1930, além da importante contribuição quanto à utilização da expressão “método científico” nos estudos sobre o patrimônio, a ênfase ao valor documental se firmaria nas discussões em âmbito internacional pelas propostas de vários autores, destacando-se as ideias de Gustavo Giovannoni (1873-1947), as quais teriam repercussão na reunião de 1931, realizada em Atenas. Giovannoni participou ativamente na elaboração do documento final, conhecido como Carta de Restauro de Atenas de 1931. A partir dessa Carta, restaurar não mais é voltar ao estado primitivo da obra, nem a um estágio anterior qualquer, embora essa ideia já estivesse em textos de caráter normativo encontrados no ambiente italiano, pelo menos desde 1883, sendo encontrada nas resoluções do Congresso de Engenheiros e Arquitetos adotadas pelo Ministério da Educação do país com esse mesmo princípio. A Carta de Restauração de Atenas (1931) define, no contexto internacional, que:

> Restaurar é respeitar plenamente qualquer obra reconhecida como bem a tutelar, em suas várias estratificações e em seu transcurso ao longo do tempo, independente da maior ou menor apreciação pelo seu valor “artístico” (...). (Kühl, 2009, p. 64).

Concomitante a essas diretrizes, avançaram as pesquisas e a utilização de métodos científicos de análise do patrimônio artístico e cultural, provocando uma mudança metodológica quanto às análises dos especialistas e historiadores da arte. A busca de apoio desses profissionais por técnicas e métodos, até então de outras áreas, visando minimizar os erros de avaliação, favoreceu a constituição da chamada ciência da conservação em contraposição à aplicação apenas dos métodos anteriores (Froner; Rosado, 2008).

Edward Forbes (1873-1969) foi muito importante para o desenvolvimento de abordagens interdisciplinares quando, em 1931, ao promover o engajamento de

historiadores da arte, curadores e cientistas, criou o *Department for Conservation and Technical Research*, que realizou investigações sobre os materiais e as técnicas de arte, assim como a procedência das produções artísticas originais (Ainsworth, 2005 *apud* Rosado, 2008). É notável a coleção de corantes e pigmentos angariada por Forbes, uma das maiores coleções do mundo na área, a qual é de grande importância para as pesquisas de materiais empregados em camadas pictóricas de obras de arte.

É de se notar que, nas décadas de 1930 e 1940, não obstante o crescimento significativo do fascismo e a eclosão da Segunda Guerra Mundial – fatos históricos que inviabilizaram as discussões e implementações das diretrizes estabelecidas na *Carta* de 1931 – foram criados institutos e centros internacionais como o Instituto Real do Patrimônio Cultural (IRPA), em Bruxelas (1937), e o Instituto Central de Restauro (ICR), em Roma (1939). Este último foi fundado por Cesare Brandi (1906-1988), que definiu uma doutrina intitulada Teoria da Restauração, publicada em 1963, influenciada pela obra de Benedetto Croce (1866-1952) e pautada em princípios que valorizam os aspectos estéticos e históricos dos objetos, tornando-se referência da restauração moderna (Souz; Coelho de Sá, 2015). Brandi inova ao relacionar a restauração à leitura crítica da obra de arte, direcionando racionalmente as possíveis intervenções. A restauração passa a ser vista como um problema metodológico e analítico, em vez de apenas prático (Rosado, 2015).

A preservação do patrimônio cultural no Brasil foi significativamente influenciada pelas cartas patrimoniais em sua legislação a partir da Carta de Atenas de 1931. Esse documento internacional apresenta, entre outras conclusões, a importância da atuação dos Estados nacionais em promover a preservação de seu patrimônio cultural, com programas educacionais e leis voltadas para esse fim. No texto constitucional de 1934, é imputado à União, aos Estados e Municípios “proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País” (Brasil, 1934, Art. 148, Cap. III). Embora seja na Constituição outorgada de 1937, no seu Art. 134, que se tenta relacionar uma ligação entre bens culturais e históricos ao conceito de patrimônio cultural, foi o Decreto-Lei n.º 25, de 1937, que introduziu, em seu Artigo 1º, o que seria patrimônio histórico, englobando a ideia também de patrimônio artístico (Santos Jr., 2005). Entre outras normativas, esse Decreto-lei regulamenta as atividades do principal órgão de preservação do patrimônio nacional, chamado inicialmente de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), hoje

IPHAN. Há de se notar que os primeiros tombamentos de sítios urbanos no país ocorreram também na década de 1930, notadamente em Ouro Preto, Minas Gerais, no ano de 1938, sob a influência da Carta de Atenas, a qual prescrevia a preservação de monumentos e sítios históricos, incentivando princípios legais que garantissem a manutenção dos edifícios, além das bases técnicas e tecnológicas da restauração, ocupação e vínculo social com a comunidade para sua preservação (Froner, 2013).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, somando-se à destruição sem precedentes das cidades europeias e, consequentemente do patrimônio cultural, aconteceu a criação do Conselho Internacional de Museus (ICOM), em Paris (1946), e do Instituto Internacional para a Conservação (IIC), em Londres (1950), que passam a contribuir significativamente para a área da conservação.

Em consequência das invasões e bombardeios ocorridos durante a Segunda Guerra, muitos monumentos e coleções inteiras ficaram danificados, gerando um movimento de questionamento dos conceitos do "Restauro Científico". Estes conceitos exigiam postura de quase neutralidade do arquiteto/conservador em relação ao bem cultural, o que entrava em conflito com a necessidade de se refazer o que foi destruído pela guerra. Essa necessidade advinha de diversas questões, que iam desde a autoestima relacionada ao resgate da paisagem destruída pela guerra, ao orgulho em resgatar e novamente possuir seus bens culturais. Em consonância à situação objetiva vivenciada pelos contemporâneos, prevaleceu, no que foi chamado de Restauro Crítico, uma atitude mais flexível por parte dos profissionais do patrimônio, principalmente europeus, face à pressão social, política e financeira quanto à recomposição de monumentos e objetos danificados (Granato; Campos, 2013).

Em 1956, o italiano Cesare Brandi (1906-1988) e o belga Paul Philippot (1925-2016) organizaram as bases teóricas do Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauração de Bens Culturais (ICCROM). Sendo consultores da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), eles contribuíram significativamente para a elaboração de cartas patrimoniais, tratados e documentos reguladores, tendo a Itália como o grande centro formador e teórico relacionado à prática da conservação e da restauração em bases científicas (Froner, 2006).

As décadas de 1950 e 1960 foram inspiradas pela teoria desses cientistas, ancorada tanto nas Ciências Humanas quanto nas Ciências Exatas, com intensa participação

dos laboratórios científicos que investiram em estudos e projetos, principalmente com os avanços da química e o desenvolvimento de materiais sintéticos, auxiliando a compreensão da origem e do comportamento dos materiais constitutivos dos bens culturais (Granato; Campos, 2013).

A Carta de Veneza de 1964 reexamina os princípios estipulados pela Carta de Atenas de 1931, tornando-se um documento de referência para a área da conservação e restauração até a atualidade, uma vez que é um documento interpretável, ou seja, exposto à hermenêutica, tendo um conteúdo referencial conciso e referenciado, com sua escrita coordenada por Raymond Lemaire (1921-1997) (Marshall, 2016). A Carta de Veneza é considerada o documento base do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), criado em 1965, por possuir caráter indicativo e não constituir um receituário de aplicações diretamente na prática, uma vez que contém uma série de princípios, guias ou diretrizes que devem ser reinterpretados para cada caso particular de aplicação (Kühl, 2010). Reafirma o caráter científico da conservação preventiva, como reforçar a importância da documentação em relatórios analíticos e críticos, com ilustrações e imagens e dispostos ao acesso aos pesquisadores (Caldeira, 2006).

A Carta destaca, em seu artigo 2º, que a conservação-restauração dos monumentos requer a colaboração de todas as ciências e técnicas para o estudo e salvaguarda desse patrimônio. Observa-se um esforço de alguns cientistas para que o emprego de seus estudos sobre materiais e técnicas fosse apresentado como suporte às análises de historiadores da arte. A partir da década de 1970, tem-se a constituição de laboratórios de pesquisa nos grandes museus, que passam a receber as contribuições dos laboratórios das universidades, direcionando suas pesquisas sobre objetos artísticos e determinando sua origem, materiais e tecnologia (Rosado, 2014).

É possível observar que diversos cientistas tentam empregar seus estudos sobre materiais e técnicas como suporte às análises de historiadores da arte, mas, até a década de 1970, essa metodologia interdisciplinar utilizada pelos cientistas da conservação não havia, ainda, tomado corpo entre as instituições universitárias e museológicas (Froner; Rosado, 2008).

1.4 A CONSERVAÇÃO PREVENTIVA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

As primeiras aparições das duas palavras juntas, “conservação preventiva”, se dão a partir de 1975, segundo Gaël de Guichen (González; Tapol, 2009). Os autores destacam a importância para a conservação-restauração da publicação do livro “Conservação de Antiguidades e Obras de Arte”, de Harold James Plenderleith (1898-1997), mas com críticas quanto à ênfase dada aos agentes umidade e contaminação e pouca ou nenhuma dada à negligência. Contudo, o livro de Robert Howard Garry Thomson (1925-2007), “O Clima no Museu” (1977), terá enorme repercussão não só para conservadores-restauradores, mas para todos os profissionais que trabalham com museus, enfatizando o clima, a iluminação e a contaminação. A partir dessas publicações, aparelhos de medição e métricas são colocados em evidência na conservação desses bens culturais. É destacado também o papel do ICCROM na organização e consolidação de dois cursos: o “Prevenção nos Museus” (1975-1990), na Europa, com a participação de centenas de representantes de vários países, e o Programa PREMA (Prevenção nos Museus Africanos, 1985-1999), em que foi posta em prática uma estratégia global de conservação preventiva. Esses cursos ampliaram os estudos dos fatores de degradação do patrimônio cultural, assim como demonstraram que os parâmetros estabelecidos para as coleções dos países europeus nem sempre podiam ser implementados nos demais países de outros continentes, seja por causa do clima, seja pelas condições socioambientais (González; Tapol, 2009).

As duas Cartas italianas de restauro (1972 e 1987) ratificam a relação existente entre conservação, prevenção, salvaguarda, manutenção e restauração, sendo complementares. A segunda Carta enfatiza a importância dos controles de temperatura e umidade relativa nos ambientes de salvaguarda e exposição das coleções, preconizando limites ideais. Há de se destacar também os encontros realizados no Brasil, nomeadamente, o Compromisso de Brasília (1970) e o Compromisso de Salvador (1971), que tinham por objetivo adotar medidas para a defesa do patrimônio histórico e artístico do país, com a orientação para a criação de cursos superiores de formação de profissionais ligados à conservação desses bens culturais (Caldeira, 2006).

Em decorrência desses encontros, na década de 1970 são abertos cursos de formação em restauração, como o Curso de Especialização em Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos, no Sudeste e Nordeste do Brasil, depois sediado apenas em Salvador, com ênfase à prática de projetos de restauração apoiados pela Unesco e pelo IPHAN (Nascimento, 2016). Esses cursos foram importantes para a criação de especializações na área em Belo Horizonte (CECOR-EBA-UFMG, em 1980) e em Salvador (CRECE-UFBA, em 1981). Foi também implementado o Curso Técnico de Bens Culturais Móveis, em Ouro Preto, pelo restaurador Jair Afonso Inácio (1932-1982). Embora os cursos em geral fossem ligados aos monumentos arquitetônicos, na UFMG (Belo Horizonte) a especialização foi idealizada pela professora do Departamento de Artes Plásticas da Escola de Belas Artes, Beatriz Coelho, com o intuito de contemplar os bens culturais móveis, constituindo o primeiro centro de pesquisa e formação de especialistas em conservação e restauração de bens culturais móveis no país. Esse curso transformou-se em graduação no final da década de 2000, como será visto nos parágrafos seguintes (Coelho; Quites, 2014).

Nos anos de 1980, as pesquisas internacionais na área do patrimônio se voltam para a conservação preventiva, principalmente considerando o controle ambiental, por meio da fundamentação propiciada por artigos de Garry Thomson (1925-2007) sobre climatização e controle da luz em museus. Demonstravam-se como os novos métodos científicos, utilizados na preservação, poderiam favorecer os processos de conservação do patrimônio cultural. Estudos sobre a química dos materiais, solventes e a utilização de novos materiais começaram a ser difundidos e aplicados na prática (Froner; Rosado, 2008). Nos Estados Unidos da América (EUA), a Conservação Preventiva se solidificou na década de 1980 como atividade responsável pelas ações de retardamento da deterioração e prevenção de danos aos bens culturais, principalmente com a utilização de medições e controles das condições ambientais, de luminosidade, temperatura e umidade relativa, sendo utilizada uma série de aparelhos e programas para estabelecer as melhores condições para esses fins (Caldeira, 2006).

Com a formação de diversos profissionais, nas mais diversas áreas do conhecimento envolvidas com a proteção do patrimônio cultural, em 1992 foi organizada a primeira conferência internacional sobre a Conservação Preventiva, em Paris, com o amparo

da UNESCO, que gerou a publicação “Conservação Preventiva”[6], em que, pela primeira vez, diversos estudos sobre o tema foram reunidos. Em 1994, o *International Institut for Conservation* (IIC) colocou como tema em sua conferência bianual a “Conservação Preventiva, prática, teoria e pesquisa”[7], o que resultou em uma publicação de 240 páginas sobre o tema. Essas duas publicações davam um valor significativo ao controle ambiental, o que é ampliado pelos textos publicados em 1995, nos “Cadernos de Estudo do ICOM-CC”[8], que propõem um campo mais vasto, implicando mudanças de mentalidade na gestão do patrimônio. É apresentada, pela primeira vez, por Robert Waller e Stefan Michalski, a “Avaliação de Riscos”, que demonstra sua primeira versão da tabela de Prevenção com os agentes de deterioração e as fases para combatê-los, a partir das pesquisas realizadas pelo *Canadian Conservation Institute* (CCI) (González; Tapol, 2011).

1.5 GERENCIAMENTO DE RISCO DOS BENS CULTURAIS

Michalski, a partir de 1982, publica uma série de trabalhos sobre as condições climáticas nos ambientes de salvaguarda, os danos causados pela umidade relativa, radiação visível e ultravioleta, além da temperatura adequada para a salvaguarda das coleções. Esses elementos foram estudados com o estabelecimento de métricas e variações a cada tipo de coleção e clima. É de se notar o *software* Calculadora de Danos por Luz do CCI, idealizado por Michalski, que fornece uma estimativa do desbotamento que pode ocorrer na cor de vários objetos quando expostos a diferentes quantitativos de luz.

No texto publicado “*A Paradigm Shift for Preventive Conservation, and a Software Tool to Facilitate the Transition”*, Waller e Michalski (2005) discutem a possível mudança de paradigma da conservação preventiva, de manutenção das condições ambientais dos locais de guarda para a previsão a longo prazo, dos efeitos nas coleções, dos

---

[6] LA CONSERVATION PRÉVENTIVE, Paris 8, 9 et 10 octobre, 1992. **Colloque sur la conservation restauration des biens culturels** (1992 : Paris, France).

[7] ROY, ASHOK., SMITH, PERRY, AND INTERNATIONAL INSTITUTE FOR CONSERVATION OF HISTORIC ARTISTIC WORKS. **Preventive Conservation Practice, Theory and Research**: Preprints of the Contributions to the Ottawa Congress, 12-16 September 1994 / Edited by Ashok Roy and Perry Smith. London: International Institute for Conservation of Historic and Artistic Works, 1994.

[8] GUICHEN, G. **La conservation préventive**: un changement profond de mentalité. En Cahiers d’étude, ICOM-CC, 1995.

agentes de deterioração e a melhor forma de preservá-los. Ou seja, uma mudança do paradigma de reação ao processo-controle das coleções, para o paradigma de missão de previsão dos possíveis danos que poderiam incidir sobre o patrimônio cultural. Para isso, propõem um *software* em que questões fossem levantadas sobre a disposição das coleções, edificação, controles, luminosidade, entre outros, e o grau das respostas possíveis, com quantificações adequadas, descrevendo, a longo prazo, os possíveis efeitos nas coleções numa previsão de anos, décadas e séculos. Os autores destacam a importância do acúmulo de conhecimento gerado por esse processo para Estados Nacionais e para a acumulação de sabedoria dos profissionais, e não apenas o acúmulo de informações (Waller; Michalski, 2005). Deste modo, a conservação preventiva avança de um modelo baseado no condicionamento de ambientes, para o de previsibilidade da ação dos agentes de deterioração que possivelmente afetariam os bens culturais.

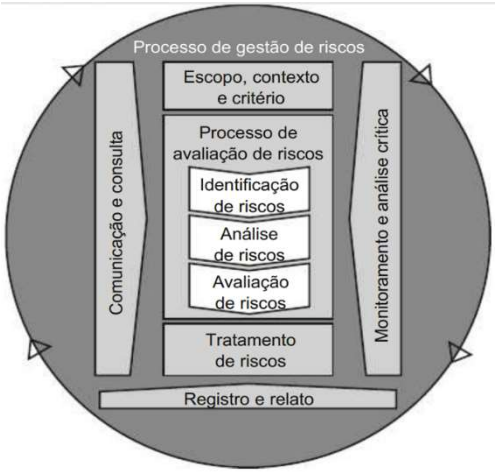
Dando continuidade aos estudos sobre a previsibilidade na conservação preventiva, em 2007 Michalski, Brokerhot, Meul e o brasileiro Pedersoli Jr. publicam o artigo “Pesquisa Avançada em Aplicações de Gerenciamento de Risco Para Bens Culturais” (Broderhof *et al.*, 2007), em que dão continuidade às pesquisas sobre o gerenciamento de risco. O químico José Luiz Pedersoli Jr. era membro da equipe do ICCROM naquele período, publicando artigos na área de gerenciamento de riscos (Hollós; Pedersoli Jr., 2009) e, ao sair do ICCROM, ampliou sua experiência em gestão de risco, conservação preventiva e avaliação de valor, inclusive no Brasil, com o Plano de Gerenciamento de Riscos: Salvaguarda & emergência – Biblioteca Nacional (Spinelli; Pedersoli Jr., 2010). De volta ao ICCROM, publica, juntamente com Michalski, “O Método ABC: uma abordagem de gestão de riscos para a preservação do patrimônio cultural” (Michalski; Pedersoli Jr., 2016) e “Um Guia para a Gestão de Riscos do Patrimônio Cultural” (Michalski; Pedersoli Jr.; Antomarchi, 2016), duas publicações que serão fundamentais para as pesquisas e aplicações de métodos de gerenciamento de risco no Brasil – uma vez que foram traduzidas para o português – , e, consequentemente, para a conservação preventiva.

O gerenciamento de risco encontra seus primórdios nos anos de 1970, empregado para a avaliação de riscos de perda em patrimônio voltado para o mercado financeiro. O gerenciamento de risco foi estudado e adaptado por Michalski (2004) para sua aplicação nos bens culturais pela norma internacional 31000 australiana e

neozelandeza (Hollós; Perdersoli Jr., 2009). No Brasil, essa norma será publicada em 2018 como ABNT NBR 31010:2018, e elaborada pela Comissão de Estudos Especiais de Gestão de Riscos para as pessoas que criam e protegem valor nas organizações, tomando decisões, estabelecendo e alcançando objetivos, além de melhorar o desempenho e gerenciar riscos. A norma afirma que o gerenciamento de riscos é interativo, auxilia as organizações no estabelecimento de estratégias e tomada de decisões considerando o contexto externo e interno da organização, além do comportamento humano e fatores culturais.

Essa norma considera risco como efeito da incerteza nos objetivos, sendo que o efeito é um desvio em relação ao esperado, negativo ou positivo, e normalmente é expresso em termos como fonte de risco, eventos potenciais, consequências e suas probabilidades. A gestão de riscos seria a atividade coordenada no que se refere a riscos, e a fonte de risco seria o elemento que, individualmente ou combinado, tem o potencial para dar origem ao risco. O processo de gestão de riscos envolve a aplicação sistemática de políticas, procedimentos e práticas para as atividades de comunicação e consulta, estabelecimento do contexto e avaliação, tratamento, monitoramento, análise crítica, registro e relato de riscos, como pode ser observado na imagem a seguir (ABNT NBR 31010, 2018):

Figura 1.1 – Processo de gestão de riscos

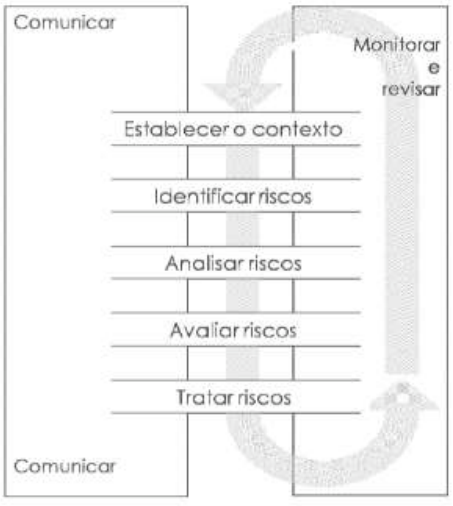


Fonte: ABNT, NBR 31010, 2018.

Na parte central do organograma, pode-se observar o destaque dado à identificação de riscos: fontes tangíveis e intangíveis de risco; causas e eventos; ameaças e oportunidades; vulnerabilidades e capacidades; mudanças nos contextos externo e interno; indicadores de risco emergentes; natureza e valor dos ativos e recursos; consequências e seus impactos nos objetivos; limitações de conhecimento e de confiabilidade da informação; fatores temporais; vieses, hipóteses e crenças dos envolvidos. Após a identificação dos riscos que podem causar impacto nos objetivos propostos pela instituição, faz-se a análise de riscos: a probabilidade de eventos e consequências; a natureza e magnitude das consequências; complexidade e conectividade; fatores temporais e volatilidade; a eficácia dos controles existentes; sensibilidade e níveis de confiança. Por fim, é necessário, segundo a norma, estabelecer o tratamento de riscos: o propósito do tratamento de riscos é selecionar e implementar opções para abordar riscos; formular e selecionar opções para tratamento do risco; planejar e implementar o tratamento do risco; avaliar a eficácia deste tratamento; decidir se o risco remanescente é aceitável; se não for aceitável, realizar tratamento adicional (ABNT NBR 31010, 2018).

Na adaptação da Norma mais geral sobre gerenciamento de risco, no sentido de se adequar ao gerenciamento de risco de bens culturais, Hollós e Pedersoli Jr. (2009) apresentam organograma similar, como pode ser observado na Figura 1.2:

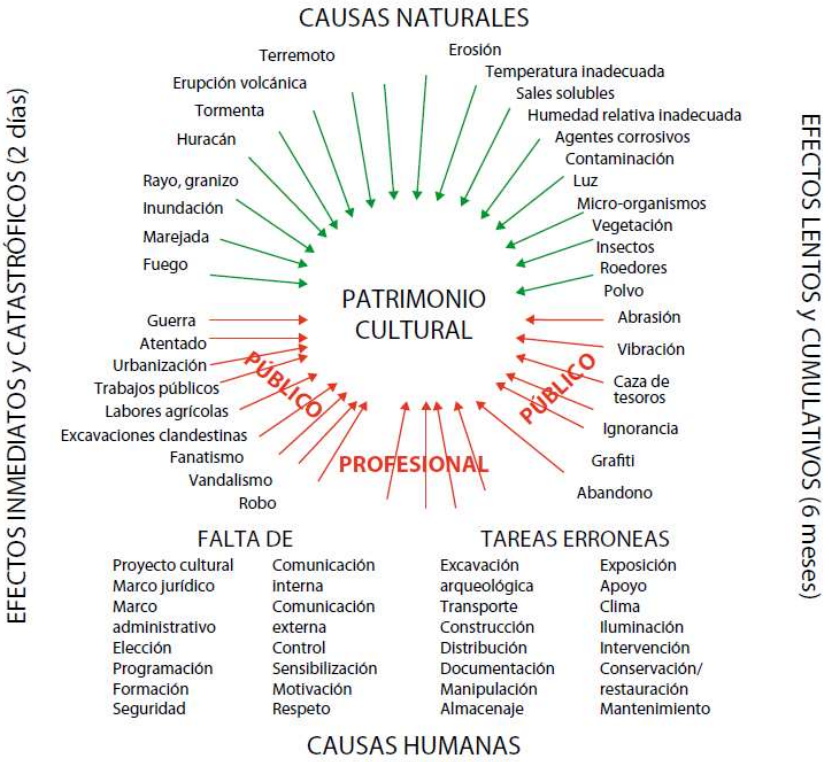
Figura 1.2 – Processo de gestão de risco



FONTE: HOLLÓS E PERDERSOLI JR., 2009, P. 77, TRADUZIDO DO *CANADIAN CONSERVATION INSTITUTE* (ICC) QUE, POR SUA VEZ, SE BASEOU NA NORMA AUSTRALIANA/NEOZELANDEZA.

Pode-se perceber que não há diferenças significativas entre o organograma na Figura 1.1, referente à Norma ABNT NBR 31010, de 2018, e o organograma na Figura 1.2, que é específico para os bens culturais. Em ambos, nota-se que identificar, analisar, avaliar e tratar os riscos estão em significativo destaque no gerenciamento de riscos do patrimônio cultural em análise. No entanto, é preciso, nas duas figuras, levar em conta a questão de perda de valor do bem, os potenciais riscos que os bens culturais especificamente sofrem são diversos, podendo ter efeitos imediatos e catastróficos ou lentos e cumulativos. Além disso, tem-se que considerar as causas desses efeitos, se humanas ou naturais, como observado na Figura 1.3:

Figura 1.3 – Causas de degradação do patrimônio cultural



Fonte: Guichen, 2013, p. 19.

Devido à quantidade significativa de riscos que os bens culturais estão sujeitos a sofrer perda de valor, sendo mais de cinquenta deles, segundo alguns estudiosos (Guichen, 2013), os possíveis agentes de riscos foram reunidos em dez grupos com similaridades que causam deterioração, como pode ser observado no manual

desenvolvido pelo ICCROM, de “Gestão de Riscos de Coleções” (Michalski; Pedersoli Jr., 2016). Segundo o manual, as fontes mais comuns e os efeitos adversos que eles normalmente causam seriam: forças físicas; dissociação; umidade relativa (UR) inadequada; temperatura inadequada; luz e ultra violeta (UV); poluentes; pragas; água; fogo; e criminosos. Esse documento foi elaborado a partir do material dos cursos de treinamentos patrocinados pelo ICCROM, “Reduzindo Riscos em Coleções”, que ocorreram em Ottawa (2003 e 2006), Roma (2005) e Sibiu (2007). É de se notar que incluem, juntamente com as normas de gerenciamento de riscos, a Escala ABC proposta por Michalski (2004). Essa Escala é uma ferramenta utilizada para avaliar a magnitude de riscos que podem ocorrer com uma determinada coleção. Para isso, pontua-se a ocorrência dos processos no tempo, de raros e catastróficos a processos contínuos e cumulativos, à quantidade de valor que se perde em cada objeto afetado, além da proporção da coleção a ser afetada. Com essa ferramenta, pode-se calcular quais riscos causarão maior estrago em um curto espaço de tempo, auxiliando a administração de uma determinada coleção a alocar recursos para barrar determinados processos e se planejar a longo prazo para atuar em processos de deterioração que podem causar danos no decorrer de décadas ou séculos.

A partir desses estudos, foi produzida uma variedade de manuais e cartilhas com as informações sobre o gerenciamento de risco do patrimônio cultural para diversos idiomas, inclusive o português. No Brasil, há vários trabalhos publicados na década de 2010, notadamente, o livro “Biblioteca Nacional plano de gerenciamento de riscos: salvaguarda & emergência” (Spinelli; Pedersoli Jr., 2010) e o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), com a cartilha “Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro”, publicada em 2013, e reeditada em 2017, o que conduzirá a uma mudança na preservação dos bens culturais musealizados, que será incorporada à educação superior, que passava por um processo de estruturação.

A partir de uma nova política de expansão do ensino superior no país, com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), foi lançado, em 2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), do Governo Federal. Esse programa buscou ampliar o acesso e a permanência na educação superior, criando novas faculdades e universidades, assim como fornecendo recursos para a expansão do ensino superior e pós-graduações. Nesse ambiente de crescimento do ensino superior, observou-se a criação e início das

atividades de diversos cursos de graduação e tecnólogos na área de conservação-restauração, assim como a ampliação de alunos egressos desses cursos para os programas de pós-graduação ligados à preservação do patrimônio cultural.

A Graduação em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis, na Escola de Belas Artes da UFMG, inicia-se em 2008, com a confluência de diversos profissionais, nas mais diversas áreas (químicos, engenheiros, arquitetos, artistas plásticos, historiadores, fotógrafos, museólogos, arquivistas, conservadores-restauradores, entre outros), para a produção científica na área da ciência do patrimônio, também fomentando a abertura de áreas de pesquisas sobre o patrimônio em outros departamentos (Arquitetura, Química, Ciência da Informação, Física, Engenharia, entre outros). Além de colaborarem com centros e laboratórios de pesquisa sobre o patrimônio já existentes (Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis – Cecor; Laboratório de Ciência da Conservação – Lacicor), os profissionais das áreas correlatas também têm empreendido esforços para desenvolver seus próprios laboratórios, a fim de atender às novas abordagens científicas e metodológicas pleiteadas (Laboratório de Documentação Científica por Imagem – iLAB, Labicor, Laconpre, entre outros).

Em um movimento virtuoso, porém recente no país, o ambiente de estudo e pesquisa vem se firmando com cursos de graduação, em diversas regiões do país, e pós-graduações, como a especialização “Conservação Preventiva de Bens Culturais Móveis Eclesiásticos” (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas). Tal contexto acadêmico vem congregando esforços para a capacitação, ensino e pesquisas na área de conservação preventiva dos bens culturais que se encontram protegidos por tombamento em museus ou instituições de guarda, assim como os que não estão musealizados e detêm valor de uso como os bens culturais sob a guarda da Igreja.

Cada vez mais, exige-se a compreensão, por parte dos profissionais ligados à preservação do patrimônio, acerca das pesquisas e conhecimentos de química, física e exames analíticos especiais. Soma-se a isso o desenvolvimento de novas tecnologias e materiais avançados, como nanomateriais destinados à execução direta de intervenções de conservação e/ou restauração mais controladas.

O célere progresso tecnológico a partir dos anos 1990 e 2000 promoveu a disponibilização de diversos novos aparelhos e equipamentos para a realização de análises e procedimentos de caracterização não destrutivos nas obras. Nas duas décadas do século XXI, com uma crescente disponibilidade de aparelhos e tecnologias, assiste-se à elaboração e aplicação de *softwares* para gerenciar os acervos e para facilitar as pesquisas, análises e o diagnóstico das obras, como é possível observar em trabalhos diversos (Gonçalves, 2013; Leão, 2011; Paniset, 2011; Matos, 2012), além de propiciar novas possibilidades de controle, organização e registro dos bens culturais. Contudo, com pouco investimento na preservação, produziram-se danos significativos aos bens culturais do país. Os incêndios de diversas instituições de guarda, a exemplo do devastador incêndio do Museu Nacional, e o roubo e vandalismo de bens culturais, notadamente os da Igreja que, entre outros problemas, visto que esta tem sido significativamente afetada pelas dificuldades socioeconômicas e políticas do país. Além disso, a Igreja tem, notoriamente, sofrido o impacto de mudanças na religiosidade da população brasileira, que se intensificou nas últimas décadas. Esse assunto será discutido no Capítulo 3.

Entre os diversos problemas que o patrimônio cultural religioso brasileiro sob a guarda da Igreja sofre, o roubo de bens culturais móveis merece destaque, seja pelo seu valor de uso, com os edifícios estando abertos ao público indiscriminadamente, seja pela falta de registro e documentação desses bens, que facilitam seu comércio ilícito. A documentação é fundamental para a preservação desses bens e será tratada no Capítulo 2, que discutirá os conceitos ligados à documentação, em particular àquela referente aos bens culturais, a influência das cartas patrimoniais para a documentação no Brasil, os inventários nacionais, com ênfase no INBMI/Fundação Vitae, a documentação museológica e as tecnologias de informação.

CAPÍTULO 2 – DOCUMENTAÇÃO DE BENS CULTURAIS: CONCEITOS E SIGNIFICÂNCIA PARA AS CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO, MUSEOLOGIA E CONSERVAÇÃO PREVENTIVA

A documentação dos bens culturais é fundamental para sua preservação, acesso, pesquisa e produção de conhecimento. O substantivo “documentação”, aqui utilizado, carece de compreensão mais aprofundada, partindo do princípio que tem tal importância para a gestão, proteção, conservação e os diversos campos do conhecimento que utilizam dessa ferramenta, ou mesmo se constituindo parte significativa de diversas áreas do conhecimento, como a Ciência da Informação.

Desse modo, o texto apresenta, inicialmente, as definições da Ciência da Informação de diferentes autores; e, em seguida, descrevem-se as alterações históricas quanto à importância da documentação dos bens culturais através das cartas patrimoniais e declarações internacionais, com as suas respectivas repercussões para a legislação e atuação dos órgãos de patrimônio no Brasil. Posteriormente, discorre-se sobre esses conceitos na Museologia e sua aplicação em relação às especificidades das instituições de proteção dos bens culturais, como o Ministério Público.

Discute-se, em seguida, o papel do inventário, como instrumento de documentação, em suas mais diversas variações, e, em especial, na preservação dos bens culturais móveis e integrados, de forma geral, e dos bens culturais eclesiásticos sob risco, em particular. Na parte final do texto, discorre-se sobre os riscos que esses bens sofrem e o combate ao roubo e tráfico ilícito.

2.1 DOCUMENTO E DOCUMENTAÇÃO

No uso cotidiano dicionarizado, o substantivo feminino “documentação” é classificado como ato ou efeito de documentar, ou conjunto de documentos para verificação, estando presente o verbo documentar e o substantivo documento (Aurélio). Considerando que os termos “documento” e “documentação” estão aparentemente naturalizados na linguagem cotidiana, se faz necessário conceituá-los, para sua utilização no ambiente acadêmico (Smit, 2008).

No âmbito da Ciência da Informação a noção de documento relaciona-se à sua condição de informatividade, ou seja, às suas possibilidades de informar, indo além da informação, e permitindo entrever o jogo intertextual que caracteriza os processos de recepção, determinando os critérios de relevância para que algo seja considerado informativo. O termo “documentação” indicaria o conjunto de técnicas de organização da informação visando recuperação, acesso e uso (Ortega; Lara, 2010).

Numa visão pragmática, documento seria um registro gráfico, primordialmente textual, mas podendo abarcar os documentos audiovisuais; nesse caso, a ênfase é dada ao documento como forma de registro que ainda hoje é utilizada. Por outro lado, temos uma abordagem funcionalista do que seria um documento, bem mais abrangente ao considerar praticamente tudo, inclusive os objetos encontrados na natureza, como documento.

Essa perspectiva, defendida por Paul Otlet (1868-1944), enfatizava mais a função, em detrimento da materialidade, que estava relacionada à expressão do conhecimento humano. O documento passa à condição de representante de ideias ou objetos, deixando de ser concebido como um objeto autorreferenciado. Nessa ótica, em vez de um conceito distintivo, o documento adquire maior amplitude, ao passo que toda a representação de alguma ação humana, ou de algum detalhe da natureza, poderia ser considerada digno de guarda e preservação (Smit, 2008).

Com a necessidade de uma abordagem mais precisa sobre o conceito de documento, e considerando vaga a abordagem funcionalista, Suzanne Briet (1894-1989) afirma que o documento seria qualquer índice concreto ou simbólico, preservado e registrado para representar, reconstituir ou demonstrar um fenômeno físico ou intelectual; ou seja, uma evidência que apoia um fato, com ênfase no registro, pois sem registro não está garantida a evidência (Smit, 2008).

A tradição teórica de Paul Otlet foi retomada pelos franceses nos anos de 1960 e 1970, com Robert Escarpit (1918-2000) definindo documento como um objeto informacional visível ou palpável e dotado de uma dupla independência com relação ao tempo: a sincronia e a estabilidade. Essas duas características se manifestariam em três funções: icônica, discursiva e documentária. Para Jean Meyriat (1921-2010), o documento pode ser definido como um objeto que dá suporte à informação; serve para comunicar e é durável. Essa noção opera por meio de duas noções conjuntas e

inseparáveis: natureza material, como objeto que serve de suporte; e conceitual, o conteúdo da comunicação ou seja a informação, pois o documento não é um dado, mas o produto de uma vontade, aquela de informar ou se informar – essa última sempre necessária (Ortega; Lara, 2010). Quanto aos discípulos das ideias de Otlet em língua espanhola, pode-se afirmar, na prevalência da ideia, que a documentação só se justifica se existe para ser informada; um documento só existe quando é utilizado como tal; ou seja, é o uso que decide sobre seu caráter documental (Ortega; Lara, 2010).

Ao resgatar a obra de Renée-Marie-Hélène-Suzanne Briet (1894-1989), Michael Buckland destaca que a evidência trazida pelo documento vem sob a forma de signos, e esses nunca são objetos naturais, ou seja, uma propriedade atribuída aos objetos (naturais ou artificiais). Pode-se constatar, então, que a determinação de um documento depende, de um ponto de vista, da adoção de um critério situacional (Smit, 2008). Nessa versão de documento anglo-saxão, Buckland atribui a informação como coisa, e apresenta o uso do termo “documento” como genérico, para indicar qualquer recurso informacional físico, em vez de limitá-lo a objetos do tipo texto em meios físicos específicos.

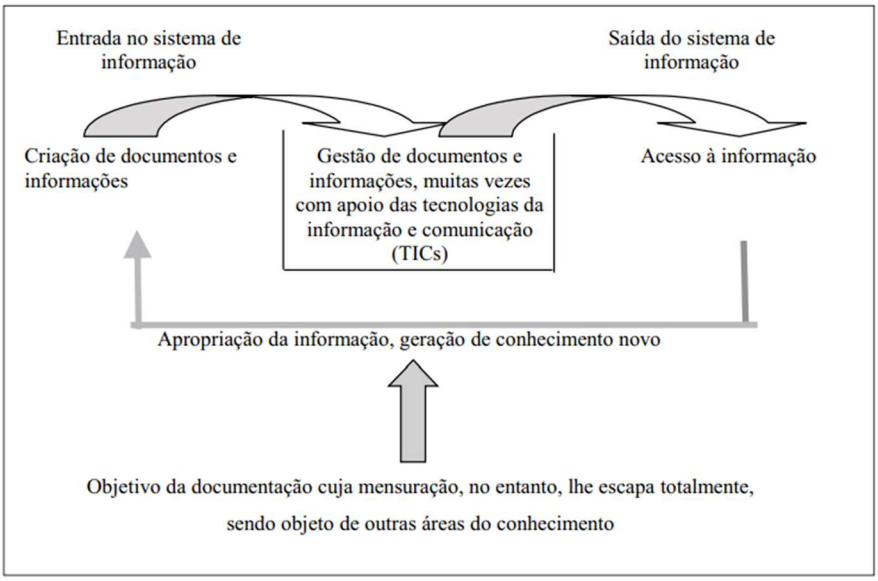
Bernd Frohmann apresenta a noção de informatividade dos documentos, ou seja, refere-se aos fatores que devem ser levados em conta para compreender como documentos tornam-se informativos. Informatividade tratar-se-ia das propriedades das práticas documentárias, as quais ocorrem em quatro grandes categorias relativas ao documento: sua materialidade; seus lugares institucionais; modos pelos quais ele é socialmente disciplinado; e sua contingência histórica (Ortega; Lara, 2010).

Em relação às tipologias de objetos que caracterizariam os documentos, tende-se, atualmente, a creditar que não é o tipo de objeto que define o documento, mas seu uso enquanto tal, podendo ser categorizados, segundo Buckland, como: artefatos com intenção de constituir discurso (aqueles que convencionalmente chamamos de documentos); artefatos que não tinham esta intenção (artefatos produzidos com função utilitária ou estética); e objetos que não são artefatos (seres vivos e elementos da natureza em geral) (Ortega; Lara, 2010).

Para Joahanna Smit (2008), a documentação pode ser compreendida como a ação operada com ou sobre os documentos; afirmação essa que pressupõe uma reflexão

sobre o que seja um documento. Em um esforço de explicitar como opera a documentação, hoje podemos observar a seguinte figura:

Figura 2.1 – A documentação hoje



Fonte: SMIT, 2008, p. 18.

Percebe-se que a autora condiciona a intencionalidade inicial a outras áreas do conhecimento, que não a documentação em si, e que, ao apropriar-se das informações do objeto, geram um novo conhecimento, criando novos documentos informacionais. Esses documentos informacionais entram no sistema com o apoio das tecnologias da informação e comunicação, e assim saem do sistema como informações que serão acessadas pelos interessados, gerando novos conhecimentos que podem, inclusive, voltar ao sistema e agregar mais informações ao bem cultural.

Para José Loureiro (2008), o conceito de documentação permite ativar uma série diversificada de áreas do conhecimento, mas, quanto aos processos teóricos e operacionais, busca a criação de “normas, códigos e interesses sobre codificados por valores e lógicas distintas, voltados para a ordenação dos saberes, a fim de prover instâncias facilitadoras de acesso à informação” (Loureiro, 2008, p. 24). O autor enfatiza a importância dos processos de organização em prol do melhor acesso à informação, levando a caracterizar o termo “documentar”, no ponto de vista de elaborar e implantar processos analíticos, representacionais e sistêmicos, em fluxos

aleatórios de saberes que encontram eixos estruturantes para que possam produzir sentido (Loureiro, 2008).

Desse modo, a documentação buscaria criar campos possíveis de conectividade entre o conhecimento produzido e a sociedade, mas sem que haja um processo de neutralidade, encontrando-se intrinsicamente ligada aos processos histórico-culturais atravessados pela heterogeneidade e o conflito (Loureiro, 2008). Nesse processo, há de se destacar o conceito de informação considerando sua inquestionável e crescente importância no que chamamos cultura ocidental, com ênfase na ciência e tecnologias modernas, tendo a informação como basilar, incluindo aí os instrumentos de poder nos quais se encontra envolvida, constituindo a base essencial da relação intersubjetiva no interior do social (Loureiro, 2008).

Para Alonzo Addison (2005), documentar algo seria reunir todo o conhecimento sobre esse objeto, herança cultural, em um só lugar, desde o básico, como a documentação dimensional, ao conhecimento histórico do objeto. Isso nos remete aos processos históricos e culturais que conduziram os diversos países, e em especial o Brasil, na dinâmica da documentação do patrimônio cultural, como veremos a seguir.

2.2 AS CARTAS PATRIMONIAIS E A DOCUMENTAÇÃO DOS BENS CULTURAIS NO BRASIL

A documentação de um determinado bem cultural é uma das principais etapas para sua preservação, seja pelo início das operações de salvaguarda, seja para lhe valorar como histórico, artístico, cultural (Panisset, 2011; Froner, 2001).

Na primeira metade do século XIX, já se apresentava a importância da documentação para a conservação e restauração do patrimônio edificado notadamente na França, onde Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879) enfatizava o papel do estudo e documentação da arquitetura medieval, seriamente depredada no período revolucionário, para a compreensão e melhor intervenção nos procedimentos de restauro e conservação propostos por ele. Os historiadores da arte, John Ruskin e Alois Riegl, embora divergissem em relação às práticas de restauro de Viollet-le-Duc, também apontavam para a importância de se conhecer a história e a documentação

a respeito dos monumentos, para se evitar erros no processo de restauração (Froner, 2007). Camillo Boito (1836-1914), que estabelece o primeiro código de ética de restauração com críticas às reconstruções, frisa que dever-se-ia diferenciar o antigo do reconstruído, com ênfase na documentação das intervenções realizadas (Sanchez-Hernampérez, 2004).

A preocupação de se documentar os bens culturais para além dos procedimentos de registro de patrimônio *stricto sensu,* que se iniciam no século XIV, com os inventários de obras de arte, ruínas e monumentos italianos, passando pelo período pós revolucionário na França e os intelectuais ingleses e italianos no final do século XIX, encontrou, no advento do pós Grande Guerra (1914-18), e suas consequências para os monumentos, um documento que irá influenciar sobremaneira a posição dos países quanto aos cuidados e documentação com seus bens culturais. Documento este a que deram o nome de Carta de Atenas de 1931, elaborada pelo Primeiro Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, organizado pelo Escritório Internacional de Museus, e que procurava operacionalizar a ação internacional no que se refere à preservação do patrimônio cultural (Froner, 2001).

A ênfase no valor documental dos monumentos se firma com a influência de Gustavo Giovannoni (1873-1947) na Carta de Restauro de Atenas de 1931:

> VII – A conservação dos Monumentos e a Colaboração Internacional.
>
> c) utilidade de uma documentação internacional:
>
> 1° - Cada Estado, ou as instituições criadas ou reconhecidamente competentes para esse trabalho, publique um inventário dos monumentos nacionais, acompanhado de fotografia e de informações;
>
> 2° - Cada Estado constitua arquivos onde serão reunidos todos os documentos relativos a seus monumentos históricos;
>
> 3° - Cada Estado deposite no Escritório Nacional de Museus suas publicações;
>
> 4° - O escritório consagre em suas publicações artigos relativos aos procedimentos e aos métodos gerais de conservação dos monumentos históricos;
>
> 5° - O escritório estude a melhor utilização das informações assim centralizadas (IPHAN, 1995).

Consolidando a importância da documentação do patrimônio antes, durante e após as intervenções de restauro, sendo que é utilizada a expressão “método científico” em relação aos procedimentos da restauração, utilizou-se cada vez mais métodos

científicos de análise do patrimônio artístico e cultural, com estudos laboratoriais para o conhecimento e registro dos materiais empregados (Froner; Rosado, 2008).

Essa primeira Carta patrimonial internacional cita a necessidade de execução de inventários dos monumentos com informações gerais e que os Estados membros estabelecessem instituições que publicassem e guardassem esses documentos (Carvalho; Amaral, 2011; Hardt; Oliveira, 2022; Ribeiro; Silva, 2010; Panisset, 2011).

A citada Carta ressalta, também, que sejam estabelecidos arquivos, relacionando os inventários com a produção de conhecimento e o acesso e difusão das informações. A Carta apresenta as diretivas de forma genérica, sem especificar conceitos de patrimônio; não explicita o universo de bens a proteger, além de não discutir metodologias de execução (Carvalho; Amaral, 2011). Contudo, ela contribuirá com a difusão de um amplo movimento internacional para a proteção do patrimônio cultural e as legislações nos mais diversos Estados Nacionais (Leal, 2008). Há a ênfase na utilidade de uma documentação internacional, com menção ao registro de monumentos e a organização e implementação de inventários nacionais, regionais e locais (Panisset, 2012).

Os ecos da *Carta de Atenas* serão sentidos já na promulgada Constituição de 1934, no Brasil, onde será introduzido o abrandamento do direito de propriedade, quando se estava referindo à sua função social, mas restringindo-se às cidades “históricas” mineiras, ou seja, ao conjunto de cidades com consideráveis edificações do período colonial. O texto Constitucional de 1934 diz, em seu Capítulo II, da Educação e da Cultura, art. 148, que:

> Cabe à União, aos Estados e Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual (BRASIL, 1934).

Essa questão é exercida, uma vez que o instituto da propriedade é submetido aos interesses coletivos sob a ingerência do Estado, como pode ser observado três anos depois, em um momento histórico atribulado com a decretação do Estado Novo, na Constituição de 1937, outorgada pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas,

no dia 10 de novembro de 1937. No Capítulo da Educação e da Cultura, segundo o art. 134, podemos observar:

> Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.

Contudo, vinte dias depois, em 30 de novembro de 1937, será assinado Decreto-lei n.º 25/1937, que viabilizará os processos de tombamento, sendo o principal instrumento jurídico a ser utilizado pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), órgão criado em 1937, sob a direção de Rodrigo Mello Franco de Andrade (1898-1969), e responsável pela realização do primeiro levantamento dos bens de interesse histórico e cultural nacionais a serem salvaguardados (Pelegrini, 2006).

Em um período chamado de “Fase Heroica”[9] do SPHAN, a partir de 1938, com a participação de Lúcio Costa, foram criados os quatro Livros de Tombo da instituição: “História”, “Belas-Artes”, “Artes Aplicadas” e “Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico”. Isso resultou no registro de 10 conjuntos, 24 edificações urbanas, 117 igrejas e 17 monumentos ligados à defesa militar. No primeiro ano, foram inscritos 215 na Bahia, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo; em 1940, acrescentaram-se ao acervo os estados do Espírito Santo e Maranhão; e, em 1941, Alagoas, Sergipe e Goiás, o que totalizou 386 bens até 1945 (Rubino, 2002).

Após o Primeiro Governo Vargas (1930-45) e o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-45), em que o Brasil participa a partir de 1943, ocorre a destituição de Getúlio Vargas em 1945, e será realizada uma nova Constituição promulgada em 18 de setembro de

[9] A expressão “fase heroica” designa o período de trinta anos (1937 a 1967) em que o IPHAN foi presidido pelo bacharel em Direito, jornalista e funcionário do alto escalão da administração pública Rodrigo Melo Franco de Andrade. Com a criação de um Conselho Consultivo e o apoio de uma rede de colaboradores recrutada entre parte dos principais intelectuais modernistas, a política federal de preservação nesses anos se ancorou, sobretudo, na instrução de processos de tombamento de núcleos urbanos, edificações isoladas e bens imóveis, sob o amparo legal do Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937. É desse período o número mais expressivo de bens acautelados pelo órgão, com particular destaque para a arquitetura religiosa, civil e militar, de estilo barroco (Florêncio *et al.*, 2014).

1946 que estabelece, no seu Artigo 175: “As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais adotados de particular beleza ficam sob a proteção do poder público” (Brasil, 1946).

Como pode ser observado, os bens que foram tombados nesses primeiros anos do Sphan e na legislação vigente até o período, foram os bens culturais de “pedra e cal”, fruto também da concepção de patrimônio cultural apresentada da Carta de Atenas de 1931, que sofre severas críticas quanto ao seu caráter nacionalista, sagrado, prestigioso e elitista relativos à posse do patrimônio, discussão que será suscitada na década de 1960 (Costa, 2012).

No período pós-guerra, ocorreu apenas um encontro na década de 1950, sob o patrocínio da Unesco, em dezembro de 1956, na cidade de Nova Délhi, Índia, onde a Conferência Geral formalizou a *Recomendação Internacional dos Princípios Aplicados à Escavação Arqueológica e Recomendações Relativas às Competências Internacionais em Arquitetura e Planejamento Urbano*:

> 4. Cada Membro-Estado deveria garantir a proteção de seu patrimônio arqueológico, levando em conta, especialmente, os problemas advindos das pesquisas arqueológicas e em concordância com as disposições da presente recomendação. 5. Cada Estado-Membro deveria, especialmente:
>
> a) submeter as explorações e as pesquisas arqueológicas ao controle e à prévia autorização da autoridade competente;
>
> b) obrigar quem quer que tenha descoberto vestígios arqueológicos a declará-los, o mais rapidamente possível, às autoridades competentes;
>
> c) aplicar sanções aos infratores dessas regras;
>
> d) determinar o confisco dos objetos não declarados;
>
> e) precisar o regime jurídico do subsolo arqueológico e, quando esse subsolo for propriedade do Estado, indicá-lo expressamente na legislação;
>
> f) dedicar-se ao estabelecimento de critérios de proteção legal dos elementos essenciais de seu patrimônio arqueológico.(UNESCO, 1956).

Outro ponto importante foi a criação do Centro Internacional de Estudo para Preservação e Restauração da Propriedade Cultural (ICCROM), implantado em Roma em 1959, que vai ter uma atuação significativa nas cartas patrimoniais seguintes (Marshall, 2016).

As relevantes normativas estabelecidas pela *Carta de Nova Délhi* de 1956 repercutirão na legislação brasileira em 1961, quando foi publicada a Lei n.º 3.924, de 26 de julho, pelo IPHAN, nome alterado do antigo SPHAN, e dispunha sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. A referida lei estabelecia as obrigações da União, listando direitos e deveres dos proprietários de áreas e sítios arqueológicos e regulando as atividades de escavação, conservação e proteção desse patrimônio histórico (Santos Jr., 2005). Há de se notar os avanços da lei no que seria considerado monumento arqueológico ou pré-histórico:

> Art. 2º. - Consideram-se monumentos arqueológicos ou pré-históricos:
>
> a) as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos da cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico, a juízo da autoridade competente;
>
> b) os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios, tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha;
>
> c) os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, estações e cerâmicos, nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico;
>
> d) as inscrições rupestres ou locais com sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios (Brasil, Lei n.º 3.924, 1961).

Ocorre uma extensão no que se define como monumento, embora com problemas quanto à aplicação da lei e às punições àqueles que delapidassem esse patrimônio cultural.

Na *Carta de Veneza*, de 1964, teremos avanços em relação às anteriores na definição de conceitos de monumento histórico abarcando os espaços urbanos e rurais, onde os testemunhos se encontram, e não simplesmente as construções arquitetônicas (Froner, 2013). A *Carta* foi elaborada no II Congresso Internacional dos Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos (25 a 31 de maio de 1964), com ampla participação internacional, onde também criou-se o ICOMOS (*International Council on Monuments and Sites*), que, desde então, compõe, com o ICOM (*International Council of Museums*, 1946), os organismos da UNESCO no campo da herança cultural. Nela, é afirmado que o monumento não pode ser separado de sua história e nem tampouco

do ambiente onde estão e que sua conservação implica na preservação de um ambiente em sua escala, o que pode ser percebido já no seu primeiro artigo:

> A noção de monumento histórico compreende tanto a criação arquitetônica isolada, como o ambiente urbano ou paisagístico que constitua o testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Esta noção se aplica não somente às grandes obras, como também às obras modestas que com o tempo tenham adquirido um significado cultural (Marshall, 2016, p. 111).

Com ênfase na documentação e publicação, no seu Artigo 16, a *Carta de Veneza* trata dos trabalhos de conservação e restauro dos bens culturais com a utilização de relatórios analíticos ou críticos, ilustrações, desenhos e fotografias, com o cuidado de serem guardados e disponibilizados para publicação. Diversos congressos posteriores discutiram a possibilidade de emendas à Carta de Veneza, mas, dada a sua excelência formal e respeito a sua integridade histórica, optou-se por mantê-la na sua integridade (Marshall, 2016).

Na *Constituição de 1967,* foram incluídas novas categorias de bens culturais a serem preservados, como as jazidas e sítios arqueológicos, que incluía uma emenda que dava o direito à ação popular com vista à nulidade de atos lesivos ao patrimônio público. Nesse período, o país vivia um ditadura civil-militar; e, com o Ato Institucional n.º 5 (AI-5), ocorreram intervenções, afastamentos e a mudança do SPHAN para Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), vinculado ao Poder executivo. O seu novo diretor Renato Azevedo Duarte Soeiro (1911-1984), que substituiu Rodrigo de Mello Franco de Andrade (1898-1969), organizou o I Encontro de Governadores e Prefeitos, que teve como resultado o *Compromisso de Brasília,* de 1970, com clara inspiração na *Carta de Veneza* e recomendava a articulação entre os poderes federal, estadual e municipal no controle do comércio de obras de arte antiga, a utilização de imóveis de valor histórico e artísticos em repartições públicas, criação de cursos de formação de profissionais da área, incentivo à produção literária e artística, assim como a inclusão de conteúdos sobre o tema nos currículos da educação (Pelegrini, 2006).

A recomendação quanto à articulação entre os poderes fez surgir os órgãos estaduais de defesa do patrimônio na Bahia, Pernambuco e em Minas Gerais, como o Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG), em 1971.

É de se notar, quanto ao campo da preservação e formação de mão de obra especializada, a criação da Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP), em 1973, pensado também na lógica do Regime Civil-Militar de reprodução do discurso nacionalista de transmitir uma narrativa oficial que evocasse uma identidade e uma memória “mineira”. O estado deveria considerar, segundo os intelectuais do antigo SPHAN, as origens das primeiras manifestações artísticas genuínas, e não apenas cópias dos cânones europeus (Pereira, 2015; Pelegrini, 2006).

A partir desse viés nacionalista e econômico, com interesse na promoção do patrimônio cultural para o turismo, iniciaram-se as discussões para um inventário nacional dos móveis e integrados, como o feito na Venezuela, com o apoio de um consultor da Unesco. Contudo, devido às dimensões continentais do país, essas discussões não foram adiante, uma vez que não poderia se comparar ao país vizinho.

Com uma política industrial e o crescimento econômico, que impulsionou o êxodo rural e a expansão urbana, o tombamento de bens culturais teve seu ápice na década de 1970, na tentativa de frear a derrubada insana do patrimônio cultural edificado, o que gerou muitas críticas aos critérios dos órgãos de patrimônio. Tendo em vista que o patrimônio que era inventariado e tombado era “branco, religioso e barroco”, fez surgir, também, as discussões sobre as demais formas de patrimônio que escapavam a esse ideário, o que culmina, em 1975, com a proposta de criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), que era ligado ao Ministério da Indústria e do Comércio, além do governo do Distrito Federal. Embora fosse uma nova forma de ver o patrimônio e registrá-lo, ainda estava focado na mercantilização do patrimônio, uma vez que pretendia a valorização do produto brasileiro no exterior, através da questão histórico-cultural (Silva, 2014).

Tem-se que notar a importância da Convenção Geral da UNESCO para a Preservação do Patrimônio Cultural e Natural Mundial, de 1972, que possibilitou diversas outras propostas, como pode ser observado:

> A Convenção Geral da UNESCO para a Preservação do Patrimônio Cultural e Natural Mundial (1972) gerou uma série de outras propostas, como Resolution on the Conservation of Smaller Historic Towns (1975) Declaration of Amsterdam (1975); Recommendation Concerning the Safeguarding and Contemporary Role of Historic Areas (1976). O papel contemporâneo das áreas históricas foi teorizado como parte da justificativa dessas propostas, mas o suporte técnico correlacionado não deixava de levantar o impacto

> social e a indispensabilidade de se envolver as comunidades no processo de preservação de seus próprios referenciais culturais (Froner, 2001, p. 424).

Nesse sentido, podemos compreender as iniciativas de Aloísio Magalhães, ao assumir o SPHAN, em 1979, instaurando a prática de consultas às comunidades das cidades ditas históricas, com o intento de introduzi-las no processo de preservação de seus monumentos (Froner, 2001). Com a criação da Fundação Nacional Pró-Memória, também neste ano, houve condições e recursos para agilizar as atividades do SPNAN, e com a nova organização SPHAN/Pró-Memória, pôde-se efetivamente estabelecer um projeto institucional, uma vez que, entre as suas diretrizes, se destacavam o inventário e a documentação de bens culturais. Com essas diretrizes definidas, a década de 1980 foi profícua em atividades como cursos, encontros, seminários e reuniões, na tentativa de se estabelecer um padrão quanto à importância e metodologias de inventários de proteção e identificação dos bens culturais, como pode ser observado no Tabela 2.1.

Tabela 2.1 – Projetos / Inventários

1980	Curso: Inventário SPHAN/FNPM - MS
1982	Curso: Inventário de Bens Culturais: FAU/UFBa - BA
1983	Projeto - Inventário de Bens Culturais de Roraima (FNPM/SES/DAC) - RR
1984	Projeto – Inventário de Bens Móveis e Imóveis do MS (SEDS) MS Inventário – Bens Culturais do Município de Magê (Governo do Estado) RJ Curso: Preparação de Analista de Arte 4ªDR/FNPM - PE
1985	Inventário dos Bens Culturais do Estado de Goiás (SPHAN/FNPM) GO Inventário – Proteção do Acervo Cultural do Estado do Paraná PR
1986	Projeto – Inventário do Interior do Estado do Pará (SCDT/SPHAN/1ªDR/FNPM) PA Inventário – Igreja Madre de Deus Recife / PE INBMI MG Curso: Conceituação Formal na Arte Colonial Brasileira, Arquitetura e Bens Móveis: SPHAN/FNPM RJ Curso: Conceitos e Práticas da Preservação de Bens Móveis e Imóveis SPHAN/MinC DF
1987	Projeto – Inventário do acervo cultural do Estado de Sergipe (SPHAN/FNPM/UFS/SC) SE Inventário – Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Junqueira; Recheio do Cofre da Igreja de Nossa Senhora do Treco do Recife (4ªDR) PE
1988	Projeto – Bens Móveis e Integrados no Mato Grosso (FCMT) MT Projeto – Bens Móveis das Reduções Jesuíticas do Rio Grande do Sul (SPHAN/10ªDR) RS

Fonte: Nakamuta, 2006, p. 7.

Como pode ser observado, há um investimento na documentação dos bens culturais em diversos locais do Brasil, mas não compartilhando um interesse em um único inventário nacional, muito corroborado pelos institutos de patrimônio estaduais mais preocupados em realizar o registros e tombamento dos bens culturais em seus respectivos estados.

Nos anos 1990, com as orientações do *Documento de Nara* (1994) e *Carta sobre o Patrimônio Vernacular Edificado* (1999), teremos uma visão ampliada do bem cultural, que incorpora os valores locais na construção dos significados desses bens, como pode percebido no primeiro documento, e a importância das construções vernaculares e os métodos tradicionais de realizá-los que estavam desaparecendo, lançando luz à necessidade de se realizar inventários que preservassem os modos de fazer para além da materialidade dos bens. Essa perspectiva agregará esforços aos defensores dos registros dos bens culturais intangíveis que terão destaque no século XXI, como Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), com os projetos desenvolvidos pelo IPHAN: Identificação de Bens Culturais Imateriais nos Estados; Mapeamentos Documentais nos Estados; Inventários Nacionais de Diversidade Linguística (INDL). Ainda em andamento, a Identificação de Bens Culturais Imateriais nos Estados ocorreu em três estados com os seus respectivos projetos: Minas Gerais – Inventários dos Quilombolas; São Paulo – INRC das Congadas; Santa Catarina – Mapeamento das Casas de Religião de Matriz Africana na Grande Florianópolis.

2.3 O INVENTÁRIO NACIONAL DOS BENS MÓVEIS E INTEGRADOS: FUNDAÇÃO VITAE

É possível que a mais importante iniciativa quanto à documentação dos bens culturais móveis e integrados nacional ocorreu com o início do Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados (INBMI) que se dedicaria a inventariar os bens culturais que estariam dentro da arquitetura religiosa tombada no país com o financiamento da Fundação Vitae. Essa associação civil sem fins lucrativos foi criada com fundos da venda de empresas do conglomerado alemão Hochschild, com atividades de

financiamento voltadas para: a cultura (patrimônio cultural e criação e pesquisa nas artes), educação (técnica de nível médio e museus e centros de ciências) e a social (assistência a crianças e adolescentes e integração social do portador de deficiência). Almeida e Herencia (2012) pontuam que a prioridade seria dada a projetos com função catalisadora, com efeito multiplicador, e que servissem de modelo a outras organizações. Entre os programas desenvolvidos e financiados no país, temos o Programa de Inventário de Bens Móveis e Integrados, que teve início em 1986, com o objetivo de apoiar projetos de identificação, registro, análise e documentação fotográfica de acervos pertencentes a monumentos tombados, ou seja, com a ênfase na preservação da chamada “pedra e cal” ou “materialidade” e/ou “monumentalidade”.

Com uma longa duração de cerca de 30 anos, terminando por volta de 2005, resultou em um importante instrumento de proteção da arte sacra. Eram realizadas em duas etapas, a primeira com a produção de fotos e levantamento descritivo dos acervos, e a seguinte com pesquisa sobre as informações históricas, análise das características dos objetos (Motta; Rezende, 2016). Os projetos envolviam a identificação, registro fotográfico e análise histórica e estilística de acervos pertencentes a monumentos tombados (retábulos, pinturas, imaginária, mobiliário, prataria e ornamentação), com o olhar voltado quase que exclusivamente para o patrimônio do período colonial brasileiro sem considerar toda uma gama de outros bens culturais (Almeida; Herencia, 2012).

Além desse recorte, o processo de inventariação desses bens culturais contou com várias etapas, que foram desde a organização das equipes de trabalho à publicação de relatórios com os dados. Esses relatórios foram publicados em papel, e ainda hoje são disponibilizados pelo IPHAN por fotocópia ao original, e também em papel. A meta do programa era utilizar o Estado de Minas Gerais como piloto, pois consideravam que metade dos bens móveis e integrados tombados estava em Minas. Elaborado para atender essa unidade da federação, contribuiu para a preservação dessa tipologia de bens em relação ao comércio ilegal, depredação, deterioração e restauro, ao identificar e dificultar roubos e falsificações, além de estimular ações emergenciais de conservação em acervos sob riscos (Nakamuta, 2006).

> A metodologia empregada para a realização do projeto contava com algumas etapas para sua execução: primeira etapa – Coordenação/Rio: incumbida da

> concepção do manual e fichas de inventário, contratação e treinamento de pessoal, levantamento bibliográfico, pesquisa e produção do material necessário referente aos bens que seriam inventariados e posteriormente enviado para a equipe de campo, segunda etapa – Coordenação/Rio em Minas Gerais: divulgação do projeto junto à comunidade e os proprietários; seleção e treinamento da equipe local, terceira etapa – Supervisão/Minas e Gerais: sensibilização e engajamento dos trabalhos junto à comunidade; instalação da equipe no monumento a ser inventariado tendo como meta a identificação de dez peças/dia e o recolhimento do material para ser enviado para a coordenação no Rio e por fim a quarta etapa – Coordenação/Rio: responsável pela supervisão e acompanhamento das atividades de campo com até três visitas mensais de trabalho para avaliação da metodologia, correção e revisão (Nakamuta, 2006, p. 9).

Para a realização desses relatórios, foi necessária uma série de sistemas de registros que demonstram os problemas relacionados à preservação dos dados, das fotografias e das informações. No trabalho de campo, as imagens eram capturadas por câmeras analógicas, e redigidas fichas à mão, que depois eram datilografadas como fichas de inventários – tempos depois, foram microfilmadas para arquivo – e, em seguida, eram lançados os dados no programa de *software* Access®. Ocorre que alguns acervos foram fotografados e registrados nas fichas em papel, mas não ocorreu a transferência para fichas datilografadas e associadas às imagens reveladas dos bens. É de nota que por defeitos de *hardware* as fichas datilografadas em papel, que foram microfilmadas, não podem ser acessadas pelos pesquisadores, uma vez que a regional do IPHAN, em Belo Horizonte, não teria o pleno funcionamento do equipamento de leitura de microfilmes.

Outro ponto muito importante a ser considerado é que os dados das fichas de inventário, inseridas e organizadas no programa Access®, não podem ser acessados novamente e nem impressos ou corrigidos, uma vez que o *software* combinava o banco de dados (*Microsoft Jet Database Engine*) com uma interface gráfica do utilizador (*graphical user interface*). Essa última não pode ser mais acessada nos computadores do IPHAN, ou seja, sem a “máscara” de interface não é possível organizar os arquivos que guardam os conteúdos e acessá-los de forma organizada, possivelmente estando perdidos definitivamente os dados que foram inseridos no programa durante boa parte do projeto. Contudo, ainda é possível acessar os bens culturais móveis e integrados inventariados naquele período, uma vez que os mesmos foram impressos, e as cópias distribuídas entre os diversos órgãos de patrimônio naquele período, além, é claro, das fichas e imagens colhidas durante as pesquisas.

2.4 DOCUMENTAÇÃO EM MUSEUS

As instituições museais se identificam com o compromisso da salvaguarda do seu acervo na tríade pesquisa, comunicação e preservação, tendo, entre suas diversas funções, as que vão da gestão ao controle do acervo, interpretar, organizar, documentar, recuperar e disponibilizar (Padilha, 2014). Um determinado objeto, que até então poderia ser de uso pessoal, obra de arte ou decorativo, muda de status para se tornar um documento ao fazer parte de uma coleção. O documento seria qualquer objeto produzido pela ação humana ou natureza, que possuísse registro de informação, representasse algo, que se caracterizasse como prova, que legitima ou seja testemunha, que possua elementos de informação (Padilha, 2014). Nessa perspectiva, temos duas distinções significativas no conceito de informação, que está intrinsicamente ligado à comunicação. Uma, que apresenta a informação como um objeto ou coisa e como um conceito subjetivo. A segunda, desloca a atenção dos atributos das coisas, para quem é relevante, determinando seu significado no contexto social e cultural (Hjorland, 2007).

Pode-se afirmar que o termo “museografia” aparece em 1727 na obra de Gaspar F. Nieckel, que apresenta instruções para utilização e organização dos espaços museológicos (Loureiro, 2008). Compreende-se que, desde seu início, a museologia teve sua construção ligada à grafia, à escrita, à organização documentada dos objetos de valor cultural. Ao discutir as controvérsias daquilo que chamamos documento, em relação aos escritos e aos objetos, Loureiro (2008) discorre que a grande parte das ideias que se têm sobre o mundo dizem respeito à dimensão material da cultura; ou seja, quando se pensa o passado, este dificilmente é abstrato, mas sempre estruturado por condições materiais relacionadas aos modos de vida e mentalidades.

A dimensão material é fator preponderante da existência humana e condição para a compreensão da realidade; sem esse conhecimento histórico, cairíamos em um vazio pontuado por informações difíceis de contextualizar e historicizar (Loureiro, 2008). A museologia, vista mais em seus aspectos de comunicação, tem como um de seus campos a documentação museológica, ou seja, a organização da informação sobre os acervos de museus, base para os demais trabalhos institucionais, bem como para

tornar a informação acessível a pesquisadores e público. A museologia, em seu todo, não seria uma Ciência da Informação, embora deva-se incorporar ao conjunto dessas ciências o campo da Documentação Museológica, que ocupa boa parte das preocupações e dos trabalhos de profissionais de museus (Loureiro, 2008).

A importância dessas atividades pode ser compreendida como movimentos centrífugos e centrípetos, convergindo uma quantidade significativa de dados sobre esses bens, sistematizando-as e gerando agilidade de consulta, para, em seguida, disponibilizá-las para a comunidade de pesquisa, curadoria museológica, entre outros, multiplicando os efeitos da informação (Loureiro, 2008). Para tal, é necessário destacar a importância dos vocabulários controlados, para que esses procedimentos de inserção e divulgação de conhecimentos, e seu acesso, sejam levados a cabo, de forma adequada.

Diversas instituições passaram a se preocupar com parâmetros para a documentação dos bens culturais em museus, notadamente no final do século XX, para os países da América Latina. Ocorreram encontros no início da década de 1990, promovidos pelas instituições americanas, como a conferência *Museum Computer Network* (MCN) e a *Interconnectivity and Hypermedia in Museums* (ICHIM) (1994), que apresentaram a importância dos padrões de dados e vocabulários controlados para a documentação dos bens culturais em museus. No Chile, culminou na parceria entre o *Centro de Documentación de Bienes Patrimoniales* (CDBP) e o *Getty Conservation Institute* (GCI), na tradução para o espanhol do *Art & Architecture Thesaurus* (AAT), e a aplicação das *Categories for the Description of Works of Art* (CDWA) como base para o novo Sistema Unificado de Registro (SUR), e também para a utilização pelos mais diversos países de língua espanhola (Vega, 2008), assim como diversos guias foram editados nos países de língua latina, para orientar os inventários nacionais como o da Colômbia (Ministério da Cultura da Colômbia, 2004).

Deve-se destacar as referências internacionais da *Declaração de Princípios de Documentação em Museus,* criada pelo Comitê de Documentação do Conselho Internacional de Museus (CIDOC/ICOM, 2014), publicada inicialmente em inglês, em 2012, e traduzida para o português em 2014, com o intuito de orientar os museus em suas práticas e políticas de gestão de documentação e acervo. Pode ser entendida como uma extensão do código de ética do ICOM, focando a documentação nos museus. São apresentados seis princípios, com o objetivo de orientar as instituições

museológicas nas suas políticas de documentação e gestão de coleções: a política, que exemplifique seu comprometimento organizacional com os processos de documentação; equipe e sistemas, que além de uma equipe com experiência também deve implementar um sistema de documentação para gestão de seu acervo; normas, que devem estar de acordo com organizações nacionais ou internacionais responsáveis; acesso à informação e necessidades do usuário, compreendendo as limitações dos usuários fornecendo serviços personalizados em cada tipo de informação e categoria; informações e procedimentos, sobre as informações de cada objeto da coleção e procedimentos em acontecimentos específicos; segurança, manutenção e preservação, que deve incluir dispositivos voltados para a segurança, a manutenção e a preservação das informações sobre suas coleções a longo prazo (CIDOC/ICOM, 2014).

Observa-se que, no Brasil, os esforços de se ter um controle terminológico das informações sobre os bens culturais não é novo, considerando que temos publicações bem antigas sobre o tema, como a terminologia do *Thesaurus*[10] para a documentação dos acervos museológicos no Brasil observado na publicação de Helena Ferrez e Maria Bianchini, da década de 1980 (Ferrez; Bianchini, 1987). Contudo, há de se notar que o interesse no desenvolvimento dessa publicação estava no controle do vocábulo, para garantir maior precisão na recuperação de informações. Em 2016, teve-se a publicação do *Tesauro de Objetos do Patrimônio Cultural nos Museus Brasileiros,* com a interessante participação das duas autoras do *Thesaurus,* de 1987. São discutidos ali os avanços na ciência da informação que contribuíram para que a publicação fosse além de uma simples atualização, focado na organização das linguagens documentárias de indexação e recuperação de conhecimento, que teria como função ser um instrumento de controle terminológico que garanta maior precisão (Ferrez, 2016).

Em termos legais, a documentação dos acervos nos museus brasileiros pode ser observada na lei do Estatuto Brasileiro de Museus, n.º 11.904/2009, Capítulo II, Seção II, Subseção IV – Dos Acervos dos Museus:

[10] Instrumento de indexação constituído por palavras-chave que indicam de forma hierarquizada as referências fundamentais de um documento (Chastels, 1990).

> Art. 39. É obrigação dos museus manter documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários.
> § 1º O registro e o inventário dos bens culturais dos museus devem estruturar-se de forma a assegurar a compatibilização com o inventário nacional dos bens culturais.
> § 2º Os bens inventariados ou registrados gozam de proteção com vistas em evitar o seu perecimento ou degradação, a promover sua preservação e segurança e a divulgar a respectiva existência.
> Art. 40. Os inventários museológicos e outros registros que identifiquem bens culturais, elaborados por museus públicos e privados, são considerados patrimônio arquivístico de interesse nacional e devem ser conservados nas respectivas instalações dos museus, de modo a evitar destruição, perda ou deterioração.
> Parágrafo único. No caso de extinção dos museus, os seus inventários e registros serão conservados pelo órgão ou entidade sucessora (Brasil, 2009).

Percebe-se, na lei, que aos museus compete não só o cuidado com seu acervo, mas também a preservação dos inventários museológicos, que se tornam documentos que devem permanecer acessíveis mesmo se a instituição de guarda dos bens culturais deixar de existir.

A documentação dos acervos envolve toda uma organização institucional, que deve ser seguida pelos gestores dos museus, também chamada de política de gestão de acervo. A gestão de acervo museológico é desenvolvida através do programa de acervo, que se ocupa, por sua vez, das questões relacionadas à aquisição, documentação, conservação, guarda, restauração e ao descarte. Esse programa será configurado conforme o Plano Museológico, instrumento básico, de caráter estratégico, que tem por objetivo o desenvolvimento da fundação, gestão e organização de um museu. A partir dele é desenvolvida a política de gestão de acervo, que estabelece os parâmetros de aquisição, preservação, uso e descarte do acervo conforme a missão e objetivos da instituição, servindo de documento para a orientação dos profissionais e como documento público que esclarece quais são as responsabilidades de salvaguarda do seu acervo (Padilha, 2014).

Outro ponto importante na política de gestão de acervo é a política de aquisição e descarte, que estabelece critérios sobre quais objetos serão incorporados ou baixados do acervo, conforme a missão da instituição. O acesso ao objeto musealizado não deve ser restringido e nem condicionado em relação ao público geral, o que deve ser decidido por uma comissão de acervo quanto a aquisição ou descarte (Padilha, 2014).

A documentação museológica consiste no registro de toda informação referente ao seu acervo e pode ser abordada pelas práticas administrativas do museu ou pela documentação do objeto. A documentação das práticas administrativas considera todos os registros produzidos pela instituição que evidencie as questões administrativas, organizacionais e de gestão do acervo, enquanto que a documentação do objeto trata da compilação dos dados e do tratamento das informações obtidas pelos objetos adquiridos pela instituição, como a seleção, a pesquisa, a interpretação, a organização, o armazenamento, a disseminação e a disponibilização da informação (Padilha, 2014).

Para Padilha (2014), o objeto ao ser adquirido pelo museu perde e ganha informações quanto à sua utilidade, sendo necessário o registro das informações quanto à sua função anterior ao processo de musealização e quanto ao seu uso na instituição, como exposições, pesquisas, publicações etc., além das possíveis intervenções de conservação-restauração, e as possíveis deteriorações, que podem levar à perda de informações ou deterioração de sua estrutura. Deve-se fazer o mais completo processo de documentação possível, embora encontre-se mais facilidade na recuperação de informações da descrição física ou intrínsecas ao objeto, enquanto que as informações referentes ao histórico de usos do objeto ou extrínsecas, nem sempre são encontradas, e assim são perdidas.

Pode-se perceber que as motivações para se fazer um inventário perpassam a administração geral e específica dos bens, geração de conhecimento e pesquisa, divulgação, valoração, segurança jurídica e econômica. Vega (2008) afirma que o registro não deve ser apenas uma atividade administrativa, mas uma das atividades mais fundamentais dentro do museu, estabelecendo como vantagens da documentação:

> - Melhora o manejo, controle e administração dos objetos;
> - Indica com certeza onde se encontra cada objeto: salas de exibição, depósitos e laboratórios de restauração;
> - Ajuda a planificar novas aquisições, modificações nos depósitos, dentre outros;
> - Ajuda a planificar trabalhos de restauração, novas exibições e guias de museus;
> - Serve de plataforma para futuros estudos e investigações;
> - Protege os objetos nos casos de roubo e/ou furto, permitindo sua rápida identificação e recuperação (Vega, 2008, p. 10, tradução nossa)

Entre os procedimentos para a melhor documentação dos bens culturais pelos museus, o inventário registra informações sobre as características físicas de cada peça, informações reunidas geralmente em fichas de inventário individuais (Programa de Fortalecimento de Museos, 2014). As fichas mais simplificadas apresentam espaços administrativos (número de registro e de inventário, tipo de objeto, procedência, denominação, localização, avaliação monetária), dados históricos (autor/fabricante, século, país de origem), dados técnicos (técnica e materiais, dimensões, descrição, componentes, estado de conservação) (Programa de Fortalecimento de Museos, 2014).

Há uma questão importante quanto à gestão de acervos aplicada pela museologia, uma vez que trabalha também com uma tríade: registro, preservação e acesso controlado, competindo à gestão de acervo a salvaguarda das coleções o cuidado com o bem-estar físico e de conteúdo do acervo, a segurança do acervo, o acesso público ao acervo, e a descrição das atividades particulares realizadas pelo processo administrativo do museu (Padilha, 2014).

Alguns manuais que orientam sobre como fazer a documentação dos bens culturais aqui abrigados por instituições museológicas, como os inventários, apresentam campos específicos para o estado de conservação dos objetos; contudo, as opções que se apresentam para essa avaliação são normalmente três: bom, regular e ruim (Programa de Fortalecimento de Museos, 2014). Já a catalogação, que é um nível mais avançado de documentação, fortalece as informações através de um processo mais rigoroso de investigação, que se entrelaça com a ficha de inventário através de sua numeração (Programa de Fortalecimento de Museos, 2014); normalmente é feita pelos investigadores do museu, mas que, no caso brasileiro, não contam com conservadores-restauradores, em parte significativa das instituições que abrigam bens culturais, para fazer uma avaliação detalhada do estado de conservação dos bens, ficando a cargo dos museólogos, arquivistas, historiadores, arqueólogos, entre outros.

A partir de 2015, inicia-se a implantação do Projeto Tainacan, uma solução de repositório para acervos digitais do Ministério da Cultura em WordPress, que nasce para atender à necessidade das instituições de guarda brasileiras. Através do projeto, desenvolvido pela Universidade Federal de Goiás (UFG), o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) promove o Tainacan como solução técnica do projeto “Plataforma

Acervo". O Museu Histórico Nacional foi o primeiro a lançar publicamente parte do seu acervo usando esse software em 2018. Desde então, e potencializados pela pandemia, diversos outros museus disponibilizaram seus acervos para o acesso público através desse software (Martins; Martins, 2021).

Embora o Projeto Tainacan apresente qualidades e desafios na sua implementação, tais como a colaboração entre equipes, o modelo tecnológico flexível, de fácil acesso e os padrões de documentação, embora não haja consenso nesse último, ele tem funcionado como um polo agregador de pesquisas e desenvolvimento de iniciativas tecnológicas (Martins; Martins, 2021).

Discutiu-se a documentação de bens culturais, normalmente móveis e integrados, salvaguardados por instituições museológicas; contudo, a documentação de outros monumentos históricos ou bens culturais não musealizados tem algumas especificidades quanto à sua preservação, que não são observadas pelas instituições museais, como será discutido a seguir.

2.5 FERRAMENTAS DIGITAIS DOS ORGÃOS DE CONTROLE

Na segunda metade do século XX, teremos o crescimento vertiginoso de novas tecnologias empregadas no estudo e documentação do patrimônio, com o aprimoramento de *hardwares* e *softwares* computacionais, que possibilitaram a reconstituição dos bens em formato 2d e 3d, onde detalhes, antes restritos à documentação fotográfica, agora poderiam ser melhor estudados e fazer parte de banco de dados dos mais diversos sistemas de informações da maioria dos países.

A preservação dos monumentos históricos depende, em certa medida, da compilação, exploração e gerenciamento dos dados sobre toda a vida útil do bem, o que demonstra o trabalho de protocolos de documentação integrados que permitem a tomada de decisões na proteção do patrimônio cultural (Kioussi *et al.*, 2013). Partindo da análise dos mais diversos sistemas de informações europeus sobre monumentos, os autores propuseram protocolos que pudessem auxiliar a coleta e apresentação de dados adequados que permitissem a compreensão e o conhecimento sobre os bens, assim como seu monitoramento e relatórios de alterações.

Em entrevista dada a Alonzo Addison, Werner Schimid afirma que a documentação pode ser a base de conhecimento que reflete nosso entendimento atual sobre o patrimônio, incluindo todas as informações publicadas e não publicadas, tanto visuais como textuais. Como atividade, significa o registro de novas informações provenientes da conservação e investigação que se dedicam a um determinado patrimônio. É interdisciplinar, pois consiste em pesquisar, registrar, avaliar, interpretar, correlacionar, arquivar, gerenciar e divulgar informações. É essencial nas atividades de pesquisa, conservação e restauração, uma vez que envolve a criação de registros de apoio a um projeto, auxilia no monitoramento, compreensão e conservação. É comunicado e compartilhado um projeto em andamento e no futuro (Addison; Bryan; Schimid, 2005).

Para Paul Bryan (2005), a documentação também envolve a criação de registros de apoio para um projeto, auxiliando o monitoramento, compreensão e conservação. Pode ser realizada através de levantamentos métricos em várias formas analógicas e digitais, inclui a fotografia, análise histórica, tanto arquitetônica quanto arqueológica, obras publicadas anteriormente e a análise de conservação real e os próprios tratamentos.

Sobre a documentação de conservação, Schimid (2005) afirma que são todas as informações necessárias para planejar a conservação, para se entender o que é ao iniciar qualquer planejamento de projeto, além de todas as informações necessárias para identificar os problemas e compreender os materiais, as evidências físicas. A conservação, em si, é uma oportunidade de revisar a história e o conhecimento que temos de um patrimônio, e a documentação sempre tem a dimensão do antes, durante e depois (Addison; Bryan; Schimid, 2005).

A iniciativa que podemos julgar ser a mais bem-sucedida na padronização da documentação de bens culturais, no sentido da preservação quanto ao roubo e tráfico ilícito, seria o padrão Object ID[11], desenvolvido pela Fundação J. Paul Getty, com o início de sua construção durante a *Conferência para Segurança e Cooperação na Europa* (hoje *Organização para Segurança e Cooperação na Europa*), realizada na

[11] Object ID™ é uma marca comercial da J. Paul Getty Trust. O uso desta marca registrada é proibido sem a permissão de: ICOM, 15 rue Lasson, 75012 Paris, França © The J. Paul Getty Trust, 1999. Todos os direitos reservados.

cidade de Paris, em 1993, entre a Fundação, ICOM, UNESCO, INTERPOL, Conselho da Europa e Agência de Informações dos EUA (Yasaitis, 2005).

Segundo o *Conselho Internacional de Museus* (ICOM), o *Object Identification* (Object ID) é um padrão de documentação reconhecido internacionalmente, projetado para identificar e registrar objetos culturais, estabelecendo um procedimento padronizado que, além de documentar, descreve coleções e objetos arqueológicos, culturais e artísticos. Pensado principalmente para facilitar a recuperação em caso de perda ou furto de bens culturais pela sua descrição padronizada, foi desenvolvido em colaboração com diversos museus, autoridades policiais e alfandegárias, comércio de artes, indústria de seguros e avaliadores de arte e antiguidades (ICOM, 2021).

O padrão Object ID foi criado para ser utilizado na comparação com os bancos de dados de obras de arte roubadas, no intuito de sua recuperação, como os arquivos de arte roubadas da INTERPOL. O padrão estabelece nove categorias de informações que devem constar na documentação: tipos de objetos; materiais e técnicas; medição; inscrições e marcas; características distintas; título; assunto ou tema; data ou período; e autor. Para cumprir os procedimentos, devem ser realizadas quatro etapas: tirar fotos dos objetos; identificar as categorias; escrever uma breve descrição, incluindo informações adicionais; guardar em local seguro a documentação constituída (Yasaitis, 2005).

Esse padrão foi indicado pelo ICOM aos mais diversos institutos, para a organização e registro das coleções pelo mundo, que passaram a adotá-lo sem prejuízos para os seus sistemas de documentação, e outros criaram as suas normas e padrões já baseados nesse padrão, como o *Standard Procedures for Collections Recording Used in Museums* (SPECTRUM), no Reino Unido. É de se notar a utilização, pela INTERPOL, desse modelo para a divulgação das listas de objetos roubados ou recuperados do tráfico ilícito. Notadamente, foi lançado no *10° Simpósio Internacional sobre Roubo e Tráfico Ilícito de Obras de Arte, Propriedade Cultual e Antiguidades*, no Vietnã em 2018, ainda no trabalho de pesquisa desta tese, um aplicativo para facilitar a identificação dos bens culturais roubados, como também registrá-los a partir do aparelho de celular. A proposta do aplicativo seria fornecer acesso *online* ao banco de dados *Stolen Works of Arts,* com uma tecnologia avançada de correspondência de imagens, incluindo a possibilidade de criar inventários e armazenar imagens de objetos 3-D. Nesse simpósio, o nome dado até então ao aplicativo seria PSYCHE II

(*Protection System for Cultural Heritage*), nome alterado no seu lançamento geral, em 2021, inclusive para as lojas de aplicativos, para ID-Art (Hufnage, 2019).

Isso que chamamos de “aplicativo” é um programa de computador ou *software*, desenvolvido com um propósito específico, que pode ser baixado, por *download*, para um celular ou para outro dispositivo móvel, normalmente é chamado de “app”, forma abreviada da palavra em inglês *application*. O app móvel ID-Art foi pensado para ajudar a descobrir bens culturais roubados, reduzir o tráfico ilícito e aumentar a probabilidade de recuperação de objetos roubados, uma vez que dá acesso ao banco de dados de obras de arte roubadas da Interpol, que contém mais de 52.000 objetos de arte de 134 países membros. O *software* pode ser utilizado por policiais e pelo público em geral, para quatro finalidades: acesso ao banco de dados, para verificar se o objeto é roubado; criar um inventário de coleções de arte privadas; denunciar o furto de um objeto; notificar sítios culturais em perigo ou escavações ilegais. Está disponível nas lojas de app nos dois principais sistemas, Android e IOS, mas disponível apenas em quatro línguas, mais utilizadas pela Interpol: inglês, francês, espanhol e árabe.

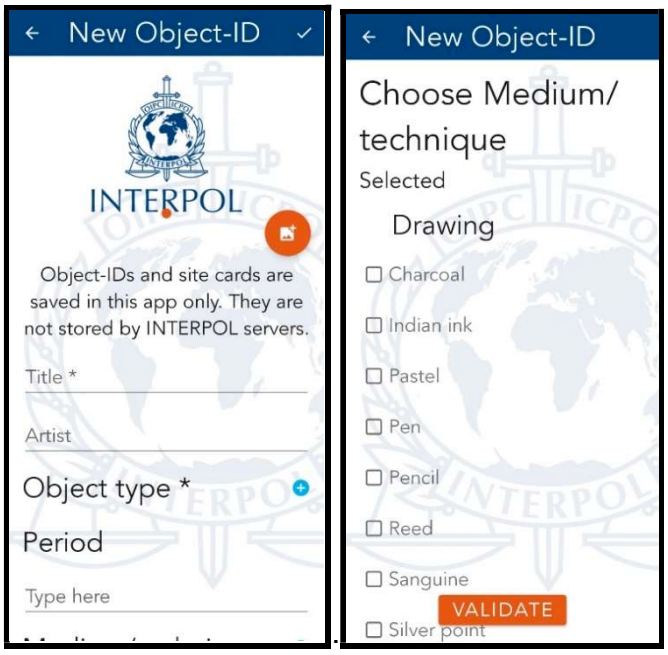
Na primeira finalidade, acesso ao banco de dados, é possível localizar um objeto apenas fotografando-o, pois o app estabelece comparações entre a imagem capturada e o banco de imagem, mostrando objetos correlatos que estão na lista de bens procurados. É de se notar que é uma ferramenta significativamente simples e evita que aquele que está em dúvida em relação à idoneidade da origem do objeto tenha que fazer uma busca pormenorizada no banco de dados, sendo bem mais simples e eficaz.

A segunda finalidade do ID-Art, criar um inventário de objetos de arte, põe em prática o sistema de documentação Object ID, uma vez que os procedimentos para se realizar o inventário registram as categorias e executam as etapas sugeridas: título; autor; período; técnica e material; formato; descrição; dimensões; assinatura e marcas; informações (Figuras 2.2 e 2.3).

Além dessas opções, é de se destacar a inclusão de um *Thesaurus* que fornece a nomenclatura dos objetos culturais depois dos nove espaços a serem preenchidos e/ou marcados que, supostamente, auxiliariam o usuário no fornecimento das informações necessárias, como a opção “técnica e material”, que apresenta vinte opções (pintura, escultura, vitral etc.), e, na maioria delas, podem aparecer, em

cascata, mais opções, como a “pintura”, com mais onze outras opções (pastel, óleo, guache etc.).

Figuras 2.2 e 2.3 – Interfaces para acrescentar um objeto ao inventário do ID-Art



Fonte: App ID-Art. Foto: O próprio autor.

O app disponibiliza informações de como preencher e/ou marcar os campos e a forma correta de se fotografar, uma vez que a fotografia é um fator de significativa importância para a recuperação do objeto em casos de roubo e dissociação, entre outros. O que nos remete à ficha que é produzida após a introdução de todos os dados necessários no aplicativo, aparecem duas opções, salvar ou baixar. Produzida no formato PDF (*Portable Document Format*)[12], como podemos observar na Figura 3, o arquivo ao ser baixado apresenta em sua nomenclatura o nome do app, o modelo de ficha que foi extraída, o nome do objeto, a data de baixa e o horário (exemplo: ID-Art_ObjectIDExtract_Remo indígena _2023-05-28_10_31), o tamanho em *Megabyte* (MB) do arquivo, e isso é significativo se consideramos os diversos problemas que terão que ser enfrentados quanto ao armazenamento digital desses arquivos, dependerá da quantidade de fotografias tiradas, como exemplo, um arquivo que

[12] É um formato de arquivo desenvolvido pela Adobe Systems para representar documentos de maneira independente do aplicativo, hardware e sistema operacional usados para criá-los.

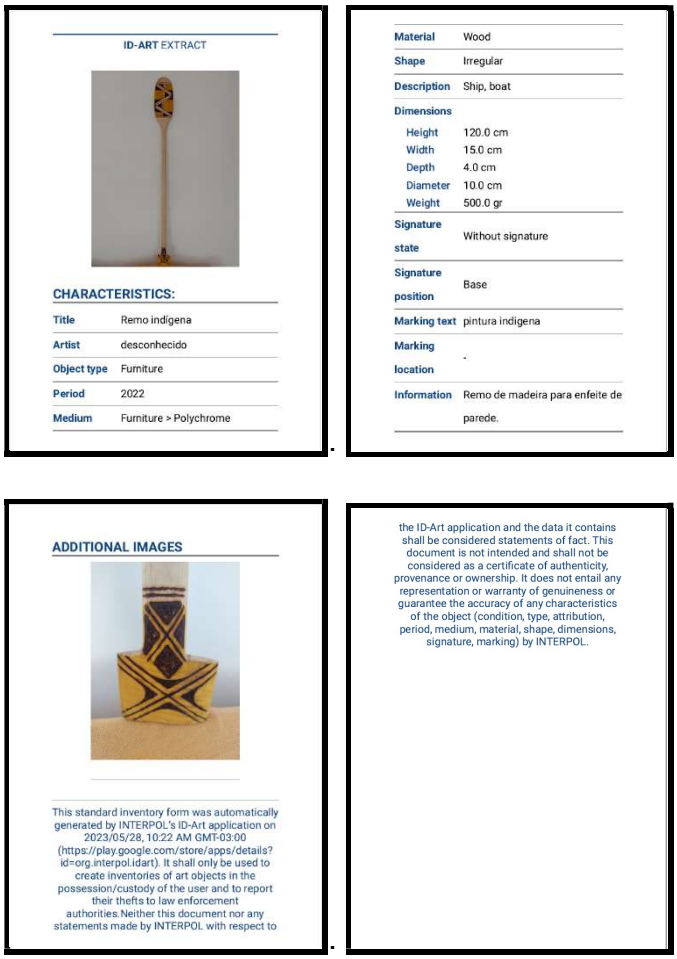
utilizar 4 fotografias terá em média 2 MB. Os dados normalmente são dispostos em duas páginas, com a imagem principal iniciando os arquivos e as demais imagens vão para o final do arquivo, aumentando a quantidade de páginas a depender da quantidade de imagens.

Depois da imagem principal aparecem, na ficha reproduzida em PDF, título, autor, tipo de objeto, data, técnica, formato, dimensões, assinatura, marcas e informações. Em seguida, são apresentadas as demais fotos tiradas do objeto e por fim um texto informando quando e de qual *software* veio o formulário, assim como advertências quanto que foi feito por um usuário para registrar um objeto que estava sob sua posse, podendo ser usando para relatar seu roubo, além da advertência de que a ficha não pode ser utilizada como um documento de autenticação fornecido pela Interpol. Depois do formulário preenchido e salvo, ainda é possível alterá-lo, para o envio por *e-mail, whatsapp* etc. ou baixa como arquivo na memória do aparelho de celular, mas, uma vez salvo no celular ou computador, não é mais possível alterar os dados, pois foram baixados em PDF fechado e não em um sistema de formulário aberto *on* ou *off line*. Contudo, é muito eficiente, uma vez que, em caso de roubo ou dissociação do objeto, o formulário poderá ser enviado imediatamente para a Interpol e o bem passa a fazer parte do acervo de objetos roubados e o próprio app pode ser utilizado para reconhecimento do objeto por terceiros nas alfândegas ou em qualquer lugar do mundo.

O ponto forte do app é a possibilidade de rapidamente localizar um objeto por uma simples foto, sem a necessidade de preenchimentos etc., pois se verifica no banco de dados da Interpol as imagens de objetos semelhantes instantaneamente por comparação. A ferramenta de inventariação também é muito eficaz, contudo gera alguns problemas para pessoas que não estão acostumadas com esses bens culturais, o primeiro é a linguagem, não estando disponível em português[13], sem seguida temos a quantidade significativa de opções do *Thesaurus* que faz com que o preenchimento seja demorado e exaustivo e finalmente a impossibilidade de análise pormenorizada e edição dos arquivos por um supervisor ou em outro *hardware* como computador pessoal, fazendo um banco de dados mais seguro e organizado.

[13] O autor entrou em contato com a Interpol, questionando se o app teria sua tradução para o português, mas não obteve resposta até a data da finalização desta tese.

Figuras 2.4, 2.5, 2.6 e 2.7 – Exemplo de formulário resultante da documentação pelo app ID-Art



Fonte: Fonte: App ID-Art. Foto: O próprio autor.

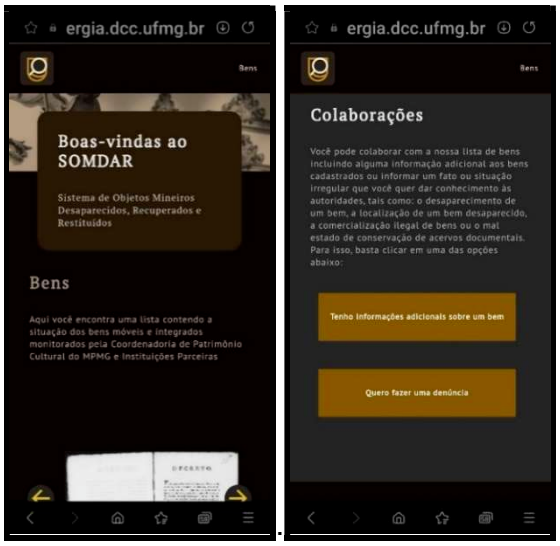
No Brasil, há uma preocupação significativa com o tráfico ilícito de obras de arte nos últimos anos, notadamente após a Constituição de 1988. A atuação do Ministério Público Federal e dos Ministérios Públicos Estaduais vem se aperfeiçoando cada vez mais para coibir essas práticas criminosas. O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) tem realizado uma série de ações nesse sentido. Além das diligências que recuperaram uma quantidade significativa de obras do tráfico ilícito, temos ações significativas para a conservação preventiva dos bens culturais, como o *Manual Básico de Segurança e Conservação do Patrimônio Cultural Sacro* e o Sistema de Objetos Mineiros Desaparecidos, Recuperados e Restituídos (SOMDAR).

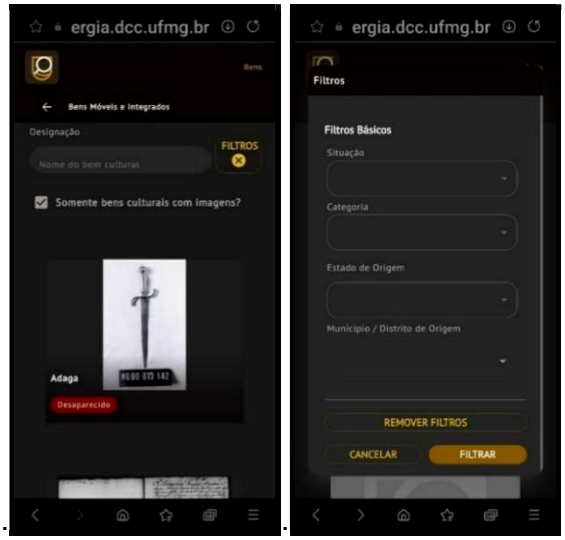
O Manual tem por objetivo apresentar as medidas voltadas para a segurança e conservação de edificações religiosas históricas (igrejas, capelas, mosteiros etc.) existentes em Minas Gerais. A expectativa dos autores é de que o Manual seja capaz de fornecer orientações práticas para a implementação de medidas de segurança e conservação dos bens culturais sacros.

Já o SOMDAR é um programa que visa a recuperação de bens culturais que estejam em situação de tráfico ilícito, tais como os bens arqueológicos, artísticos, bibliográficos, documentais, etnográficos, históricos, paleontológicos e sacros desaparecidos de Minas Gerais. Lançado em 2021, é uma parceria entre o MPMG e o Laboratório de Engenharia de Software e Sistemas (Synergia), do Departamento de Ciência da Computação da Universidade Federal de Minas Gerais (DCC/UFMG), e permite que o público em geral consulte o banco de dados dos bens culturais móveis desaparecidos, por meio do sistema, facilitando a denúncia de furtos, roubos, leilões ilegais, além de facilitar o reconhecimento desses bens e enviar arquivos para a inserção no banco de dados de desaparecidos.

Embora o *site* do DCC/UFMG apresente o programa como um aplicativo, ele se mostra mais como um *site* de busca, não podendo ser baixado em lojas de aplicativos para *smartphones*, ou seja, é acessado pelas plataformas normais de *internet* em computadores pessoais ou mesmo telefones celulares (Figuras 2.8, 2.9, 2.10 e 2.11).

Figuras 2.8, 2.9, 2.10 e 2.11 – Interfaces do SOMDAR em aparelhos móveis





Fonte: www.https://somdar.synergia.dcc.ufmg.br/. Foto: O próprio autor.

A primeira página do *site* apresenta quatro escolhas para o usuário: acessar todo o banco de dados; acessar os bens por pesquisa; dar informações a mais sobre um bem; fazer uma denúncia. No acesso aos bens por pesquisa, há apenas um espaço para preenchimento, chamado “designação”, e um local para se marcar “somente bens com imagens?”, e ao lado, escrito: “filtros”. O interessante é que, se for marcado o item “somente bens com imagens?”, não se consegue acessar os filtros de busca, mas, ao desmarcá-lo, aparece: situação, categoria, estado de origem, município/distrito de origem. A opção “situação” é desmembrada nos subitens desaparecido, recuperado, restituído, todos. Já na opção “categoria” aparecem os subitens arqueológico, artístico, sacro etc., e assim ser possível fazer uma pesquisa mais refinada. Há a possibilidade de uma instituição parceira acessar o *site* por *e-mail* e senha; contudo, optou-se por avaliar apenas as opções que estavam disponíveis para o público em geral.

O software é um avanço significativo quanto à busca dos bens culturais desaparecidos; no entanto, o banco de dados contém mais de 2000 itens, sendo necessário conhecer certas referências para se chegar aos bens que se quer comparar, e às vezes aparecem dezenas com a mesma aparência. Outro ponto é que não há uma organização dos dados através de fichas descritivas, mas apenas as imagens e os nomes ou referências dos objetos.

Mais que esgotar essa temática, o texto apresentou as perspectivas de diversos autores sobre a documentação dos bens culturais, perpassando mais de uma área de

conhecimento. Partindo do termo “documentação”, acredita-se fazer parte significativa da ciência da informação, como pode-se perceber no esforço de se definir o conceito de documento e documentação dos pesquisadores dessa área. A museologia, por sua vez, tem na documentação a sua ação prática fundamental, intrinsicamente ligada à gestão dos acervos; contudo, não se restringe a essa atividade, e assim vai além da ciência da informação, utilizando-se dessa ferramenta como em outras áreas do conhecimento, como a Arquitetura e a Conservação-restauração. Diversas instituições utilizam-se da documentação para garantir a proteção dos bens culturais, assim como reaver aqueles que estão desaparecidos e coibir futuros atos ilegais como furtos e dissociações, as novas tecnologias são aliadas nesse processo, como foi abordado. No Capítulo 3, enfocaremos as especificidades da maior entidade de guarda de bens culturais do Brasil, que é a Igreja Católica, mas que, também, tem parte significativa de seus acervos em constante risco de roubo e desaparecimento.

CAPÍTULO 3 – A IGREJA CATÓLICA DO BRASIL E OS BENS CULTURAIS ECLESIÁSTICOS EM SITUAÇÃO DE RISCO

A Igreja Católica Apostólica Romana[14] é uma das maiores instituições de guarda de bens culturais no mundo. Nos seus monastérios, igrejas, santuários, arquivos, bibliotecas, instituições de ensino, memoriais e museus, tem-se uma parcela significativa dos bens culturais tombados, dos cinco continentes, além daqueles que, embora não tombados, são de grande significância para as comunidades, instituições e nações.

A palavra "igreja" vem do grego *ekklesia,* que significa reunião. Assim, as especificidades teológicas do culto católico, em especial o espaço litúrgico[15], fazem com que, desde os tempos mais remotos, os cristãos se reúnam em espaços físicos para desenvolver ações rituais e celebrativas, mas que também são espaços simbólicos. Esses locais, portanto, não necessariamente precisam ser construídos, mas limpos e organizados de maneira que tranquilizem e permitam o pensar e o discernir (Paro, 2014).

Com as perseguições que os primeiros cristãos sofreram pelas autoridades do Império Romano, naquela que foi chamada de Igreja Primitiva[16], essas reuniões eram realizadas às escondidas, em locais longe do público, ocorrendo principalmente nas catacumbas romanas, onde encontram-se os primeiros vestígios desses cultos. Após o Édito de Milão[17], edifícios foram adaptados, sendo que boa parte deles abrigava outros cultos[18], e construídos para atender às celebrações, assim como foram criados ou adaptados para as celebrações de diversas imagens, utensílios, adereços, roupas e toda uma série de objetos.

---

[14] Utilizaremos a palavra "Igreja" com "i" maiúsculo para designar a instituição Igreja Católica Apostólica Romana, e "igreja" com "i" minúsculo para designar o templo construído ou as religiões que professam o cristinanismo.

[15] Local destinado à reunião dos cristãos e, especialmente, da celebração dos sacramentos (Paro, 2014), costume herdado da organização judaica.

[16] Era a igreja do tempo dos apóstolos, ou seja, a comunidade que viveu os primeiros anos da Igreja Cristã.

[17] Promulgado a 13 de junho de 313, pelo imperador Constantino (306-337), assegurou a tolerância e liberdade de culto para com os cristãos, alargada a todo o território do Império Romano.

[18] No século VII, o Panteão Romano foi convertido em Basílica, passando a ser usado como uma igreja. Possivelmente pelo uso no culto, resistiu ao tempo em excelente estado.

No decorrer dos séculos, estilos artísticos foram criados[19], construções monumentais foram executadas[20], gênios criadores surgiram com objetos artísticos excepcionais, na maioria das vezes, com o incentivo, proteção e mecenato da Igreja.

Neste capítulo, discorre-se sobre essa instituição de guarda milenar, em especial sua atuação no Brasil, forma de organização territorial e social, normativas e ações que se relacionam com a preservação dos bens culturais sob sua guarda. Será abordado também o tráfico ilícito de bens culturais, em particular da arte sacra, que causa considerável perda ao patrimônio sacro, assim como as estratégias de preservação.

3.1 A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA IGREJA CATÓLICA E OS BENS CULTURAIS

A estrutura hierárquica da Igreja garante a unidade da instituição, mesmo com a sua dimensão mundial, em termos geográficos, dos membros, sedes e patrimônio cultural. Ao se fazer uma descrição detalhada dos números estatísticos e descritivos da Igreja Católica, pode-se compreender melhor os motivos de não ser tão simples a relação entre a hierarquia do clero e o cumprimento efetivo das normas e Leis Canônicas estabelecidas pela Santa Sé[21], principalmente no que se refere à preservação dos bens culturais. Desse modo, é necessário entender como funciona essa estrutura administrativa, sua abrangência no território, a formação acadêmica/funcional dos membros e a quem compete o quê dentro da instituição. Os dados estatísticos da Igreja Católica mundial são impressionantes e monumentais e, ao mesmo tempo, imprecisos, como pode-se observar no Quadro 1:

Quadro 1 – Dados Estatísticos da Igreja Católica do ano 2020

População mundial	7.667.136.000
Católicos do mundo	1.359.612.000
Bispos	5.363

[19] Gótico, românico, barroco, rococó, entre outros.
[20] *Notre-Dame* (França), Catedral de *Sant-Denis* (França), Basílica de *Saint-Sernin* (Alemanhã), Igreja *Gesú* (Itália), Igreja da Ordem Terceira do Carmo (Portugal).
[21] Santa Sé, também chamada Sé Apostólica, é a jurisdição eclesiástica da Igreja Católica em Roma, sendo uma entidade soberana independente. Do ponto de vista legal, é distinta do Vaticano, ou mais precisamente do Estado da Cidade do Vaticano.

Sacerdotes	410.219
Religiosos não sacerdotes	50.569
Seminaristas Maiores	111.855
Seminaristas Menores	95.398
Creches	72.785
Escolas primárias	99.668
Escolas secundárias	49.437
Hospitais	5.322
Dispensários	14.415
Hospitais para hansenianos	534
Lar para idosos e doentes	15.204
Orfanatos	9.230
Jardins de infância	10.441
Centros de aconselhamento matrimonial	10.362
Centros de educação ou reeducação social	3.137
Outras instituições	34.291

Fonte: Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil[22] (modificado pelo autor).

Pelos dados apresentados, cerca de 17,73% da população mundial professariam a fé cristã católica em 2020; isto é, mais de 1.359.612.000 pessoas. Para administrar essa imensa instituição, os dados pressupõem que haveria 5.393 bispos e arcebispos e 410.219 sacerdotes nos cinco continentes. Os religiosos não sacerdotes, ou seja, monges e freiras, estariam em 50.569, além dos 111.855 seminaristas maiores, ou que estudam nas universidades, e 95.398 seminaristas menores, que estão nas escolas secundárias. Esse corpo eclesiástico administra, coordena, trabalha ou estuda em 72.785 creches, 99.668 escolas primárias e 49.437 escolas secundárias, além de outras 34.291 instituições. Essas últimas não apareceram especificadas nas estatísticas, por não apresentarem uma definição qualificável, ou por não serem tão diversas que sua descrição extrapolaria o sentido de um quadro informativo, como universidades, faculdades, hotéis, pousadas, editoras, revistas, lojas, entre outras.

A rede de assistência da Igreja também é gigantesca, com 14.415 dispensários, que são locais de cuidados médicos e distribuição de medicamentos, 534 hospitais para hansenianos[23], 15.402 lares para idosos, deficientes e doentes crônicos, 9.200

[22] Disponível em: https://franciscanos.org.br/noticias/as-estatisticas-da-igreja-catolica-2022.html#gsc.tab=0. Acesso em: 15 jun. 2023.

[23] O nome utilizado é “leprosos”, alterado em respeito à luta pelo fim da discriminação dessa doença curável na contemporaneidade, implementada pelos movimentos sociais dos hansenianos.

orfanatos e 10.441 jardins de infância, assim como 3.137 centros de educação ou reeducação social.

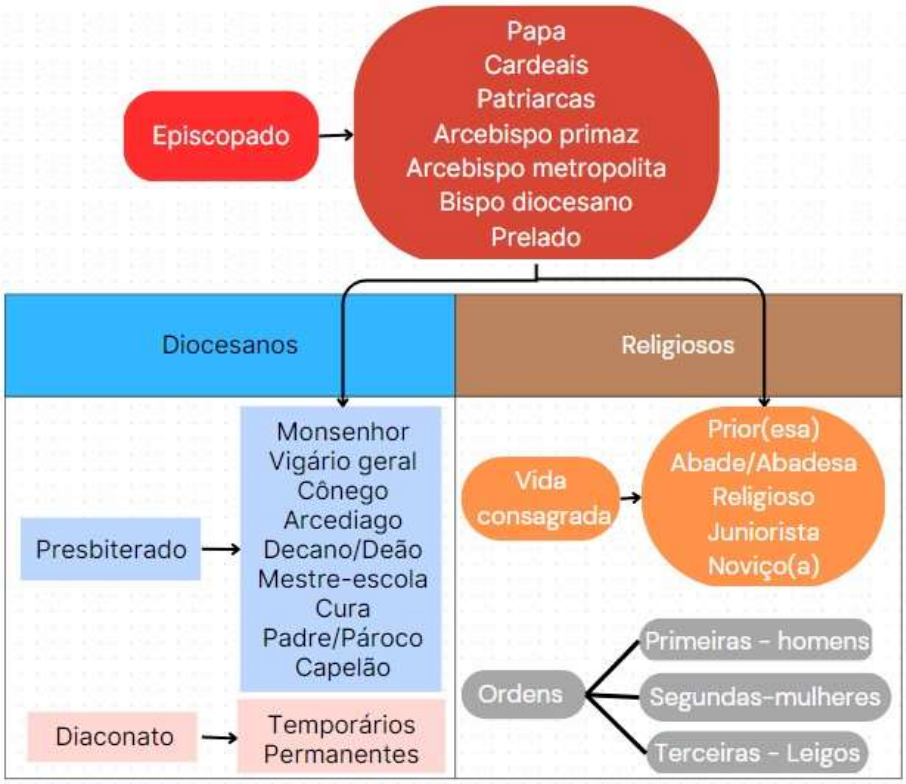
O Catolicismo é uma das maiores religiões do mundo, e existe uma variedade de templos católicos espalhados por boa parte do planeta. O número total de templos católicos pode variar de acordo com diferentes fontes e métodos de contagem. Além disso, é importante definir o que considera-se um "templo católico". Isso pode incluir desde grandes catedrais até pequenas capelas locais. Segundo dados aproximados, do Anuário Pontifício, o anuário oficial do Vaticano, havia cerca de 37.000 paróquias e prelazias no mundo em 2019. Cada paróquia pode ter várias igrejas e capelas. No entanto, é importante ressaltar que esses números podem ter mudado desde então, devido às construções, fechamentos ou realocações de templos.

Para se compreender melhor como funciona a administração da instituição, a Figura 3.1 apresenta um organograma da estrutura hierárquica da Igreja, que se mostra demasiadamente hierarquizada. O Episcopado católico é formado por prelados[24], que são os ministros sagrados que receberam a totalidade do sacramento da Ordem, sendo por isso considerados como os sucessores diretos dos doze apóstolos. Já o Papa, possui jurisdição universal e suprema sobre toda a Igreja Católica e é aconselhado e eleito pelo colégio de cardeais. Os prelados, por sua vez, podem ter jurisdição ordinária, ou não, sobre as suas respectivas circunscrições eclesiásticas. Os patriarcas são alguns líderes das Igrejas Católicas Orientais, que embora reconhecidos pelo Papa, têm o direito de nomear seus próprios bispos.

Os arcebispos são prelados que, na maioria dos casos, estão à frente das arquidioceses. Se a arquidiocese for a sede de uma província eclesiástica, torna-se arcebispo metropolitano, que normalmente tem também poderes de supervisão e jurisdição limitada sobre outras dioceses (chamadas sufragâneas), que fazem parte da respectiva província eclesiástica. Os bispos (diocesano, titular, coadjutor, auxiliar e emérito) são os que recebem o todo do sacramento da Ordem. Isto lhes confere jurisdição completa sobre os fiéis da sua diocese. Normalmente, apenas os bispos gozam desse poder jurisdicional.

[24] Título honorífico privativo de certas dignidades eclesiásticas, tais como bispos, arcebispos, chefes de comunidades religiosas, entre outras.

Figura 3.1 – Organograma da Hierarquia Católica



Fonte: igrejacatolica924.blogspot.com[25] (modificado pelo autor).

Submetido ao Episcopado apresenta-se o Presbiterado, que se refere aos presbíteros (ou padres) e são os colaboradores dos bispos, que têm um nível de jurisdição parcial sobre os fiéis. Justifica-se essa questão pelo fato deles não receberem ainda a totalidade do sacramento da Ordem. Alguns lideram as paróquias da sua diocese e podem receber vários títulos, como Vigário, Monsenhor, entre outros; contudo, deve-se levar em consideração que existem dois tipos de padres: os religiosos e os diocesanos. Os padres religiosos professam os votos religiosos de pobreza, castidade e obediência, e pertencem a uma Congregação Religiosa, como por exemplo os Franciscanos, Salesianos, Carmelitas, e vivem uma Regra de Vida própria, com um carisma e em comunidade, são missionários. Os padres diocesanos, por outro lado, ficam ligados à diocese pela qual foram ordenados. São os colaboradores do bispo

[25] Disponível em: http://igrejacatolica924.blogspot.com/2018/06/hierarquia-catolica.html. Acesso em: 10 jun. 2023.

diocesano, não professam os votos, mas fazem a promessa solene de simplicidade, obediência ao bispo e castidade e trabalham quase sempre em sua diocese.

O Diaconato abarca os diáconos, que também são os auxiliares dos bispos, e possuem o primeiro grau do sacramento da Ordem. São ordenados para o serviço da caridade, da proclamação da Palavra de Deus e para tarefas específicas na liturgia. Existem diáconos temporários, os celibatários, que estão se preparando para o sacerdócio, e os permanentes, homens casados que estão a serviço da Igreja local, segundo rege o Código de Direito Canônico[26].

Já a Vida Consagrada, como anteriormente apresentada, refere-se aos religiosos que fizeram votos. Podem ser homens, também chamados de monges e ordens primeiras, ou mulheres, chamadas de freiras e ordens segundas. Os leigos são todos os fiéis batizados, sem sacramento da Ordem, que professam a religião. Além de dispersos pelas paróquias, eles podem estar reunidos em um tipo de confraria, distinguindo-se das irmandades, por estarem associados às ordens religiosas, como os beneditinos, carmelitas, franciscanos, entre outros. O nome que se dá a esse tipo de ordem religiosa é Ordens Terceiras.

As Ordens Terceiras cumpriram um papel muito importante na história do Brasil Colonial, principalmente na construção e administração das Igrejas no período aurífero de Minas Gerais, possibilitando um acúmulo significativo de bens culturais nesses templos, assim como problemas jurídicos quanto à propriedade desses bens na contemporaneidade[27].

Os números da Igreja Católica no Brasil também são significativos, considerando que é o país com a segunda maior população católica do mundo, atrás apenas do México. Somam-se a isso suas dimensões continentais, além da presença da Igreja Católica já nos primeiros contatos com os habitantes pré-coloniais no século XVI. A Igreja Católica, no entanto, vem perdendo espaço proporcional na população brasileira para

[26] Conjunto de leis que rege a estrutura institucional da Igreja Católica Apostólica Romana.
[27] Os templos construídos pelas Ordens Terceiras no Brasil Colônia não estavam sob a administração dos padres párocos e sim sob a da Ordem originária. Com a perda de poder político dessas Ordens, esvaziamento dos membros e a consequente perda de recursos para sua manutenção, os bens culturais ficam à mercê da alienação, o que é proibido pela Igreja que evoca que esses são “bens de mão-morta”, ou seja, “podem ser definidos como uma espécie de domínio fundiário do Antigo Regime em que sua característica principal era o impedimento de sua circulação no comércio (...) com destaque para aqueles pertencentes às ordens religiosas (...)” (Brito, 2018, p. 9).

outras religiões de origem protestante ou neopentecostais, também chamadas evangélicas.

Quadro 2 – Dados estatísticos do Episcopado Brasileiro da Igreja Católica Apostólica Romana em 2020

População	213,2 milhões
Católicos	123.2 milhões
Bispos	467
Sacerdotes e diáconos permanentes	26.582
Religiosos não sacerdotes	3.467
Seminaristas Maiores	8.041
Arquidioceses, dioceses e congêneres	278
Santuários Nacionais	6
Basílicas	71
Catedrais e cocatedrais	294
Paróquias	12.013
Institutos de ensino	4.687
Institutos de beneficência	6.070

Fonte: www.ihu.unisinos.br 28 (modificado pelo autor).

Pelos dados estimativos apresentados pelo Episcopado Brasileiro, em 2020, cerca de 123.2 milhões de brasileiros, ou seja, 57.8% da população professava a religião católica. Com 467 bispos, incluindo os eméritos[29], a Igreja é organizada em 278 circunscrições eclesiásticas, sendo 217 dioceses, 45 arquidioceses e oito prelazias[30], três eparquias[31], um exarcado[32], um rito próprio, um ordinariado militar, uma administração apostólica pessoal e uma arquieparquia[33].

[28] Disponível em: www.ihu.unisinos.br/images/ihu/2022/04/dados_episcopado_brasileiro_fernando_alt_jr.pdf. Acesso em: 8 mai. 2023.
[29] Bispo emérito é um título conferido a um bispo diocesano cuja renúncia foi aceita. Normalmente o bispo diocesano apresenta a renúncia após completar 75 anos de idade. O mesmo título vale para o arcebispo emérito, quando apropriado.
[30] Tipo de circunscrição eclesiástica erigida para atender às necessidades peculiares em um território ou de um grupo de fiéis. As prelazias territoriais e pessoais são similares às igrejas particulares e, como estas, têm fiéis, clero e pastor próprio.
[31] É um tipo de circunscrição eclesiástica adotado nas Igrejas Orientais Católicas, Ortodoxas e Orientais Ortodoxas, que corresponde ao conceito de diocese.
[32] Circunscrição eclesiástica administrada por um exarca, ou seja, um bispo com jurisdição episcopal nomeado para governar a igreja no exterior, fora do território onde se localiza sua sede.
[33] Arquidiocese liderada por um arquieparca do rito oriental e na Ortodoxia.

No auxílio dos bispos tem-se 26.582 sacerdotes e diáconos permanentes, ou seja, um para cada 4.634 fiéis, 3.467 religiosos e religiosas, além de 8.041 seminaristas maiores, que cursam filosofia e teologia. Os cultos são realizados em seis santuários nacionais, locais sagrados que recebem peregrinos de diversas regiões[34], 71 basílicas, que pode ser uma catedral com particularidades significativas, com relíquias[35] e estrutura para receber o Papa, o único que pode aprovar sua elevação.

O Episcopado Brasileiro conta com 294 catedrais, que é o principal templo de uma diocese (conjunto de paróquias), de onde o bispo repassa aos padres as instruções do Papa, ou seja, só há catedral com bispo. O país conta com 12.013 paróquias, que são o local em que o padre exerce influência; seria o equivalente a um bairro, mas sem as mesmas fronteiras territoriais. Na maioria dos casos, contém mais de uma igreja e várias capelas, dependendo da localidade.

Além dos templos, a Igreja Católica do Brasil administra diversas instituições, sendo 4.687 delas de ensino, que podem ter, cada uma, diversas unidades[36], e 6.070 institutos de beneficência, como hospitais, creches, orfanatos, casas de acolhida etc. Há outras milhares de entidades administradas pela Igreja, que não foram incluídas na tabela como gráficas, editoras, hotéis, pousadas, casas de retiro, restaurantes, fazendas, entre outras. Há também os conventos e monastérios, além das residências do pároco, chamadas “casa paroquial”, as casas onde moram os seminaristas nas sedes diocesanas e/ou nos arredores das faculdades e universidades em localidades distantes. Existem ainda os centros culturais mantidos pela Igreja como centros catequéticos, salões de encontro, instituições leigas de auxílio, como as obras dos Vicentinos (Sociedade São Vicente de Paulo – SSVP), que mantêm creches, escolas, projetos sociais e lares de idosos, também conhecidos como Vilas Vicentinas. Todas essas unidades são atendidas pastoralmente pelos sacerdotes, a partir da estrutura da territorialidade da Igreja, como pode-se observar na Figura 3.2, a seguir:

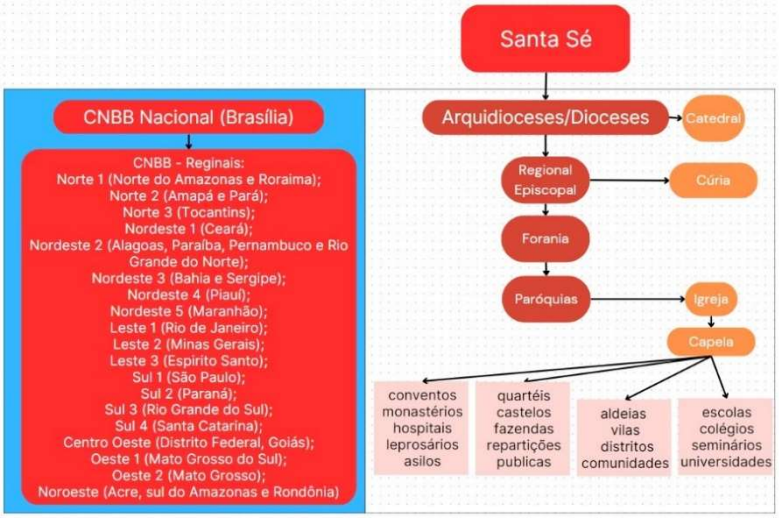
---

[34] Além de estar ligado à devoção a um determinado santo, normalmente possui a sala de ex-votos, presente dado pelo fiel ao seu santo de devoção em consagração, renovação ou agradecimento de uma promessa (membros do corpo humano em cera, madeira, pinturas, fotos, entre outros).

[35] Relíquia é um objeto preservado para efeitos de veneração, sendo normalmente uma peça associada a uma história religiosa, como objetos pessoais ou partes do corpo de um santo ou de um personagem sagrado.

[36] Como exemplo, a PUC Minas tem cerca de 10 *campi*, com mais de 100 edifícios que abrigam dezenas de faculdades, com laboratórios, bibliotecas, museu, canal de TV, oficina de teatro, ensino a distância, salas multimídia, teatros, auditórios, hospitais veterinários, clínicas de fisioterapia, odontologia e psicologia, entre outros.

Figura 3.2 – Organograma da estrutura territorial da Igreja Católica no Brasil e os seus congêneres templos

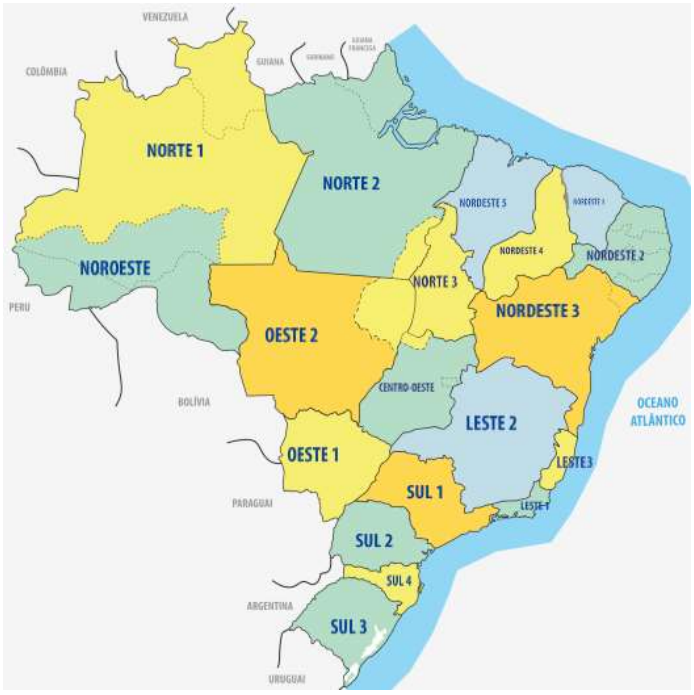


Fonte: Gil Filho, 2006, e www.cnbb.org.br[37] (modificado pelo autor).

Como apresentado anteriormente, as Arquidioceses e Dioceses, também chamadas de Igrejas Particulares[38], respondem diretamente à Santa Sé. Os bispos e arcebispos das igrejas particulares do país se reúnem na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, que é um organismo permanente e exerce, conjuntamente, certas funções pastorais em favor dos fiéis do seu território. Isso, no entanto, não faz parte da hierarquia da Igreja, ou seja, não existe com o objetivo de anular o poder dos bispos que respondem diretamente ao Papa. Para a melhor organização da CNBB, considerando as dimensões continentais do país, existem 19 regionais, como a CNBB Leste 2, que é referência dos arcebispos e bispos das dioceses que se encontram no estado de Minas Gerais, embora nem sempre as dioceses tenham os mesmo limites geográficos que os estados brasileiros, como pode ser observado na Figura 3.3.

[37] Gil Filho, 2006, e www.cnbb.org.br. Acesso em: 10 jun. 2023.
[38] Igreja particular é uma comunidade episcopal, isto é, guiada pelo bispo e seu presbitério.

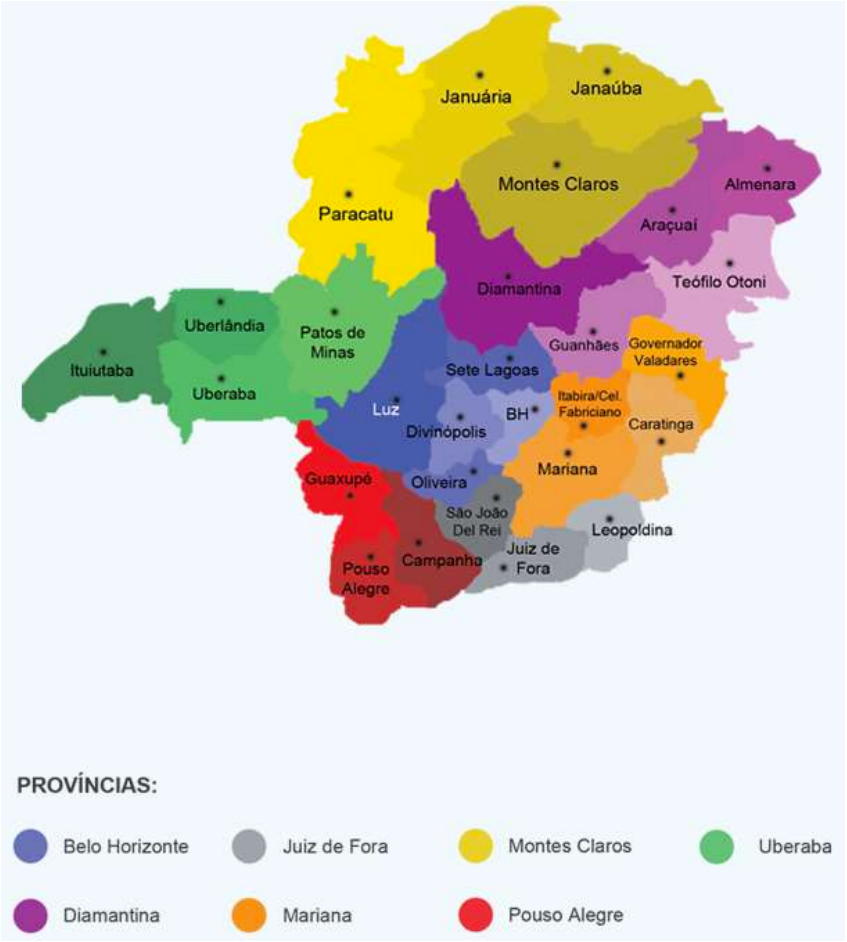
Figura 3.3 – Divisão territorial das regionais da CNBB



Fonte: www.cnbb.org.br/regionais

As Regionais, por sua vez, englobam as arquidioceses e as dioceses; contudo, para uma melhor organização, a regional é subdividida em Províncias. A província eclesiástica é um conjunto de dioceses próximas territorialmente, que tem como sede a Arquidiocese Metropolitana jurisdicional, com o objetivo de promover uma ação comum por parte de dioceses vizinhas e favorecer eficazmente a mútua relação entre os bispos, como pode-se observar na Figura 3.4, que apresenta as províncias, as arquidioceses e dioceses da CNBB Leste 2, em Minas Gerais.

Figura 3.4 – Mapa das Províncias, Arquidioceses e Dioceses da Regional Leste 2, em Minas Gerais



Fonte: https://www.cnbbleste2.org.br/arquidiocese.

As dioceses, também chamadas de igrejas particulares, são subdivididas em regionais episcopais, onde atuam os bispos auxiliares com suas respectivas Cúrias[39]. Nelas, o bispo responsável exerce as funções pastoral, judiciária e administrativa, que devem conter pelo menos três áreas:

- O Departamento Pastoral, com as comissões pastorais, em que o bispo nomeia um padre que vai com ele organizar, dinamizar e animar toda essa ação pastoral. São várias comissões pastorais, cada uma normalmente com um padre, um diácono e um leigo;

[39] A cúria diocesana compõe-se das instituições e pessoas que prestam serviço ao Bispo diocesano no governo de toda a diocese, principalmente na direção da ação pastoral, na administração da diocese e no exercício do poder judicial (Código de Direito Canônico – Cân. 469).

- O Tribunal Eclesiástico representa o bispo juiz, que constitui, na sua Arquidiocese, um Vigário judicial, os juízes, os defensores do vínculo, os advogados e os promotores. Normalmente, pode ser objeto de julgamento um fato jurídico a ser declarado como a validade ou não de um matrimônio, os problemas de indisciplina de pessoas do clero e de leigos, as faltas contra os sacramentos e outros assuntos;

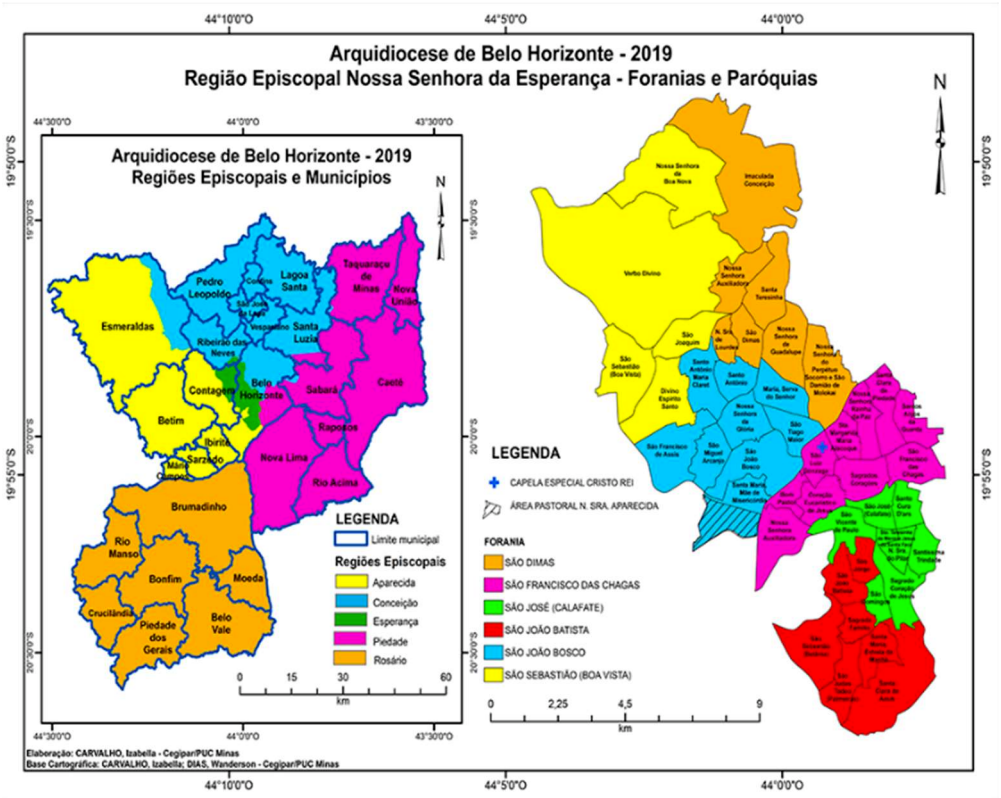
- A Mitra Arquidiocesana é o setor administrativo, que se desdobra em departamentos como o pessoal, financeiro, contábil, patrimonial, marketing e comunicação, além do departamento jurídico (cível) e o centro de documentação e informação;

- A Regional Episcopal, por sua vez, é subdividida em Foranias, ou seja, um grupo determinado de paróquias dentro de um Vicariato[40]. Cada Forania é confiada a um vigário forâneo (título dado pelo bispo a um grupo de padres dentro de um Vicariato). Essa união de diversas paróquias mais próximas territorialmente favorece o trabalho pastoral mediante uma ação em comum, como pode-se observar, a título de exemplo, na Figura 3.5, que apresenta as divisões da Arquidiocese de Belo Horizonte.

A paróquia é uma comunidade dentro da Diocese entregue aos cuidados pastorais e administrativos de um presbítero[41] que recebe o título de pároco, anteriormente chamada de “Freguesia”, e deve trabalhar em comunhão com a diocese, as lideranças pastorais e os demais fiéis batizados. Além do pároco, tem-se o vigário paroquial, que o bispo diocesano nomeia para coadjuvar com o pároco no exercício do seu ministério pastoral. Só os padres podem ser párocos, mas numa paróquia pode haver também diáconos[42], transitórios ou permanentes[43], que trabalham com o pároco e o vigário.

[40] Vicariatos episcopais são um instrumento evangelizador mais descentralizado e os Vicariatos territoriais são as foranias, que agrupam algumas paróquias.
[41] Do grego *presbyteros,* que significa ancião, cada sinagoga, e em cada cidade havia os anciões que cuidavam das questões e problemas da população; logo, é aquele que exerce uma função de governo junto a uma paróquia.
[42] Do grego *diakonos,* que significa "atendente" ou "servente", são encarregados de executar o "serviço do ministério de Deus", deixando de ser um simples leigo e passando a pertencer ao grupo do clero.

Figura 3.5 – Mapa das Regionais Episcopais da Arquidiocese de Belo Horizonte e das paróquias da Região Episcopal Nossa Senhora da Esperança (Rense)



Fonte: https://arquidiocesebh.org.br/regiao-rense/a-regiao/mapa-da-rense/.

Além dos fiéis, uma paróquia tem sempre um território e uma igreja principal, chamada igreja paroquial. As igrejas normalmente são construídas em honra de um santo protetor que passa então a simbolizá-la e dar-lhe nome. Pode ter outras igrejas menores, chamadas de ermidas ou capelas que devem ter a assistência dos sacerdotes da paróquia.

A capela pode estar dentro de uma igreja, normalmente na lateral e em honra a um santo ou uma santa. Pode ser uma pequena comunidade numa região administrada por uma paróquia e um espaço de oração em outra instituição. Assim como o culto a Deus, podem realizar casamentos, os demais sacramentos e as atividades sociais e pastorais. Além de terem edificações específicas para as capelas, uma quantidade significativa delas fica dentro de outros espaços que vão desde instituições de ensino, saúde e Estado até fazendas, condomínios residenciais, fábricas, entre outros.

Embora os dados da Igreja Católica apresentem apenas a quantidade de paróquias existentes, isso não reflete a quantidade de templos católicos, ou seja, numa única paróquia é possível ter diversos templos pertencentes à Igreja e a outros tantos, como capelas que pertencem a outras instituições, mas que estão sob os cuidados pastorais das paróquias. A título de exemplo, tem-se a Paróquia de Santo Antônio de Pádua, em Lagoa Dourada, Minas Gerais, tendo a primeira capela erigida em 1734, e a paróquia fundada em 1832, pertencente à Diocese de São João del Rei[44], onde os sacerdotes atendem pastoralmente a 14 comunidades em 14 templos, sendo quatro igrejas e dez capelas rurais. Os presbíteros desempenham várias funções importantes no nível da paróquia, que é uma comunidade religiosa local, tais como:

- Celebração dos Sacramentos: são responsáveis por celebrar os sacramentos, como a Eucaristia (Missa), o Batismo, a Confirmação, a Penitência (Confissão), a Unção dos Enfermos e o Matrimônio. Presidem esses ritos sagrados e ajudam os fiéis a vivenciarem a graça divina por meio dos sacramentos;

- Orientação Espiritual: são líderes espirituais e estão disponíveis para oferecer orientação e aconselhamento aos paroquianos, ouvem confissões, oferecem direção espiritual, respondem a dúvidas sobre a fé e auxiliam as pessoas em sua jornada de crescimento espiritual;

- Pregação e Ensino: têm a responsabilidade de proclamar a Palavra de Deus e ensinar a doutrina da Igreja, pregam sermões durante as Missas e oferecem catequese e formação religiosa para os paroquianos de diferentes idades, incluindo crianças, jovens e adultos;

- Administração Pastoral: supervisionam a administração geral da paróquia. Isso envolve a organização de atividades pastorais, o planejamento de eventos, a coordenação de voluntários, o cuidado dos edifícios e bens da paróquia e a gestão dos recursos financeiros;

- Atenção aos necessitados: são chamados a cuidar da assistência aos mais necessitados em suas paróquias, podem oferecer apoio espiritual e material aos pobres, doentes, idosos e a outros membros considerados da comunidade. Além disso, podem coordenar projetos de caridade e programas de ajuda social;

---

[44] Disponível em: https://www.paroquialagoadourada.com.br/. Acesso em: 15 jun. 2023.

- Celebrações Litúrgicas e Funerais: presidem as celebrações litúrgicas da paróquia, como as missas dominicais e festivas, estão presentes para oferecer conforto e realizar as cerimônias de despedida nos funerais, consolando e apoiando as famílias enlutadas.

Há uma diversidade de outras atividades exercidas pelos padres, que vão desde encontros com as pastorais e inaugurações, a eventos sociais e políticos da comunidade. Cabe a eles administrar as reformas e construções dos templos e cuidar do patrimônio cultural e financeiro, além da coleta das contribuições dos fiéis e envio de parte delas para a manutenção de toda a estrutura do bispado e papado.

O trabalho dos presbíteros absorve boa parte do seu dia, noite e finais de semana. Suas agendas são organizadas conjuntamente com as secretarias paroquiais. Tanto os bispos como os presbíteros folgam um dia da semana, normalmente às segundas-feiras, momento oportuno para visitar seus familiares, além do descanso e lazer. De modo geral, são incluídos no Instituto Nacional de Seguridade Social pelo pagamento mensal da taxa básica, mas os salários dos presbíteros dependem das condições das paróquias; contudo, não são inferiores a um salário mínimo mensal.

Outro ponto importante no trabalho dos bispos e presbíteros é que, além de exercerem as funções nas comunidades a que foram designados – os bispos nas dioceses e os presbíteros nas paróquias –, eles exercem funções também na estrutura acima deles: os bispos nas regionais da CNBB e os presbíteros na estrutura administrativa das dioceses, como observa-se nas Figuras 3.6 e 3.7, com destaques para os espaços dados aos bens culturais.

Pode-se observar, na Figura 3.6, que há 12 comissões episcopais pastorais na CNBB Leste 2, além do presidente, vice-presidente, secretário, Conselho Permanente e Conselho Fiscal. Todos esses postos são ocupados por bispos da Regional, com exceção do secretário executivo, que normalmente é um presbítero e tem atribuições permanentes na Regional. Na Comissão Episcopal Pastoral de Comunicação e Cultura é que se encontra a Comissão para os Bens Culturais da Igreja do Regional Leste 2 (CBENSCI/L2), definida como:

> (...) a instância pastoral, de caráter consultivo, que visa promover amplo debate acerca da importância dos bens culturais e sua íntima relação com o anúncio do Evangelho, à luz dos princípios e orientações do Dicastério para a Cultura e a Educação e das Comissões para a Comunicação, a Cultura e a

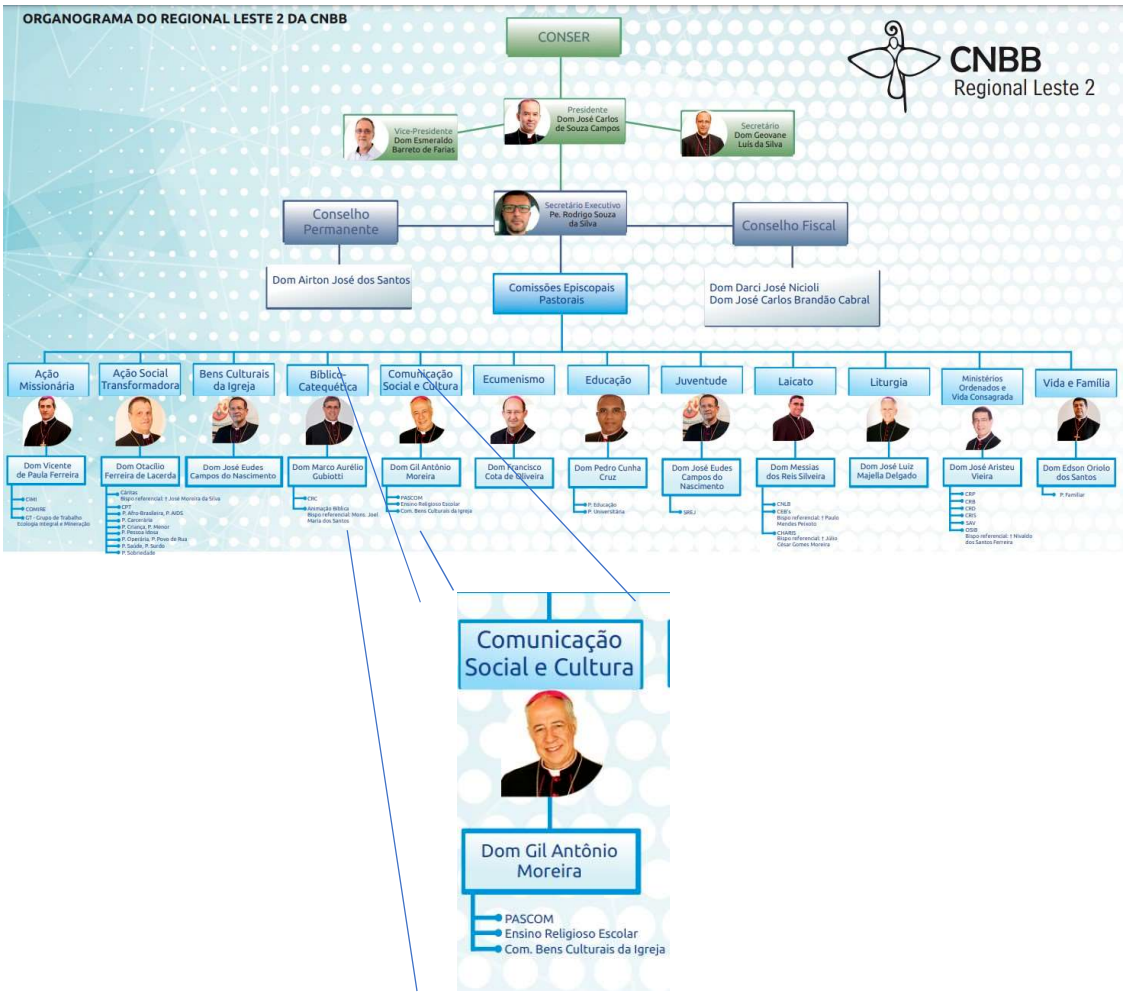
> Liturgia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (Regimento da Comissão pra os Bens Culturais da Igreja do Regional Leste 2 da CNBB, 2023, Mimeo).

A Comissão compreende as falhas na formação dos presbíteros, considerando a sua atuação cotidiana junto às paróquias, o que é expresso de forma indireta no item 5 da Carta de Intenções da Comissão, de outubro de 2010, assinada pelo presidente da CRBCI – CONSER Leste 2, quando propõe:

> 5. Que o Regional Leste 2 seja pioneiro em conduzir e antecipar uma ação concreta no sentido de introduzir no currículo de formação dos seminaristas, uma disciplina dedicada ao importante tema da salvaguarda e da criação de novas produções de patrimônio sacro, artístico, histórico e cultural da Igreja; bem como a formação continuada dos clérigos e, de modo especial, daqueles que serão os responsáveis por patrimônios expressivos da Igreja (CARTA DE INTENÇÕES DA COMIÇÃO REGIONAL DOS BENS CULTURAIS DA IGREJA – CONSER LESTE 2, 2010.)

É notória a dupla intencionalidade contida na introdução desse item da Carta de Intenções, em que é possível inferir que os seminaristas tenham os conhecimentos básicos sobre a preservação de bens culturais e a compreensão sobre como se dá esse patrimônio no espaço litúrgico para a construção de novos templos. A CNBB passa a incentivar os encontros de formação para os presbíteros em relação à preservação da arte sacra, e a aproximação com os órgãos de proteção como o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), o IPHAN e o Ministério Público. Nesta perspectiva, iniciaram-se na CNBB Leste 2 os encontros de formação chamados Seminário Igreja e Bens Culturais, com o primeiro evento acontecendo em outubro de 2010.

Figura 3.6 – Organograma do Regional Leste 2 da CNBB, com destaque para a Comissão de Bens Culturais da Igreja



Fonte: www.cnbbleste2.org.br (modificado pelo autor).

Os encontros promovidos pela Comissão Regional de Bens Culturais da Igreja na Regional Leste 2 (CRBCI – L2) tinham a intenção de não serem apenas eventos, mas desencadear um processo que implementasse e motivasse as arquidioceses e dioceses para constituição de comissões de bens culturais da Igreja. Além disso, seria necessário que se estabelecesse canais de comunicação com outros órgãos públicos e privados interessados e responsáveis pelo resgate e proteção desses bens, que viabilizasse a introdução, no currículo de formação dos seminaristas, uma disciplina dedicada à salvaguarda e à formação dos clérigos responsáveis pelo patrimônio cultural da Igreja. A Carta de Intenções que saiu desse primeiro seminário ainda propunha que ele se repetisse de dois em dois anos, como ocorreu até 2018, alternando suas sedes entre Minas Gerais e Espírito Santo, que fazia parte também

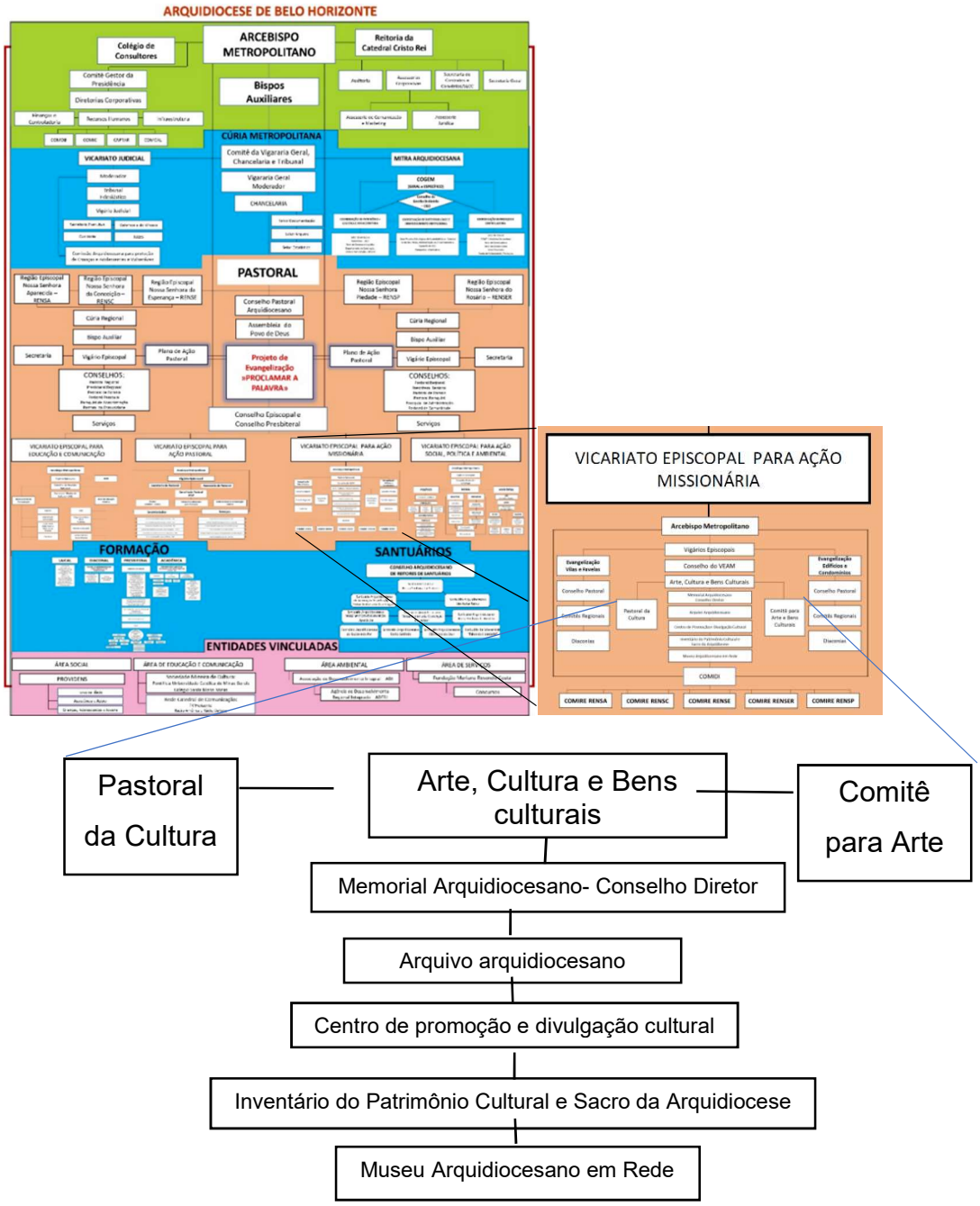
da Regional Leste 2. Os encontros foram interrompidos em 2020, por não haver segurança sanitária para seu funcionamento (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil Conser Leste 2, 2010).

Esses seminários foram muito positivos para a formação daqueles que se inscreviam e/ou representavam as suas respectivas dioceses. Muitos projetos de inventariação iniciaram a partir das diretivas divulgadas pelos palestrantes. Outro destaque dado eram as novas construções e o seu comprometimento com os devidos cânones do espaço litúrgico. O primeiro seminário contou com a participação e apoio dos representantes do IPHAN e do Ministério Público. O segundo teve os representantes do IEPHA e especialistas nas diversas áreas relacionadas, como o direito canônico, a história da arte e os funcionários do Memorial Arquidiocesano de Belo Horizonte. É preciso considerar, no entanto, a organização das dioceses e o espaço que ocupa os bens culturais.

Observa-se, na Figura 3.7, o complexo organograma da Arquidiocese de Belo Horizonte, que exige a participação de um número significativo de presbíteros na administração. Inclusive, ao analisar a diversidade de atividades desenvolvida na arquidiocese, justifica-se a presença de mais cinco bispos para auxiliar o arcebispo.

Destaca-se um detalhe do Vicariato Episcopal para Ação Missionária (VEAM), em que é possível localizar a Evangelização de Vilas e Favelas; a Evangelização de Edifícios e Condomínios; e a Arte, Cultura e Bens Culturais. Interessante perceber que esse item está sob os princípios da ação missionária, considerando então esse quesito como suporte para a evangelização. Além da Pastoral da Cultura e do Comitê para Arte e Bens Culturais, estão submetidos à Arte, à Cultura e aos Bens Culturais o Conselho Diretor do Memorial Arquidiocesano. Nessa instituição, encontram-se o Arquivo Arquidiocesano; o Centro de Divulgação e Promoção Cultural; o Inventário Cultural e Sacro da Arquidiocese; e o Museu Arquidiocesano.

Figura 3.7 – Organograma da Arquidiocese de Belo Horizonte, com destaque para o setor de Arte, Cultura e Bens Culturais



Fonte: www.arquidiocesebh.org.br (modificado pelo autor).

3.2 A FORMAÇÃO DOS SACERDOTES E AS NORMAS SOBRE OS BENS CULTURAIS ECLESIÁSTICOS

O Concílio de Trento (1545-1563) recomendava que fossem criados Seminários em cada diocese da Igreja Católica, para a formação e cuidado das vocações dos sacerdotes. A importância dada à formação do clero pelo Concílio é significativa, considerando que a crise vivida pela instituição naquele período, agravada pela Reforma Protestante, seria uma crise da formação sacerdotal, em última análise. Os dois Concílios contemporâneos[45] reafirmaram a importância da formação sacerdotal, ou seja, o percurso dos religiosos pelo seminário é que possibilita a passagem da vocação ao sacerdócio (Bertolone, 2013).

Segundo o documento *Ratio Fundamentalis Instituitionis Sacerdotalis*, de 2016, que trata sobre a formação presbiteral e religiosa, embora deva ser aplicada a todos os países sob competência da Congregação para o Clero, é sempre uma indicação a ser adaptada para cada conferência, de cada país, considerando suas especificidades. O processo formativo dos presbíteros pode ser dividido em: propedêutico, filosofia, teologia, ano pastoral e formação permanente. A etapa propedêutica não era obrigatória até a publicação desse documento, sendo implementada como experiência em alguns locais. Separados do Seminário Maior, os candidatos ao sacerdócio, depois de passarem pelos encontros de vocação, se agrupam em comunidade e começam uma formação humanística e cristã, em que serão selecionados os candidatos para o Seminário Maior.

Nas etapas seguintes, os seminaristas farão os cursos superiores em Filosofia e Teologia; contudo, essas duas etapas são chamadas, respectivamente, de discipulado e de configuração, pois, embora façam os cursos superiores nessas áreas, não é a formação de especialistas em filosofia e teologia que importa, mas sim a formação de pastores, que envolve um trabalho sistemático sobre a personalidade dos seminaristas. Em termos teológicos, o período do Discipulado é um tempo de aprender os ensinamentos do Cristo Mestre e admirá-lo. O candidato ao sacerdócio busca trabalhar a si mesmo, assume uma disciplina de vida; já no período de Configuração, o seminarista passa da admiração e conhecimento para a adoção ao

[45] Concílio Vaticano I (1869-1870) e Concílio Vaticano II (1962-1965)

estilo de vida de Cristo, abraçando a obra, favorecendo o conhecimento e a definição da identidade sacerdotal. Na etapa pastoral, em que é realizada a ordenação diaconal, entre o seminário e a ordenação presbiteral, ocorre a experiência pastoral, planejada e avaliada, oferecida para completar a formação e devendo ocorrer preferencialmente fora do Seminário (Santos, 2018).

No seminário, os candidatos cursam o bacharelado em Filosofia e Teologia. O primeiro apresenta seis semestres, e o segundo oito semestres. Ao se avaliar a grade curricular desses cursos, que, na Arquidiocese de BH, são realizados na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) – a maior universidade católica do mundo que recebe também seminaristas de outras dioceses e religiosos e religiosas de diversos institutos – constata-se que, no conjunto de 38 disciplinas do curso de Filosofia e 54 disciplinas do curso de Teologia, encontra-se apenas a disciplina Gestão Pastoral e Bens Culturais da Igreja. Tal matéria contemplava 40 horas/aula, mas foi reduzida para 36 horas/aula na revisão recente do currículo, com um conteúdo que alude ao gerenciamento dos bens culturais, como observa-se em sua ementa:

> Noções básicas de gestão: pessoal, administrativa, pastoral e espiritual. Princípios de inventariação e organização, planejamento e avaliação pastoral. Organização da pastoral paroquial. Conselhos Pastoral e Econômico. Secretaria e cartório paroquial. Relacionamento com a Cúria/Mitra Diocesana, Seminário e outras instâncias. Bens patrimoniais da Igreja: elementos de arte sacra, patrimônio artístico-cultural material e imaterial (prática extensionista)[46].

Pela ementa da disciplina, é possível concluir que, em relação à gestão administrativa da paróquia, nota-se uma ênfase sobre o conhecimento e a preservação dos bens culturais que lá se encontram. A referência à inventariação está ligada ao aspecto financeiro e quantitativo do patrimônio da paróquia, que se perde nos aspectos administrativos caros também aos párocos. Quanto a menção à arte sacra e ao patrimônio artístico-cultural material e imaterial, observa-se que esses elementos estão intrinsicamente ligados à extensão acadêmica, não sendo o ponto principal dos conteúdos sugeridos. Pode-se concluir que não estão presentes os princípios fundamentais que possibilitam o desenvolvimento pedagógico para que os futuros

[46] https://www.pucminas.br/ift/Paginas/default.aspx.

presbíteros possam desenvolver a sensibilidade e olhar crítico quanto aos aspectos artísticos e culturais que estarão sob sua administração.

Pode-se observar que não há, entre as diversas disciplinas que fazem parte da formação dos presbíteros, nos cursos de Filosofia e Teologia, disciplinas caras à preservação dos bens culturais. Como exemplo de disciplinas que seguem essa linha, estão aquelas que apresentam o conhecimento básico sobre a arte e seu percurso no decorrer do percurso humano (História da Arte e História da Arte no Brasil), conhecimentos teóricos e analíticos quanto às diferentes perspectivas imagéticas no mundo ocidental (Estética), além das concepções, estudos e tecnologias desenvolvidas na contemporaneidade nas áreas de gestão, preservação e manejo dos bens culturais da Igreja (Conservação Preventiva e Gestão de Risco de Bens Culturais).

Essas falhas na formação dos futuros presbíteros, em relação à preservação dos bens culturais, são detectadas pelos bispos há muito tempo no Brasil, principalmente ao enviarem os presbíteros para paróquias com igrejas coloniais ou que preservam um rico patrimônio cultural tangível e intangível[47] antes mesmo das leis brasileiras de preservação serem constituídas no início do século XX, como é possível observar na *Carta Pastoral do Episcopado Mineiro ao Clero e aos Fiéis de suas Dioceses sobre o Patrimônio Artístico* (1926), que é assinada por 14 bispos e arcebispos.

Na *Carta,* existem as leis canônicas e as normas a serem seguidas, acompanhadas das punições passíveis de serem impostas aos desviantes. Ademais, o documento trazia também uma perspectiva do que seriam as artes “superiores” a serem seguidas e as que deveriam ser evitadas.

Os autores da Carta inserem, em suas páginas iniciais, um discurso de valorização dos bens culturais como as obras dos primeiros cristãos deixadas nas catacumbas, e que desde o início da igreja cultivavam as artes. O texto discute, também, o trabalho do pontificado em restaurar monumentos e os esforços do papado na conservação da biblioteca e igrejas.

Após essa introdução histórica, o documento cita a Sagrada Congregação Consistorial em 31 de dezembro de 1909, que substitui as instruções para os Bispos da Sagrada

[47] As dioceses têm como princípio a troca dos presbíteros de paróquia, normalmente, de oito em oito anos.

Congregação do Concilio em 1725, na qual havia um desdobramento da Constituição de Sisto V de 1535. A Carta já apresenta o termo “inventário”, porém no sentido de registro escrito do bem, ou seja, inventariar nada mais seria que registrar a existência de um determinado objeto. Nota-se, em seguida, a citação da Epístola de 12, de dezembro de 1907, quanto aos arquivos, monumentos e objetos artísticos, emitida por Pio X, que melhor descreve e organiza os procedimentos administrativos em relação aos bens culturais da Igreja. Ao analisar a citação desse documento, compreende-se que a carta é mais uma resposta à Epístola do que uma iniciativa específica e original da Arquidiocese. Essas observações e recomendações soam mais como ordenação obrigatória.

A partir dessa ordenação, tem-se a necessidade de instituir um comissariado permanente para assegurar e melhorar a conservação, um catálogo detalhado dos bens culturais, com cópia para a diocese, que deveria ser atualizado assim que houvesse modificações. Essa epístola afirma que caberia a esse comissariado fiscalizar as condições do patrimônio, descrevendo quem deveria fazer parte desse comissariado e a criação e utilização de manuais e compêndios sobre as normas a serem seguidas, assim como uma preocupação significativa com o extravio dos bens por diversas formas, inclusive a venda.

O texto afirma que Pio XI, nascido Ambrogio Damiano Achille Ratti (1857-1939), em 1923, instituiu a Comissão Permanente para a tutela dos monumentos históricos e artísticos da Santa Sé para obter não somente a maior unidade e continuidade de direção nos trabalhos de conservação e restauração dos monumentos de arte e história dependentes da Santa Sé, mas também a repartição mais razoável das competências e responsabilidades. Apresenta as leis mais recentes para o período, como o n.º 879, da *Pastoral Coletiva e as Constituições Diocesanas das Províncias Eclesiásticas Meridionais do Brasil*, que em 1915 determinou que o n.º 795 seria proibido aos párocos e administradores de igrejas e capelas deslocarem e substituírem altares, modificarem paramentos ou tudo aquilo que pela antiguidade ou tradição se devesse conservar.

Nota-se a preocupação da publicação quanto às interferências danosas aos objetos artísticos da igreja que não foram impedidas por parcela do clero. O n.º 878 já informava que, para se ampliar e restaurar igrejas, eram necessárias a aprovação e licença do bispo. O n.º 881 do supracitado documento ainda orientava aos sacerdotes

que adquirissem conhecimentos dos princípios de arqueologia sacra, arte cristã e jurisprudência canônica para que não ocorressem erros e defeitos nos procedimentos de restauração. Essa passagem sugere, já nesse período, a melhor formação do clero no que se refere aos conhecimentos necessários à salvaguarda dos bens da Igreja. O texto destaca uma organização legal mais robusta em relação ao tratado da Constituição Providentíssima *Mater Ecclesia*, de 27 de maio de 1917, de Bento XV, que acautela o patrimônio artístico das igrejas, como se observa no cânon 383, em que novamente se reforça a necessidade de registro dos bens utilizando-se o termo inventário (Chaves, 2019).

O documento coloca em pé de igualdade o inventário dos bens da Igreja com outros livros de registro importantes, como os livros de batismo, crismas, matrimônio e óbitos. É de se notar que a *Carta* indica a necessidade dos clérigos, de consultarem especialistas antes da realização de construções e restaurações de templos, uma vez que, para a edificação ou restauração das igrejas, ordena o Código no cânon 1.164 – cuidado da parte dos clérigos –, os quais, se for necessário, devem ouvir o conselho de peritos, para que se observem as formas da tradição cristã e as leis da arte sacra. Há uma significativa preocupação com a venda de bens da Igreja, a ponto de citarem o cânon 2.347, que excomunga os que alienarem esses bens artísticos.

Nos últimos parágrafos da *Carta,* há diretrizes mais diretas sobre como devem se comportar o clero em relação aos bens culturais da Igreja, tais como não alienar pinturas, esculturas, alfaias, móveis, joias, paramentos etc. Pede-se também que não alterem os templos com restaurações, sem a prévia autorização do bispo. É reiterada a importância do registro dos bens culturais e as possíveis penas que podem incorrer àqueles que não o fizerem e os procedimentos necessários quanto aos livros de registro. Interessante observar que a Carta já se preocupa com o desvio do próprio livro de inventário dos bens.

Uma importante indicação é feita no penúltimo parágrafo da *Carta,* em relação à formação dos clérigos. Seria um breve curso de arte, para se ter amor “às coisas da arte”, aparentemente, para que pudessem despertar a admiração, e assim possibilitar que tivessem mais cuidado, mas não há menções a estudarem sobre como melhor conservar esses bens e sua transmissão para a posteridade.

Deve-se considerar essa descrição pormenorizada pelo fato de ser, naquele período, o principal documento com as diretrizes a serem seguidas na manutenção do patrimônio cultural da Igreja em Minas Gerais. Embora tratasse apenas dos bens culturais móveis e imóveis, os religiosos e leigos deveriam seguir essas orientações, ainda que de difícil avaliação da sua real implementação.

Tem-se que considerar a influência da Igreja Católica na primeira metade do século XX nas diretivas do governo, repercutindo significativamente na preservação do patrimônio sacro pelo Ministério da Saúde e Educação, com a nomeação de Gustavo Capanema (1900 – 1985) como ministro. Esse processo ficou conhecido como Restauração Católica, em que a Igreja buscava aumentar sua influência sobre as decisões políticas, principalmente pela perda de espaço ocorrido após a divergências com o governo imperial, na crise do Padroado, e a laicidade do Estado a partir da promulgação da Constituição Republicana de 1891. Em um processo de contestação do momento político nacional, para articular e influenciar a elite intelectual católica, em que a educação e a cultura despertavam especial atenção, foram fundados a revista *A Ordem* (1921) e o Centro Dom Vital (1922), catalizadores dos pensadores convertidos em defensores da fé e moral católica. Após a morte do seu fundador, Jackson de Figueiredo, em 1928, os dois organismos vão ser administrados por Alceu Amoroso Lima (pseudônimo de Tristão de Athayde), que vai atuar como promotor da indicação de Gustavo Capanema e intermediário entre os anseios da Igreja e o Ministério da Saúde e Educação. Francisco Campos[48] (1891-1968), ao sair desse Ministério, em 1932, em pleno governo Vargas, apadrinha Capanema que, na saúde, estabelece preceitos importantes para a Igreja, como incentivo à natalidade – consequentemente contrário aos métodos anticonceptivos – e na educação, a inclusão das disciplinas Ensino Religioso e Educação Moral e Cívica. Não é de se admirar que os primeiros monumentos a serem tombados pelo SPHAN, que estavam sob o controle de Capanema, fossem os templos católicos (Romero, 2020).

Em 1971, a CNBB publicou o documento-base sobre a Arte Sacra, uma resposta aos resultados catastróficos para o patrimônio pela interpretação equivocada do Concílio Vaticano II, em que igrejas centenárias foram demolidas e os interiores de outras tantas foram alterados considerando as modificações na liturgia propostas pelo

[48] Apelidado de Chico Ciência foi advogado, professor, jurista e político mineiro, responsável pela redação da Constituição de 1937 e do AI – 1 e 2 do Golpe Civil Militar de 1964.

Concílio. O Direito Canônico (1917) não especifica o que seria o patrimônio cultural da Igreja, contudo, de forma translatícia com a definição da Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Natural e Cultural de Paris (1972), pode ser definido como o acervo de bens de valor artístico, histórico, paleontológico, arqueológico, etnológico, científico ou técnico, documental e bibliográfico, com finalidade religiosa, quer direta, quer eventualmente indireta, de titularidade eclesiástica (Zani, 2002).

Na década de 1980, é criado o Pontifício Conselho da Cultura, que revisa tanto o Código de Direito Canônico, com diversos cânones que cuidam dos bens artísticos e arquitetônicos, quanto a sua conservação e restauração. Em 1988, tem-se a publicação da Pontifícia Constituição Apostólica *Pastor Bonus*, por João Paulo II (1978-2005), que cria a Comissão Pontifícia para a Conservação do Patrimônio Histórico e Artístico da Igreja, que advém da Comissão Pontifícia de Arte Sacra na Itália, com o objetivo de cuidar do patrimônio histórico e artístico da Igreja (Menezes, 2006).

Na década de 1990, muda-se o nome para a atual Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja. O intento dessa comissão era chamar a atenção para a salvaguarda do patrimônio cultural da Igreja, algo que até pouco tempo não havia sido explorado. Diversas publicações foram realizadas nesse intento nos anos de 1990, como “A Formação dos Futuros Presbíteros”, em 1992, que enfatiza a importância da valorização na administração e conservação dos bens culturais, a promoção da cultura, com destaque para que nessa formação fosse indispensável o conhecimento sobre arquivos, bibliotecas e museus eclesiásticos, assim como a documentação pormenorizada dos acervos da Igreja (Berto, 2016).

Esse comunicado apresentava elementos para a preservação, conservação e restauração dos bens arquitetônicos, esculturais, mobiliários, entre outros. Tendo o inventário mais uma preponderância, o documento descreve diversos aspectos do patrimônio histórico-artístico, sua formação e atribuições, assim como normas práticas para a comissão responsável pelo cuidado dos bens e presbíteros (párocos, reitores, capelães). É atribuído à Comissão de Arte Sacra o controle sobre os bens e também sobre as obras de conservação e restauro. Deve-se considerar a legislação da Igreja quanto ao inventário, como observa-se no Código de Direito Canônico, que, no seu Cânon 1.283, afirma aos administradores ao iniciarem seus trabalhos:

> (...) 2º) devem redigir um inventário exato e particularizado, assinado por eles, das coisas imóveis, móveis, preciosas ou de certo valor cultural e das outras, com respectiva descrição e avaliação; o inventário já redigido deve ser revisto; 3º) conserve-se um exemplar deste inventário no arquivo da administração e o outro no arquivo da cúria; anote-se em ambos qualquer mudança que afete o patrimônio (Código de Direito Canônico, 1987).

É importante destacar *A Carta aos Artistas* (1999), publicada pelo Papa João Paulo II, nascido Karol Józef Wojtyła (1920-2005), que demonstra a importância da produção artística para a religião católica. Na Carta, verifica-se o preenchimento de uma lacuna desse pontificado quanto à arte, sendo que ela expressa o diálogo entre as duas experiências, a religiosa e a artística, nas suas palavras, tendo um mesmo fundamento. Com o lema “A beleza que salva”, a *Carta* insiste na importância da arte para o universo católico, incentiva e solicita aos artistas que continuem criando obras sobre a inspiração divina. Por outro lado, também destaca a importância da conservação das obras de arte e dos templos católicos, uma vez que dá o devido valor cultural e teológico à produção cultural em guarda pela Igreja.

É necessário destacar a assinatura do Acordo Brasil – Santa Sé, em 2008 – tornando-se lei em 2010, que trata sobre os bens culturais da Igreja do Brasil nos seus artigos 6º e 7º. No documento, o Estado se compromete em não adotar medidas administrativas sobre os bens da Igreja Católica, que possam relegar para um segundo plano a sua intrínseca finalidade religiosa, como também não desapropriará esses bens com outras finalidades. Deve-se manter a finalidade religiosa dos bens que devem prevalecer sobre os valores artísticos, históricos, arquitetônicos ou culturais. O Estado garante a preservação dos bens culturais da Igreja e a Igreja garante o acesso, a fruição, a pesquisa e a geração de conhecimento por meio dessas obras artísticas e arquitetônicas (Baldisseri, 2012).

No Encontro Nacional da CNBB de 2017, um passo foi dado para discutir e propor ações conjuntas para superar um crescente problema relacionado aos bens culturais da Igreja Católica no Brasil. A criação da Comissão Episcopal Especial para os Bens Culturais, em maio de 2017, viabiliza a ação efetiva de preservação desses bens culturais que se encontram em situação de risco. São diversos os perigos que esse patrimônio enfrenta, desde vandalismo, acidentes naturais e ambientais até o roubo e a manutenção inadequada. Tem-se um patrimônio histórico e artístico valioso

econômico e culturalmente sendo delapidado. Conforme o documento aprovado no período, a Comissão Episcopal Especial para os Bens Culturais foi instituída a fim de fomentar o cuidado com o patrimônio material e imaterial da Igreja no Brasil, em diálogo com os órgãos governamentais e eclesiais especializados (Chaves, 2017, p. 1348).

3.3 OS BENS CULTURAIS MÓVEIS DA IGREJA E O TRÁFICO ILÍCITO

Há de se considerar os diversos atores que têm produzido um material significativo acerca da documentação dos bens culturais da Igreja Católica. Como as dioceses trabalham de forma independente no que se refere à administração das paróquias, cada uma desenvolveu, a seu tempo, procedimentos e métodos para a documentação, formação de pessoal e prioridades quanto ao patrimônio cultural. Algumas dioceses organizaram grandes equipes de inventariação, pelo menos por um tempo, como a Arquidiocese de Belo Horizonte, como será visto à frente. Outras se valeram de empresas com expertise na área com financiamento de fundações, leis de incentivo ou financiamento particular.

Todavia, há problemas em relação ao acesso ao conhecimento gerado por esses inventários. O primeiro deles é o histórico de usurpação, pelos estados nacionais, do patrimônio da Igreja Católica[49], e a utilização das informações contidas nos arquivos por outras instituições religiosas com princípios controversos ao catolicismo. O problema da pesquisa das árvores genealógicas dos Mórmons[50], por exemplo, que realizam um amplo trabalho de verificação, inventários e digitalização de documentos, especialmente livros de batismo, com objetivo de consulta e acesso fácil, mas que, no entanto, é interditado e proibido pela Santa Sé, pela Carta Circular da Congregação para o Clero, em Inglês, Protocolo n. 20080365. Essa Carta discute a cessão de informações a outros entes sem a autorização ampla dos fiéis, sendo utilizada para o "batismo *pos mortem*" (fazer o batismo após a morte), ou seja, contrária à fé católica e presumivelmente contrária à vontade das pessoas e de suas famílias.

[49] A apropriação do patrimônio da Igreja Católica pelos governos da França (na Revolução Francesa), Portugal (em dois momentos distintos) e do Brasil (com a expulsão dos Jesuítas no século XVIII).
[50] Nome dado aos membros da Igreja dos Santos dos Últimos Dias. Trabalho realizado pela instituição *Family Search,* ligada a esta instituição religiosa.

A Arquidiocese de Belo Horizonte iniciou o seu Inventário de forma mais profissional no final da década de 1990, atendendo à carta envia pela Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja endereçada ao Arcebispo Dom Serafim Fernandes de Araújo, em 1996. A carta solicitava informações sobre os Bens Culturais da Igreja e a valorização dos bens culturais e das tradições locais. O que se seguiu foi a criação da Comissão Arquidiocesana de Arte Sacra (CAAS), respondendo ao artigo 44 da Constituição Conciliar *Sacrosanctum Concilium* Sobre a Liturgia (1963), que dispõe sobre a criação de comissões de liturgia, música e arte sacra. As atividades exercidas pelo CAAS passaram a ser executadas pelo Inventário do Patrimônio Cultural da Arquidiocese a partir de 2001 (Aguiar, 2015).

Em 2001, é estabelecido um convênio entre a Cúria Metropolitana, PUC Minas, IPHAN e IEPHA/MG com o fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), para a realização do Inventário do Patrimônio Cultural da Arquidiocese de BH. Em 2005, ele é incorporado ao Memorial Arquidiocesano; contudo, a primeira igreja a ter seus bens culturais móveis e imóveis inventariados será a Igrejinha São Francisco – Igrejinha da Pampulha –, trabalho iniciado no ano de 2001 e publicado em 2003. A equipe contava com três professores/pesquisadores e seis bolsistas de iniciação científica. Entre 2001 e 2007, foram realizados 40 inventários, e de 2009 a 2023 serão realizados mais 13 inventários dos acervos das igrejas da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Provavelmente, essa diminuição significativa na inventariação foi consequência do fim do convênio e a escassez de recursos para a manutenção das equipes de trabalho, embora o Memorial Arquidiocesano tenha assumido essa responsabilidade com seus próprios recursos (Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte, 2023).

É curioso perceber que em 2010, no 1° Seminário Igreja Bens Culturais CNBB Leste 2, foi divulgado que havia mais de 130 bens imóveis inventariados (igrejas e capelas), juntamente com seus acervos. Contudo, observa-se que apenas 53 igrejas tinham todos os seus acervos inventariados, em consulta no ano de 2023, conforme o Anexo 3. É de se notar que as dificuldades encontradas pelo Memorial Arquidiocesano de Belo Horizonte são significativas quanto à inventariação dos bens culturais das igrejas que estão sob sua responsabilidade, mesmo sendo partícipe de uma das maiores estruturas organizacionais da Igreja Católica no Brasil.

Outras instituições, no nível estadual e municipal, também atuaram para garantir a preservação desses bens caros às suas respectivas comunidades. No 2º Seminário Igreja e Bens Culturais Evangelização e Preservação CNBB Regional Leste 2 – Minas Gerais e Espírito Santo, realizado de 22 a 25 de outubro de 2012, o IEPHA divulgou, por meio do Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais – IPAC/MG (que fazia parte do Programa de Apoio à Identificação e Restituição de Bens Culturais Desaparecidos), que havia 50 bens tombados pelo Estado em Minas Gerais, sendo 44 igrejas isoladamente, quatro igrejas em centros históricos, o Museu de Arte Sacra de Pitangui e a Capela da Fazenda Boa Esperança. Foram realizados, até aquele período, nove inventários de acervos, 29 acervos com levantamento preliminar (documental e de campo), ocorrendo 4500 fichas de inventário e havendo ainda 12 acervos a serem inventariados. Segundo o documento apresentado, haveria, em Minas Gerais, cerca de 4000 bens tombados, sendo pelo menos 200 igrejas.

Uma outra iniciativa do Governo do Estado de Minas Gerais iria incentivar a inventariação dos bens culturais na esfera municipal com a implantação, em 1995, do ICMS Patrimônio Cultural, se transformando assim em um programa de incentivo à municipalização de ações de política pública de preservação do patrimônio. Para obter os recursos, o município deve cumprir os critérios estabelecidos na Lei n.º 18.030/2009 e enviar documentos para análise do IEPHA-MG. Ocorre que, quanto mais patrimônio cultural, segundo os critérios da Lei, o município puder comprovar, mais retorno financeiro ele obtém do governo do estado. Isso levou diversos municípios a contratarem consultores para a realização de inventários de bens culturais tangíveis e intangíveis, sendo que parte significativa do que foi considerado envolvia direta ou indiretamente o patrimônio cultural da Igreja Católica. Em 2022, mais de 90% dos municípios de Minas Gerais tinham aderido ao programa, isto é, 779 municípios, mais de quatro mil conjuntos documentais contendo dossiês de tombamento, registros de patrimônio imaterial, fichas de inventário, projetos de educação para o patrimônio, entre outros, sendo que o governo destinou R$338 milhões, entre 2019 a 2021, ao programa[51].

[51] Disponível em: http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/noticias-menu/688-programa-icms-patrimonio-cultural-alcanca-numeros-expressivos-em-2022. Acesso em: 8 jun. 2023.

Todo esse esforço das instituições federais, estaduais, municipais, da Igreja Católica e da sociedade civil para a documentação e preservação dos bens cultuais da Igreja contrasta, ou também pode fazer parte diretamente, com os riscos que esse patrimônio cultural em particular corre em relação a furto, roubo e tráfico ilícito. O Ministério Público de Minas Gerais (MP/MG) atua no enfrentamento a quadrilhas que realizam roubos e de atravessadores que comercializam esses bens, assim como na tentativa de evitar a evasão das obras roubadas para fora do país. Além disso, trabalha na prevenção com diversas publicações na área, como o *Vade Mecum Patrimônio Cultural*, que apresenta a legislação sobre a temática do patrimônio cultural e o *Manual Básico de Segurança e Conservação do Patrimônio Cultural Sacro*. O SOMDAR, sistema descrito no Capítulo 2, pode dar uma noção de como os bens culturais da Igreja estão entre os mais visados, como observa-se no Quadro 3.

Pelos dados apresentados, infere-se que parte significativa do patrimônio cultural desaparecido que está inserido no SOMDAR se relaciona com os bens bibliográficos e arquivísticos, como pode ser observado no Quadro 3. Porém, boa parte dessa modalidade de bens culturais é dividida em páginas avulsas ou mesmo pastas de documentos, logo um único arquivo ou livro desaparecido pode ser inserido e apresentado na pesquisa do *software* dividido em dezenas ou centenas de bens em separado, enquanto que um bem móvel de arte sacra desaparecido e inserido no sistema aparece apenas uma única vez como peça sacra, pinturas, esculturas, entre outros. Enfatiza-se essa questão para compreendermos que, mesmo com o *software* apresentado, há mais documentos desaparecidos, e isso pode não pode ser comparável considerando a materialidade e as especificidades de cada modalidade de objeto inserido.

Quadro 3 – Número de bens culturais desaparecidos, recuperados e restituídos no banco de dados do SOMDAR MP/MG

	Todos os bens	Documentos	Bens Sacros
Desaparecidos	1462	1027	425
Recuperados	665	52	553
Restituídos	43	1	40

Fonte: https://somdar.synergia.dcc.ufmg.br/bemcultural 52.

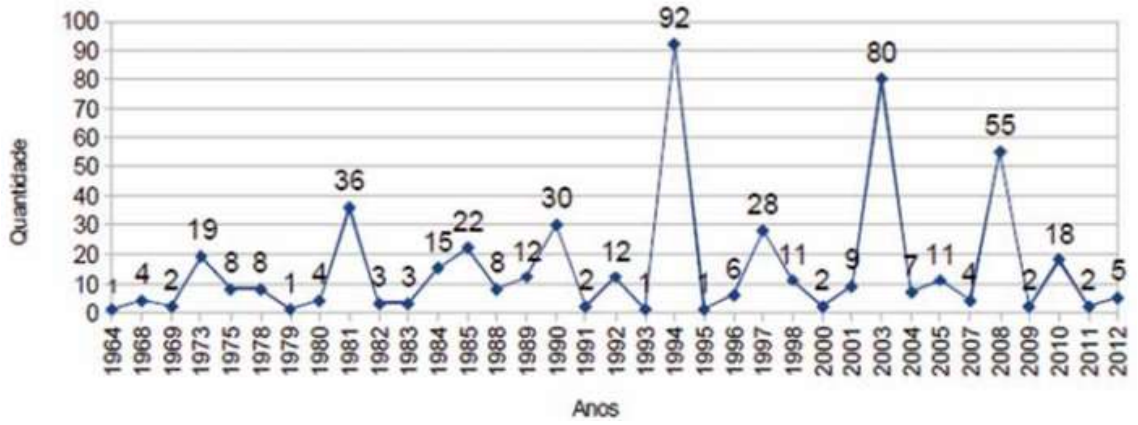
Dos 665 bens recuperados pelo MP, 553 são bens culturais sacros; contudo, a eficiência quanto à recuperação desses bens não pode ser também referida quando à questão da restituição. Apenas 43 bens foram restituídos e, desses, 40 eram peças sacras. Outro pondo a destacar é que foram recuperados mais bens sacros (553) do que desaparecidos (425), o que demonstra que muito do patrimônio cultural da Igreja não está nem mesmo registrado como desaparecido.

Os problemas que as falhas na documentação dos bens culturais causam ao patrimônio da Igreja Católica são diversos. Primeiramente, não permite saber a quantidade real de bens culturais que estão desaparecidos, segundo estimativas 60% do patrimônio da Igreja. Consequentemente, não favorece a devolução à localidade de origem, quando encontrado, pois não fornece as referências exatas, como fotos, daquele bem. Inclusive, parte significativa do acervo que se encontra no Museu Mineiro é fruto do trabalho do MP em combater o comércio ilícito desses bens, mas que, depois de apreendidas, as obras não encontram os legítimos donos e são encaminhadas para os cuidados dessa instituição (Miranda, 2012). Um levantamento realizado pelo MP em 2012, apresentado no II Seminário Igreja e Bens Culturais, é esclarecedor acerca do processo de delapidação desse patrimônio (Figura 3.8).

Pode ser verificado que há uma constância nos furtos e roubos dos bens culturais no estado, sendo boa parte desses referentes à arte sacra. Embora uma parte seja recuperada pelas instituições como as polícias e o MP, a maioria é comercializada dentro e fora do país. Isso sinaliza a importância da documentação dos bens culturais como forma de melhorar a preservação desses bens em situação de risco.

[52] Disponível em: https://somdar.synergia.dcc.ufmg.br/bemcultural. Acesso em: 15 jun. 2023.

Figura 3.8 – Evolução anual das subtrações de bens culturais em Minas Gerias (1964-2012)



Fonte: MIRANDA, 2012, p. 36.

O Capítulo 4 discorre sobre a construção do software de documentação de bens culturais móveis. Compreendido como uma ferramenta, o aplicativo foi desenvolvido para que a comunidade socialmente envolvida com o patrimônio cultural da Igreja Católica possa documentar esses bens de forma simples e eficaz. A intenção é que seja possível, com o apoio da comunidade, que os bens culturais móveis de igrejas e capelas sejam documentados com os padrões necessários à sua adequada identificação, e assim a ferramenta possa se somar aos esforços de preservação desses bens culturais tão caros à comunidade local.

CAPÍTULO 4 – *SOFTWARE* PARA A DOCUMENTAÇÃO DE BENS CULTURAIS ECLESIÁSTICOS EM SITUAÇÃO DE RISCO

As particularidades dos acervos da Igreja Católica, principalmente quanto aos riscos que a ausência de documentação pode vir a significar, conduziu a pesquisa a uma ferramenta que pudesse auxiliar as comunidades socialmente envolvidas nos procedimentos de preservação desses bens culturais. Ao considerar os avanços tecnológicos e as opções que melhor pudessem ser implementadas, com profissionais ou voluntários com pouca formação na área e reduzidos recursos financeiros, verificou-se que um *software* para celulares seria uma opção que cumpriria parte dos propósitos da pesquisa referente à documentação, procedimento necessário para reduzir riscos ou facilitar a recuperação de bens culturais que, por motivos diversos, podem vir a ser dissociados do acervo original.

Segundo a União Internacional de Telecomunicações (2022), 66% da população global total estava *online,* e 75% da população acima de 10 anos possuía telefones celulares, sendo que esse percentual é também da população entre 15 e 24 anos que usa a *Internet*. Diferentemente dos computadores de mesa, os telefones celulares exigem uma interface mais amigável, considerando o tamanho diminuto da tela e do teclado, além de requererem mais agilidade de acesso. Para isso, foram desenvolvidos *softwares* específicos, chamados de aplicativos ou “app” (*application,* em inglês). Os apps para telefones e aparelhos móveis são disponibilizados para venda ou têm o acesso gratuito em lojas virtuais específicas, como a Google Play, loja em que se encontram os dispositivos no sistema operacional Android[53], e na Apple Store, que disponibiliza o sistema IOS[54] para *downloads*. Os apps podem desempenhar diversas funções, como mensageiros, *streaming*, gerenciadores e editores de fotos e vídeos, tocadores de músicas, controle de atividades, GPS, entre outras infinidades de funções. Com esses diversos apps e novos *hardwares* incorporados aos *smartphones* ou telefones celulares, diversas outras funções passaram a ser realizadas substituindo aparelhos e objetos como máquinas

[53] O Android é um sistema operacional de código aberto para dispositivos móveis utilizados na maioria dos dispositivos móveis, notadamente os com preços populares (Android, 2023).
[54] Sistema operacional da Apple utilizado em seus dispositivos móveis: iPhone, iPad e iPodTouch (Apple, 2023).

fotográficas, câmeras de vídeo, aparelhos de *fax* e digitalização, lanternas, fitas métricas, trancas eletrônicas, cartão de crédito, entre outros.

Constata-se que há uma favorável aceitação no uso de aparelhos celulares e apps pelos brasileiros, considerando os dados referentes ao seu tempo de navegação na *internet*, como se observa no *State of Mobile 2022: Mobile Market Sporlight on Brazil* (DATA.AI, 2022), que evidenciam que os consumidores brasileiros passam mais tempo no celular do que os de qualquer outro país, ultrapassando 5,4 horas por dia.

4.1 MOTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM *SOFTWARE* ESPECÍFICO, EM SUBSTITUIÇÃO A OUTROS JÁ EXISTENTES

Como foi exposto no Capítulo 2, a INTERPOL desenvolveu um *software*, ID-ART, e o lançou em maio de 2021, com o intuito de possibilitar a identificação dos bens culturais que estão na lista de bens desaparecidos. Além disso, o programa possibilita o registro de bens culturais que não possuem inventários devidamente constituídos, dentro de padrões que facilitem a posterior identificação pelas agências de segurança, por meio de imagens e informações adicionais, além de poder ser utilizado para o reconhecimento de alguma obra, pela comparação de sua imagem com fotos incluídas no banco de dados de peças desaparecidas.

Contudo, como pode-se observar no Capítulo 3, as especificidades da instituição Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil, referentes tanto ao seu acervo – com valor de uso e espalhado em um país continental –, quanto às circunstâncias dos envolvidos com a guarda desses bens culturais, como comunidades distantes, párocos e zeladores com pouca formação na área de preservação, diferem das condições encontradas em galerias, museus e outras instituições de guarda. Diante desse contexto, o ID-ART foi idealizado e colocado à disposição pela Interpol em 2021.

O primeiro ponto delicado, quanto ao uso do app ID-ART, é referente à privacidade dos dados, principalmente o acesso aos inventários de bens culturais das paróquias, embora os desenvolvedores deixem bem claro que não têm acesso aos arquivos gerados pelo app, uma vez que as fichas e imagens ficam armazenadas

exclusivamente nos *smartphones*. Como observado no Capítulo 3, há uma resistência dos membros da instituição religiosa milenar em deixar que outras instituições tenham acesso aos seus acervos e patrimônios. Isso acontece, principalmente, em função da possibilidade de serem divulgados para terceiros, sejam instituições estatais ou privadas, leigas ou religiosas, embora o acordo Brasil Santa Sé deixe claro o livre acesso aos dados sobre os bens culturais da Igreja Católica do Brasil.

O segundo ponto a ser observado são as versões disponibilizadas em apenas quatro idiomas (inglês, francês, espanhol e árabe), que não são falados pela grande maioria dos brasileiros, o que inviabiliza sua utilização em comunidades que registram baixos índices de escolaridade e poucos falantes de uma outra língua estrangeira. É de se notar que determinados termos e nomes de bens culturais eclesiásticos, mesmo em língua portuguesa, são de pouco conhecimento da comunidade, além de poderem variar conforme o país falante. Como exemplo, destacam-se os objetos litúrgicos que, no Brasil, têm nomes diferentes dos mesmos objetos litúrgicos de Portugal.

No intuito de esclarecer sobre a tradução do aplicativo para a língua portuguesa do Brasil[55], o pesquisador enviou um e-mail para a INTERPOL em 4 de janeiro de 2021, com o texto em inglês e português, questionando se o app teria versões em outras línguas como o português, principalmente nas opções contidas no *thesaurus*, mas não obteve resposta até a finalização desta tese. Os quatro idiomas disponíveis no app dificultam demasiadamente a sua utilização pelos responsáveis em realizar o trabalho de registro dos bens culturais, considerando que os acervos em situação de risco estão sob a guarda de comunidades religiosas distantes dos grandes centros e com poucos membros que detenham o conhecimento de outras línguas.

O terceiro ponto a ser considerado é a quantidade significativa de opções disponibilizadas nos principais itens para preenchimento da ficha no app. Ao se considerar o perfil dos responsáveis pela manutenção, guarda e administração desses bens, como foi abordado no Capítulo 3, e uma possível participação da comunidade para o auxílio na documentação, acredita-se que poderia gerar um trabalho ainda mais demorado e exaustivo na escolha de cada item, que, em seguida, leva a outros subitens para o registro dos objetos específicos. As diversas possibilidades de escolha

[55] Mesmo os programas de computador como o Word da Microsoft separam os idiomas “português” e “português (Brasil)”.

no app são favoráveis quanto aos critérios estabelecidos pela documentação, como os *thesaurus*, e os profissionais que o utilizariam na organização das fichas, mas pode causar prejuízos em relação ao tempo gasto para o registro de cada bem, comprometendo um dos pontos principais da utilização do app, que é o registro fotográfico detalhado, como abordado no Capítulo 2.

O quarto motivo a ser considerado para a criação de um novo aplicativo seria a impossibilidade do responsável pelos acervos da instituição, ou um revisor do trabalho realizado, corrigir *a posteriori* possíveis inconsistências observadas nas fichas já salvas, principalmente pelo fato do envio do arquivo ser apenas em formato PDF, o que comprometeria a verificação da qualidade das imagens e o preenchimento correto do formulário, além de não possibilitar a inclusão de imagens ou outro arquivo sobre o bem. O armazenamento das fichas e sua alteração acontecem a partir do *smartphone* pessoal, e uma atividade de documentação em equipe, considerando tal situação, teria dificuldades em revisar os arquivos separadamente e em cada celular pessoal de seus membros.

O quinto e último, é a possibilidade do aplicativo, assim como o *site* de origem, serem utilizados também no processo de ensino/aprendizagem com as comunidades envolvidas na preservação, principalmente quanto às boas práticas de conservação preventiva e gestão de risco do patrimônio cultural eclesiástico, considerando que esse patrimônio específico não conta com profissionais especializados na preservação de bens culturais, mas com poucos recursos e boa vontade dessa comunidade. Como foi observado no grupo focal, explicitado à frente, o simples preenchimento das opções do aplicativo destaca o que é importante para a correta documentação dos bens culturais. As especificações de como utilizar, principalmente a construção das imagens em fotografia, e a possibilidade de agregar ao app e ao *site* vídeos, *podcasts* e textos, assim como os procedimentos de manutenção adequada a essa modalidade de bens culturais, fazem com que o app se transforme em uma ferramenta de conservação preventiva do patrimônio cultural.

4.2 DESENVOLVIMENTO DO *SOFTWARE*

Compreendendo a necessidade de registro dos bens culturais sobre a guarda da Igreja Católica do Brasil, como exposto no Capítulo 3, foi procurado um profissional da TI (Tecnologia de Informação) com capacidade técnica, boa vontade profissional e com preços acessíveis, dentro das possibilidades do pesquisador, para a construção do *software*. Depois de uma pesquisa por profissionais na *internet*, com pouca ou nenhuma possibilidade de atender aos critérios necessários, partiu-se para os grupos de WhatsApp com educandos dos cursos correlatos à pós-graduação de doutorado de que o pesquisador participava.

Em pouco tempo, alguns profissionais foram indicados, o que viabilizou o contato com um técnico que pudesse realizar o projeto, com valores favoráveis, competência técnica, além de uma cordialidade e paciência significativas com o pesquisador, que não dispunha de conhecimento dessa área específica. Salienta-se que o pesquisador não dispôs de bolsa de pesquisa e nenhuma outra ajuda de custo, sendo necessária a utilização de recursos próprios, fruto do trabalho de servidor público, com carga horária de oito horas diárias e sem licença remunerada, para arcar com as despesas pessoais, do curso e, neste caso, da construção do *software* e do *site* mantenedor.

O contrato com o desenvolvedor foi estabelecido com 50% de entrada na entrega da primeira versão do aplicativo e os outros 50% na finalização. É bom destacar que o profissional preocupou-se mais em atender às necessidades da realização do software do que cobrar os valores, se dedicando aos finais de semana e horas vagas, mas sempre respondendo e dando opções quando acionado durante a semana pelas redes sociais.

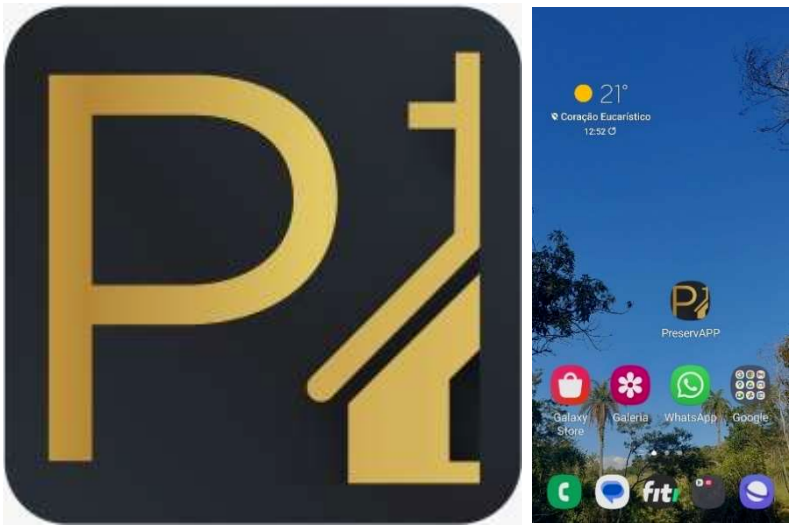
Quanto às especificidades e comandos necessários, foi apresentado ao técnico o aplicativo ID-ART, com o intuito principal de fornecer uma ficha com as mesmas características e posições dos elementos em conformidade com a ficha produzida pelo aplicativo da Interpol. O principal motivo dessa escolha foi a necessidade de reproduzir um modelo usado pelas agências internacionais quando acionadas pelo furto ou desaparecimento de um bem cultural móvel, sendo integrado ao banco dados dessas agências, como exposto no Capítulo 2. Considerando que o técnico não tinha intimidade com as principais funcionalidades a serem exigidas na interação com o app, foram necessárias algumas reuniões e descrições detalhadas sobre o assunto.

Embora o projeto partisse exclusivamente da ideia de um app, seria necessário, segundo o técnico, a utilização de um *site* que servisse de repositório para os arquivos gerados pelo app e salvos com a rubrica do administrador, além de possibilitar o acesso, organização e correção das fichas por terceiros, caso fossem acionadas essas funções. Desse modo, o pesquisador adquiriu um domínio e um *site*, inicialmente abrigando a divulgação da especialização em conservação preventiva de bens culturais móveis eclesiásticos e os cursos na área de preservação de bens culturais da Igreja. É pertinente destacar que há um domínio administrado pela Igreja Católica de Portugal, concernente aos bens culturais, com o mesmo nome desse domínio, porém sem o ".br", utilizado no país para discriminar os *sites* brasileiros. Contudo, o provedor dispunha apenas de 250Mb de memória, o que não era suficiente para armazenar o *site* do aplicativo e os arquivos que seriam possivelmente gerados pelos usuários. Aumentou-se, então, para 30GB, o que seria suficiente para a manutenção do protótipo, podendo ser ampliado conforme novo contrato com o provedor, caso um maior número de arquivos e usuários ocorresse, além de produzir uma versão *mobile*[56] do *site*.

A aparência do acesso ao *software* foi uma das questões que recebeu uma significativa atenção. Os apps aparecem nas telas dos celulares a partir de um logo pequeno, que deve ser tocado para abrir o programa. Ao mesmo tempo, esse logo deve ter uma aparência que, além de elegante, remeta às funcionalidades e/ou nome do aplicativo. Assim, foi solicitado a um publicitário a construção do logo, que deveria, ao mesmo tempo, utilizar cores sóbrias, simplicidade e a interrelação dos termos patrimônio, preservação, cuidado e Igreja, e que também remetesse ao nome escolhido PreservApp. O resultado pode ser observado nas Figuras 4.1 e 4.2; optou-se por reunir as figuras que se relacionavam entre si, para melhor adequação de espaços e menor interrupção da leitura:

[56] Versão cujo formato de apresentação de uma página de *internet* é própria para dispositivos móveis (celular), sendo um pouco diferente da forma aberta no computador *desktop*. Os *sites* podem ter uma versão exclusiva para *mobile* ou possuírem uma alternativa responsiva.

Figuras 4.1 e 4.2 – Logo desenvolvido para o *software* PreservApp como ícone de acesso ao aplicativo



Fonte:www.preservapp.com.br. Foto: O próprio autor.

Após diversos esboços iniciais, chegou-se a um logo com duas cores, fundo preto e escrita dourada, levemente escurecida na parte esquerda, como se iluminada pela parte direita, representando a letra “P” de “*preserve*”, que significa preservar e patrimônio, e a imagem dividida de uma casa, ou capela, que remete a uma cruz no alto, embora não tenha nenhum símbolo religioso explícito. Essa última pode tanto representar a instituição Igreja Católica, como pode representar o patrimônio cultural tombado no Brasil, como observou-se no Capítulo 2. Os primeiros tombamentos de monumentos ligados à Igreja Católica, principalmente do período colonial, estabeleceram uma ligação imagética entre as torres das igrejas coloniais e a representatividade do que seria o patrimônio cultural do país, e de Minas Gerais, em particular. É necessário ser considerada, também, a mensagem subliminar de que a casa é um lugar de conforto, refúgio, um símbolo de proteção.

Com uma paleta de cores específicas, foram pensadas as imagens apresentadas no *site* e app, paralelamente ao desenvolvimento dos acessos ao *software* pelo técnico. O principal item considerado pelo técnico foi a produção da ficha com as mesmas referências de composição, em PDF, da ficha produzida pelo app da Interpol, que favorecesse o envio para os órgãos de controle, como observou-se no Capítulo 2. Contudo, as especificidades da instituição Igreja Católica fizeram com que fossem adicionados controles anteriores e posteriores nas funcionalidades do aplicativo.

O controle inicial, de quem poderia ter acesso às fotos e dados de determinado acervo, foi solucionado com a inclusão da necessidade de se cadastrar, com nome e *e-mail*, e gerar um *login*. Inicialmente, projetaram-se duas modalidades de *login*: uma com um único usuário do app no celular, e outra que seria realizada pelas instituições que guardam o patrimônio cultural e colocariam terceiros para realizar a documentação. Como os acervos são espalhados nas paróquias, mas há a centralidade nas dioceses, como apresentado no Capítulo 3, pensou-se em cadastrar primeiro a diocese, que cadastraria as paróquias, e essas, por sua vez, cadastrariam os responsáveis pela documentação. Porém, considerando o princípio de simplicidade do manuseio do app, avaliou-se pouco prático, além de redundante, a inserção inicial da diocese, firmando apenas dois controles, a entrada da instituição, com seus administradores, que cadastrarão, em seguida, seus usuários.

O motivo de se inserir uma instituição, que cadastra usuários, refere-se ao salvamento das fichas no site. Em um caso hipotético de um pároco de uma pequena capela atribuir a quatro voluntários a documentação dos bens culturais pelo app em seus celulares particulares, cada um teria uma conta, registraria em seu celular particular e depois salvaria no *site*. Logo, após o trabalho de registro, a paróquia dependeria dos voluntários para acessar os arquivos, alterá-los, se necessário, e salvá-los em outro local indicado pelo pároco. Com a inclusão do login para uma instituição, todos os dados gerados pelos voluntários cadastrados nela, mesmo que guardados individualmente nos seus celulares particulares, ao serem enviados vão para o banco de dados criado pelo *login* do pároco e reunidos automaticamente no *site* para as correções devidas e/ou para salvar cópias em outros locais. Isso contribui significativamente tanto para a organização e segurança quanto para o controle de todo o acervo documentado.

4.3 QUESITOS PRINCIPAIS DO PROBLEMA A SER TRABALHADO NA INTERFACE GRÁFICA DO *SOFTWARE*

Na construção de um aplicativo para celulares, é necessário se ater aos quesitos principais do problema a ser trabalhado, principalmente no que diz respeito às questões estéticas, em particular aos detalhes dos requisitos funcionais que

especificam as principais características da camada de negócio do sistema (Fernandes *et al.*, 2010). A partir dos estudos realizados, priorizou-se uma interface gráfica[57] amigável, que após o app ser baixado no aparelho de celular, ou por meio do acesso ao *site* do programa, apresentasse de forma intuitiva as funcionalidades específicas desse modelo de *software*, mas com as condicionantes que legitimassem a percepção do público-alvo. Assim, a sequência de opções a ser percorrida pelo usuário foi planejada no seguinte formato:

a) Autenticar o usuário ou instituição por um login e senha previamente cadastrados no sistema, de forma segura e confiável;

b) Autenticar usuários terceiros a partir de uma instituição já autenticada, se for o caso;

c) Registrar as informações do objeto selecionado, com código identificador, título, autor, assunto, tipo de objeto, material, técnica, período, dimensões, inscrições, características e descrição;

d) Registrar as imagens do objeto selecionado;

e) Salvar o arquivo com as informações e imagens no aparelho celular e/ou no *site*;

f) Consultar e alterar as informações e imagens do objeto já registradas e salvas no *site*;

g) Gerar uma ficha-arquivo com as informações e as imagens do objeto em PDF.

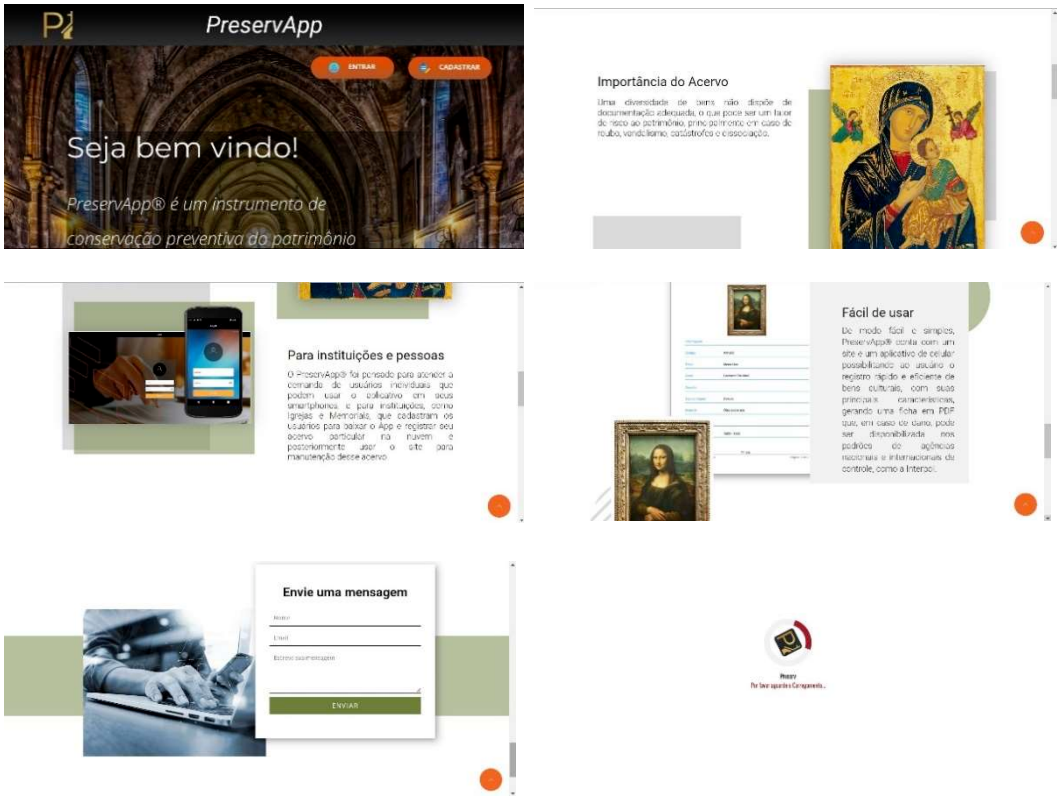
Essa sequência, no entanto, necessariamente se daria em uma tela, de computador ou de celular, que deveria apresentar imagens e informações que facilitassem a compreensão, pelo usuário, dos caminhos a serem percorridos, assim como a compreensão dos motivos pelos quais o aplicativo foi construído. Para tal, utilizou-se uma imagem do interior de uma igreja e de bens culturais diversos como pano de fundo para as mensagens de boas-vindas, além de informações básicas para a utilização do aplicativo.

Como pode ser observado nas Figuras 4.3, 4.4, 4.5, 4.6, 4.7 e 4.8, as dimensões das figuras inseridas na tela foram escolhidas para também poderem rodar no sistema *mobile* para celulares, ou seja, as imagens e informações se adequam à tela do

[57] Parte que torna o sistema visível para o usuário, assim como se comunica para realizar as tarefas.

celular, que tem diferenças dimensionais em relação à tela do computador[58]. Incluiu-se o logo do app mais a informação “por favor aguarde o carregamento”, no momento de espera, quando o usuário solicitar algum serviço. Esse procedimento é necessário para que não ocorra uma sequência de toques repetidos do usuário, e a consequente sobrecarga do *software*, ao achar que a função selecionada não ocorreu, embora possa ser apenas um atraso da comunicação do aparelho com o *site*.

Figuras 4.3, 4.4, 4.5, 4.6, 4.7 e 4.8 – Imagens da tela de rolagem do *site* www.preservapp.com.br



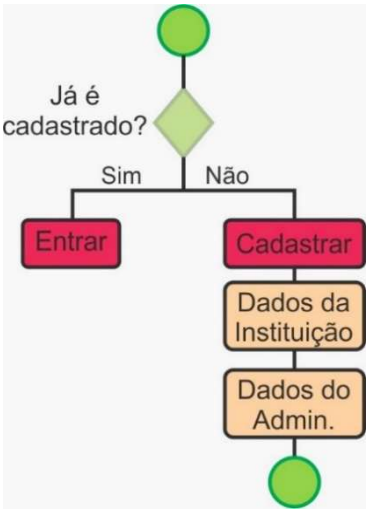
Fonte: www.preservapp.com.br. Fotos: O próprio autor.

A partir dessa interface inicial, elaborou-se um fluxograma que pudesse esclarecer os caminhos que o usuário percorrerá durante a utilização do aplicativo, a sua entrada e a utilização da ferramenta. Observa-se que há dois ícones no alto, ao lado direito da página, que apresentam as opções “entrar” e “cadastrar’. Ao clicar na opção “cadastrar”, inicia-se o processo de cadastro, como observa-se na Figura 4.9. Após o

[58] Normalmente as proporções da tela de um computador acolhem perfeitamente as dimensões 16:9, enquanto que a mais comum para celulares seria 4:3.

cadastro, o administrador ou usuário poderá realizar o acesso ao *software* ao clicar no ícone “entrar”, e informar o *login* e senha previamente registrados.

Figura 4.9 – Fluxograma com a descrição de cadastro no aplicativo PreservApp pelos usuários



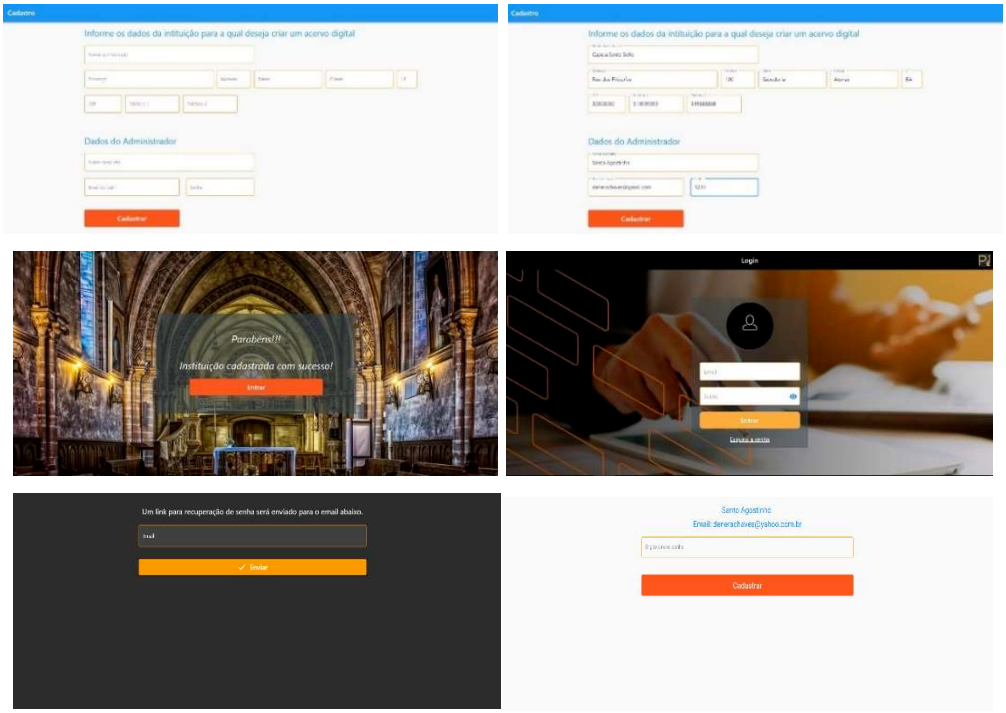
Fonte: Elaborado pelo autor.

Como pode ser observado na Figura 4.9, o usuário terá que cadastrar a instituição, seu endereço e telefones de contato. Esses dados não são obrigatórios, mas auxiliam caso haja algum problema posterior com o cadastro. Em seguida, na rolagem da tela do celular ou computador, é solicitada a criação do administrador com o nome completo do usuário e um endereço de e-mail, que também servirá como *login*, além da criação de uma senha para a entrada no app. Nessa etapa de registro no aplicativo, optou-se por um fundo branco na tela e, ao clicar nas opções, apresenta-se um fundo escuro, o que o diferencia da utilização cotidiana do *software*, como observa-se nas Figuras 4.10, 4.11, 4.12, 4.13, 4.14 e 4.15.

Ao acessar o *link* em laranja, “cadastrar”, ocorre o cadastro da instituição e do administrador e, em seguida, a mensagem da consolidação do cadastro. É necessário que o usuário volte à tela inicial e acesse o *link* “entrar”, em que aparecerá as opções “*e-mail*” e “senha”, que deverão ser preenchidas com as informações cadastradas como administrador. Caso o administrador não se lembre da senha, há a opção “esqueci a senha”. Ao clicar nessa opção, aparece outra tela, com a seguinte

informação: “um *link* para a recuperação de senha será enviado para o e-mail abaixo”. Em seguida, tem-se o espaço para a inserção do *e-mail* e um ícone “enviar”. Ao clicar, é enviado um *link* para o *e-mail* registrado; ao clicar nesse *link,* o usuário tem acesso a outra tela, em que aparece a mensagem de inserir uma nova senha para cadastro.

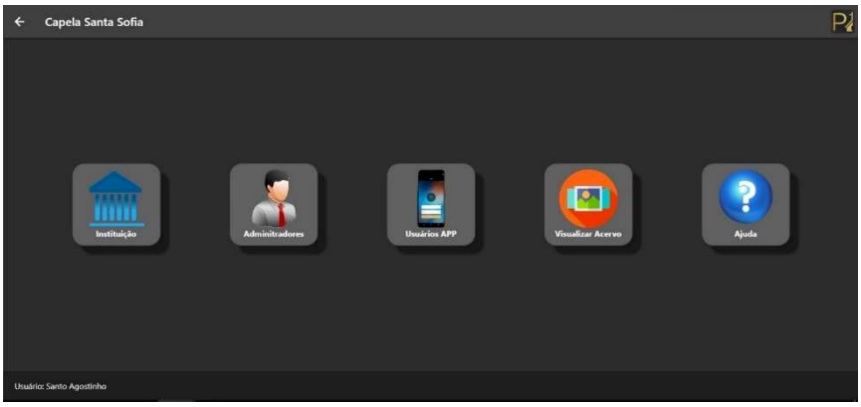
Figuras 4.10, 4.11, 4.12, 4.13, 4.14 e 4.15 – T ela para o cadastro da instituição e administrador no app PreservApp



Fonte: www.preservapp.com.br. Foto: O próprio autor.

Ao inserir o e-mail e a senha previamente cadastrados, o usuário terá acesso ao painel de controle do aplicativo. Nessa parte, optou-se por incluir ícones intuitivos que pudessem ser melhor visualizados pelo usuário. Na pesquisa com o grupo focal, que explicitaremos mais à frente, optou-se por um fundo escuro e ícones maiores no centro da tela. Os ícones fornecem um acesso intuitivo e mais rápido à informação ou local desejado sem que seja necessário ler os textos ali presentes (Figura 4.16).

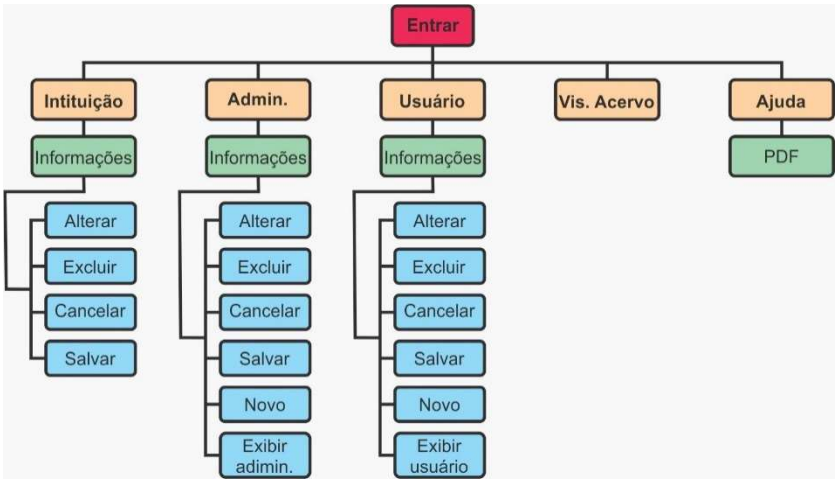
Figura 4.16 - Tela para a seleção das opções do administrador no aplicativo PreservApp



Fonte: www.preservapp.com.br Foto: O próprio autor.

Tem-se quatro percursos a serem realizados pelo administrador no *software*, além do ícone “ajuda”, cada um com os acessos necessários para atender às demandas específicas, dentro dos quesitos anteriormente estabelecidos, para a melhor navegação dos administradores, como podemos observar no fluxograma apresentado na Figura 4.17.

Figura 4.17 - Fluxograma com a descrição das opções apresentadas na tela inicial do aplicativo PreservApp para os administradores



Fonte: Elaborado pelo autor.

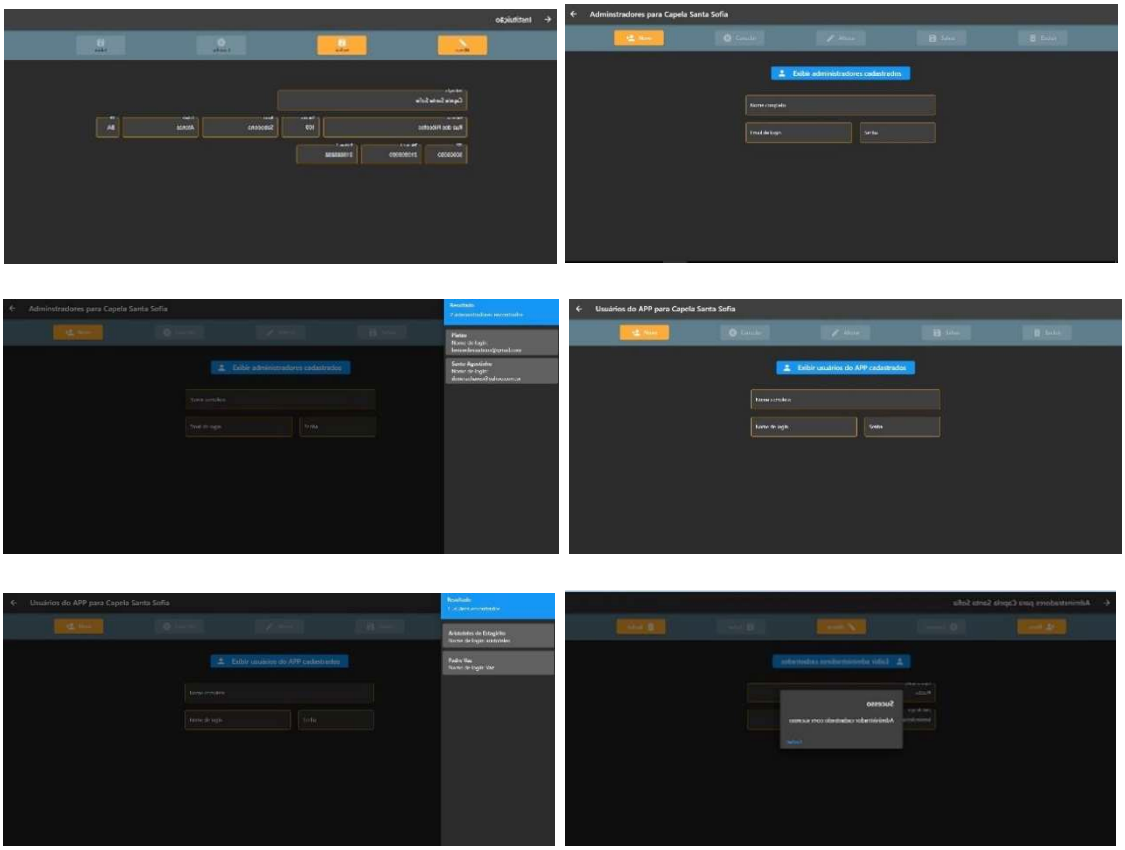
O primeiro ícone apresentado refere-se à instituição cadastrada, que tem como imagem o formato de um frontão românico; ao clicá-lo, abre-se a possiblidade de

alterar os dados que foram previamente inseridos no cadastro de abertura. O segundo ícone refere-se aos administradores que podem entrar pelo cadastro da instituição. Se for necessário, pode-se alterar o cadastro já existente, além de ser possível a inclusão de mais administradores. Nesse caso, todos terão acesso ao acervo criado e enviado pelos usuários.

Para fazer o cadastro, é pedido novamente o nome completo, e-mail para *login* e senha. Há uma opção de “exibir administradores cadastrados”, que, ao ser acionada, proporciona verificar, no lateral direito da tela, quais são os administradores cadastrados e seus l*ogins*. O terceiro ícone refere-se ao cadastro dos usuários diretos do app que serão cadastrados pelos administradores; ao acioná-lo, poderão inserir o nome completo dos usuários, o nome do *login* e a senha. Nesse caso, de usuários cadastrados por uma instituição, não é necessário inserir um e-mail, mas apenas um apelido e senha para utilizar o app, e depois enviar os dados para o acervo que poderá ser verificado pelos administradores da instituição, como observamos nas Figuras 4.18, 4.19, 4.20, 4.21, 4.22 e 4.23. Após todas as ações realizadas e ao clicar o ícone “salvar”, é emitida uma mensagem “sucesso”, que confirma ter salvo um novo administrador ou usuário.

O ícone que “Ajuda”, que apresenta um símbolo de interrogação, se clicado, dá acesso a um arquivo em PDF com as informações necessárias para o usuário naquela etapa. Esse arquivo inicia-se com uma mensagem de boas-vindas e os motivos do arquivo; em seguida, responde-se às perguntas “para que serve o aplicativo?” e “para que serve o site?”, com algumas imagens e informações em tópicos a respeito (Figuras 4.24, 4.25, 4.26 e 4.27).

Figuras 4.18, 4.19, 4.20, 4.21, 4.22 e 4.23 – Acesso para alteração de dados da instituição, administrador e usuários do aplicativo PreservApp

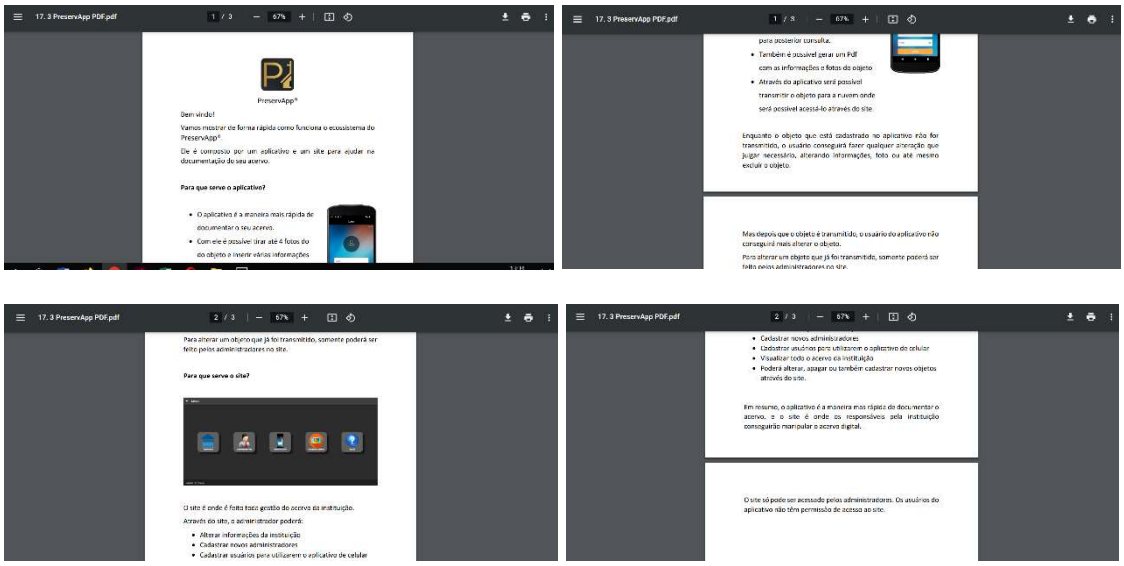


Fonte: www.preservapp.com.br. Foto: O próprio autor.

O último ícone a ser descrito, visualizar o acervo, refere-se à razão de ser do aplicativo. As informações contidas a partir desse ícone são disponibilizadas também para o usuário cadastrado pelos administradores da instituição no celular, por isso, vamos tratá-lo mais à frente. Nesse ícone, aparecem os diversos bens culturais que foram registrados; no alto da tela, temos a seta à esquerda para sair e voltar para o painel principal e o número de objetos já salvos pelos usuários.

Há mais dois ícones na tela, no alto à direita, com um símbolo de lupa; a “pesquisa”, caso haja muitos arquivos e o usuário queira pesquisar pelo nome do objeto. Abaixo, à direita, tem-se um círculo em azul, com um símbolo “+” em branco no centro, que leva à abertura de um novo formulário para adicionar outro bem cultural, caso o usuário esteja entrando pelo celular e com acesso à internet.

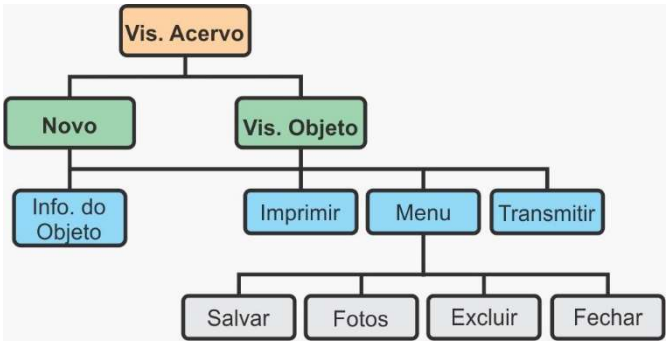
Figuras 4.24, 4.25, 4.26 e 4.27 – Imagens do arquivo em PDF com informações para a utilização do aplicativo para os usuários



Fonte: www.preservapp.com.br. Foto: O próprio autor.

Ao clicar no objeto já documentado e salvo, onde aparece a imagem principal do objeto registrado, o código atribuído e o nome, abre-se outra tela com todas as informações alimentadas sobre aquele determinado objeto, como podemos observar no fluxograma descrito na Figura 4.28, além de três outros ícones, dois no alto à direita, que referem-se à transmissão do formulário para o *site* ou a impressão do formulário em impressoras físicas ou em arquivos como PDF. O terceiro ícone, um círculo azul com três linha brancas horizontais, que fica no lado direito abaixo, acessa três outras opções: salvar, fotos e excluir, que trataremos a seguir.

Figura 4.28 - Fluxograma com o percurso do usuário ao acessar o acervo no *site* do aplicativo PreservApp para os administradores

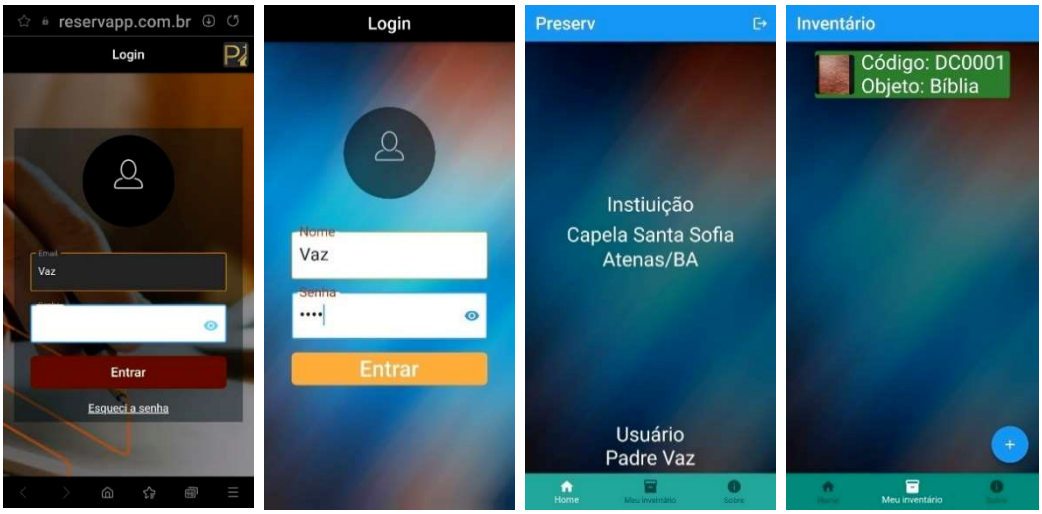


Fonte: Elaborado pelo autor.

4.4 FORMULÁRIO PARA O PREENCHIMENTO DOS DADOS DO OBJETO PELOS USUÁRIOS

Ao clicar no ícone “visualizar acervo”, o administrador tem acesso aos bens culturais cadastrados. Caso o administrador tiver cadastrado um usuário, esse entrará no app com seu apelido e senha, e também chegará a essa etapa, porém não terá acesso a todos os controles que o administrador tem, como inserir e excluir administradores e usuários, além de poder alterar apenas os formulários que foram realizados por ele no celular e ainda não foram transmitidos para o *site*. Alteraram-se também as cores do fundo de tela do app em relação ao *site* para que fosse possível distingui-los, sendo que o *site* tem uma coloração cinza escuro e o app no celular uma coloração azul marinho, como observamos nas Figuras 4.28, 4.29, 4.30 e 4.31.

Figuras 4.28, 4.29, 4.30 e 4.31 – Interface do *site* e aplicativo PreservApp nos aparelhos celulares



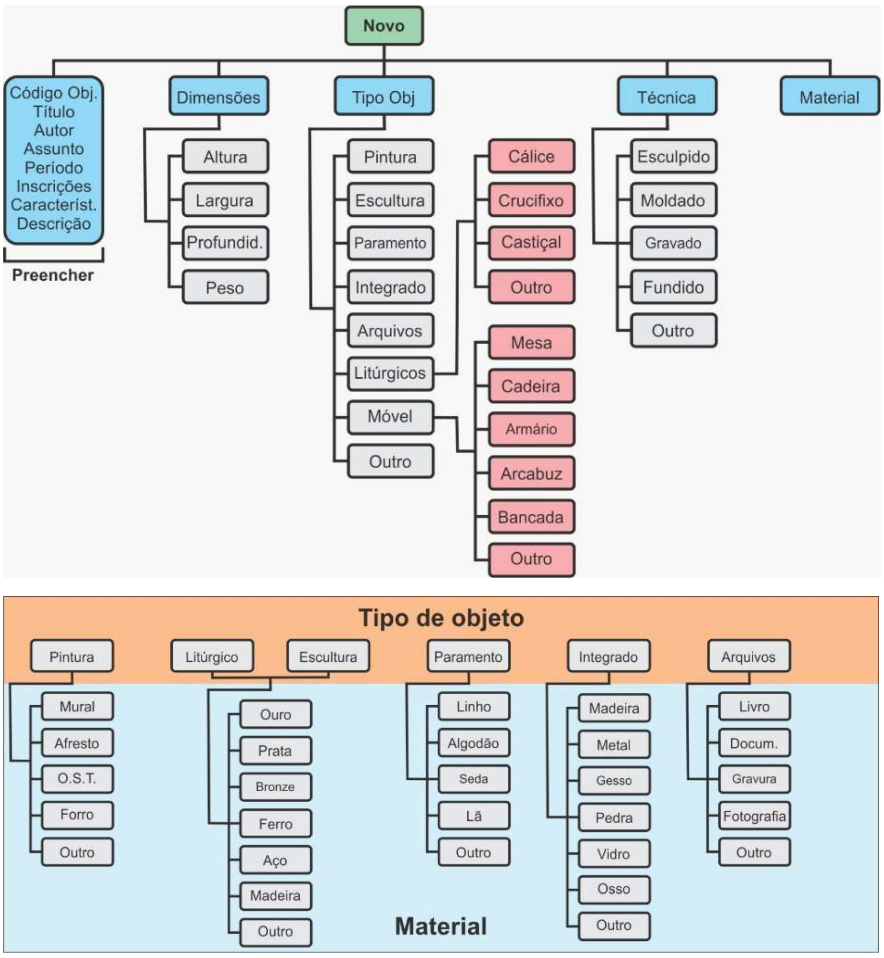
Fonte: www.preservapp.com.br e PreservApp. Foto: O próprio autor.

Ao entrar com o nome e senha, aparecerá a instituição que o cadastrou, além de um ícone no alto, à direita da página, para voltar à página anterior. Na parte inferior da tela, aparece o nome do usuário e mais três ícones: “Home” página inicial, “meus

arquivos” para acesso aos bens culturais já documentados e “sobre” onde serão incluídas informações adicionais em um momento posterior.

Ao acessar o ícone “meu acervo”, iniciam-se os procedimentos para a documentação dos bens culturais, com uma segunda tela, onde aparecem os bens já documentados, caso houver algum, e o símbolo “+”, dentro de um círculo azul, indicando onde se deve clicar para incluir um novo objeto (Figuras 4.28, 4.29, 4.30 e 4.31). A figura do fluxograma a seguir demonstra os caminhos e opções para o preenchimento do formulário de documentação dos bens culturais escolhidos.

Figura 4.32 - Fluxograma com o percurso do usuário para documentar um novo objeto no aplicativo PreservApp



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao iniciar os procedimentos de documentação de um novo objeto, a primeira opção disponibilizada no aplicativo, após o nome, é o código do objeto. A necessidade da

inserção de um código deveu-se a uma melhor organização dos arquivos no *site* do administrador. Além disso, pensou-se que pode ser utilizado pelo administrador um código pelo qual cada usuário fosse identificado ao fazer a documentação dos bens culturais e assim, caso ocorressem falhas ou incompletudes nos formulários, pode-se consultar o responsável pela documentação inadequada e fazer as devidas correções e/ou introdução de novos dados. O código possibilita também uma melhor visualização e busca pelas fichas arquivadas.

As outras opções foram estabelecidas através dos princípios estabelecidos pelo Objet-ID, conforme as discussões apresentadas no Capítulo 3, assim como o estabelecido pelo aplicativo da Interpol ID-Art, que dá conformidade à ficha a ser enviada para os órgãos de controle alfandegários, em caso de sinistro. Contudo, não seguiu-se à aplicação de um *thesaurus* com os nomes, funções, materiais e demais opções disponibilizadas por esse tipo de critério de documentação, como já comentamos anteriormente, por não ser o mesmo utilizado em Portugal e traduzido do inglês, por alguns nomes serem diferentes, por apresentar mais dificuldades aos responsáveis pela documentação em campo, que não saberiam todos os diversos nomes dos objetos litúrgicos, além das dificuldades do pesquisador em disponibilizar recursos e tempo para sua inserção no *software*.

Apesar das questões apresentadas anteriormente, achou-se por bem incluir algumas possibilidades de escolha que favorecessem o entendimento daquele que estivesse no trabalho de campo, como podemos observar no primeiro item, que especifica uma característica do objeto que é o “tipo de objeto”. Nele, inserimos sete opções de marcar, e uma oitava “Outro (denominar)”, caso as anteriores não se referissem ao objeto. Das sete opções (pintura, escultura, paramento, integrado, arquivos, litúrgicos e móvel), nas duas últimas inserimos mais opções para verificarmos se facilitariam ou não o preenchimento. Em “litúrgicos”, inserimos “cálice”, “crucifixo”, “castiçal”, “Outro (denominar)”; e na opção “móvel”, inserimos “mesa”, “cadeira”, “armário”, “arcabuz”, “bancada”, “Outro (denominar)”, como pode ser observado nas Figuras 4.33, 4.34, 4.35 e 4.36.

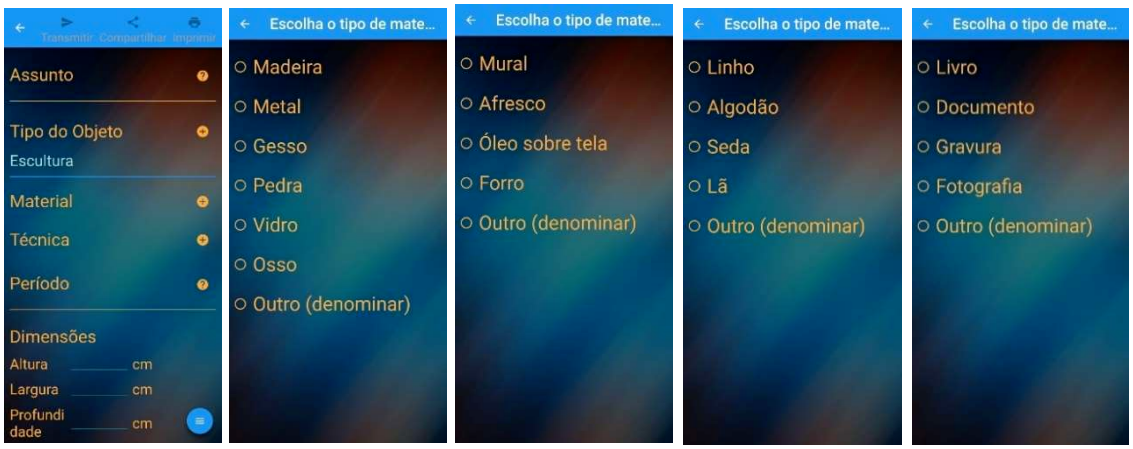
Figuras 4.33, 4.34, 4.35 e 4.36 – Interface do aplicativo com as opções de inserção de objetos do aplicativo PreservApp



Fonte: PreservApp. Foto: O próprio autor.

A partir desse princípio de facilitar o preenchimento da ficha, ligamos à opção “materiais” a opção “tipo de objeto”, uma vez que se o objeto marcado for uma “escultura” ou “integrado” aparecerão as opções “madeira”, “gesso”, “pedra”, “vidro”, “osso”, “Outro (denominar)”, mas se a opção “tipo de objeto” for “pintura”, aparecerá “mural”, “afresco”, “óleo sobre tela”, “forro”, “Outro (denominar)”. Os materiais que aparecem na opção “paramentos” são: “linho”, “algodão”, “seda”, “lã”, “Outro (denominar)”, e as alternativas para “arquivo” são: “livro”, “documento”, “gravura”, “fotografia”, “Outro (denominar)”, como observamos nas Figuras 4.37, 4.38, 4.39, 4.40 e 4.41.

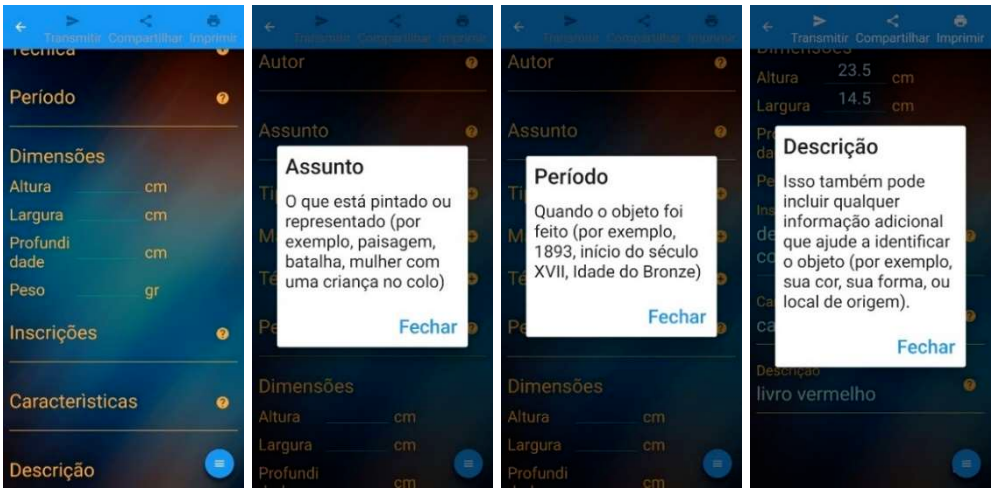
Figuras 4.37, 4.38, 4.39, 4.40 e 4.41 – Interface do aplicativo com as opções de matérias do objeto no aplicativo PreservApp



Fonte: PreservApp. Foto: O próprio autor.

Após a inserção do tipo de objeto e material, o usuário terá que preencher a “técnica” e o “período” no qual o objeto foi constituído. Nestas duas opções, o preenchimento é descritivo. Seria possível inserir outras possibilidades na “técnica”; contudo, o cruzamento com o tipo de objeto e materiais não foi possível, dentro dos prazos estabelecidos para o cumprimento desta tese. No próximo item a ser preenchido, tem-se as dimensões do objeto, fundamental para a descrição e posterior recuperação, em caso de descaminho. Mantiveram-se as opções apresentadas pelo Object-ID “altura”, “largura”, “profundidade”, todos em centímetros, e, por último, “peso” em gramas.

Figuras 4.42, 4.43, 4.44 e 4.45 – Interface do aplicativo com as opções abertas e as mensagens de ajuda do aplicativo PreservApp



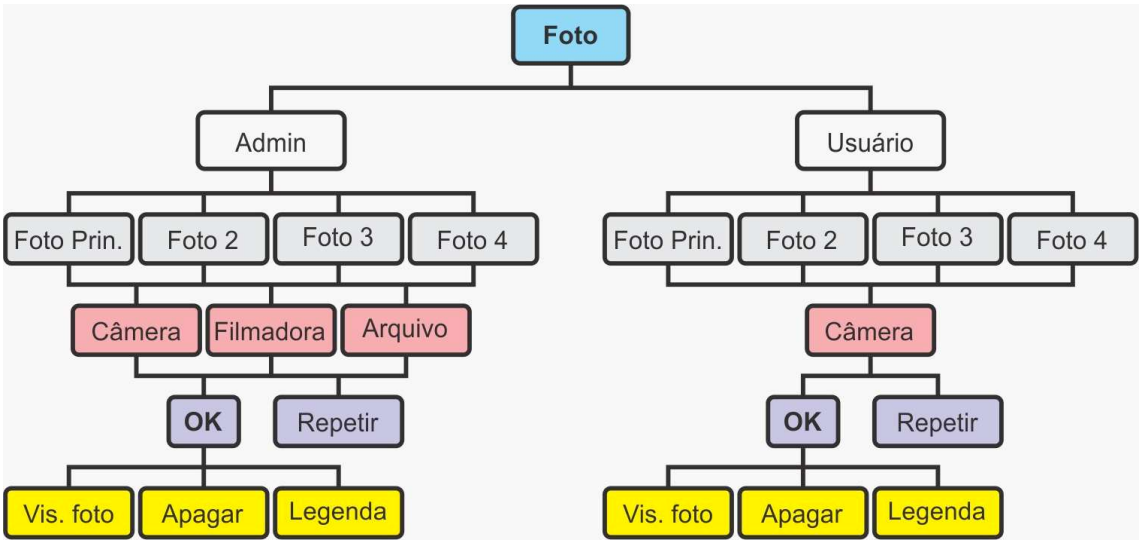
Fonte: PreservApp. Foto: O próprio autor.

As três últimas opções de preenchimento da ficha de documentação do app, “inscrições”, “características” e “descrição”, relacionam-se com as especificidades do objeto e são abertas ao preenchimento. Buscou-se colocar, ao lado de cada opção, um ícone, pequeno círculo em laranja, com um símbolo de interrogação no centro, que possibilitasse ao usuário ter um entendimento sobre como preencher cada espaço, como pode ser observado nas Figuras 4.42, 4.43, 4.44 e 4.45.

Após a inserção de todos os dados no app, tem-se que realizar a documentação do objeto por imagem, que é feita clicando no ícone, círculo em azul, com três linhas horizontais brancas, na parte direita inferior da tela. Aparecem mais quatro ícones,

representando as opções: salvar, fotos, excluir e fechar. Ao acionar “fotos”, aparece outra tela: “fotos do objeto”, com a opção de realizar quatro fotos, sendo que a primeira com o nome “foto principal”, que aparecerá primeiro na ficha final em PDF produzida, além de ficar em miniatura ao lado do código e nome do arquivo (Figura 4.46).

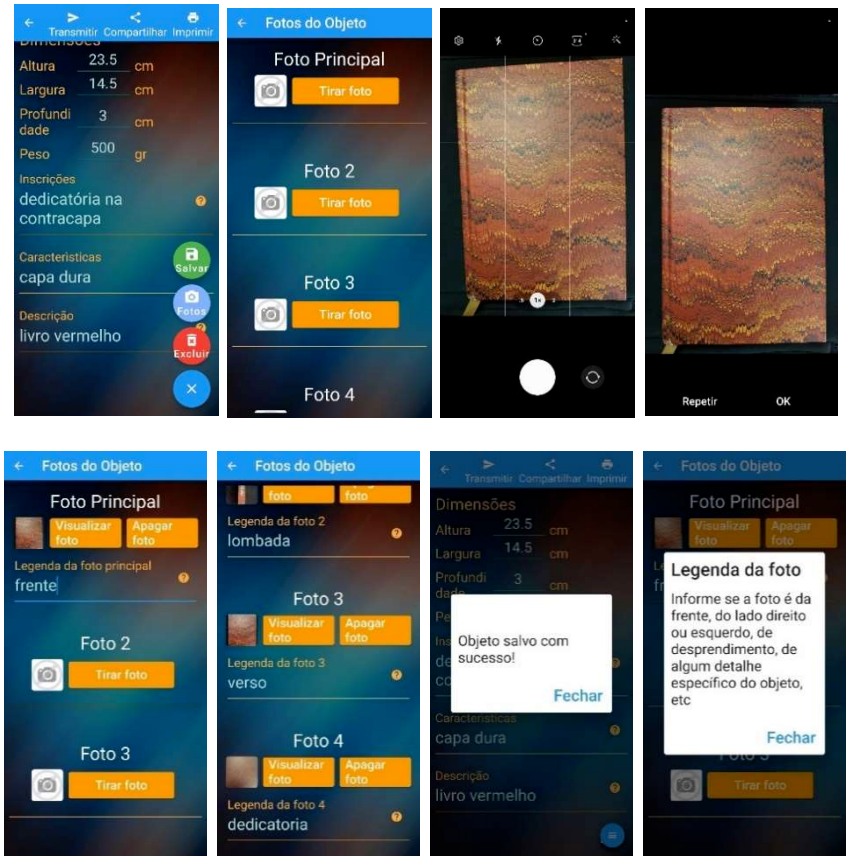
Figura 4.46 – Fluxograma com o percurso do usuário e do administrador para documentar um novo objeto por foto no aplicativo PreservApp



Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim que é acionado o ícone “tirar foto”, em laranja, entra-se no software do celular responsável por realizar os registros das imagens, inclusive com os padrões inseridos anteriormente no celular, como linhas de grades na tela, que possam facilitar a centralização do objeto no momento do registro. Há diferenças entre as opções do administrador em relação ao usuário, pois o primeiro tem as opções “câmera”, “filmadora” e “Arquivo”, enquanto o usuário tem acesso apenas à câmera. Após a foto tirada, é possível verificar como ela ficou, aproximar e rodar o objeto; aparecem duas opções abaixo da tela, “repetir” e “ok”. Caso a foto esteja dentro das especificidades desejadas, é só apertar “ok”, que voltará à tela anterior, mas com a imagem em miniatura e a opção de preencher “legenda da foto principal”. Nas outras três opções de foto, ocorre o mesmo procedimento; contudo, a foto que irá para a capa da ficha será a primeira, e as demais irão para última parte da ficha produzida em PDF (Figuras 4.47, 4.48, 4.49, 4.50, 4.51, 4.52, 4.53 e 4.54).

Figuras 4.47, 4.48, 4.49, 4.50, 4.51, 4.52, 4.53 e 4.54 – Interface do aplicativo com as opções do usuário para o registro do objeto por câmera no aplicativo PreservApp

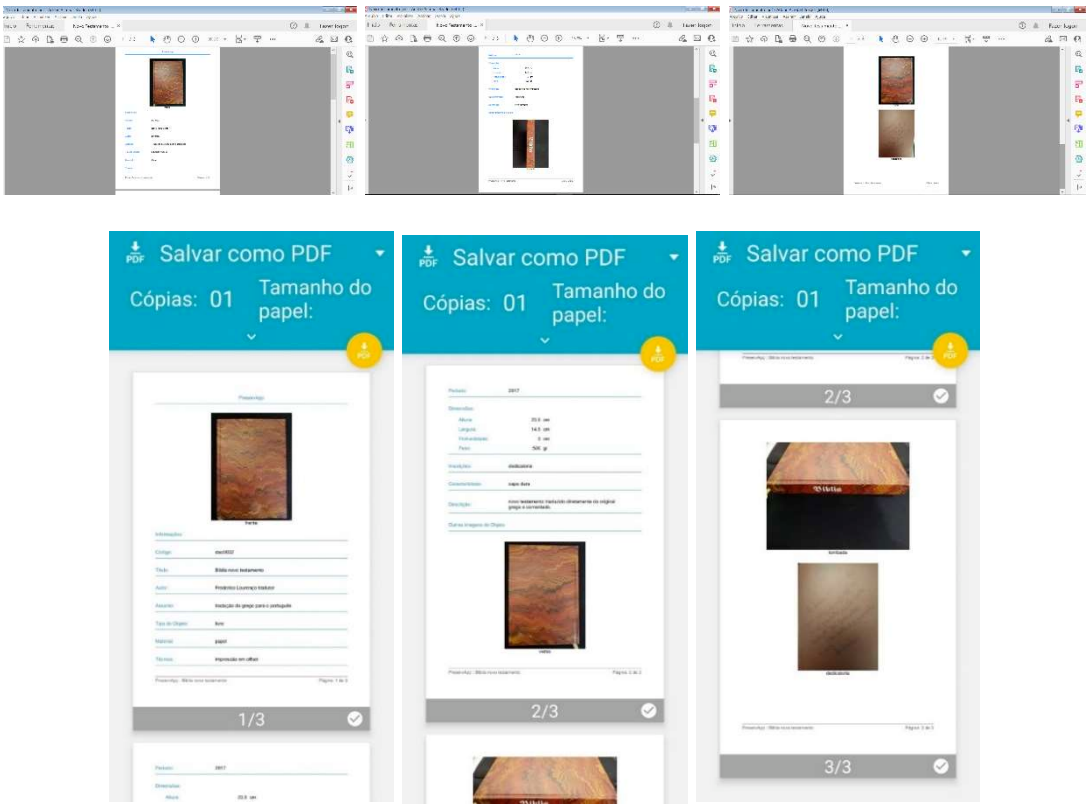


Fonte: PreservApp. Foto: O próprio autor.

A pós a inserção das fotos, volta-se para a tela anterior, acionando a seta do lado esquerdo, no alto da tela, e aciona-se o ícone em verde “salvar”; em seguida, aparecerá a mensagem “objeto salvo com sucesso”, o que já possibilitará acionar os ícones que se encontram na barra azul, no alto da tela. O ícone “transmitir” envia o arquivo editável para o *site* onde o administrador tem acesso, e possibilita que haja edições e correções, além de facilitar a reunião dos arquivos produzidos por mais de um usuário. Ao lado das opções, também foram incluídos ícones laranja, com o símbolo interrogação no centro, para explicar como preencher aquele espaço. A opção “compartilhar” abre uma tela com diversas opções de redes sociais e *e-mails* já cadastrados no celular para o envio da ficha, porém em arquivos em PDF não editáveis e, finalmente, a opção “imprimir”, que abre a ficha completa dos dados e as imagens em um arquivo em PDF, como pode ser observado nas Figuras 4.55, 4.56,

4.57, 4.58, 4.59 e 4.60. Inclusive, esse arquivo já será enviado com o nome dado ao objeto, para facilitar seu arquivamento nas pastas digitais.

Figuras 4.55, 4.56, 4.57, 4.58, 4.59 e 4.60 – Arquivos em PDF das fichas produzidas pelo aplicativo PreservApp, visualizadas no PC e no celular



Fonte: PreservApp. Foto: O próprio autor.

4.5 TESTE PILOTO DO APLICATIVO COM GRUPO FOCAL DE JOVENS

Em 2022, o pesquisador conseguiu recursos da LMIC/BH para realizar a segunda edição do curso Guardiões do Patrimônio Cultural, em parceria com a Arquidiocese de Belo Horizonte e o Museu MUQUIFU. Participar de seleção com outras centenas de projetos disputando os poucos recursos advindos do Fundo da Lei Municipal de Cultura de Belo Horizonte resulta em esforço e trabalho significativos, considerando as normas do edital dedicadas a uma seleção justa, além de complexa para evitar fraudes. Apesar dos percalços, é digno de nota a excelente colocação do projeto, em 3° lugar entre a categoria patrimônio cultural, o que demonstra o interesse dos órgãos

de governo nessa modalidade de projeto, reforçado pela aprovação do curso de 60 h/a em 2018, pela mesma Lei, citada na Introdução. Agregam-se a isso as dificuldades de se aprovar recursos para essa modalidade de projeto cultural, a posterior implantação do mesmo, que inclui a organização de reuniões com bispos e presbíteros da Arquidiocese, para explicar e solicitar apoio institucional, além do auxílio na intermediação e mobilização dos párocos, no apoio para divulgação e seleção dos jovens, preferivelmente nas regiões carentes do município, conforme as diretivas propostas no projeto. Em consonância com os princípios anunciados pelo pontífice, a maioria dos recursos do projeto deveria ser direcionada à ajuda de custos, para que os jovens se deslocassem até os locais onde ocorreriam os encontros, e demais despesas.

O projeto previa a seleção de 30 jovens entre 15 e 25 anos, dos bairros periféricos de BH, com pouco acesso à cultura, segundo o Mapa da Cultura de Belo Horizonte. Mesmo com o apoio de um bispo e de dois vigários episcopais, não obteve-se êxito no preenchimento de todas as vagas, finalizando o projeto com 13 jovens, dos quais 10 participaram do grupo focal de avaliação do aplicativo. Esses jovens que participaram ativamente das aulas foram avisados previamente que, em uma determinada tarde de sábado, seria disponibilizado o aplicativo para ser testado por eles no acervo do Museu Muquifu, onde era a sede do projeto, embora boa parte dos encontros fosse realizada em diversos locais da cidade e em duas visitas às cidades de Caeté e Mariana, em Minas Gerais.

Na data marcada, depois de alguns esclarecimentos, os jovens receberam, em um grupo de WhatsApp criado exclusivamente para a organização do projeto, o *link* de acesso ao *site* e ao app. Juntamente com os jovens, foi solicitada a participação da responsável, ligada à comunidade e ao Muquifu, pela abertura e acompanhamento do projeto. Como a intenção era uma atuação conjunta com os jovens conversando entre si, foi disponibilizado um *notebook* para o cadastro da instituição e, em seguida, o cadastro de todos os jovens que utilizariam seus celulares para a documentação de um objeto de sua escolha no museu.

Após o cadastro inicial realizado pela responsável pelo museu, mas com o auxílio dos jovens, foi feito o *login* e emitida a senha para cada um. Em seguida, foram separados três grupos, e os jovens puderam ir para um espaço do Museu ou da Capela e registrar o bem cultural que escolhessem.

Figura 4.61 – Grupo focal com jovens do projeto Guardiões do Patrimônio Cultural



Foto: O próprio autor.

Após o registro fotográfico e o preenchimento da ficha, o grupo foi reunido novamente e incentivado a discutir o acesso ao *site* e ao aplicativo, bem como o registro do bem selecionado. Com algumas questões previamente formuladas, mas não disponibilizadas explicitamente, foi possível obter as seguintes informações com o grupo focal:

a) O *design* do app favorece o acesso?

Obteve-se o aval positivo quanto à apresentação estética do *site*: simples, mas bonita e de fácil compreensão na ora da utilização. Os ícones grandes e ocupando boa parte da tela dos celulares facilitaram o acesso às opções na hora do uso.

b) As informações de como utilizar são úteis?

Os itens de ajuda inseridos ao lado das opções foram utilizados pelos jovens e se mostraram eficientes no processo de auxílio para o cumprimento das funções, possibilitando um bom entendimento dos usuários, dirimindo dúvidas que surgiam no decorrer do acesso.

c) O contraste de cores favorece a interação?

Nos primeiros protótipos, o fundo de tela do app era branco; contudo, como dificultava a visualização, alterou-se para a cor azul. Para os jovens, a visualização das informações estava bem discriminada. Mesmo com excesso de luz em alguns lugares do museu, era possível visualizar e preencher as opções.

d) O acesso ao aplicativo (*download*) foi satisfatório?

O processo de *download* do app foi rápido e fácil, embora não estivesse na loja de aplicativos, mas enviado para o grupo de WhatsApp. A abertura inicial do aplicativo nas telas dos celulares ocorreu de forma rápida e não ocorreram problemas para a abertura, preenchimento e fotografia. Dois aparelhos não conseguiram abrir inicialmente o aplicativo. Após algum tempo e, em uma nova tentativa, o aplicativo abriu normalmente.

e) Como foi a experiência de utilização do aplicativo?

Ao considerarmos a utilização de determinada ferramenta digital, a satisfação dos usuários tem que ser levada em conta. Os jovens declararam que, em certa medida, se divertiram com a utilização do aplicativo em momentos de discussão entre eles, com perguntas, questionamentos e registros. Há que se considerar, ainda, a aplicabilidade extensiva de aparelhos celulares, que podem ser utilizados para jogos e/ou relacionamentos em redes sociais. Como saíram de um ambiente de aula com um orientador e foram a campo, a simples utilização e o envolvimento no experimento foram tidos como divertidos, possivelmente em contraposição à “aula” anterior com o facilitador.

f) Observações feitas pelo grupo não previstas anteriormente.

No momento de utilização do app, boa parte dos jovens não sabia o que deveria ou como deveria registrar os bens culturais, embora viessem de encontros anteriores que tratavam da preservação dos bens culturais. Ao recorrerem às opções propostas, além dos textos explicativos de cada item, ocorreu um consequente aprendizado, pois perceberam que havia muitos itens dos quais não sabiam, inicialmente, o quão importante eram para a documentação adequada de bens culturais.

Houve também a ausência de alguns instrumentos de medição necessários, pois eram exigidos nas especificações do aplicativo, principalmente no que se refere às dimensões dos bens. Para não ocorrer a interrupção do estudo, pediu-se que os

jovens dessem um valor aproximado de peso e dimensões dos bens culturais registrados por eles. Isso remete à inclusão de informações sobre a utilização de balanças e instrumentos de medida, como trena ou fita métrica, para a medição e pesagem dos bens culturais. Outras informações adicionais podem ser inseridas quanto às especificidades do registro em fotografia, como é apresentado por Panisset (2011).

Entre as várias questões observadas pelos jovens, explicitamente na reunião posterior ou durante a utilização da ferramenta, algumas foram consideradas e alteradas no aplicativo, como a apresentação no sistema. Ao abrir o *site,* ficou difícil para os membros do grupo saber qual o caminho a ser seguido, uma vez que na tela principal, ocupada por uma única imagem de fundo, não se favorecia a opção de rolagem para baixo, que apresentavam as demais opções. Depois de um certo tempo, e o acionamento acidental da rolagem pelo *mouse* do *notebook*, os jovens viram que as instruções e explicações estavam a seguir, acionando a barra de rolagem do site.

Outro ponto que inicialmente gerou dúvidas foi a opção de cadastro de usuário, visto que, aparentemente, demorou um pouco para que os jovens entendessem essa possibilidade e o caminho a ser realizado. Em seguida, porém, eles perceberam que era necessário criar e digitar as senhas, momento em que um dos jovens assumiu o preenchimento, pois foi considerando de difícil execução pela responsável da instituição, no que tange à sua dificuldade em digitar os nomes.

Alguns jovens não conseguiram abrir o aplicativo após realizar o *download* do arquivo, pelo fato de que os arquivo APK são bloqueados por alguns celulares com sistema Android quando são baixados fora da loja Google Play. Para sanar o problema, os jovens se conectaram com o celular pelo *site* e puderam executar todas as tarefas da mesma forma, contudo, pelo *site* apenas. Ocorreram também alguns problemas na transmissão das fichas, pois os jovens não encontravam o caminho a ser seguido para salvar as fichas preenchidas no *site*, que era necessário antes da transmissão. Isso resultou na alteração, numa fase posterior, da localização do ícone “salvar”, aproximando-o dos demais ícones no app.

Figura 4.62 – Jovens do projeto Guardiões do Patrimônio Cultural discutindo as opções do aplicativo



Foto: O próprio autor.

Durante o experimento, observou-se que não havia espaço para a descrição das fotos criadas pelos jovens, como é uma ficha de identificação. Para isso, seria necessário colocar legenda nas fotos, ou seja, se a foto é disposta de “frente”, “lado direito”, “detalhe de desprendimento” etc., de preferência na parte inferior da imagem, na impressão da ficha no PDF, para assim esclarecer os detalhes realizados, em uma avaliação posterior do trabalho.

Com o tamanho diminuto da tela do celular, foi aventada a possibilidade de colocar uma opção para aumentar a fonte na hora do preenchimento. No momento de fazer a ficha, tiveram dificuldade em ver algumas opções pelo tamanho e na ora de escrever se estava correto. Outra questão digna de nota foi o fato de não estar claro o recurso de recuperação de senha. Não é observado o item, no aplicativo de celular, caso o usuário esqueça a senha, essa possibilidade de obtenção recuperação de senha. Isso só é possível no *site*, no espaço do administrador, por meio de mensagem para o *e-mail*. No entanto, isso ocorre apenas quando o administrador perde a senha, uma vez que o *login* e a senha do usuário podem ser recuperados e alterados pelo administrador da instituição.

O trabalho de campo com o grupo focal também possibilitou a percepção de que não era possível verificar quem tinha baixado e utilizado o app. Por uma questão

quantitativa e qualitativa, *a posteriori* seria positivo o conhecimento sobre quem está utilizando o app, instituição ou pessoa física, talvez uma mensagem com os dados do inscrito, como *e-mail* e nome facilitassem esse processo, desde que não incorresse em quebra de proteção dos dados. Determinou-se o envio para um *e-mail* criado no endereço do *site* dos dados dos usuários que se habilitarem para realizar o *download* do aplicativo.

4.6 - PESQUISA SOBRE A FUNCIONALIDADE DO APLICATIVO PRESERVAPP NA DOCUMENTAÇÃO DE BENS CULTURAIS REALIZADA POR MEIO DE QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO COM AMOSTRAGEM INTENCIONAL.

Após a realização do grupo focal com jovens para verificar o desempenho do aplicativo em uma situação real, observando inicialmente suas escolhas, expressões e diálogos, além de uma conversa guiada em que foram apontadas as principais questões durante a utilização, foram feitas as correções necessárias sugeridas pelos jovens e percebidas pelo pesquisador no decorrer do experimento, como pode ser observado no protótipo apresentado, já com as correções, no item 4.4.

Buscou-se associar o *site* com as demais atividades ligadas à preservação dos bens culturais eclesiásticos para dar validade ao aplicativo quanto ao seu pertencimento a um processo mais amplo desenvolvido em prol dos bens culturais eclesiásticos, principalmente envolvendo as instâncias ligadas à Arquidiocese de Belo Horizonte e ao pesquisador. Contudo, ocorreram divergências no que se refere às plataformas utilizadas e decidiu-se por separar a página <bensculturais.com.br>, com os dados sobre a especialização, grupo de pesquisa e cursos de curta duração, da página <preservapp.com.br>, com as informações específicas do app e o cadastro de entrada de instituições no aplicativo.

Inicialmente, pensou-se em realizar a segunda etapa de avaliação do app por meio de um questionário estruturado com o usuário já acessando o aplicativo na loja da Google Play, mas não teve-se tempo hábil para tal possibilidade, considerando a checagem, teste, informações e avaliação antes da disponibilização na loja de aplicativos. Partiu-se para o envio, via *e-mail*, do app para o público de interesse da pesquisa, porém o formato do arquivo em .APK favorecia o envio apenas em redes

sociais como WhatsApp, sendo impossível por e-mail em função dos controles *antispam* do Gmail. Como um dos procedimentos necessários à pesquisa é a divulgação para um maior número de pessoas do público-alvo, foi definido disponibilizar o app na loja de aplicativos para *download*. O processo, porém, apresentou-se demasiadamente lento, uma vez que exigia a abertura de uma conta na Google Play Console, gestora da loja de app, pagamento para a disponibilização, política de privacidade, entre outras questões técnicas, além da avaliação do Google em relação à ausência de *spam* no *software*. Após essa etapa, seria possível colocar o app em teste para uma lista de até 100 *e-mails* de “inspetores”.

Como o pesquisador tinha um cronograma que dificultava a espera da aprovação pela Google Play Console, apenas pouco mais de dois meses para a entrega da tese, optou-se em dar continuidade ao processo de disponibilidade na loja de apps. Considerando, no entanto, a possibilidade real de não estar disponível a tempo, criar um questionário com as questões importantes referentes à avaliação do app e inserir nele o *link* para acesso ao *site* do aplicativo, em que o público poderia testar o app de forma *online* (Figura 4.63).

Figura 4.63 – Texto do formulário sobre a funcionalidade do aplicativo PreservApp enviado para o público



Fonte: https://forms.gle/TwU8btfVJk9t2F4V6. Foto: O próprio autor.

Utilizou-se a plataforma Google Forms para construir o questionário estruturado que pudesse verificar as funcionalidades do app e do *site* a partir de sua utilização por profissionais ligados à preservação dos bens culturais. As questões foram elaboradas no sentido de verificar os procedimentos realizados para o *download*, acesso, cadastro, preenchimento, registro fotográfico, aparência, cores, e demais funções do *software* que facilitavam ou dificultavam a documentação dessa modalidade de patrimônio cultural.

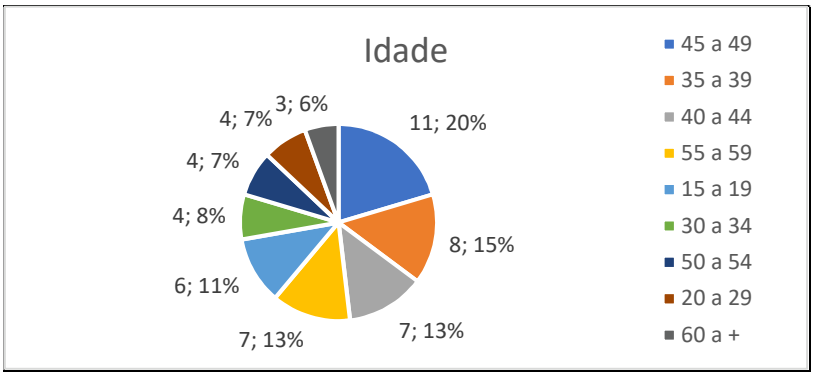
Para verificar as funcionalidades do aplicativo em relação à preservação dos bens culturais, construiu-se uma amostra com profissionais ligados à preservação dos bens culturais. Desde o ano de 2018, o pesquisador organizou um grupo de WhatsApp com conservadores-restauradores, com curso de graduação, além de estudantes da UFMG. Iniciou-se um processo de aproximação com outros grupos de conservadores-restauradores e associações, como grupos de WhatsApp da pós-graduação da UFMG, além de uma lista de *e-mails* de diversos departamentos ligados ao patrimônio cultural. O pesquisador acumulou, nos cinco anos de pesquisa, diversos contatos de padres, bispos, arcebispos e funcionários de paróquias e dioceses, para ao envio do formulário. Por fim, criou-se uma rede de contatos de ex-alunos dos cursos de especialização e cursos de curta duração em conservação preventiva, além da utilização de redes sociais, como grupos de Facebook, Instagram e LinkedIn, na divulgação da pesquisa.

Duas técnicas foram utilizadas para a distribuição de questionários nas mídias sociais, a amostragem intencional (*purposeful sampling*) e a amostragem por bola de neve (*snowball sampling*). Na primeira, identifica-se e seleciona-se indivíduos ou grupos que possuam especial conhecimento ou experiência no fenômeno de interesse. Entre as diversas técnicas dessa modalidade de amostra intencional, a mais utilizada é a *snowball,* em que o pesquisador pede que os entrevistados indiquem outros respondentes que se encaixam no perfil de interesse ampliando a amostra. Tem-se que considerar que essas técnicas são usualmente identificadas como “qualitativas”, pois são não-probabilísticas, o que não permite que as conclusões obtidas sejam extrapoladas para toda a população (Carlomagno, 2018).

Como o universo de profissionais ligados à defesa do patrimônio cultural não é demasiadamente grande, em relação a outros segmentos numa sociedade complexa como a atual, além do tempo diminuto para o desenvolvimento da pesquisa, e considerando o caráter qualitativo, optou-se por um patamar baixo de formulários preenchidos focando-se mais na análise dos dados obtidos. Do dia 13/07/2023 ao dia 21/07/2023, foi possível recolher 54 formulários preenchidos, o que possibilitou encerrar a pesquisa e verificar os dados resultantes.

As três primeiras questões respondidas referem-se ao conhecimento do público que se colocou à disposição para testar o aplicativo e preencher o formulário. A primeira pergunta refere-se à idade do respondente. Nessa questão, 20% da amostra estava entre os 45 e 49 anos, e 15% entre 35 e 39 anos; duas faixas etárias de 40 a 44 e de 55 a 59 apresentavam 13%; em seguida, de 15 a 19 (11%), 30 a 34 (8%), 50 a 54 e 20 a 29 (7%); e, por fim, mais de 60 anos, com 6%. É de se notar que a amostra é significativamente constituída de pessoas com idade entre 35 a 59 anos (61%), como pode-se observar no Gráfico 4.1.

Gráfico 4.1 – Idade em percentual da amostra sobre a funcionalidade do aplicativo PreservApp

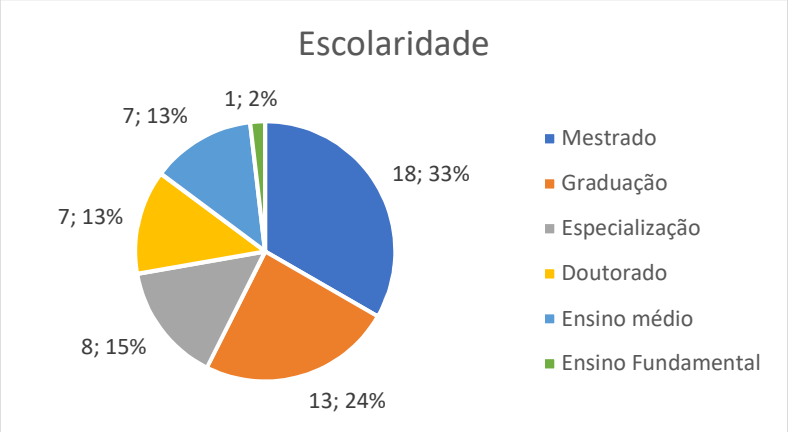


Fonte: Elaborado pelo autor.

A escolaridade dos membros da amostra é muito importante, porque especifica qual o grau de conhecimento acadêmico daqueles que avaliaram o aplicativo. Se no primeiro momento, com o grupo focal, priorizou-se o acesso pelos jovens com muita experiência no uso de aplicativos, porém, com pouca vivência em termos acadêmicos, nesse segundo momento a situação se inverte, como é possível observar no Gráfico 4.2. Optou-se por inserir nos gráficos, além dos percentuais, o número de informantes

que escolheram aquela opção, para que o leitor tivesse uma visão do número total de cada resposta.

Gráfico 4.2 – Escolaridade em percentual da amostra sobre a funcionalidade do aplicativo PreservApp



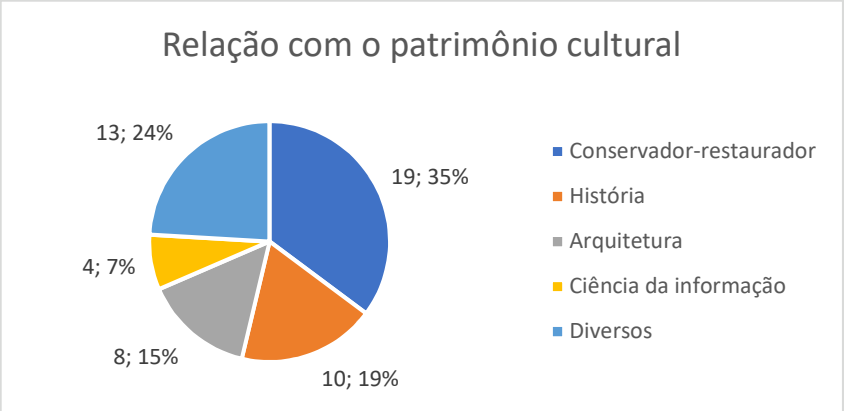
Fonte: Elaborado pelo autor.

Pode-se observar o alto grau de escolaridade da amostra, com 33% com mestrado, 24% com graduação, 15% especialização e 13% com doutorado. A amostra foi composta ainda por 13% de Ensino Médio e 2% de Ensino Fundamental. Os pós-graduados, doutorados, mestrados e especialistas somaram 61% do total da amostra, o que é muito significativo, considerando a média de escolaridade brasileira. Esse percentual, se somado à graduação, totaliza 85% da amostra. Tal constatação propicia o entendimento que os portadores de curso superior podem estar relacionados à preservação do patrimônio cultural, o que leva à próxima questão que se refere à relação entre o participante e o patrimônio cultural.

Como pode ser observado no Gráfico 4.3A, maior parte da amostra se relaciona com a conservação-restauração (35%), seguida por profissionais ligados à história (19%). A participação de conservadores-restauradores é compreensível, considerando a campanha realizada nos grupos de WhatsApp e o envolvimento da pesquisa com a conservação preventiva e documentação. A arquitetura aparece em terceiro com 15%, levando em conta a divulgação entre os discentes do departamento que abriga a pós-graduação em que se encontra matriculado o pesquisador, seguida pela ciência da informação (7%), que contempla integrantes principalmente da museologia e,

finalmente, o que foi designado como diversos (24%), que inseriram os mais diversos aspectos que os relacionariam ao patrimônio, mas que não seriam possíveis de se considerar no gráfico.

Gráfico 4.3 – Relação com o patrimônio cultural em percentual da amostra sobre a funcionalidade do aplicativo PreservApp

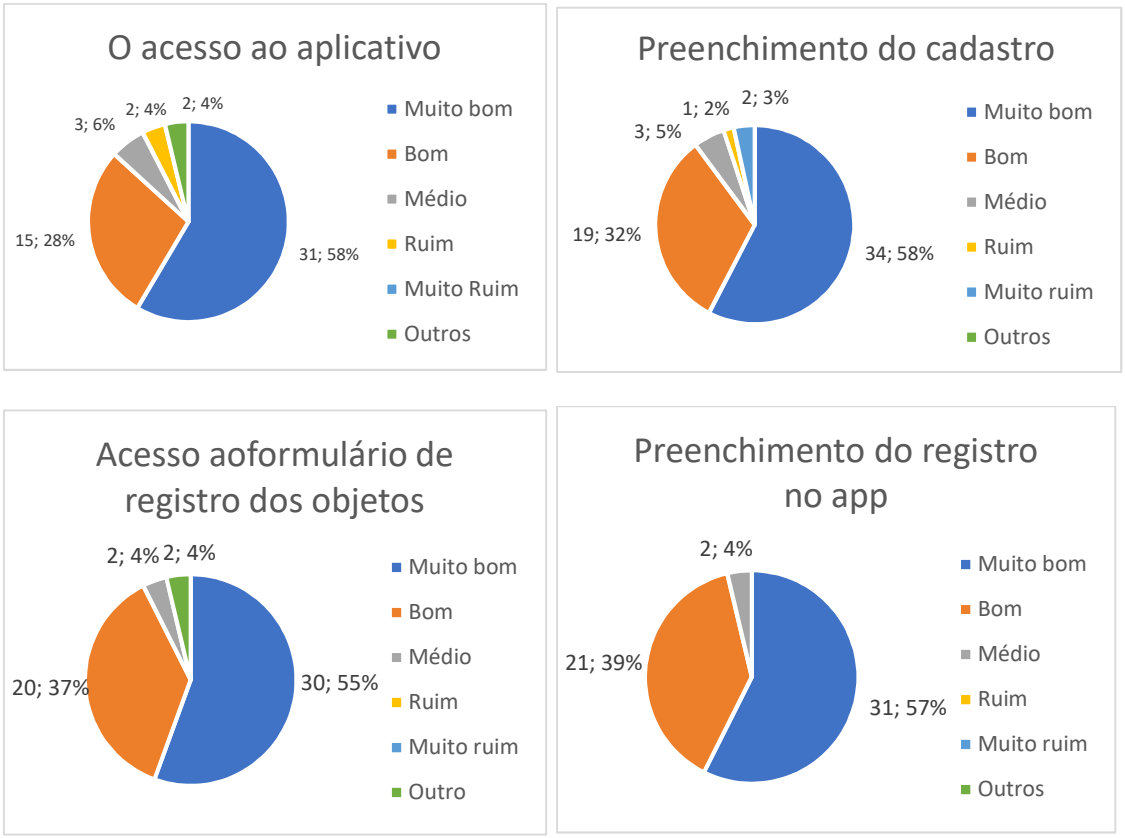


Fonte: Elaborado pelo autor.

A ausência maior foi a opção “presbíteros”, incluída no formulário, mas que não foi preenchida por nenhum dos participantes, talvez pela pesquisa ter sido conduzida exatamente no início do recesso dos seminários em julho, período em que padres, professores e alunos retornam para as cidades de suas famílias, ou fazem um retiro em local afastado. Contudo, é possível notar respostas positivas de padres e bispos quanto à importância e divulgação do aplicativo, que não se traduz em apoio ao preenchimento do formulário.

Os próximos 16 (dezesseis) gráficos são relativos à percepção da amostra em relação às funcionalidades do aplicativo. Foi avaliado por bem agrupar os gráficos em quatro figuras, fazendo as análises em sequência, para assim estabelecer relações entre as diversas questões levantadas, além de não comprometer a leitura com interrupções seguidas das imagens.

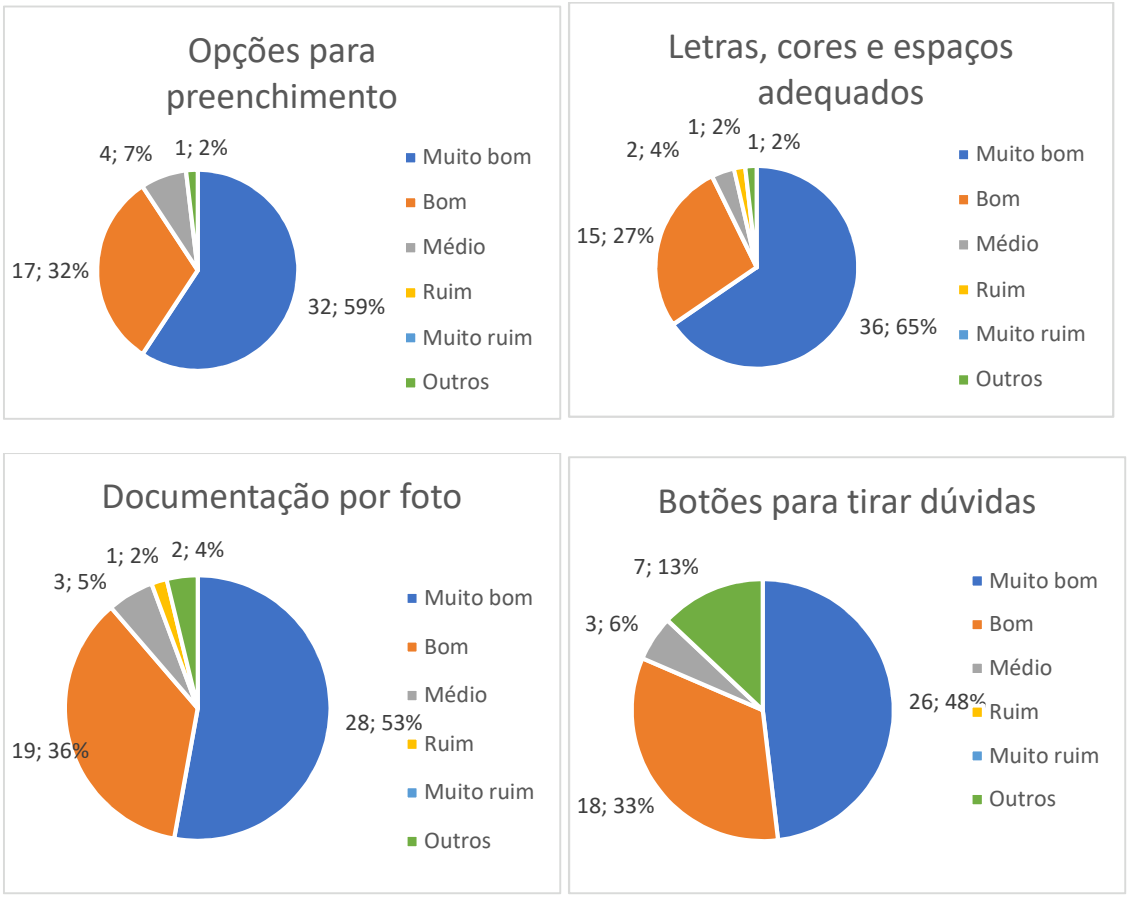
Gráficos 4.3, 4.4, 4.5 e 4.6 – Percentual da amostra sobre o acesso e preenchimento do cadastro e formulário do aplicativo PreservApp



Fonte: Elaborado pelo autor.

As primeiras questões levantadas pelo formulário, estritamente ligadas ao aplicativo e site, referem-se ao acesso e preenchimento. Com exceção do acesso, que teve uma relação de 84% de muito bom e bom, um pouco menos que os demais, atingiu-se um alto nível de opções favoráveis, com 90% de aprovação (muito bom e bom) no preenchimento inicial do cadastro, 92% de aprovação no registro de objetos e 96% no processo de preenchimento dos dados no app. Sobre as opções negativas quanto ao acesso (10% médio e ruim), é preciso considerar que os primeiros envios do formulário para a amostra continham um arquivo APK, que era barrado para instalação pelo sistema de *antispam* do Android contido nos celulares. Assim, optou-se por não fornecer, na distribuição seguinte do formulário, o arquivo APK, mas somente o *link* de acesso ao *site* com o app *online*.

Gráficos 4.7, 4.8, 4.9 e 4.10 – Percentual da amostra sobre as opções de preenchimento, letras, cores, espaços, a documentação e os ícones de dúvidas do aplicativo PreservApp



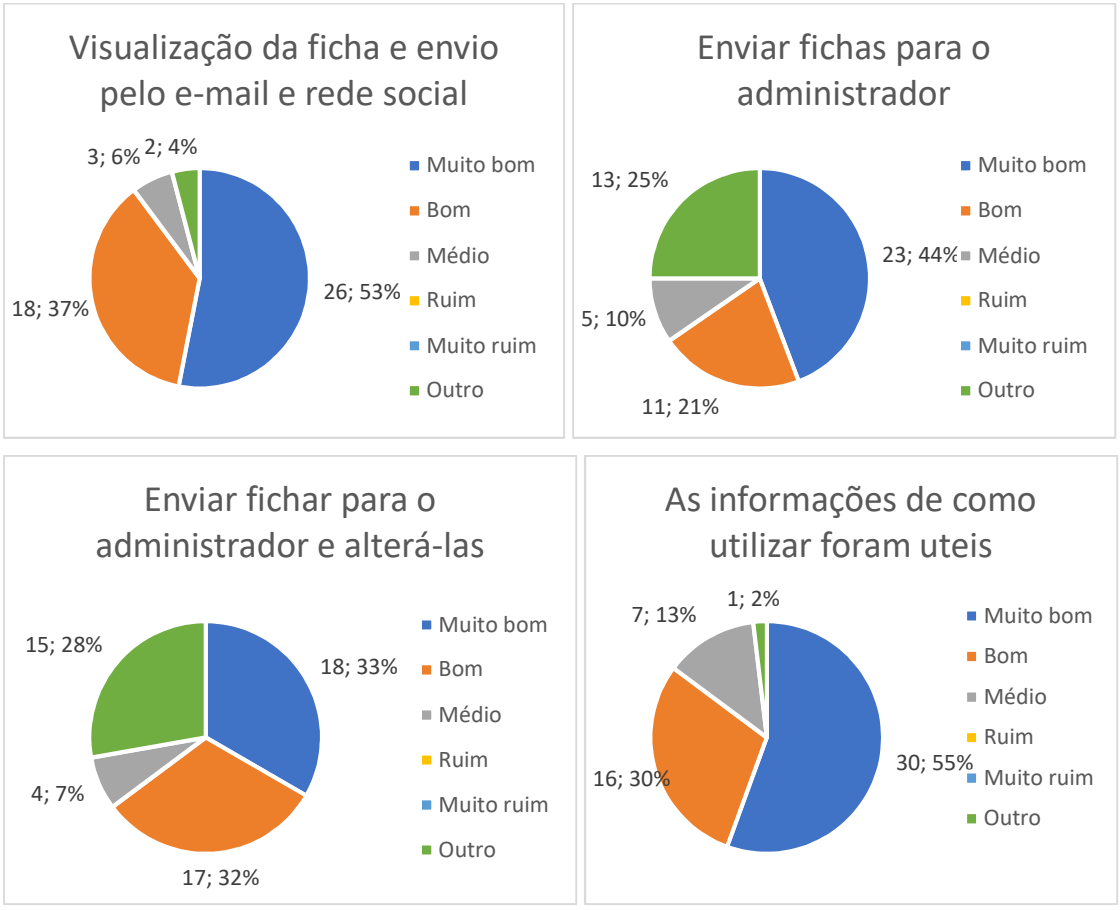
Fonte: Elaborado pelo autor.

As opções disponibilizadas para o preenchimento no aplicativo foram bem avaliadas (muito bom e bom) por 91% da amostra, o que se repetiu com as opções de letras, cores e espaços adequados, com 92% de avalição positiva. No entanto, percebeu-se que há uma diferença entre essas duas avaliações no quesito bom (32% na primeira e 27% na segunda) para a documentação por foto. A quantidade de bom aumenta para 36%, e ótimo cai para 53%, embora continue alto o nível de aprovação (89%). Acredita-se que isso ocorreu pela dificuldade de se documentar os bens culturais com o celular, considerando a disponibilidade de apenas quatro fotos e a utilização de *notebooks* pela amostra em vez do telefone celular. Houve uma alteração significativa também nas respostas quanto aos botões para tirar dúvidas, embora teve uma aprovação de 81%, e médio “somado” a “outros” atingiu 19%. Isso se explica pelo fato de que no início do *site* não havia explicações adequadas quanto à necessidade de

se cadastrar uma instituição e depois entrar no *site*, além de não ficar claro quais seriam as funções a serem realizadas, levando os usuários a dúvidas no processo.

Questionou-se como foi a visualização da ficha depois de preenchida e o seu envio por *e-mail* ou redes sociais (Gráficos 4.11, 4.12, 4.13 e 4.14); 90% da amostra demonstraram que o procedimento foi muito bom ou bom; 3,4% se posicionaram com pouca positividade ao acesso (médio); e 2,4% optaram por abrir a opção “outros” e colocar que não chegaram a essa etapa. Inclusive, essa opção sobressaiu-se na questão seguinte, que perguntava sobre o envio da ficha para o administrador, 25%, ou seja, uma parcela significativa da amostra discorreu sobre não ter conseguido ou não ter optado em realizar esse procedimento de envio para o administrador. Contudo, 65% tiveram uma experiência positiva no envio, 44% muito bom e 21% de bom. Nota-se também o crescimento da opção “médio”, com 10% da amostra.

Gráficos 4.11, 4.12, 4.13 e 4.14 – Percentual da amostra sobre as opções de visualização, envio, alteração das fichas e de dúvidas do aplicativo PreservApp

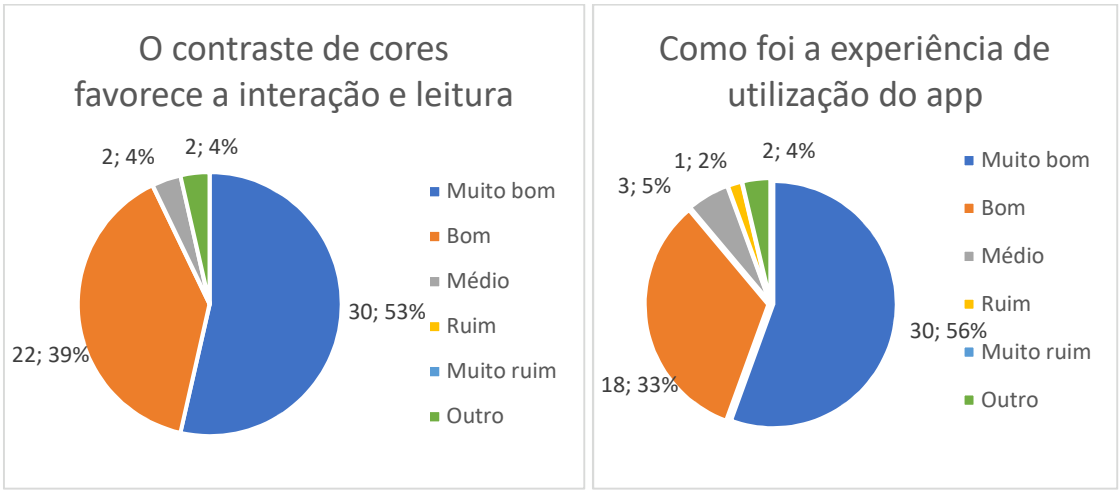


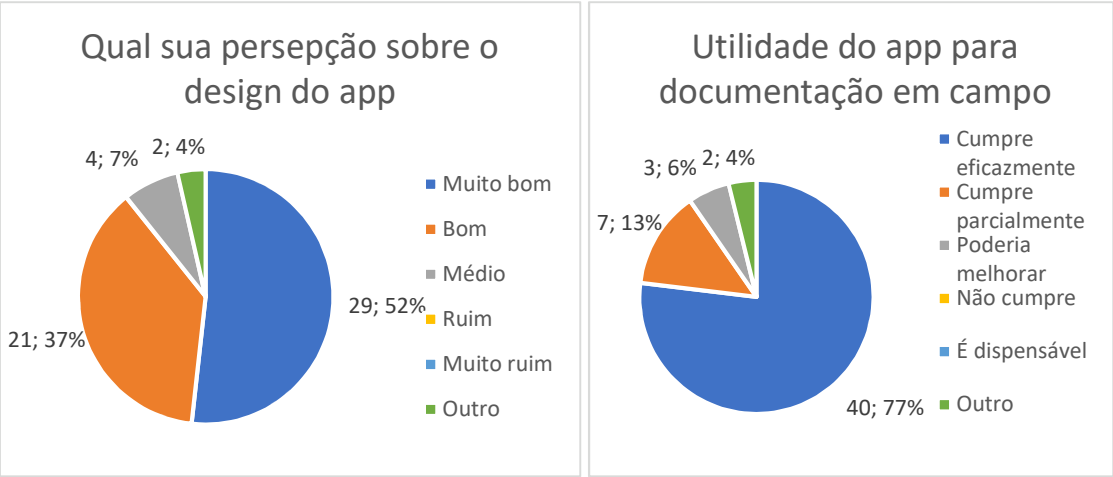
Fonte: Elaborado pelo autor.

Questionou-se sobre as informações contidas no *site* e no app e se foram úteis no processo de documentação. As respostas positivas aumentaram consideravelmente na amostra para 85% (55% muito bom e 30% bom), com 13% de respostas “médio” e 2% “outros”, que podem se relacionar com as dificuldades iniciais do cadastro.

O último bloco de gráficos (Gráficos 4.15, 4.16, 4.17, 4.18), que descreve as quatro últimas respostas fechadas do formulário, refere-se à percepção estética e funcional do aplicativo. Questionados sobre os contrastes de cores e as letras do app, 92% da amostra foram favoráveis (muito bom, 53% e bom, 39%) ao apresentado, com a opção “médio” e “outros” quantificando em 4% cada. Essa percepção positiva se repetiu na questão que perguntou sobre como foi a experiência de utilização do app. A opção “muito bom” chegou a 56% e “bom” a 33%; as duas outras opções repetiram com uma pequena diferença – “médio” com 5% e “outros” com 4% –, com destaque para o aparecimento da resposta “ruim”, com 2%.

Gráficos 4.15, 4.16, 4.17 e 4.18 – Percentual da amostra sobre as opções de contrastes de cores e letras, a experiência de utilização, percepção sobre o design e utilidade em campo do aplicativo PreservApp





Fonte: Elaborado pelo autor.

A questão que segue questionava como foi, novamente, o envio para o administrador e a manipulação/alteração da ficha por ele no *site*. Observa-se que o percentual de "muito bom" cai para 33%. O percentual de bom, por sua vez, apresenta aumento, indo para 32%, mantendo-se um nível significativamente positivo (65%). Nota-se também que o percentual da amostra que optou por não fazer esse procedimento (28%) que, somado ao 7% de "médio", apresentou um nível significativo da amostra que não teve acesso ou boa percepção do processo.

Com a intenção de verificar a percepção quanto aos aspectos estéticos do aplicativo, no que tange ao *design*, obteve-se 89% de respostas positivas (52% de muito bom e 37% de bom), com 7% de respostas "médio" e 4% de outros. Por fim, buscou-se compreender se o aplicativo poderia ser funcional em uma situação real, optando-se pela pergunta se ele seria útil para documentação em campo: 77% da amostra responderam que o app "cumpre eficazmente" sua função para documentação *in situ*, enquanto 13% afirmaram que cumpriria parcialmente, 6% optaram por "poderia melhorar" e 4%, outros.

Por fim, foi inserida uma questão aberta: "Caso queira fazer observações, tecer críticas ou contribuir com a construção do aplicativo, utilize o espaço a seguir", apresentando 19 respostas. As primeiras respostas foram direcionadas às dificuldades encontradas no cadastro da instituição e no duplo cadastro do administrador, e depois no cadastro do usuário. Foi sugerido que possa ser acionado o app diretamente com o *login*, por *e-mail* e senha do usuário, sem a necessidade de

se inserir uma instituição. Ocorreram algumas sugestões de trocas de nomes e inserção de outros na documentação dos objetos, além da inserção de um *thesaurus* completo, para a melhor escolha pelo usuário em substituição a uma lista de termos. Foi percebida, por alguns usuários, a utilização do modelo Object ID, e sugerido que verificasse o ID-Art da Interpol. Foi sugerida também a inclusão de opções como “acervo particular” e “documentos gráficos”. Houve críticas quanto às dificuldades com as captações das imagens, que ficaram com posicionamento comprometido, e o envio para o *site*, pois não “carregaram”, além da possibilidade de recorte de detalhes da foto. As demais observações referiam-se a elogios ao aplicativo.

Com uma análise mais geral do formulário acredita-se que o aplicativo atende às principais questões que foram levantadas. Contudo, será necessário fazer algumas alterações, como a inclusão de mais informações de como se cadastrar e acessar, além de possibilitar um acesso mais simplificado. Após a conclusão da pesquisa, obteve-se a permissão para o teste do aplicativo na loja Play Store. Como esse processo é fechado, ou seja, é necessário informar o *e-mail* daqueles que vão baixar o aplicativo, e fazer o teste na loja; optou-se para a liberação de uma lista com os e-mails daqueles que preencheram esse formulário inicial. Com a finalização dessa última etapa de testes na loja, pretende-se disponibilizar o aplicativo e o *site* ao público em geral.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preservação do patrimônio cultural é responsabilidade de todos. Cabe ao Estado e à sociedade o contínuo e resiliente cuidado na proteção dos bens culturais do país, com maior ênfase àqueles que as comunidades estabelecem como sendo dignos de preservação, entre aquilo que produziram de mais significativo ou que mantêm com esforço e dedicação por gerações. À academia e aos pesquisadores cabe a responsabilidade social de conhecer e viabilizar um caminho que leve o conhecimento produzido nas instituições de ensino até os membros das comunidades que necessitam de apoio e fortalecimento em suas ações cotidianas. O trabalho realizado nesta pesquisa veio somar aos esforços das comunidades, por menores, distantes e pobres que sejam, na gestão dos bens culturais que se encontram em suas igrejas e capelas, muitas vezes, em situação de risco.

O caminho trilhado pelos estudiosos do patrimônio cultural partiu dos processos de restauração de monumentos de significativo valor para as nações, ainda que não houvesse uma consciência de Estado Nacional como existe hoje. Entre restaurar completamente os monumentos, até naquilo que deveriam ter sido, mas não chegaram a ser, e demolir intervenções posteriores em busca de uma pureza de estilo, as igrejas e catedrais da Idade Média foram palco das ações e, posteriormente, das discussões acerca do que deveria ser preservado e esquecido, apagado. Mesmo com os avanços técnicos e científicos naquilo que se chamou de Revolução Industrial, foram instrumentos de renovação arquitetônica e dos costumes, relegando parte significativa da história material e monumental da sociedade europeia ao escombro e ao desaparecimento. Da devastação surgem as vozes contrárias e se reorganizam os conceitos e o entendimento do que seria o patrimônio cultural a ser protegido, postergado ao futuro. Isso abre a questão dos valores presentes nas escolhas do que se deve preservar, recursos para tal e os esforços para sua manutenção e restauração.

A destruição, causada pelos conflitos entre as nações, será norteadora de normativas entre diversos países, estabelecendo princípios de o quê e como preservar. Instituições pancontinentais compostas de pensadores, pesquisadores e cientistas de diversos países vão cooperar em cartas e tratados que nortearão o fazer dos mais

diversos institutos, museus e órgãos públicos. Mesmo o próprio conceito de patrimônio será discutido e rediscutido, ampliado e diversificado, saindo da monumentalidade, passando pelos bens culturais mais comezinhos, até chegar àquilo que é intangível, mas que apresenta-se como suporte cultural de todos os outros.

As pesquisas se voltam para os espaços onde os bens culturais são preservados e as especificidades técnicas e tecnológicas que possam prolongar as situações de equilíbrio das condições climáticas a que estão sujeitos. Apontam-se os fatores de deterioração e as melhores formas de evitá-los, criam-se normas e procedimentos que facilitem a divulgação desse conhecimento, para assim reduzir os processos de restauração, que também podem ser danosos ao patrimônio. Parte-se para o conhecimento do porvir, o que pode acontecer com essas coleções e como evitar que esses processos de deterioração ocorram em espaços de tempo aceitáveis. Saiu-se da tentativa de recuperar o que foi destruído, deteriorado, para as condições propícias e necessárias de bloquear os agentes de deterioração desses bens culturais. Conhecer os bens culturais e suas condicionantes, assim como documentá-los, passa a ser fundamental nesse processo.

A documentação é discutida a partir das diversas áreas do conhecimento que se dedicam a essa temática. Um procedimento fundamental para a gestão, mas também parte dos processos de conservação preventiva, uma vez que ao documentar conhece-se o bem nas suas características básicas, assim como nas circunstâncias de preservação, armazenamento e deterioração. Nesse processo também histórico, instituições foram criadas no país, projetos de inventariação levados a cabo por décadas e novos documentos e sistemas arquivísticos desenvolvidos para organizá-los. As tecnologias de cada período vão sendo assimiladas e postas em prática pelos responsáveis pelo patrimônio cultural, das fichas em papel aos *softwares* com *thesaurus* unificados entre diversos países. Contudo, existem as ações daqueles que têm no patrimônio cultural uma fonte ilícita de recursos contínua. O descaminho dos bens culturais e o comércio ilícito continuam a acossar os acervos das instituições de guarda, na medida em que, sem uma documentação adequada, têm parte de seus objetos dissociados e perdidos para sempre.

Notadamente, observa-se que a arte sacra é a mais sacrificada por esses descaminhos, que causam transtornos e desamparo às pequenas comunidades que veem os bens de devoção, seus e de seus antepassados, desaparecerem.

Compreendendo a gestão de risco como um procedimento fundamental de preservação, justifica-se conhecer a maior instituição de guarda de bens culturais do país, como é a estrutura social da Igreja Católica, como se estabelece geograficamente e a hierarquia daqueles que são responsáveis em preservar esses bens culturais, fruto do trabalho das pessoas mais humildes da sociedade que, no entanto, pode ser considerado o acervo que tem acesso e gozo por esse grupo.

Fora das condições favoráveis a que as coleções de galerias e museus se encontram, protegidas por instituições de guarda com recursos humanos e financeiros, há tantos outros bens culturais que a ciência tem que abarcar com os conhecimentos produzidos. Notadamente, a instituição responsável pela maior quantidade de bens culturais que as comunidades mais humildes creditam como de valor significativo quanto à sua preservação é pouco estudada e compreendida pela academia. A instituição Igreja Católica Apostólica Romana do Brasil é parte da estrutura sociocultural desse país, tanto no que se refere à religiosidade, propriamente dita, quanto ao patrimônio cultural tangível e intangível. Verificou-se que sua enormidade não é acompanhada das condições necessárias para a proteção dos bens culturais sob sua guarda, principalmente nas periferias do pujante país capitalista que se apresenta. Descobre-se que, sobrecarregados em suas funções ordinárias, com poucos recursos financeiros e de acesso ao conhecimento, os presbíteros não dispõem das condições necessárias para a proteção desse rico patrimônio cultural.

Aliada à tecnologia e à ciência da atualidade, esta tese chegou a uma ferramenta que deve auxiliar as comunidades socialmente envolvidas com o patrimônio eclesiástico na documentação dos bens culturais sob sua proteção evitando, assim, parte das possíveis fontes de dissociação e degradação.

O aplicativo foi desenvolvido a partir dos padrões estabelecidos pela ciência da informação, como o Object ID, e baseando-se em outro *software* utilizado pelas agências de controle, como o da Interpol ID-Art; porém, com o cuidado de ser acessível às condições socioculturais daqueles que sempre cuidaram, por gerações, dessa modalidade de bem cultural. Aliou-se a tecnologia à simplicidade, tanto estética quanto intuitiva, aplicando o app a um grupo focal de jovens que apresentaram uma favorável aceitação à ferramenta, documentando o que era necessário e aprendendo como fazer essa documentação durante o processo. As críticas e observações foram utilizadas para o aperfeiçoamento da ferramenta, que, em seguida, foi disponibilizada

por meio de um formulário com questões a serem respondidas por uma amostra composta de profissionais do patrimônio, entre outros. Já com uma percepção mais apurada quanto às necessidades dos bens culturais, esses profissionais contribuíram para evidenciar falhas e esclarecer acertos no processo de utilização do aplicativo na documentação, confirmando objetivamente que o *software* cumpre a função de documentar os bens culturais em campo.

Espera-se que após a disponibilidade do aplicativo nas lojas virtuais, seja possível colher novas críticas e assim aperfeiçoá-lo. É possível, também, que seja incorporado a ele, com a participação de recursos externos, um *thesaurus*, mais detalhado e, talvez, até mesmo dispositivos para o reconhecimento do objeto pela câmera e a automática disponibilidade de opções referentes às suas características. Acredita-se também que parcerias com as instituições religiosas, universidades e órgãos de defesa, como o Ministério Público, possam favorecer o aperfeiçoamento e divulgação do *software* para os responsáveis pelos acervos em situação de risco nas mais distantes localidades do país. Por fim, vislumbra-se que o *site* e o app sejam instrumentos de conservação preventiva, que incorporem textos, fotos e filmes, além de incentivarem a criação de cursos, promovendo a atenção da sociedade em prol da preservação do patrimônio cultural das comunidades periféricas do país.

REFERÊNCIAS

ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. 2023. Disponível em: https://arquidiocesebh.org.br/wp-content/uploads/2020/09/arquibh-organograma-25-09-2020.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR IEC 31010,** Gestão de riscos – Técnicas para o processo de avaliação de riscos, 2018.

ADDISON, A.; BRYAN, P.; SCHIMID, W. Documenting People and Technology: A discussion abaut Heritage Documentation, Related articles in Conservation. *In:* [Entrevista concedida a] LEVIN, J. **The GCI Newsletter**, Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2005. Disponível em: http://www.getty.edu/conservation/ publications_resources/newsletters/203/ dialogue.html. Acesso em: 5 out. 2020.

AGUIAR, Rhulio Rodd Neves. Instrumentos de Preservação dos Bens Culturais Religiosos Utilizados pela Arquidiocese de Belo Horizonte (1962-2010). **E-hum Revista Científica das áreas de Humanidades do Centro Universitário de Belo Horizonte**, vol. 7, n. 2, ago./dez. 2014.

ALCHORNE, Geisa; COELHO DE SÁ, Ivan. Arte Contemporânea e sua Conservação: revisitando Brandi e Viñas. **Mosaico**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p. 5 - 21, out. 2015. ISSN 2176-8943. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs /index.php/mosaico/ article/view/64409. Acesso em: 4 jul. 2019.

ALMEIDA, S. G.; HERENCIA, J. L. A Fundação Vitae e seu legado para a cultura brasileira - Parte I: fontes conceituais, linhas diretivas, programas próprios e legados. *In:* Seminário Internacional de Políticas Culturais, 3., 2012, set. 19-21. Rio de Janeiro. **Anais**... Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2012.

ANDROID OPEN SOURCE PROJECT. 2023. Disponível em: source.android.com. Acesso em: 15 jun. 2023.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE AMIGOS DO MUSEU CASA DE PORTINARI. **Documentação e conservação de acervos museológicos: diretrizes**. Brodowski: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2010.

AUGUSTIN, Raquel F. G. A gestão de acervos como etapa para a difusão da informação em museus. **Revista Eletrônica Ventilando Acervos**, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 07-22, nov. 2017.

BALDISSERI, Dom Lorenzo. Bens culturais no Acordo Brasil – Santa Sé. **Cadernos de História,** v. 13, n. 18, 2012. Disponível em: http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/4153. Acesso em: 13 dez. 2019.

BERTO, João P. A preservação de bens culturais sacros: os museus de arte sacra e suas especificidades. **VIII Seminário Nacional do Centro de Memória** – Unicamp, Campinas, jul. 2016. Disponível em: https://www.cmu.unicamp.br/viiiseminario. Acesso em: 15 mai. 2019.

BERTOLONE, Vicenzo. **Quando nasceram os seminários**. Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, 2013. Disponível em: https://franciscanos.org.br/noticias/. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRANDI, CESARE. **Teoria da restauração**. Tradução: Beatriz Mugayar Kühl. 2. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

BRASIL. **Constituição (1934)**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm. Acesso em: 8 abr. 2019.

BRASIL. **Lei Federal n.º 11.904 de 14 de janeiro de 2009**.

BROKERHOF, A.; MEUL, V.; MICHALSKI, S.; PEDERSOLI JR. J. Pesquisa avançada em aplicações de gerenciamento de risco para bens culturais. **Boletim do ICCROM**, n. 33, p. 10-11, 2007.

CALDEIRA, Cleide Cristina. “Conservação Preventiva: histórico”. *In:* **Revista CPC**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 91-102, nov. 2005/abr. 2006. Disponível em: http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/cpc/n1/a06n1.pdf. Acesso em: 5 abr. 2019.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Conservação e Valores I:** A via crítica de Alois Riegl. 1. ed. Belo Horizonte: Miguilim / IEDS, 2022.

CAMARGO, H. L. **Patrimônio Histórico e Cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.

CARLOMAGNO, Márcio Cunha. Conduzindo pesquisas com questionários online: uma introdução às questões metodológicas. *In:* SILVA, Tarcízio Silva; BUCKSTEGGE, Jaqueline; ROGEDO, Pedro. (Org.). **Estudando cultura e comunicação com mídias sociais.** 1. ed. Brasília: IBPAD, 2018. p. 31-55.

CARTA PASTORAL DO EPISCOPADO MINEIRO AO CLERO E AOS FIÉIS DE SUAS DIOCESES SOBRE O PATRIMÔNIO ARTÍSTICO. **Imprensa Oficial**: Belo Horizonte, 1926. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg. gov.br/uploads/arquivos/patrimonio_artistico.pdf. Acesso em: 21 set. 2018.

CARVALHO, T.; AMARAL, L. **Os inventários como instrumentos de preservação: da identificação ao reconhecimento**, 2011. Disponível em: www.docomomobsb.org. Acesso em: 15 jul. 2020.

CHAVES, Dener A. As iniciativas da Arquidiocese de Belo Horizonte na formação em conservação preventiva em prol de seus acervos culturais... *In:* **Anais** do 32º Congresso Internacional da SOTER - Decolonialidade e processo emancipatório. Belo Horizonte: Soter, 2019. p. 916-923.

CHAVES, Dener Antônio. A preservação dos bens culturais eclesiásticos. *In:*. **Anais** do 30º Congresso Internacional da Soter: Religião em reforma 500 anos depois. Belo Horizonte: Organização Soter, 2017.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo, UNESP, 2001.

Comitê de Documentação do Conselho Internacional de Museus – CIDOC/ICOM, **Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus**. Categorias de informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM). Disponível em: https://issuu.com/sisem-sp/docs/cidoc_guidelines/1. Acesso em: 13 out. 2020.

COELHO, Beatriz; QUITES, Maria Regina Emery. **Estudo da escultura devocional em madeira**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

COLLINGWOOD, R. G. **Ciência e Filosofia: a ideia de natureza**. 5. ed. Lisboa: Ed. Presença, 1986.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL CONSER LESTE 2. **Carta de Intenções do I Seminário Igreja e Bens Culturais**: evangelização e preservação, Belo Horizonte, 2010.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS – ICOM. **Object ID, ICOM.** Os museus não tem fronteiras tem uma rede, 2021. Disponível em: https://icom. museum/es/recursos /normas -y-directrices/objectid/. Acesso em: 8 mai. 2023.

COSTA, E. Patrimônio e território urbano em cartas patrimoniais do século XX. *In:* **Finisterra**, vol. 47, n. 93, 2012.

CRUZ, Sandra; MORALES, Magdalena. ***Manual de conservación preventiva de bienes culturales en recintos religiosos***. México: CONACULTA – INAH, 2000.

DATA.AI. **State of Mobile 2022:** Mobile Market Sporlight on Brazil. Disponível em: https://www.data.ai/en/go/state-of-mobile-2022-brazil/ Acesso em: 10 jun. 2023.

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO. 2023. Disponível em: www.dcc.ufmg.br/cientistas-do-dcc-ufmg-constroem-aplicativo-para-proteger-acervo-de-bens-culturais-moveis/. Acesso em: 15 set. 2023.

GUICHEN, G. ***Conservación preventiva****: ¿en qué punto nos encontramos en 2013*?. Disponível em: https://www.culturaydeporte.gob.es/planes-nacionales/dam/jcr:26a66336-4e0c-4adc-b4d8-f2a89dde4998/conservacion-preventiva-revision-de-una-disciplina.pdf. Acesso em: 11 mai. 2023.

EPPICH, R. LEBLANC, F.: **Recording, Documentation, and Information Management for the Conservation of Heritage Places:** Guiding Principles. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2007. Disponível em: http://www.getty.edu /conservation/publications/newsletters/20_3/feature.html. Acesso em: 15 out. 2020.

ESCRITÓRIO INTERNACIONAL DOS MUSEUS SOCIEDADE DAS NAÇÕES. Carta de Atenas. *In:* Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos. **Anais**... Atenas: 1931. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads /ckfinder/arquivos/ Carta% 20de%20Atenas%201931.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2023.

FACTSAND FIGURES. 2023. Disponível em: ttps://www.itu.int/itu-d/reports /statistics/2022/11/24/ff22-youth-internet-use/. Acesso em: 21 jun. 2023.

FERNANDES, R. R. ; FERNANDES, A. P. L. M. ; SILVA, A. C. M. ; OLIVEIRA, M. O Uso da Tecnologia da Informação em Dispositivos Móveis. *In:* **VII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia Seget**, 2010. Disponível em: www.aedb.br/seget/arquivos/artigos10/22_ Seget_2010_TI.pdf. Acesso em: 15 jun. 2023.

FERREZ, H. D.; BIANCHINI, M. h. **Thesaurus: para acervos museológicos**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

FERREZ, Helena D. **Tesauro de objetos do patrimônio cultural nos museus Brasileiros**. Rio de Janeiro: Fazer Arte, 2016.

FLORÊNCIO, S. R.; CLEROT, J. B.; RAMASSOTE, R. **Educação patrimonial:** histórico, conceitos e processos. Brasília: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso em: 7 ago. 2023.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

FRONER, Yacy Ara. **Memória e Preservação: a construção epistemológica da Ciência da Conservação.** Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2007. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/template_01/. Acesso em: 9 abr. 2019.

FRONER, Y.-A. (2013). Patrimônio arquitetônico: conceitos contemporâneos nas cartas do ICOMOS. *In:* **Oculum Ensaios,** vol. 10, n. 2. DOI: https://doi.org/10.24220/2318-0919v10n2a2143.

FRONER, Yacy-Ara. Ciência da Conservação ou Conservação Científica? Hipótese para uma reflexão. *In:* **Anais do II Congresso Nacional de Arquivologia**. Porto Alegre: AARS, 2006. p. 1-14

FRONER GONÇALVES, Yacy Ara. **Os domínios da Memória: um estudo sobre a construção do pensamento preservacionista nos campi da Museologia, Arqueologia e Ciência da Conservação**. 2001, 466 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FRONER, Y.; ROSADO, A. **Princípios históricos e filosóficos da conservação preventiva**. Belo Horizonte: Lacicor – EBA – UFMG, 2008.

GIL FILHO, S. F. Estruturas da territorialidade católica no Brasil. **Scripta Nova, Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 ene. 2006, vol. X, n. 205. Disponível em: http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-205.htm. Acesso em: 10 jun. 2023.

GONÇALVES, Willi de Barros. **Métricas de preservação e simulações computacionais como ferramentas diagnósticas para a conservação preventiva de coleções: Estudo de caso no Sítio Patrimônio Mundial de Congonhas – MG**. 2013. Tese (Doutorado em Artes) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte 2013. Disponível em:

http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/JSSS-9GRH79. Acesso em: 14 jun. 2020.

GÓMEZ GONZÁLEZ, M.; DE TAPOL, B. Medio siglo de Conservación Preventiva. Entrevista a Gaël de Guichen. **Ge-conservacion**, p. 35-44, 11 dic. 2011.

GRANATO, Marcuse e CAMPOS, Guadalupe do Nascimento. Teorias da conservação e desafios relacionado aos acervos científicos. **Midas**, v. 1, 2013. Disponível em: http://midas.revues.org/131. Acesso em: 21 jun. 2013.

HARDT, J. G.; OLIVEIRA, T. D. O inventário arquitetônico como ferramenta de preservação. **Salão do Conhecimento**, [S. l.], v. 8, n. 8, 2022. Disponível em: https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaoconhecimento/article/view/22221. Acesso em: 25 jul. 2023.

HJORLAND, Rafael Capurro. O conceito de informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

HOLLÓS, A. C.; PEDERSOLI Jr. J. L. Gerenciamento de riscos: uma abordagem interdisciplinar. **Ponto de Acesso**, 3(1), 2009, p. 72–81. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3314. Acesso em: 12 mai. 2023.

HUFNAGEL, S. Interpol e tendências e desenvolvimentos internacionais na luta contra o crime contra a propriedade cultural. *In:* HUFNAGEL, S.; CHAPPELL, D. (eds) **The Palgrave Handbook on Art Crime**. Palgrave Macmillan, Londres, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2010.** Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/22107. Acesso em: 24 abr. 2023.

IGREJA CATÓLICA. **Hierarquia Católica.** 2018. Disponível em: http://igrejacatolica924.blogspot.com/2018/06/hierarquia-catolica.html. Acesso em: 12 mai. 2023.

INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION. The World in 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Cartas patrimoniais**. Rio de Janeiro: 1995.

JALUSKA, T. T. Educação patrimonial em espaços sagrados: o patrimônio artístico religioso como recurso educativo. **ANAIS Educere – XII Congresso Nacional de Educação**, Curitiba. 2015. p. 28426-28438.

KIOUSSI, A.; *et al*. Integrated documentation protocols enabling decision making in cultural heritage protection. **Jornal of Cultural Heritage**, 14S, 2013.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. *In:* **Anais do Museu Paulista**, 2010, vol. 18, n. 2, p. 287-320.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução: Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2007.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização.** Problemas teóricos de restauro. Cotia, Ateliê/FAPESP, 2009, pp. 59-65.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução: Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LA CONSERVATION PRÉVENTIVE, Paris 8, 9 et 10 octobre, 1992. **Colloque sur la conservation restauration des biens culturels.** Paris, France, 1992.

LEAL, C. F. B. **As missões da Unesco no Brasil**: Michel Parent, 2008. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc3 _MichelParent_m.pdf. Acesso em: 12 mai. 2023.

LEÃO, A.C. **Restauração Cromática Digital de Fotografias em Filme a partir da cartela Kodak Q-13** - Estudo de caso do acervo do Projeto Portinari. Tese (Doutoramento em Artes) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. A documentação e suas diversas abordagens: esboço acerca da unidade museológica. *In:* **Documentação em museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2008. 235 p. (Mast Colloquia, v. 10).

MOTTA, L.; REZENDE, MB Inventário. *In*: GRIECO, B; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (Org.). **Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

MARSHALL, F. Carta de Veneza, 1964: notas de leitura. *In:* **Mouseion,** Vol. 0, Número 24, 2016. DOI: https://doi.org/10.18316/1981-7207.16.32.

MARTINS, D. L.; MARTINS, L. C. Desafios e aprendizados na implantação do Tainacan nos museus do instituto brasileiro de museus. **Revista Eletrônica Ventilando Acervos**, Florianópolis, v. especial, n. 1, p. 91-107, jul. 2021.

MATOS, A. M. R. **SPECTRUM**: uma norma de gestão de coleções para os museus portugueses. Porto, 2012. 366 f. Tese (Doutoramento em Museologia) – Universidade do Porto, 2012. Disponível em: http://repositorioaberto.up.pt/handle/10216/67304gt. Acesso em: 15 mar. 2014.

MENEZES, Ivo Porto. **Bens Culturais da Igreja**. São Paulo: Edições Loyola. 2006.

MICHALSKI S.; PEDERSOLI JR. J. L. **O método ABC: uma abordagem de gestão de risco para a preservação do patrimônio cultural**. Instituto Canadense de Conservação (CCCI/ICC) e Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração de Bens Culturais (ICCROM), Ottawa, 2016.

MICHALSKI, S. Care and Preservation of Collections. *In:* BOYLAN, P. J. (Ed.). **Running a Museum: a practical handbook**. Paris: International Council of Museums, 2004. p. 51-90. Disponível em: ttp://unesdoc.unesco.org/images /0014/001410/141067e.pdf. Acesso em: 07 mar. 2019.

MICHALSKI, S.; PEDERSOLI JR. J. L.; ANTOMARCHI, C. **Guide to Risk Management.** ICCROM-ATHAR, 2016. Disponível em: https://www.iccrom.org/it/publication/guide-risk-management. Acesso em: 12 abr. 2023.

NAKAMUTA, Adriana Sanajotti. A trajetória de preservação dos bens móveis e integrados sob a ótica dos projetos institucionais de inventário. *In:* **II Encontro de História da Arte**, IFCH – Unicampi. Campinas, 2006.

NASCIMENTO, F. B. DO. Formar e questionar? Os cursos de especialização em patrimônio cultural na década de 1970. **Anais do Museu Paulista...** História e Cultura Material, v. 24, n. 1, p. 205–236, abr. 2016.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA, Marilda Lopes Ginez de. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. **Anais**.. Valencia: [s.n.], 2009.

PADILHA, Renata Cardozo. **Documentação museológica e gestão de acervos**. Coleção Estudos Museológicos, v. 2. Florianópolis: FCC, 2014.

PANISSET, Ana Martins. **O Inventário como Ferramenta de Diagnóstico e Conservação Preventiva: Estudo de caso da coleção "Santos de Casa" de Márcia de Moura Castro.** 2011. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/JSSS-8NUHBN. Acesso em: 15 abr. 2023.

PANISSET, A. A documentação como ferramenta de preservação: o conhecimento é o princípio da proteção, *In:* IEPHA. **Patrimônio em textos**, 2012.

PARÓQUIA DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA. 2023. Disponível em: https://www.paroquialagoadourada.com.br/. Acesso em: 15 out. 2023.

PELEGUINI, S. C. O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. *In:* **Patrimônio e Memória,** vol. 2, n. 2, 2006. Disponível em: http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/37/445. Acesso em: 15 mai. 2023.

PEREIRA, A. C. Educação Patrimonial do IEPHA-MG: relação entre identidade, memória, patrimônio cultural e cidade. **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**, Florianópolis, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439866458_ARQUIVO_Artigo_ANPUH_2015_Ana_Carolina_Pereira.pdf. Acesso em: 15 abr. 2023.

PETITOT, Jean. A análise do Laoconte por Goethe ou o primeiro texto estruturalista. Caleidoscópio: **Revista de Comunicação e Cultura**, [S.l.], n. 11/12, sep. 2013. Disponível em: http://revistas.ulusofona.pt/index.php/caleidoscopio/article/view/3726. Acesso em: 25 mai. 2019.

PINHEIRO, M. L. B. William Morris e a SPAB. **Rotunda,** UNICAMP, Campinas, v. 3, p. 22-35, 2004.

POPPER, K. **Textos escolhidos**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DE MUSEOS. ***El inventario de las colecciones***. Bogotá: Museo Nacional de Colombia, 2014.

PROGRAMA REDE NACIONAL DE MUSEOS**. Guía para el inventario, catalogacion y documentaion de colecciones de museos**. Bogotá: Museo Nacional de Colômbia, 2004.

PSICOLOGIA E VOCAÇÃO. **Implicações Concretas da Ratio Fundamentalis no processo de atualização da Ratio Nationalis – Pe. José Carlos dos Santos.** 2023. Disponível em: https://padrejosecarlos.com.br/noticia/implicacoes-concretas-da-ratio-fundamentalis-no-processo-de-atualizacao-da-ratio-nationalis-pe-jose-carlos-dos-santos/. Acesso em: 15 jun. 2023.

ROSADO, Alessandra. Conservação-restauração: exercício da interdisciplinaridade. *In:* ROSADO, A.; GONÇALVES, W. B. **Ciência do patrimônio: horizontes transdisciplinares.** Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, 2015.

ROSADO, Alessandra. História da Arte Técnica e Arqueometria: uma contribuição no processo de autenticação de obras de arte. **19&20**, Rio de Janeiro, v. III, n. 2, abr. 2008. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net /obras/obras_arqueometria.htm. Acesso em: 10 jan. 2020.

ROSADO, Alessandra. História da arte técnica: uma reflexão sobre o emprego da história da arte e da Ciência no Estudo de Pinturas. **Pós,** Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 148-157, nov. 2014.

RUBINO, S. Lúcio Costa E O Patrimônio Histórico e Artéstico Nacional. **Revista USP**, 0(53), n. 6, 2002. DOI: https://doi.org/10.11606/issn. 2316-9036.v0i53p6-17.

SANCHEZ-HERNAMPÉREZ, A. **Paradigmas conceptuales em conservación**. 2004. Disponível em: http://www.r020.com.ar/recursos.php?t_id= 18&r_id=8. Acesso em: 12 jan. 2020.

SANTOS JR., V. A influência das cartas internacionais sobre as Leis Nacionais de Proteção ao Patrimônio Histórico e Pré-Histórico e estratégias de preservação dos Sítios arqueológicos brasileiros. *In:* **Mneme - Revista de Humanidades**, vol. 6, n. 13, 2005. Disponível em: https://periodicos. ufrn.br/mneme/article/view/282. Acesso em: 15 mai. 2023.

SANTOS, J. C. Implicações concretas da Ratio Fundamentais no processo de atualização da Ratio Nationaliis. *In:* Douglas Alves Fontes; Joaquim Gonçalves de Morais; Nivaldo dos Santos Ferreira. (Org.). **A Formação Sacerdotal Hoje**. 1. ed. Rio Bonito: Benedictus, 2018, p. 125-142.

SANTUÁRIO BASÍLICA DE SÃO SEBASTIÃO. **Curiosidades**: o que são Foranias? Vicariatos? Dioceses? Você sabe?. 2016. Disponível em: https://igrejadoscapuchinhos.org.br/curiosidades-o-que-sao-foranias-vicariatos-dioceses-voce-sabe/. Acesso em: 24 abr. 2023.

SECRETARIADO NACIONAL PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA. 2012. Disponível em: https://www.bensculturais.com/areas-de-actuacao/inventario/777-projecto-thesaurus. Acesso em: 21 jun. 2023.

SILVA, Carolina Di Lello Jordão. **Inventário do Patrimônio Cultural no IPHAN: instrumentalização do discurso na política nacional de preservação**. 2014. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014.

SMIT, Joahanna W. A documentação e suas diversas abordagens. *In:* MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS (MAST). **Documentação em museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2008. 235 p. (Mast Colloquia, v. 10).

SOMDAR. 2023. Disponível em: https://somdar.synergia.dcc.ufmg.br/. Acesso em: 24 set. 2023.

SOUZA, G. A; COELHO DE SÁ, I. Arte Contemporânea e sua Conservação: revisitando Brandi e Viñas. **Mosaico**, v. 6, n. 9, 2015.

SPINELLI, Jayme e PEDERSOLI JR., José Luiz. **Plano de Gerenciamento de Risco** – Salvaguarda e Emergência da Biblioteca Nacional, 2010. Disponível em: http://bndigital.bn.br. Acesso em: 15 mai. 2022.

UNISINOS. 2022. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/images/ihu/2022/04/dados_episcopado_brasileiro_fernando_alt_jr.pdf. Acesso em: 8 mai. 2023.

VEGA, Lina Nagel. Tráfico ilícito de bienes culturales. *In:* VEGA, Lina Nagel (Org.). **Manual de registro y documentación de bienes culturales**. Santiago: Centro de Documentación de Bienes Patrimoniales, 2008.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração.** São Paulo, Ateliê, 2001.

WALLER, R.; MICHALSKI, S. **A Paradigm Shift for Preventive Conservation, and a Software Tool to Facilitate the Transition**. International Council of Museums, Committee for Conservation, Preprints of the 14th Triennial Meeting, The Hague. p.p. 733-738, 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/741955/2005_Waller_and_Michalski_A_paradigm_shift_for_preventive_conservation_and_a_software_tool_to_facilitate_the_transition. Acesso em: 12 fev. 2023.

YASAITIS, K. E. Object ID: A model of global collaboration. **Museum Management and Curatorship**, vol. 20(1), 2005, p. 21-39.

YASSUDA, Sílvia Nathaly. **Documentação museológica: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista.** 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: Planejamento e métodos. Tradução: Daniel Grassi. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ANEXO A - NOTA DOS BISPOS DA REGIONAL LESTE 2 ACERCA DOS BENS DA IGREJA EM 2010

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CONSER LESTE 2
Av. João Pinheiro, 39 – 2º andar
30130-180 - Belo Horizonte - MG
Tel. (31) 3224-2434 Fax. (31) 3224-0017
E-mail: secgeral@cnbbleste2.org.br

NOTA DOS BISPOS DOS ESTADOS DE MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO (REGIONAL LESTE 2 DA CNBB) ACERCA DOS BENS IMATERIAIS DA IGREJA

Nós, Bispos dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, que constituem o Regional Leste 2 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, reunidos em Assembleia nos dias 07 a 09 de junho de 2011, na Casa de Retiros São José, em Belo Horizonte, conscientes de sermos guardiães do patrimônio religioso da Igreja Católica nas suas expressões artísticas e culturais, e em atenção ao que nos prescreve o Código de Direito Canônico e a Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja criada pela Santa Sé em 1993, em vista da atual possibilidade de registro de bens imateriais da Igreja pelo poder público, previsto pelo Decreto no.3551 de 04 de agosto de 2000 e pelo Decreto no. 5753 de 12 de abril de 2006, consideramos que:

- a Igreja é legítima guardiã de suas manifestações religiosas e litúrgicas;
- o referido "registro" expõe ao reducionismo as manifestações que são eminentemente espirituais tais como as celebrações litúrgicas e religiosas a aspectos meramente culturais e/ou folclóricos;
- há possibilidade de uma imobilização daquilo que é dinâmico como as atividades litúrgicas e celebrações tradicionais da Igreja, não obstante o previsto na Resolução no. 01 de 03 de agosto de 2006 expedida pelo IPHAN.

Assim sendo, manifestamos nossa imensa preocupação com tal expediente e decidimos, por unanimidade, pelo não assentimento à efetivação de registros de bens intangíveis, enquanto não houver maior clareza na interpretação da legislação vigente.

Belo Horizonte, 08 de junho de 2011.

+ Dom Walmor Oliveira de Azevedo
Presidente do Regional Leste 2 da CNBB

Dom Luiz Mancilha Vilela
Vice-presidente do Regional Leste 2 da CNBB

+ Dom Antônio Carlos Félix
Secretário do Regional Leste 2 da CNBB

+ Dom Gil Antônio Moreira
Presidente da Comissão de Bens Culturais da Igreja do Regional Leste 2 da CNBB

ANEXO B – RELAÇÃO DAS IGREJAS INVENTARIADAS, MEMORIAL DA AQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE

Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte
Inventário do Patrimônio Cultural

RELAÇÃO DE IGREJAS INVENTARIADAS
Inventário finalizado

	Igreja	Paróquia	Forania	Região	Cidade	Ano	Publicação
1	Santuário Arquidiocesano São Francisco de Assis		Santo Antônio da Pampulha	RENSC	Belo Horizonte	2001	2003
2	Capela do Palácio Arquiepiscopal Cristo Rei	N.Sra.da Boa Viagem	N.Sra.da Boa Viagem	RENSB	Belo Horizonte	2001	2004
3	Capela de N. Sra.do Rosário – Capela Curial	São José – Centro	N.Sra.da Boa Viagem	RENSB	Belo Horizonte	2001	2005
4	Capela do Mosteiro de N. Sra. das Graças	N.Sra.da Mãe da Igreja	Sto. Antônio – Contorno	RENSB	Belo Horizonte	2001	2006
5	Igreja do Sagrado Coração de Jesus – Siríacos Católicos	N.Sra.da Boa Viagem	N.Sra.da Boa Viagem	RENSB	Belo Horizonte	2001	2005

Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte
Inventário do Patrimônio Cultural

6	Catedral de N. Sra.da Boa Viagem	N.Sra.da Boa Viagem	N.Sra.da Boa Viagem	RENSB	Belo Horizonte	2001	2005
7	Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores	Nossa Senhora das Dores	Nossa Senhora das Dores	RENSB	Belo Horizonte	2002	2005
8	Igreja Matriz de Santo Antônio – Contorno	Santo Antônio – Contorno	Santo Antônio – Contorno	RENSB	Belo Horizonte	2002	2005
9	Basílica de Nossa Senhora de Lourdes	N. Sra.de Lourdes	N.Sra.da Boa Viagem	RENSB	Belo Horizonte	2002	2005
10	Capela do Instituto Santa Teresa	N.Sra.da Boa Viagem	N.Sra.da Boa Viagem	RENSB	Belo Horizonte	2002	2005
11	Capela do Centro Maria Imaculada de Promoção da Jovem	N.Sra.da Boa Viagem	N.Sra.da Boa Viagem	RENSB	Belo Horizonte	2002	2005
12	Capela do Colégio Imaculada Conceição	N.Sra.de Lourdes	N.Sra.da Boa Viagem	RENSB	Belo Horizonte	2002	2005
13	Capela de São Vicente de Paulo –Hospital das Clínicas da UFMG	N.Sra.da Boa Viagem	N.Sra.da Boa Viagem	RENSB	Belo Horizonte	2002	2005
14	Capela do H. Gov. Israel Pinheiro-Instituto de Prev. Dos Ser.do Estado de Minas Gerais – IPSEMG	N.Sra.da Boa Viagem	N.Sra.da Boa Viagem	RENSB	Belo Horizonte	2002	2005



Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte
Inventário do Patrimônio Cultural

15	Capela do Hospital Semper	N.Sra.da Boa Viagem	N.Sra.da Boa Viagem	RENSB	Belo Horizonte	2002	2005
16	Capela de N. Sra da Saúde – H. de P. Socorro João XXIII – F. H. do Estado de M G.	N.Sra.da Boa Viagem	N.Sra.da Boa Viagem	RENSB	Belo Horizonte	2002	2005
17	Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores	Nossa Senhora das Dores	Nossa Senhora das Dores	RENSB	Belo Horizonte	2002	2005
18	Igreja Matriz de Santo Antônio – Contorno	Santo Antônio – Contorno	Santo Antônio – Contorno	RENSB	Belo Horizonte	2002	2005
19	Capela de Santana – Palácio da Liberdade	N.Sra.da Boa Viagem	N.Sra.da Boa Viagem	RENSB	Belo Horizonte	2002	2005
20	Capela do Colégio Dom Cabral	N.Sra.de Lourdes	N.Sra.da Boa Viagem	RENSB	Belo Horizonte	2002	2005
21	Capela de Dom Bosco – Colégio Pio XII	N. Sra. da Consolação e Correia	N.Sra.da Boa Viagem	RENSB	Belo Horizonte	2002	2005
22	Igreja Matriz de Santa Luzia – Santuário	Santa Luzia	Santa Luzia	RENSC	Santa Luzia	2003	2004
23	Igreja Matriz de Nossa Senhora de Fátima	N Sra de Fátima	N.Sra.da Boa Viagem	RENSB	Belo Horizonte	2003	2005
24	Capela N. Sra, Medianeira de Todas as Graças - Mosteiro de Santa Clara – Clarissas- OSC	Santo Antônio – Funcionários	N.Sra.da Boa Viagem	RENSB	Belo Horizonte	2004	2006



Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte
Inventário do Patrimônio Cultural

25	Igreja Matriz de N. Sra. da Consolação e Correia	N. Sra. da Consolação e Correia	N.Sra.da Boa Viagem	RENSB	Belo Horizonte	2004	2006
26	Capela do Cura Dar's / Instituto D. João Resende Costa	Coração Eucarístico de Jesus	São Francisco das Chagas	RENSE	Belo Horizonte	2005	2005
27	Capela do Cenáculo Imaculada Conceição – Irmãs Servas do Santíssimo Sacramento	Bom Pastor	São Francisco das Chagas	RENSE	Belo Horizonte	2005	2005
28	Igreja Matriz de Santo Antônio – Venda Nova	Santo Antônio – Venda Nova	Santo Antônio – Venda Nova	RENSC	Belo Horizonte	2005	2005
29	Capela Nossa Senhora Aparecida /Seminário Coração Eucarístico de Jesus	Bom Pastor	São Francisco das Chagas	RENSE	Belo Horizonte	2005	2005
30	Igreja Matriz de São Sebastião – Barro Preto	São Sebastião – Barro Preto	N.Sra.da Boa Viagem	RENSB	Belo Horizonte	2006	2006
31	Igreja Matriz dos Sagrados Corações – Pe. Eustáquio	Sagrados Corações – Pe. Eustáquio	São Francisco das Chagas	RENSE	Belo Horizonte	2006	2006
32	Igreja Matriz de São Gonçalo	São Gonçalo	São Caetano	RENSA	Belo Vale	2006	2006
33	Capela Nossa Senhora da Boa Morte – Distrito de Boa Morte	São Gonçalo	São Caetano	RENSA	Belo Vale	2006	2006
34	Capela de Santana – Santana do Paraopeba	São Gonçalo	São Caetano	RENSA	Belo Vale	2007	2007
35	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Santa Luzia	Santa Luzia	RENSC	Santa Luzia	2007	2007

Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte
Inventário do Patrimônio Cultural

36	Capela do Senhor do Bonfim	Santa Luzia	Santa Luzia	RENSC	Santa Luzia	2007	2007
37	Santuário Nossa senhora da Piedade – Serra da Piedade	N. Sra da Piedade	N. Sra do Bom Sucesso	RENSB	Caeté	2007	2007
38	Igreja Nova das Romarias – Serra da Piedade	N. Sra do Bom Sucesso	N. Sra do Bom Sucesso	RENSB	Caeté	2007	2007
39	Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré	N. Sra de Nazaré	N. Sra do Bom Sucesso	RENSB	Caeté	2007	2007
40	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	N. Sra da Conceição	N. Sra do Pilar	RENSB	Raposos	2007	2007
41	Santuário de Santo Antônio (Novo) – Roça Grande	Santo Antônio	São Sebastião	RENSB	Sabará	2009	2016
42	Igreja de Nossa Senhora do Rosário – Morro Vermelho	N. Sra. de Nazaré	N. Sra. do Bom Sucesso	RENSB	Caeté	2010	2016
43	São Francisco de Assis – Centro	N. Sra. do Bom Sucesso	N. Sra do Bom Sucesso	RENSB	Caeté	2010	2010
44	Igreja de Nossa Senhora do Rosário – Centro	N. Sra. do Bom Sucesso	N. Sra. do Bom Sucesso	RENSB	Caeté	2010	2017
45	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade (Piedade do Paraopeba)	N. Sra. da Piedade	São Caetano	RENSA	Brumadinho	2012	2012

Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte
Inventário do Patrimônio Cultural

46	Igreja Matriz Nossa Senhora do Pilar	N. Sra. do Pilar	N. Sra. do Pilar	RENSB	Nova Lima	2013 (2017 inventário)	2021
47	Capela de N. Sra. do Ó (Expectação do Parto)	N. Sra. da Conceição	São Sebastião	RENSB	Sabará	2014	2014
48	Capela de Santo Antônio do Pompeu	N. Sra. da Conceição	São Sebastião	RENSB	Sabará	2014	2015
49	Igreja São Francisco de Assis (Centro)	N. Sra. do Rosário	São Sebastião	RENSB	Sabará	2014	2016
50	Igreja Matriz de São João Evangelista (Serra)	S. João Evangelista	Santa Efigênia	RENSB	Belo Horizonte	2015	2015
51	Capela de Santana (Arraial Velho)	N. Sra. do Rosário	São Sebastião	RENSB	Sabará	2017	2017
52	Igreja Matriz de São Sebastião	São Sebastião	N. Sra. do Bom Sucesso	RENSB	Nova União	2020	2023
53	Igreja Matriz N. Sra. Do Rosário	N. Sra. do Rosário	São Sebastião	RENSB	Sabará	2015	2022

APÊNDICE A - FORMULÁRIO APLICADO ONLINE NA PESQUISA DE CAMPO

Pesquisa sobre a funcionalidade do aplicativo PreservApp na documentação de bens culturais

Olá, meu nome é Dener Antônio
Chaves, sou doutorando do Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da EA/UFMG, orientando da profª Dra. Yacy-Ara Froner.

Estamos avaliando a percepção dos usuários quanto às funcionalidades do aplicativo PreservApp, para smartphones com sistema operacional Android. Pelo site é possível utilizar as funcionalidades do aplicativo com o sistema IOS do Iphone.

O aplicativo e o site de suporte, desenvolvidos durante a pesquisa, visam a ágil documentação de bens culturais, em provável situação de risco, como os acervos em igrejas, capelas, instituições e particulares com recursos limitados, uma vez que emite uma ficha, com os dados principais, a ser arquivada e posteriormente enviada aos órgãos de controle em caso de sinistro.

Caso não consiga instalar o aplicativo no celular, acesse o site e utilize o aplicativo de forma online. Será necessário cadastrar uma instituição (pode ser fictícia), um usuário e depois entrar para fazer a documentação de um objeto (qualquer objeto de sua preferência).

https://preservapp.com.br/acervo/site/index.html

Muito obrigado pela gentileza em nos auxiliar.

* Indica uma pergunta obrigatória

1. E-mail *

2. Qual sua idade? *

Marcar apenas uma oval.

- 15 a 19
- 20 a 24
- 25 a 29
- 30 a 34
- 35 a 39
- 40 a 44
- 45 a 49
- 50 a 54
- 55 a 59
- Acima de 60 anos

2. Qual sua idade? *

Marcar apenas uma oval.

- 15 a 19
- 20 a 24
- 25 a 29
- 30 a 34
- 35 a 39
- 40 a 44
- 45 a 49
- 50 a 54
- 55 a 59
- Acima de 60 anos

3. Qual a sua escolaridade *

Marcar apenas uma oval.

- Ensino fundamental
- Ensino médio
- Graduação
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado

4. Qual a sua relação com patrimônio cultural *

Marcar apenas uma oval.

- Conservação-restauração
- Presbítero
- Arquitetura
- Museologia
- Ciência da Informação
- História
- Outro: _____

5. O acesso ao aplicativo foi satisfatório? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Muito bom
- ◯ Bom
- ◯ Médio
- ◯ Ruim
- ◯ Muito ruim
- ◯ Outro: _____

6. O preenchimento do cadastro foi satisfatório? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Muito bom
- ◯ Bom
- ◯ Médio
- ◯ Ruim
- ◯ Muito ruim
- ◯ Outro: _____

7. Como foi o acesso até o formulário de registro dos bens culturais? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Muito bom
- ◯ Bom
- ◯ Médio
- ◯ Ruim
- ◯ Muito ruim
- ◯ Outro: _____

8. Como foi o preenchimento do formulário de registro no aplicativo? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Muito bom
- ◯ Bom
- ◯ Médio
- ◯ Ruim
- ◯ Muito ruim
- ◯ Outro: _____

9. As opções de preenchimento foram satisfatórias? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Muito bom
- ◯ Bom
- ◯ Médio
- ◯ Ruim
- ◯ Muito ruim
- ◯ Outro: _____

10. As letras, cores e espaços estavam adequadas? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Muito bom
- ◯ Bom
- ◯ Médio
- ◯ Ruim
- ◯ Muito ruim
- ◯ Outro: _____

11. A documentação por foto foi satisfatória? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Muito bom
- ◯ Bom
- ◯ Médio
- ◯ Ruim
- ◯ Muito ruim
- ◯ Outro: _____

12. Os botões para tirar dúvidas (?) puderam lhe auxiliar? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Muito bom
- ◯ Bom
- ◯ Médio
- ◯ Ruim
- ◯ Muito ruim
- ◯ Outro: _____

13. Foi possível visualizar a ficha em PDF e enviá-la para seu e-mail ou rede social? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Muito bom
- ◯ Bom
- ◯ Médio
- ◯ Ruim
- ◯ Muito ruim
- ◯ Outro: _____

14. Foi possível enviar as fichas para o site do administrador? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Muito bom
- ◯ Bom
- ◯ Médio
- ◯ Ruim
- ◯ Muito ruim
- ◯ Outro: _____

15. Foi possível visualizar as fichas enviadas para o site e alterá-las pelo administrador? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Muito bom
- ◯ Bom
- ◯ Médio
- ◯ Ruim
- ◯ Muito ruim
- ◯ Outro: _____

16. As informações de como utilizar o app foram uteis? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Muito bom
- ◯ Bom
- ◯ Médio
- ◯ Ruim
- ◯ Muito ruim
- ◯ Outro: _____

17. O contraste de cores favorece a interação e leitura? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Muito bom
- ◯ Bom
- ◯ Médio
- ◯ Ruim
- ◯ Muito ruim
- ◯ Outro: _____

18. Como foi a experiência de utilização do aplicativo? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Muito bom
- ◯ Bom
- ◯ Médio
- ◯ Ruim
- ◯ Muito ruim
- ◯ Outro: _____

19. Qual a sua percepção sobre o design do app? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Muito bom
- ◯ Bom
- ◯ Médio
- ◯ Ruim
- ◯ Muito ruim
- ◯ Outro: _____

20. Qual a sua avaliação quanto a utilidade do app para a documentação de bens culturais em campo? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Cumpre eficazmente
- ◯ Cumpre parcialmente
- ◯ Poderia melhorar
- ◯ Não cumpre
- ◯ É dispensável
- ◯ Outro: _____

21. Caso queira fazer observações, tecer críticas ou contribuir com a construção do aplicativo, utilize o espaço a seguir.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários